

REVISTA
DO
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO
DO ESPÍRITO SANTO



REVISTA

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO ESPÍRITO SANTO



REVISTA
DO
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO
DO ESPÍRITO SANTO



© INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO ESPÍRITO SANTO

Presidente: Getúlio Marcos Pereira Neves

Vice-Presidente: Paulo Stuck Moraes

2º Vice-Presidente: José Paulo Calmon Nogueira da Gama

3º Vice-Presidente: Gelson Loiola

4º Vice-Presidente: Fernando Antonio de Moraes Achiamé

Secretário Geral: Adriana Pereira Campos

Secretário Adjunto: Rubens Libardi Peruzzo

Tesoureiro Geral: Gilber Rubim Rangel

Tesoureiro Adjunto: Vinicius Muline dos Santos

Conselho Fiscal: Anaximandro Oliveira Santos Amorim, Assunta Baliana Zamprognó, Rogério Zanon da Silveira, Marcus Benatti Antonini Rangel Pimentel, Ricardo Brunow Costa, Sylvio Silva Vitali

Conselho Editorial: Getúlio Marcos Pereira Neves, Francisco Aurélio Ribeiro, Karulliny Silverol Siqueira Vianna, Eliana Barbosa de Souza

Orador: Manoel Goes da Silva Neto

Projeto gráfico e editoração: Priscila Guarnier

A revisão dos artigos e as imagens neles contidas são responsabilidade dos respectivos autores.

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)

(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

R454 Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo / Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo. – N. 1 (1917)- . - Vitória, ES : O Instituto, 1917-
v. : il.

Anual; inicialmente irregular.

ISSN 1981-9528

1. Espírito Santo (Estado) - História - Periódicos. 2. Espírito Santo (Estado) - Geografia - Periódicos. I. Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo.

CDU: 94(815.2)(05)

IHGES

Av. República, 374, ed. Domingos Martins, Parque Moscoso

Vitória-ES • CEP: 29.018-310

Contato: (27) 3223-5934 • e-mail: secretaria.ihges@gmail.com

EDITORIAL

Não se pode mais repetir que os tempos sejam atípicos. Há quase dois anos convivemos com uma nova disposição das coisas, uma nova arrumação do mundo, determinada por uma pandemia de que ainda não se logrou ver o fim. Órgãos, pessoas e instituições tiveram a rotina drasticamente alterada por um vírus, e o retorno ao que se poderia chamar “normal” se tem feito de forma paulatina e desigual, de acordo com as peculiaridades de cada caso.

No Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo não foi diferente. Nossa rotina de trabalho, construída na base de encontros entre consócios, e nossa com o público, foi suspensa por esse tempo. Contingência de que não escapamos. Mas, não estivemos parados: além de uma assembleia presencial em 2020, para eleição e posse imediata da diretoria, reunimo-nos durante esse tempo em assembleias e reuniões para deliberar sobre nossas obrigações, notadamente as relativas à sede, e planejar ações para que não nos dispersemos. Tudo por meio da internet e tecnologias já integradas à rotina de todos. De fato, a atividade do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo não cessou, continuou por outros meios. Como, em geral, a vida dos órgãos, pessoas e instituições mundo afora.

E assim os associados continuaram produzindo. A última edição da revista, de 2020, mais esta, de n. 78, que agora damos a público, atestam-no com propriedade. No ano em que duas importantes efemérides se comemoraram, os centenários da Academia Espírito-santense de Letras e o do município de Colatina, associados da casa estiveram envolvidos nas programações respectivas, promovidas ou não por nós. Como não poderia deixar de ser, as páginas da revista registram as datas, fazendo-o em seções especiais, trazendo textos que marcam devidamente as passagens históricas.

Há textos outros, contemplando assuntos locais, a exemplo de arquitetura urbana e bairros de Vitória, a vontade de viagens, casos curiosos, questões eleitorais pelo interior do estado, e mais um do âmbito da História Literária, lembrando o imortal Dante Alighieri. A edição fecha com a seção institucional, registrando as vidas e obras dos associados que nos deixaram no período e pronunciamentos de associados em ocasiões solenes: a comemoração dos 130 anos do Tribunal de Justiça do Espírito Santo e o próprio centenário da Academia Espírito-santense de Letras.

Se tudo correr como planejado — o que, na atual conjuntura, independe exclusivamente de nós — o septuagésimo oitavo número da mais que centenária revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo será lançado numa sessão solene em que as pessoas, associados e convidados, estarão reunidos para celebrar o retorno à rotina de encontros de trabalho e conagração na nossa sede. Porque, a despeito dos incalculáveis prejuízos em vidas, posses e sanidade mental nesses quase dois anos, é-nos exigido que continuemos, sempre.

Getúlio Marcos Pereira Neves
Presidente do IHGES

SUMÁRIO

ARTIGOS

A Arquitetura Religiosa Capixaba ao Final da 1ª República: o Neogótico Católico Versus o Neoclássico Batista | 11

Nelson Porto Ribeiro

O Escritor Dante Alighieri: Um Homem de sua Época | 37

Ester Abreu Vieira de Oliveira

“Às Urnas Castelenses! Para Trás, Sicários”. O Papel do Jornal Tribuna do Sul de Castelo ES na Campanha Eleitoral de Júlio Prestes à Presidência da República em 1930 | 57

Ademildo Gomes

O Bandes nos Anos 1990: Um Banco “Para Fora” (Parte 1) | 83

Anaximandro Amorim

Os Bairros do Município de Vitória | 99

Ricardo Brunow Costa

Grande Goiabeiras, seus Vários Bairros e suas Tradições | 117

Aldo José Barroca

Vou-Me Embora, Vou Viajar... | 129

Regina Menezes Loureiro

Homero Massena um Artista Genial | 135

Manoel Goes Neto

O Irmão Peroá e a Alma Penada Caramuru | 139

Geraldo Magela da Silva Araujo

CENTENÁRIO DA AEL

Dois Textos Sobre a Academia | 147

Getúlio Marcos Pereira Neves

Academia e Acadêmicos | 157

Paulo Stuck Moraes

CENTENÁRIO DE COLATINA

Canção de Exílio | 189

Rita de Cássia Maia e Silva Costa

A História da Polícia Militar do Espírito Santo no Município de Colatina | 197

Gelson Loiola

Breves Apontamentos Sobre os Prefeitos de Colatina | 231

Gilber Rubim Rangel

A Companhia Territorial | 245

José Luiz Pizzol

DISCURSOS E PRONUNCIAMENTOS

Homenagem aos Associados Falecidos no Período 2019/2021 | 267

Manoel Goes Neto

130 Anos do TJES | 277

Getúlio Marcos Pereira Neves

Palavras da Presidente da AEL em Setembro/2021 | 287

Ester Abreu Vieira de Oliveira

ARTIGOS

A ARQUITETURA RELIGIOSA CAPIXABA
AO FINAL DA 1ª REPÚBLICA:
O NEOGÓTICO CATÓLICO VERSUS O NEOCLÁSSICO BATISTA

*Nelson Porto Ribeiro**

Resumo: Nas primeiras décadas do novo século, preocupada com o avanço das religiões reformistas e agindo no sentido de retomar o terreno perdido com a separação do Estado, assim como fortalecida pelos novos rumos da romanização, a igreja católica brasileira toma uma posição agressiva com a construção de novos templos nas principais capitais brasileiras; edificações monumentais em estilo neogótico. Vitória não ficou atrás, tendo a sua matriz colonial demolida em 1918 para no local ser construída a imponente Catedral neogótica. É nesse contexto que os batistas chegados à cidade poucos anos antes, e fortalecidos por um trabalho pastoral e pedagógico sério, resolvem, a partir da década de 30, construírem as suas edificações definitivas, Templo e Colégio e escolhem — dentro de um contexto de um espírito fortemente pacificador do seu pastor líder — o estilo neoclássico para essa arquitetura.

Palavras-chave: Arquitetura. Neogótico. 1ª República.

Introdução

Imediatamente após a grandeza do Barroco colonial religioso, o período neoclássico, embora não se possa dizer que esteve indiferente à arquitetura religiosa, foi um momento em que as obras de maior renome viram-se constringidas às grandes edificações institucionais do Estado ou às grandes casas apalacetadas da elite do 2º Império: a iniciativa neste momento estava com o poder civil.

* Professor Titular do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do ES. Pesquisador do CNPq. Membro do IHGES.

Talvez reflexo da filosofia das luzes e do cientificismo que começou a tomar corpo da sociedade civil nas últimas décadas do século, foram construídas relativamente poucas igrejas e nenhuma delas com o esplendor das antigas matrizes barrocas.

O período da 1ª República, contudo, vai ao menos parcialmente reverter esta tendência de estagnação da arquitetura religiosa, através de uma reação de uma igreja acuada pela República positivista que rompeu os vínculos do Estado com a religião, e pela penetração ameaçadora no país, de uma forma bem mais agressiva, das correntes cristãs de matriz reformista que até então mostravam-se tímidas justamente por conta de não quererem desafiar o Estado e a sua religião oficial.

Após um curto período de inercia da Igreja Católica imediatamente após a Proclamação em que ela se viu de início desamparada do apoio estatal frente aos ataques (ao menos como ela entendia esta expansão) das religiões reformistas, a reação Católica não se fez esperar, não apenas através da criação de novos bispados, do estímulo a criação de movimentos eclesiais, mas sobretudo através da construção ou da reforma de templos nas principais cidades do país.

Observe-se também que na conjuntura internacional havia uma política de expansão acionada pela Igreja Católica desde o final do Concílio Vaticano I (1869–70), e que, particularmente para o Brasil, significava substituir um catolicismo colonial sujeito ao Estado e à monarquia, por um outro, romanizado.¹

¹ Segundo Nicodemo V. de Sena: “adoção dos padrões oriundos do Vaticano, uma romanização do catolicismo brasileiro que culminará nas atuações de D. Sebastião Leme da Silveira Cintra (1882-1942), no período republicano” In: *Espaço e identidade: o conflito religioso entre católicos e protestantes em Manhumirim (1928-1944)*. Relatório de Qualificação. Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas. Universidade Federal do Espírito Santo. 2020. p.62.

As edificações construídas ao longo da 1ª República tinham a pretensão de através da sua monumentalidade reafirmar não apenas a supremacia do catolicismo sobre as demais religiões cristãs mas também de se instituírem como as mais notáveis edificações — sobre o ponto de vista artístico — da urbe, em especial, no caso de cidades menores, e o que de fato acabou acontecendo, na medida em que essas obras arquitetônicas solicitaram e empregaram em suas fábricas um contingente expressivo não apenas de arquitetos e mestres construtores mas também de artesãos: escultores, estuadores, vitralistas, mosaístas e ebanistas.

Assim é que vamos ver a primeira metade do século XX tomada por uma sucessão de reformas e/ou de construções de templos católicos em praticamente todas as mais importantes cidades do país: a reforma da então Catedral do Rio de Janeiro (1900–1913) atual Igreja do Carmo e a reforma da Sé de Olinda (1911) são exemplos de reformas de importantes igrejas coloniais que foram reconfiguradas não apenas para adquirirem uma nova roupagem estilística — neobarroca a primeira, neogótica a segunda — mais condizente com os tempos, mas também uma monumentalidade mais impositiva, obtida através da ereção de torres monumentais, bem maiores do que as torres coloniais anteriores, e que, ao menos no caso do Rio de Janeiro, posteriormente, tiveram problemas estruturais causados por esta magnitude.

Mas mais significativo ainda é o cenário da construção dos novos templos, em geral, destinados a serem as sedes em antigas dioceses, e, algumas vezes, nas novas — a substituir a antiga Matriz colonial.

Estas catedrais são mais significativas porque elas são em geral enormes construções em estilo neogótico, muitas vezes utilizando-se de soluções técnicas revolucionárias em concreto armado que as inscrevem entre algumas das maiores construções religiosas do

mundo, como é o caso da Catedral da Sé em São Paulo, de autoria do engenheiro teuto-brasileiro Maximilian Emil Hehl (1891–1916).

Todas as que listamos em seguida são obras que podem ser inscritas dentro daquela reação da Igreja Católica acontecida apenas alguns poucos anos após a Proclamação e dentro do recorte temporal da 1ª República e que são as seguintes, por ordem cronológica: Catedral de Santos (1909–1924); Catedral da Sé em São Paulo (1913–1954); Catedral da Boa Viagem em Belo Horizonte (1913–1924); Catedral de Vitória no Espírito Santo (1918–1970); Catedral de Santa Cruz do Sul no Rio Grande do Sul (1928–1936); Catedral de Fortaleza (1939–1978).

1. O Eclétismo e o Neogótico

De uma forma geral pode-se dizer que enquanto o neoclássico foi o estilo do Império, o eclétismo teria sido o da 1ª República. Evidentemente uma afirmação como essa feita de forma taxativa seria um equívoco, pois não apenas antes do neoclássico da Academia Imperial de Belas Artes o Rio de Janeiro conheceu uma obra neogótica — o torreão de John Johnston da Quinta da Boa-vista — como também alguns autores acreditam que o neoclássico teria sido uma fase inicial e predominante do historicismo do século XIX, mais conhecido como eclétismo.²

Contudo, o certo é que a partir das duas últimas décadas do oitocentos, no panorama da Corte ao menos, as obras historicistas de caráter distinto do neoclássico imperial parecem se consolidar, cito: o Palácio do Catete (neorenascimento, 1866), o prédio da Imprensa

² Entre eles Luciano Patetta, com quem eu tendo a concordar (In: FABRIS. 1987).

Nacional (neomedieval, 1877), o Real Gabinete Português de Leitura (neomanuelino, 1880) e o palacete da Ilha Fiscal (neomedieval, 1881).

Se as obras de construção civil da 1ª República inscrevem-se no contexto da arquitetura do ecletismo, especificamente para o caso dos templos religiosos, adotava-se quase sempre o estilo neogótico.

As edificações religiosas nesse estilo tornaram-se uma constante em Europa desde a segunda metade do século XVIII, e mesmo um espírito fortemente clássico como Karl Friederich Schinkel, quando projetava igrejas, as projetava em estilo neogótico e isso por um motivo muito simples; o historicismo do período tinha a tendência a considerar a Idade Média a idade áurea do cristianismo, a era da maior pujança intelectual e artística da Igreja Católica, e por este motivo o neogótico era entendido de uma forma geral como o estilo mais adequado para templos cristãos. Mesmo cristãos reformados passaram a adotar este estilo para seus templos, como é o caso da Friedrichswerdersche Kirche (1824-31) em Berlim, do já mencionado Schinkel.

No Brasil do Segundo Império o neogótico teve versões sofisticadas a partir da segunda metade do século XIX como é o caso da Igreja do Santuário do Caraça em Minas Gerais (1876-83); da Catedral de São Pedro de Alcântara em Petrópolis (1884-1925); da Catedral de Curitiba (1886); da Igreja da Imaculada Conceição em Botafogo no Rio de Janeiro (1888-1892), e da Igreja Metodista do Catete (1886), na mesma cidade.

A difusão desse estilo no Brasil oitocentista popularizou-se também entre as pequenas construções religiosas rurais; templos com uma torre centralizada na fachada finalizando em chapéu pontiagudo e com portas e janelas em arcos ogivais que se tornam comum nas três últimas décadas do século e já denunciam influência neogótica.

Contudo, é no período da 1ª República que este estilo vai se consagrar - e se consagrar como um estilo sobretudo para a arquitetura religiosa, não apenas do ponto de vista do número de exemplos construídos, mas em especial pelo apuro artístico e pelas soluções técnicas ousadas com a utilização de modernas tecnologias como o concreto armado e as estruturas de ferro.

2. O Neogótico Católico em Vitória

No Espírito-Santo podemos considerar a Igreja Luterana de Domingos Martins — município no sul do Estado — uma das primeiras construções neomedievais. Construída em 1866 com uma torre única na fachada com chapéu pontiagudo de base quadrangular, e ainda que sem a presença de arcos ogivais, mas com as janelas da torre francamente inspiradas no trifório românico; essa edificação passa por ser a primeira conquista das religiões reformadas no Brasil em construir um templo com o uso de torre³, já que, até então, por força do acordo do padroado, a religião oficial do Brasil era a Católica e embora a prática de religiões distintas fosse autorizado pela constituição do império de 1824, as edificações para culto não podiam ter aparência de templo.

Ora, da mesma forma como houve um movimento nacional de renovação e fortalecimento da Igreja Católica através das construções neogóticas nas grandes capitais brasileiras, identifica-se também um movimento regional no Estado do Espírito Santo cujo

³ Na verdade, o que revela o site da Prefeitura Municipal de Domingos Martins, é que embora a igreja tenha sido construída em 1866 a torre só o foi em 1887, portanto um ano após a construção do templo com torre, da Igreja Metodista do Catete no RJ (<http://www.domingosmartins.es.gov.br/conheca-domingos-martins/historia/datas.html> consultado em 22.08.2021).

pontapé inicial foi dado pela construção da Catedral de Vitória a partir de 1918.

O neogótico, como um projeto da igreja Católica de uma ofensiva aberta de retomada de espaços perdidos, no Espírito Santo, vai se dar a partir da construção da Catedral de Vitória a qual vai desencadear a construção de inúmeros outros templos no interior do Estado tais como: Igreja Matriz de Moniz Freire; Igreja Matriz de Muqui (1936); Igreja Matriz de Itaguaçu (1951); Igreja Matriz de Alegre (1953); Catedral de Cachoeiro de Itapemirim — a partir da implantação da nova Diocese em 1959 etc.

Por questões do recorte cronológico vamos nos fixar aqui na Catedral de Vitória, a única construída no período da 1ª República e a que vai impulsionar as demais, servindo a estas como principal paradigma.

A diocese do Espírito Santo foi criada apenas em 1895, ou seja, após a Proclamação, e inscrita naquela reação inicial da igreja católica romanizada. Desde o primeiro momento colocava-se a questão de instalações adequadas para a nova diocese cuja sede era em Vitória, tanto para a residência do Bispo quanto para a Catedral do bispado — afinal, a velha Matriz apresentava-se acanhada para ser o templo principal de uma diocese tão promissora.⁴

Após a retomada do Convento do Carmo que se encontrava cedido ao Ministério da Guerra, D. João Nery, 1º bispo do Espírito Santo se instalou neste local que por se encontrar em péssimas condições precisou de reformas onerosas que exauriram os cofres da diocese (Novaes. s/d. p.345). Somente durante a administração do segundo bispo, D. Fernando Monteiro, teve a diocese recursos para

⁴ A ideia de uma restauração de uma edificação histórica, neste momento no Brasil, não existia, até porque apenas em 1937 vai ser fundado o Serviço de Patrimônio Histórico, hoje IPHAN.

a aquisição de um terreno e a construção de uma casa apalacetada em estilo neorenascimento, inaugurada em 1906, na Rua José Marcelino, na Cidade Alta, que ficou conhecida como Palácio episcopal (JO. 26.04.1906 p.1).

Quanto à Catedral propriamente dita, manteve-se em funcionamento no prédio da velha Matriz colonial até o ano de 1918 quando da chegada do 3º bispo, D. Benedito Alves de Souza, que ainda neste mesmo ano resolveu construir um novo prédio sobre os despojos do antigo.

De acordo com Novaes (s/d. p.397) em 06 de julho o *Diário da Manhã* noticiava que “a planta fora aprovada pelas autoridades competentes”. Nenhuma referência ao autor desta planta, a imprensa coeva também não o menciona⁵. Sabe-se, pelos lançamentos do *Livro Caixa da Catedral* que em 01.12.1918 foi feito um pagamento a Paulo Motta (FAVORETO. s/p), que era, nesse momento, um paisagista e projetista conceituado na cidade — autor do projeto do Parque Moscoso em 1912. Infelizmente o lançamento não especifica os serviços prestados, mas não é de todo improvável que tenha sido por esta planta inicial já que uma testemunha poderosa dos fatos da época, o engenheiro Luiz Derenzi, afirma que Motta “foi o autor do projeto da Catedral” (DERENZI. 2019. p.179).

Mas a afirmação de Derenzi não pode ser levada à risca porque o que os indícios documentais nos informam é que o projeto da Catedral foi alterado inúmeras vezes até a conclusão da obra. Se houve um projeto inicial de Paulo Motta é provável que ele tenha dado as bases da capela-mor, já que em 07.09.1922, aproveitando as comemorações do centenário, incluíram um *Te Deum* entoado no

⁵ A base de dados da Hemeroteca Digital da BN não contava com nenhum exemplar do jornal *Diário da Manhã*, o único que acompanhava esse périplo, no ano de 1918.

altar recém-inaugurado da “nova Catedral em construção” (DM. 05.09.1922. p.2).

Pelo mencionado *Livro Caixa da Catedral*, observa-se através de compra de materiais de construção e de pagamentos à empreiteiros, que embora lentas, as obras ocorreram sem interrupção desde agosto de 1918 até o início de 1923. Foram então interrompidas e retomadas apenas no final de 1927, com o custeio da viagem de Itapetininga à Vitória de Dom Anselmo Werner; “frade beneditino responsável pela planta da reforma do Colégio do Carmo de Santos, em 1925” (FAVORETO. s/p).

Provavelmente não teve decorrências a visita do frade arquiteto, por que já em 1928 Adolfo Morales de Los Rios veio a Vitória por conta de “assuntos ligados à construção de nossa Catedral [...] professor dos mais acatados da Escola Nacional de Belas Artes do Rio de Janeiro e arquiteto de reconhecida competência” (DM. 22.05.1928. p.5). Morales de Los Rios foi o autor de dois dos mais importantes prédios da Avenida Central, ambos ainda de pé nos dias atuais: a Escola Nacional de Belas Artes (hoje o Museu de mesmo nome) e o Palácio Arquiepiscopal, vendido em fase de construção pela arquidiocese e adaptado para Sede do Supremo Tribunal Federal pelo próprio arquiteto (hoje Centro Cultural da Justiça Federal). De fato, verifica-se no mencionado *Livro Caixa* dois pagamentos a Morales de Los Rios em maio e em junho deste ano, destinados a pagar a execução de “levantamentos e plantas encomendadas para obras da Catedral”. Devem ter sido os pagamentos iniciais, Morales de Los Rios infelizmente faleceu no Rio de Janeiro alguns meses depois (DM. 05.09.1928. p.4) e, provavelmente, sem ter executado os serviços contratados.

Pelo mencionado *Livro Caixa* as obras tiveram continuidade de 1927 em diante, mas sem a presença de um arquiteto e até o início da década de 30 deviam deixar margem para manobras de diversifi-

cações, porque em 1930 a **Comissão de Melhoramentos de Vitória** afirmava que “sob a direção do urbanista Dr. Saldanha da Gama, já estudou e projetou os vários melhoramentos: (inclusive o) novo projeto da Catedral, adaptando os trabalhos de alvenaria existentes” (DM. 23.09.1930. p.13).

Alguns dos projetos desta Comissão, que foram publicados na época, chegavam a fazer alterações consubstanciais ao (s) projeto (s) inicial (ais), propondo inclusive a rotação do templo, voltando-o para a escadaria que conectava a Cidade Alta com a Praça da Independência, atual Praça Costa Pereira.

Na década de 30 uma figura importante para definir a autoria da concepção da Catedral surge na pessoa de um artista emigrado russo, Walter Bogdanoff, que antes de ter trabalhado em Vitória prestara importantes serviços no Rio de Janeiro. *O Diário da Manhã*, referindo-se a ele como o responsável pelas obras da Catedral de Vitória desde maio de 1933, dizia o seguinte:

Diplomado pelas escolas de Belas Artes de Varsóvia e Kiel. Na Europa empregou sua atividade em obras monumentais, e em nosso país trabalhou no edifício do Palácio Tiradentes, cuja ornamentação interna foi quase toda feita por ele: na igreja Cruz dos Militares, N. S. de Lourdes, Capuchinhos, edifícios do Derby e do Jockey Clube, no Rio, e Capela dos Salesianos em Niterói. A sua competência está manifesta em nossa Catedral. Nos seus mínimos pormenores (DM. 24.12.1933. p.2).

Também segundo Derenzi, Bogdanoff teria permanecido muitos anos em Vitória, e, entre outros afazeres, teria dirigido “a decoração interna da Catedral” (DERENZI. 2019. p.202).

Ao meu ver é injusto, ou mesmo equivocados, reduzir o papel de Bogdanoff a de um mero decorador. Embora seja certo que ele

tenha sido o responsável pela decoração interna da Catedral, ele o era também pela decoração externa, e no neogótico, a decoração e a arquitetura estão intrinsicamente conectadas. Além do mais, no período de 32 a 37, período em que grande parte do templo foi construído, Bogdanoff é o único profissional intitulado como engenheiro e arquiteto que aparece sendo pago pelo *Livro Caixa* das obras da Catedral⁶. Temos também de autoria dele, uma perspectiva assinada, que mostra uma Catedral muito similar ao que temos hoje construído (Fig. 01).



Fig.01. Wladimir G. Bogdanoff. **Perspectiva da Catedral de Vitória.** 1936. (Acervo do autor).

⁶ O *Diário da Manhã* publicava o *Livro Caixa das Obras da Catedral* de uma forma relativamente detalhada, as referências à Bogdanoff recebendo como engenheiro e arquiteto da Catedral são inúmeras, a primeira é em maio de 1933 (DM. 18.08.1933. p.2) e a última em julho de 1937 (DM. 17.09.1937. p.3).

No início de 1934 sabemos que “as naves da nova catedral abrigavam uma multidão de mais de 2.000 pessoas que assistiam o exercício da via sacra” (DM. 23.02.1934. p.3). Uma edição do mesmo periódico, de nove meses depois, informava:

Começada a quase 20 anos teve de obedecer ao andamento vagaroso das grandes construções. Apesar de parte das suas muralhas serem da antiga Catedral [...] a sua aparência é toda nova obedecendo rigorosamente os estilos da arquitetura cristã, com exceção de um dos braços da cruz que, naturalmente, deverá quanto antes ser remediado [...] A Catedral de Vitória está sendo meticulosamente revestida por dentro, em toda pureza das linhas ogivais pelo competente arquiteto Waldemar Bogdanoff. [...] O altar e capela do Santíssimo Sacramento estarão terminados até o próximo natal [...] Grande parte dos trabalhos já estavam feitos sob a direção do exmo. Bispo D. Benedito Alves de Souza. Houve um tempo em que as obras estiveram paralisadas. Com a chegada de D. Luiz Scortegnana [...] as obras tomaram novo incremento e hoje já se realizam todos os atos do culto no suntuoso recinto (DM. 25.11.1934. p.16).

Favoreto estima em cinco o número de projetos da Catedral, no que não deixa de ter razão de uma forma geral, pois o projeto Saldanha da Gama, do início da década de 30, foi um delírio reconhecido pelos próprios autores⁷, que entre outras coisas demoliam o que até

⁷ É possível que tenham havido dois projetos Saldanha da Gama, um mais realista, que adaptava “os trabalhos de alvenaria existentes” (DM. 23.09.1930. p.13), deixado de lado mais tarde pelo projeto que rotacionava e realocava a Catedral, e que foi ilustrado com uma fachada de características neomedievais modernizada por linhas art-decô no Relatório municipal de 1933 (BRIGIDO. p.199).

então tinha sido construído e realocavam a Catedral em outro sítio, ainda que próximo. Nas palavras do prefeito da época:

Estou prevendo o espanto que vai causar esta minha sugestão, de rotação da Catedral. Não faltará, talvez, quem me negue estabilidade às faculdades mentais [...] Um templo moderno, será levantado, segundo o projeto que defendo, e, aproveitando os materiais da demolição do velho, com pouco mais da despesa que ainda demanda a terminação desse (BRIGIDO. 1933. p.195 e 197).

Ou seja, tanto o projeto Saldanha da Gama quanto o projeto Morales de Los Rios (se o houve) não contribuíram para o que foi construído.

Assim, a Catedral que lá está, parece ter tido apenas quatro projetos: o primeiro de Paulo Motta (desconhecido) que orientou os trabalhos de construção até 1923; o segundo, de Vladimir Bogdanoff que re-orientou os trabalhos na década de 30; um terceiro projeto da década de 40 onde o mesmo Bogdanoff adaptava a fachada para uma torre única centralizada e que não chegou a ser adotado⁸; e o último, de autoria de André Carloni de 1950⁹, que retorna ao projeto inicial de Bogdanoff fazendo pequenas alterações na fachada, em especial nas sineiras das torres — projeto esse que foi o concluído. Na ausência do projeto Motta podemos considerar Bogdanoff e Carloni como os autores da arquitetura da Catedral.

⁸ Deste projeto que só temos a Fachada lê-se a seguinte legenda: “Catedral de Vitória, E. E. Santo. Projeto definitivo. Fachada principal organizada pelo arquiteto (aparentemente) Waldemar Bogdanoff, sob a orientação do Professor (ilegível)”.

⁹ O projeto da fachada da Catedral, de autoria de André Carloni, foi publicado na capa do periódico *Vida Capixaba*. Vitória. Nº 705. Ano XXVIII. Novembro de 1950.

Para o nosso artigo é importante realçar que o neogótico como estilo jamais deixou de ser cogitado para a edificação, e que o neogótico não era apenas um estilo arquitetônico, mas também decorativo e que essa decoração, nesse caso específico, estava intrinsecamente associada à arquitetura, seja na estrutura que se convertia em ornatos — as nervuras das colunas — mas, sobretudo, nos vitrais, grandes painéis de vidro que fechavam os vãos entre as estruturas e que iluminavam o interior do templo. A arquitetura gótica da última fase, que inspirou o neogótico do século XIX, foi basicamente pedra e vidro.

A relação medieval de mecenato, em que as grandes famílias da nobreza, mas também as ricas guildas de mercadores, colaboravam na construção da Catedral, parece ter se reestabelecido na construção da Catedral de Vitória onde as famílias mais ricas e algumas comunidades de imigrantes contribuíram na aquisição dos vitrais: em 1935 foi inaugurado o altar do S. S. Sacramento (DM. 02.03.1935. p.5), na mesma época, a Colônia libanesa da capital subsidiou um altar e um vitral com a imagem de N. Sra. do Monte Líbano (DM. 23.05.1935. p.1). Também os clubes esportivos de Vitória se dispuseram a oferecer um vitral para o altar do S. S. Sacramento (DM. 19.07.1935. p.1).

Mas, diferentemente da Catedral medieval, que era toda financiada por mecenas e pela população burguesa da cidade, a Catedral de Vitória teve o mecenato restrito às obras de arte acopladas — como altares e vitrais — e ainda que a população tenha participado significativamente da construção do templo com arrecadações individuais e coletivas, o grosso dos recursos para o templo vieram do dinheiro público, doado através de decretos promulgados pela Assembleia Estadual. Um levantamento rápido destes decretos — portanto não conclusivo — mostram que do início efetivo das obras em 1919, até 1936, foram doados pelo poder público como “Auxílio às obras da Catedral” a impressionante quantia de 390 contos de

réis – só a título de comparação, todo o orçamento para as Obras Públicas do Estado no ano de 1921 montava a 270 contos (DM. 26.02.1921. p.3).

3. O “Neoclássico” Batista em Vitória

Os protestantes chegaram no Espírito Santo ainda no século XIX. Já mencionamos como a Igreja Luterana de Campinho em Santa Isabel (hoje Domingos Martins) já estava construída desde 1866 em um povoado de imigrantes europeus que eram provenientes da Alemanha, da Pomerânia e de regiões da Itália.

Contudo, embora a implantação das religiões de matriz reformista tenha se dado ainda durante o Império, numa política do governo de povoar o interior do país com mão de obra branca e livre, nas capitais das Províncias essa presença foi mais tardia, muito provavelmente desestimulada pelas comunidades católicas locais fortemente majoritárias e muitas vezes francamente hostis.

Desde 1895 os batistas faziam tratativas no sentido de se estabelecerem no Espírito Santo. No final de 1903 “estava estabelecido o trabalho batista no Estado, com 3 igrejas, 91 membros e 1 pastor [...] o irmão Francisco José da Silva” (FARIAS. 1991. p.20).

O desenvolvimento dos batistas em Vitória foi incrementado pela chegada do missionário norte-americano Loren Reno e sua esposa Alice, em 1904. Três anos depois, num porão na casa dos missionários, foi fundado o Colégio Americano Batista cujo objetivo inicial “era o de facilitar a instrução primária aos filhos das famílias batistas, que eram mal recebidas nas escolas pelo fato de serem protestantes” (FARIAS. 1991. p.40).

Junto com a função de evangelizador, Reno parece ter sido sobretudo um educador. Ainda de acordo com o Pastor Farias “tinha

o ideal de organizar em cada Igreja Batista do Estado, uma escola anexa filiada ao Colégio Americano Batista de Vitória”¹⁰ (1991. p.41). Em duas décadas depois de fundado, o Colégio Americano era das mais importantes instituições educacionais de todo o Espírito Santo. O Relatório governamental de 1925 afirmava: “tem 24 estabelecimentos espalhados pelo Estado e nos quais houve, em 1924, a frequência de 1.282 alunos, nenhuma subvenção necessitou do governo”.

Depois de ter passado por uma longa estadia numa boa casa no Cais Schmidt, o Colégio Americano de Vitória fixou-se numa sede própria especificamente construída para ele. A localização foi cuidadosamente escolhida pelo pastor Reno:

A posição é ideal. Ela tem vista para a cidade e o parque, fica a cinco minutos a pé do centro, a cinco minutos de distância da igreja (batista) e a três minutos dos Correios. O bonde passa perto [...]. Este amigo do Governador nos vendeu quatro ações ou partes [do terreno] [...]. Entretanto, descobrimos que esse campus podia nos apertar no futuro, então procuramos maneira de expandir. Imagine nosso espanto, ao encontrar, ao lado da propriedade, uma faixa de terra pública ainda não distribuída [...]. Nós a solicitamos e obtivemos, dada de graça pelo Governador do Estado. Entretanto, como desejávamos a independência entre igreja e Estado, insistimos em pagar por ela. O Governo fixou o preço: US\$ 1.500, por onze mil metros quadrados. Nós pegamos o dinheiro emprestado e pagamos (RENO. 2007. p.89).

¹⁰ Em 1916 o Colégio se interiorizava como Missão, se estabelecendo nas seguintes escolas principais: Cachoeiro de Itapemirim, Castelo, Natividade de Manhuassú e Rio Novo. E como secundárias: Benevente, S. Mateus, Barra de Itapemirim, Pedra D'Água, Campo Novo, Pasto Brasil etc. “em número de mais de 20”. O turno da noite dessas escolas era gratuito (DM. 03.10.1916. p.1).

Diferentemente dos Católicos que pretendiam reassumir vínculos de religião de Estado, os batistas não aceitavam contribuições provenientes da administração pública: “Em 1923, contrariando nossa resistência, o Congresso do Estado votou uma ajuda de vinte contos [...] Nós recusamos todas as ofertas por causa da doutrina batista de separação entre Igreja e Estado” (RENO. 2007. p.121).

A Chácara batista no Parque Moscoso, local que ficou conhecido por abrigar o Colégio Americano, passou por duas fases. Uma primeira, em que edificações iniciais foram implementadas em um esforço conjunto de Reno com mestres de obras locais:

Eu ficava na construção toda manhã, cedo o bastante para explicar o trabalho de cada homem, individualmente, antes de começar [...]. Tínhamos 50 homens trabalhando em cinco prédios diferentes [...]. Eu incentivava as equipes de operários passo a passo, desde quebrar pedras e carregá-las. Eu mesmo carreguei cimento e ajudei o pedreiro. Não tenho ideia de quantos homens aprenderam uma profissão sob minhas ordens, naqueles nove meses [...]. Nós nos mudamos para lá sem nenhuma janela ou porta [...] mas a Escola abriu a tempo (RENO. 2007. p.96).

Esta fase inicial aparentemente já estava concluída quando o livro de Reno usado por nós como importante fonte, veio à luz em 1930. Uma edição do *Diário da Manhã* de 1932 confirma que o endereço do Colégio Americano nessa data, era a Rua do Norte (DM. 27.09.1932. p.2), ora, a Rua do Norte, no mapa Henrique de Novaes de 1917, é a mesma que posteriormente passou a ser designada como Washington Pessoa.

Entretanto, o prédio principal do Colégio que chegou aos nossos dias só foi construído mais tarde, em 1934. O periódico *Vida Capixaba* de 1935 (Ed. 380) mencionava: o “novo edifício do Colégio Americano Batista, inaugurado no fim do ano passado à Rua

Washington Pessoa”. As crônicas não registram o arquiteto nem o construtor, mas é bastante provável, pela semelhança com o prédio do Templo batista, construído quase que a mesma época, que tenha sido o mesmo engenheiro e construtor.

O prédio principal, voltado para a Rua Washington Pessoa e que ainda está de pé nos dias atuais, apesar de simples, é de um estilo neoclássico que revela erudição e equilíbrio, com um pórtico central coroadado por frontão triangular sustentado por colunata dórica e ladeado por duas alas, com os vãos em verga reta e sem marcações de pilastras e de frisos nos planos da fachada (Fig. 02).



Fig. 02. Octavio Paes. [Colégio Americano – Parque Moscoso] c.1940 (Acervo PMV).

Trata-se de um neoclássico que não é o neoclássico imperial do século XIX e sim mais um estilo que convive com os inúmeros “neos” do ecletismo do século XX.

Uma pergunta que poderíamos nos fazer é porque frente à diversidade de estilos historicistas disponíveis teria Reno optado pelo

neoclássico e a resposta pode ser variada: o neoclássico é o estilo das Luzes¹¹, período que sucede o obscurantismo do barroco e da Santa Inquisição; o neoclássico é austero e convém a uma casa do saber; o neoclássico era um estilo com o qual Reno tinha laços afetivos, pois tanto ele quanto a esposa tinham estudado na Escola Normal de Edinboro, uma edificação neoclássica de plano centrado (RENO. 2007. p.25), posteriormente integrada à Universidade de Edinboro, na Pensilvânia.

A questão neoclássica aparece também quando da construção da Igreja Batista de Vitória, mas aqui, acredito eu, a explicação pode ser procurada em outra direção.

Os batistas tinham um templo em Vitória situado numa das esquinas da Rua General Osório, construído entre 1912–14 e que era chamado de Templo da Torrinha pois fotografias revelam que ele tinha uma torre de características neomedievais no centro da fachada (RENO. 2007. p.41). Este templo, devia ser considerado provisório, porque menos de duas décadas depois de finalizado os batistas construíram um outro de maior amplitude no mesmo local que os obrigou a adquirir terrenos vizinhos (RENO. 2007. p.41).

A construção do novo templo deu-se um pouco antes da construção do novo prédio da Escola Americana.

Em relação ao Templo, temos referencias pelo *Diário da Manhã* de que sua construção teria começado no início de 1932 tendo sido inaugurado em nove de outubro do mesmo ano, “no ângulo formado pela rua Gal. Osório e Av. Cleto Nunes”. O autor do projeto e responsável pela execução da obra foi o engenheiro Carlos Schroth¹² e

¹¹ A maçonaria, por motivos muito similares — identificação com as luzes e oposição ao obscurantismo — também construía seus templos no estilo neoclássico, e maçons, no final do século XIX início do XX, no Brasil, costumavam proteger os protestantes cedendo suas sedes para os cultos religiosos reformados.

o orçamento total para a construção foi de 150 contos de réis (DM. 13.12.1931. p.1; DM. 03.04.1932. p.6 e DM. 05.10.1932. p.1).

Como dissemos, também esta edificação era em estilo neo-clássico, como deixam vislumbrar as fotos existentes (Fig. 03). Em composição muito similar ao prédio anterior, com aparência mais verticalizada pois as alas laterais ao pórtico central tem apenas uma janela cada. O edifício, infelizmente já não existe, teria sido demolido em 1982 (ELTON. 1986. p.126).



Fig. 03. Anônimo. [Igreja Batista em Vitória]. c.1940 (Acervo do autor).

Ora, o neoclássico a essa época era pouco usual para templos religiosos. Heitor de Mello — um dos mais expressivos arquitetos da capital da 1ª República — portanto um dos paradigmas para arquitetos de Província, quando faleceu em 1920 deixou uma série notável de cerca de 83 projetos que foram relacionados à época (ARCHITECTURA

¹² Schrott foi um engenheiro que atuou em Vitória como arquiteto e construtor entre os anos de 1929 e 1937. Trabalhou também com importação e exportação de materiais de construção, foi o representante no Espírito Santo das telhas tipo marseilhe de Krueger & Cia, e importava para a Alemanha madeiras nobres capixabas.

NO BRASIL. 1921. pp.29-30) e que adotavam uma prática corrente do ecletismo tardio, denominada segundo Patetta (In. FABRIS. 1987) como “historicismo tipológico”, prática que orientava o estilo para a finalidade a que se destinava o edifício. Nesta relação de 83 edificações, o neoclássico de Mello — sob a designação de *neogrego* — só era utilizado em prédios institucionais destinados a Assembleias Legislativas estaduais e municipais, a um prédio para sede do jornal carioca *Gazeta de Notícias* e a um outro, sede de Biblioteca Municipal. Através deste estilo, Mello procurava transmitir uma mensagem de que aquela edificação abrigava atividades de cunho social e/ou educacional-informacional; regidas por práticas de austeridade e transparência e pela luz do conhecimento ou seja, o estilo adequado à uma Escola, não a uma Igreja, onde a mensagem principal do estilo deveria ser o de perpassar fé.

Infelizmente na relação de projetos de Mello não encontramos o de uma Igreja (embora não tenhamos dúvida que caso houvesse, o estilo da mesma seria o neogótico). Mas não é preciso ir muito longe, pois no mesmo número da mencionada Revista tem um artigo do engenheiro Rafael Galvão em que ele exhibe o seu projeto arquitetônico recém elaborado para a construção da Igreja e do Convento das Carmelitas Descalças no Rio de Janeiro. Na justificativa do estilo adotado — o neogótico — Galvão menciona algumas importantes igrejas finalizadas a mesma época na cidade e com o mesmo estilo, e conclui dizendo:

A preferência do estilo ogival (gótico), nasce do simbolismo que ele representa, exprimindo em cada nervura um pensamento ou ideia. As janelas, as portadas e outras partes do frontispício das Sés medievais representavam atos de fé e a hierarquia religiosa (GALVÃO. 1921. p.10)

Poderíamos nos perguntar se a prática protestante evitava por algum motivo o neogótico nas suas construções, mas já vimos que

não. Não apenas no estrangeiro, mas também na capital da República onde ao menos duas importantes igrejas protestantes eram em estilo neogótico: a Igreja Metodista do Catete e a Catedral Presbiteriana do Rio de Janeiro no Centro, ambas da segunda metade do século XIX.

A adoção do neoclássico nas construções destinadas funcionalmente à educação de jovens está muito clara, como vimos, é o estilo apropriado. Mas para o Templo batista, o motivo é obscuro e, ao meu ver, só pode ser compreendido através do caráter de Loren Reno.

Diferentemente de outros pastores protestantes no resto do país ele não procurava confronto com as hostes cristãs. Poucas vezes foi obrigado a recorrer ao poder público e só em situações extremas, quando seus pastores eram impedidos de pregar através de violência física (RENO. 2007. 43).

Alguns autores na imprensa diuturna vituperavam contra ele (ver por ex: DM. 12.09.1908. p.1 e DM 17.07.1909. p.2), no entanto, os seus artigos, quando os havia, eram equilibrados e pacificadores como aquele que fez circular a respeito da sua posição frente ao pleito de 1916, ou seja, a de não apoiar nenhuma candidatura em função do respeito à opinião alheia:

Só uma coisa posso garantir, seja qual for o futuro presidente deste Estado, ele encontrará em cada batista um cidadão respeitador das leis, pronto a lhe prestar o maior auxílio [...] O voto de cada um representará a sua opinião, mas o candidato eleito representará a opinião pública do Estado, e os batistas, como genuinamente democráticos, obedecerão a este princípio republicano e de verdadeira democracia (DM. 20.02.1916. p.3).

Quando do falecimento do Bispo D. Fernando Monteiro, neste mesmo ano, Reno confabulou com os seus pares acerca da pertinência de comparecer às celebrações fúnebres:

Eu convoquei minha Junta para decidirmos o que fazer. Eu disse a eles que estávamos começando a ser reconhecidos como instituição e, por isso, nosso não comparecimento seria uma confissão de uma dessas duas coisas: ou que nós não nos considerávamos uma instituição da cidade, ou que nós éramos muito mesquinhos para reconhecer sua (de D. Fernando) posição e valor. Eles votaram e eu compareci (RENO. 2007. p.100).

De fato, a sua posição conciliadora foi observada e elogiada pela imprensa local:

Mr. Loren Reno, [...] chefe da Missão Batista neste Estado, se associou, com o seu comparecimento pessoal a todas estas homenagens. Este distinto cavalheiro, que tomou parte no cortejo fúnebre, veio mais tarde a nossa redação, onde em palestra, manifestou o seu pesar pela perda que acabava de sofrer a igreja católica e a nação, que encontrava em D. Fernando um servidor dedicado, ilustrado e sinceramente patriota (DM. 29.03.1916. p.1).

Essa posição repercutiu, nas palavras de Reno, favoravelmente em toda a imprensa nacional; “curiosamente, o único jornal que eu vi que me condenou pela ação foi o nosso próprio ‘Jornal Batista’” (RENO. 2007. p.100) publicado na capital federal. Esta última observação deixa claro que a prática de procurar uma convivência pacífica com os católicos não era senso comum entre os protestantes.

Em 1932, quando Reno iniciou a construção da sua igreja, a sociedade capixaba estava completamente mobilizada na construção da Catedral do bispado: como vimos na seção anterior, o período de 1930 a 37 foi o de maior esforço com a realização de diversas festas e arrecadações levadas a cabo pela sociedade encabeçada por uma de suas líderes, — a Sra. Mariarchângela Di Biase — com o intuito

de conseguir fundos para o término da construção. Estas festas, de início mais elitistas: “festa veneziana”, “festa japonesa”, concertos de música clássica no Glória¹³, logo, são substituídas por festas mais populares, principalmente quermesses, mas também loterias com uma participação bastante consistente da população local.

É neste quadro de um caráter conciliatório que nós devemos entender a opção de Reno por um templo em estilo neoclássico. Nas suas próprias palavras, admitia Vitória como sendo “profundamente católica” (RENO. 2007. p.99) e a ele devia ter parecido que seria interpretado pela população local como um repto a construção de um outro templo, naquele preciso momento, também em estilo neogótico, mas de uma religião concorrente à Católica.

Conclusões

Assim, a forte personalidade das personagens envolvidas e as condições histórico gerais acabaram criando em Vitória uma situação *sui generis* que parece ter sido única na arquitetura religiosa da 1ª República: o neogótico reafirmando-se como o estilo representativo do catolicismo enquanto a religião reformada que se introduzia no novo espaço da cidade, adotava o neoclássico.

Loren Reno não apenas escolheu o neoclássico como o estilo das suas edificações para não conflitar com o neogótico católico que ao longo de toda a segunda metade da 1ª República era a principal atividade construtiva de Vitória e que envolvia em graus variados

¹³ A consagrada pianista Guiomar Novaes passou por Vitória em julho de 1932 dando dois concertos no recém-inaugurado Teatro Glória, que foram verdadeiros sucessos. O segundo destes concertos foi “em benefício das obras da Catedral” (DM. 09.07.1932. p.2).

a quase totalidade da população religiosa, como evitou também o confronto de uma ocupação com as suas edificações, na cidade alta, reduto histórico do catolicismo, e onde estava situada não apenas a nova Catedral, mas também outros templos de menor dimensão mas de não menos importância histórica e simbólica, como a Igreja de São Gonçalo e a Capela de Santa Luzia, esta última, a primeira edificação religiosa da urbe.

É importante observar que a reurbanização da cidade a partir das intervenções de Moniz Freire (1892-96) e posteriormente Jerônimo Monteiro (1908-12), são, fundamentalmente, um processo de laicização do território da cidade que demoliu templos católicos (N. Sra. da Conceição da Prainha, Igreja de São Tiago e Igreja da Misericórdia), adaptou outros retirando-lhes os aspectos predominantemente religiosos como é o caso do prédio novo da Santa Casa de Misericórdia, e projetou toda uma nova região da cidade que era centrada num grande parque público de 24.000 m² (o Parque Moscoso) em torno do qual o poder público construiu um quartel, escola e casas para trabalhadores, sem destinar um único terreno que fosse para templos.

É nessa parte da cidade não ocupada pela igreja católica e que já nasce laica, que Reno resolveu se estabelecer, comprando à particulares e ao poder público os terrenos necessários, recusando a ajuda governamental e estabelecendo a postura que positivistas e protestantes solicitavam para a República nascente, que mantivesse o Estado laico independente da Igreja.

Referências

Architectura no Brasil. Noticiário técnico, artístico e social. Homenagem a Heitor de Mello. Rio de Janeiro. Ano 1. N° 1. Outubro de 1921. pp. 29-30.

BRIGIDO, Laerte Rangel. *O município de Vitória sob o regime revolucionário: triênio 1930-1933*. Rio de Janeiro: Alba, [1933].

DERENZI, Luiz Serafim. *Biografia de uma ilha*. 3ª edição. Vitória, ES: Secretaria Municipal de Cultura, 2019 (1ª edição de 1965).

DM. Diário da Manhã. Vitória (periódico).

ELTON, Elmo. *Logradouros antigos de Vitória*. Vitória: Instituto Jones dos Santos Neves, 1986.

ESPÍRITO SANTO (Governo). *Patrimônio cultural do Espírito Santo*. Vitória: SECULT, 2009.

FABRIS, Annateresa (org.) *Ecletismo na arquitetura brasileira*. São Paulo: Nobel, 1987.

FARIAS, Pastor Manoel de. *Pelos caminhos anunciai*. [Vitória]: s/e, [1991].

FAVORETO, Diovani. [Histórico da Catedral Metropolitana de Vitória e Fichamento do Livro Caixa da Catedral] material pertencente ao *Projeto de Restauro da Catedral de Vitória de 2010* realizado sob a coordenação do Arq. Humberto Chagas Filho para o Instituto Modus Vivendi – Vitória, ES.

GALVÃO, Rafael. Igreja e Convento da Ordem Carmelitana Descalça no Rio de Janeiro In: *Architectura no Brasil*. Rio de Janeiro. Ano 1. N° 1. Outubro de 1921. pp. 8-13.

JO. Jornal Oficial. Vitória (periódico).

RENO, Loren M. & RENO, Alice W. *Recordações: vinte e cinco anos em Vitória*. (publicado originalmente em 1930 pelo Educational Department of Foreign Mission Board, Virgínia, Richmond) Vitória: Convenção Batista do Estado do Espírito Santo, 2007.

O ESCRITOR DANTE ALIGHIERI: UM HOMEM DE SUA ÉPOCA

Ester Abreu Vieira de Oliveira*



Sta come torre ferma che non crolla
già mai la cima per soffiar de venti;
ché sempre l' uomo in cui pensier rampolla
sovra pensier, da sè dilunga il segno,
perchè la foga l' un de l' altro insolla¹

Resumo: Escrever é registrar um mundo de emoções e de experiências. É historiar uma vida. Ler é desvendar o escrito. E, para aquele que provoca leituras séculos e séculos, não se pode deixar passar despercebida nenhuma data que o faça lembrar. Como há 700 anos faleceu o escritor italiano Dante Alighieri, que tem sido lido e relido por povos e em épocas diversas, nossa proposta é recordar o homem de seu tempo, que deixou em suas obras estampadas suas ideias religiosas e políticas, suas amizades e inimizades, seus amores e desamores, destacando duas obras: *La Divina Commedia* e *La vita Nuova*..

Palavras-chave: Recordar. Dante Alighieri. Escritor.

* Professora Emérita da Ufes, escritora, tradutora, membro da AEL, Cadeira 27 (Presidente), da AFESL. Cadeira 31 (Tesoureira) e do IHGES.

¹ *Divina Comedia* Purgatório, Canto V, v. 14-18: “Qual torre, inabalável sê, dos ventos/ A fúria opondo válido embaraço./ “Quem firmeza não tem nos pensamentos,/ Do fim se aparta, a que a alma se endereça./ E, assim malogra, instável seus intentos.” Todas as traduções da *Divina comedia*, aqui apresentadas, são de J. P. Xavier Pinheiro, in ALIGHIERI, 1949.

Para apresentarmos um resumo da vida e obra do escritor Dante Alighieri, como representante de uma época, tanto no estilo de escrever como na manifestação de suas ideias, deixamos de mencionar os seus estudos linguísticos e políticos, para destacar duas obras líricas: *Vita Nuova* e a *Divina comédia*, porque nelas, poeticamente, ele menciona Beatriz, a dama de seus sentimentos, símbolo do amor e da beleza, dentro do espírito medieval, e deixa refletir sua vida social e política.

Foi entre a Idade Média e a Idade Moderna, em maio de 1265, no século XIII, que nasceu em Florença (Itália), o considerado maior escritor italiano, Durante Alighieri (resumido Dante Alighieri), conhecido, principalmente, por sua obra *A Divina Comédia* (*La Divina Commedia*), inspirada pelo amor, pela política e pela teologia, composta por cem cantos. Esse livro está subdividido em três partes: Inferno, introdução geral da obra onde se encontra o ponto de vista político de Dante na aplicação dos castigos, com justiça; Purgatório, espaço reservado para aqueles que, durante a sua vida, se arrependeram de seus pecados e os expiam antes de entrar na Esfera Divina; e Paraíso, alegoria da visão do amor de Deus à humanidade.

Essa obra contém 14.233 versos, organizados em cem cantos, com estrofes chamadas “tercetos dantescos”. Esta forma estrófica é uma disposição de rima encadeada, “terza rima”, unidade simétrica de três versos, encadeados ABA, BCB, CBC, e assim por diante. Essa rima aparece pela primeira vez, na literatura, nessa obra.

Na *Divina Comédia*, o poeta mostra o estado do homem depois da morte, quando é levado à Justiça de Deus e recebe o castigo mais pesado, o do Inferno, ou o mais leve, o do Purgatório, ou o prêmio da visão de Deus, o Paraíso

São personagens na obra: Dante, que passará pelas duas primeiras etapas do caminho (Inferno e Purgatório), e chega ao último

lance, o Paraíso; o poeta latino, Virgílio, guia de Dante no Inferno e no Purgatório; Beatriz, o guia no Paraíso terrestre e São Bernardo, o guia nas Esferas Celestes.

Numa alegoria da caminhada de uma alma para chegar ao Céu, o poeta apresenta a existência de uma desordem, um pessimismo, “um vale de lágrimas”, a hegemonia do mal sobre o bem, um domínio do ódio. Mas, na meta final, onde há hierarquia, a alma virtuosa ficará localizada de acordo com a sua capacidade humana que teve de amar a Deus, situando-se nos espaços das virtudes cardeais fundamentais da conduta humana (Sabedoria, Fortaleza, Temperança, Coragem), ou nos lugares que direcionam para esfera do Paraíso, a presença de Deus, onde se encontram as virtudes teológicas (Fé, Esperança e Caridade).

Nessa obra apreciamos a inspiração pessoal do autor, o seu entusiasmo pela religião, pela pátria, pelo Império e seus grandes ressentimentos, que o levaram a ridicularizar elementos da sociedade. Daí vem o título dado a esse grande poema; “Comédia”. Porém, segundo algumas opiniões, esse título decorre da semelhança que a obra leva da sequência da comédia: princípio triste e final feliz. Foi Giovanni Boccaccio, na publicação da obra em Veneza, em 1555, quem acrescentou ao título a palavra qualificativa “Divina”. Nela misturam-se o real com o ideal, o fato com o símbolo, a história com a alegoria, naturalmente essa combinação decorre do gosto medieval, mas nessa fusão a obra adquire uma característica teológica, moral, histórica, filosófica, alegórica, enciclopédica, e se torna uma verdade salutar para a vida social.

Poderíamos encontrar na *Divina Commedia* um objetivo didático, pois há um ensinamento religioso de um caminhar ascético entre o castigo, a purificação e a salvação; ou apontar uma alegoria do encontro da alma pura com Deus; ou, ainda, classificá-la como uma autoficção, no sentido de que a alma de Dante, isto é, o eu —

personagem é levado à redenção, depois de uma vida de insubordinação, de retrocesso, como na abertura da obra, no primeiro Canto, quando o poeta encontra uma “selva tenebrosa” em seu caminho.

Nell mezzo del camino di nostra vita²
Mi ritrovai per una selva oscura,
chè la diritta via era smarita

Ah quanto a dir qual era è cosa dura
esta selva selvaggia e aspra e forte
Che nel pensier rinnova la paura!
Tantè amara che poco è piu morte;
ma per trattar del ben ch'io vi trovai,
dirò de l'altre cose ch'io v'ho scorte.

Io non so ben ridir com'io v'entrai,
tant'era pienso di sonno a quel punto
che la verace via abbandonai.³

Segundo Xavier Pinheiro (1949, p.9, v. 1), em nota para a palavra “*del camino*” (jornada), no Canto 1, do Inferno, Dante iniciou a escrita dessa obra em Roma, na noite de 4 a 5 de março de 1300, na véspera da Sexta-Feira Santa. O tradutor, ainda acrescenta que, segundo Boccaccio, no exílio ele escreveu o Purgatório, entre 1310–1313, com aproximadamente 45 anos. Porém, depois de sua morte, os 13 cantos finais do Paraíso, foram compostos por seu filho Jocapo. Mas existem discordâncias desse julgamento, no fato de que, devido ao temperamento apaixonado do poeta, era impossível que não tivesse terminado a obra.

² Segundo Xavier Pinheiro na nota 1, do Canto 1, p. 9, Dante realizou a sua viagem em 1300, com 35 anos de idade.

³ Inferno, canto 1 estr. 1e 2: “Da nossa vida em meio da jornada / Achei-me numa selva tenebrosa/ Tendo perdido a verdadeira estrada./ Dizer qual era é coisa penosa/ Desta brava espessura a asperidade,/ Que a memória inda relembra inda cuidadosa.!/ *Tantè amara che poco è piu morte;*/ ma per trattar del ben ch'io vi trovai,/ dirò de l'altre cose ch'io v'ho scorte./ Io non so ben ridir com'io v'entrai,/ tant'era pienso di sonno a quel punto/ che la verace via abbandonai.”

Dante Alighieri era bisneto de um cruzado, que acompanhou o imperador Conrado. Seu pai morreu quando ele era muito pequenino e logo depois a mãe. Órfão, de pai e mãe, entre a infância e a adolescência, levou uma vida assinalada por um recolhimento místico e uma dedicação aos estudos. Quando tinha nove anos, assistindo em casa de Folco Portinari às festas das calendas, viu a jovem Bice, abreviatura de Beatriz, de cerca de oito anos, filha de Folco de Perticari, rico burguês florentino, e se impressionou com a sua beleza, amabilidade e graça. Seu íntimo fica marcado por essa visão feminina que mexe com suas mais profundas emoções e que será um motivo de produções poéticas. Seus versos, que começou a fazer a uma pessoa amada, foram enviados a poetas toscanos e uns o animavam a seguir com essa produção, enquanto outros o criticavam, possivelmente vendo nesse jovem um futuro rival.

Dante faleceu, em Ravena, em 14 de setembro de 1321, há 700 anos, acometido por febre malária. Ele deixou uma produção literária enciclopédica⁴, contendo todo o saber medieval de sua época, escrita em latim ou em italiano, que ele chamava “língua vulgar”, isto é, língua da fala do povo.

A obra de Danti Alighieri consta com uma extensa fortuna crítica, por seus tratados de: teologia, filosofia, astronomia, matemática, ciências físicas e naturais, política, história e geografia, arte, e ciências ocultas, mas na sua *Divina comédia* ele critica a sua sociedade.

Para compreendermos a produção de Dante Alighieri e o homem que a compôs temos que nos fixarmos no ser humano e nas características de sua época.

⁴ Obras de Dante Alighieri: *Vita Nuova* (narrativa e poética); *Convívio* (tratado científico-filosófico em italiano), *De vulgari Eloquencia* (tratado linguístico, em latim), *Monarchia* (tratado político), *Questio de aqua et terra*, *Due egloghe latine*, *Epistole*, *Divina Commedia* (poema narrativo).

Sua breve vida (56 anos) ficou marcada por vários acontecimentos notáveis: amor platônico, casamento, filhos, participação em batalhas, luta pela democracia florentina, prisão, exílio, mudanças de cidades (Verona, Bologna, Paris e Ravena).

Como soldado, com 24 anos, participou de uma expedição militar, durante a batalha de Campaldino⁵, que assegurou a hegemonia guelfa Toscana, isto é, a supremacia dos florentinos, em julho de 1289.

Dante esteve na facção dos Guelfos, combatendo a cavalo, na frente de choque, contra os Ghibelines, conforme o partidarismo seguido por seus antepassados, porém em 1302, quando se desterrou de Florença, se desligou desse partido. Seu afastamento dessa cidade ocorreu, porque ia ser queimado vivo, devido às suas ideias políticas. Foi injusta a condenação, perdeu o direito civil e confiscaram-lhe os bens. Em seu exílio percorreu a Itália, estudou teologia e filosofia na Universidade de Paris.



http://www.signaarretii.it/storia-di-arezzo/analisi-della-battaglia-campaldino_16443/

⁵ Batalha de Campaldino foi uma batalha entre os Guelphs e Ghibelines em 11 de junho de 1289. Bandos mistos de forças pró-papais da Guelf de Florença e aliados, Pistoia, Lucca, Siena e Prato. Estavam comandados pelo condottiero Amerigo di Narbona com seus mercenários e encontraram uma força gibelina de Arezzo, na planície de Campaldino, que leva de Pratovecchio a Poppi, parte da zona rural da Toscana ao longo do alto Arno, chamada de Casentino.

Na *Divina comédia*, no Canto XXI do “Inferno”, nas críticas que o autor faz aos oficiais públicos, castigando os traidores num lago de pez incandescente, Virgílio, protegendo Dante do perigo de ele cair nesse ambiente perverso, indica-lhe o recanto de uma pedreira, mas ele retruca ao aviso, fazendo menção de atos destemidos de Dante, soldado, na batalha de Capaldino:



e per nulla offension che misia fatta,
non temer tu, che' i' ho le cose conte
e altra volta fui a tal baratta. (v.61-63)⁶

Ainda nesse canto ele se refere ao medo que os soldados fugitivos dos Giberlines tiveram do inimigo, nessa batalha:

cosi vid'io già temer li fanti
ch'uscivan patteggiati di Caprona,
veggendo sè tra nemici cotanti.⁷ (v. 69-70)

⁶ “Não temas que me ofenda o bando inimigo/ Muito bem sei como o furor lhe afronte;/ Já venci de outra vez igual perigo”.

No mesmo ano dessa batalha, em 16 de agosto, Dante, junto com 400 soldados, participou da tomada do castelo de Caprona⁸ contra os Gibelinos de Pisa que então era governado pelo arcebispo Ruggeri degli Ubaldini. A maioria das cidades circundantes era controlada pelos guelfos, rivais comerciais de Pisa, Génova e Florença.



<https://it.wikipedia.org/wiki/Caprona#/media/File:Upezzinghi.jpg>

Ubaldini objetivava desfazer-se dos grupos rivais e, com uma atitude de falsa amizade, favoreceu os Giberlinos, indispondo um contra o outro. Guiou a revolta que levou à deposição do conde Ugolino della Gherardesca, que havia traído o partido e alicerçado ao arcebispo. Provocou o encerramento do conde junto com os filhos e netos numa torre até a morte sem alimentação: “la qual per

⁷ “A partido assim vi que estremeciam/De Caprona os soldados, que saíram/ quando envoltos de inimigos se sentiram..”

⁸ Esse castelo estava localizado no sopé de um contraforte rochoso em que se erguia a torre de vigia, o que permitia a comunicação com as estruturas fortificadas circundantes.

me ha il titol de la fame”⁹. No subterrâneo dessa torre fechada com paus e pregos, ele viu seus filhos morrerem e ele mesmo, levado pela fome se alimenta deles.

Quando fui desto innanzi la dimane,
pianger senti fra 'l sonno i miei figliuoli
ch' eran con meco, e domandar del pane.

Ben sé crudel, se tu già non ti duoli,
pensando ciò che 'l mio cor s'annunziava;
e se non piangi, di che pianger suoli?

Già eran desti, e l' ora s'apressava
che 'l cibo ne solea esser addotto,
e per suo sogno ciascun dubitava;¹⁰

Pela traição de Ubaldo e pela atitude hipócrita do arcebispo, Dante os coloca no Inferno e inicia o canto XXXIII, com Ugolino roendo a cabeça de Ubaldini, justificando que era para renovar a dor: “Che frutti infamia al traidor ch' i rodo”¹¹



Inferno_Canto_33_Doré_(dettaglio).jpg (640x480) (wikimedia.org)

⁹ Torre da fome – após o meu tormento. (Canto XXXIII v. 24)

¹⁰ Inferno, Canto XXX, estrofe 13-15: “Desperto ao primo alvor, dos meus queridos/ Filhos que eram comigo, o choro soa:/ Pedem pão, estando ainda

Como homem político, Dante estudou a monarquia em um tratado em latim. Essa obra apresenta a ideia de um Império Universal, no qual a Itália seria a guardiã. Seu mundo espiritual, que impregnará a sua literatura, principalmente nas visões do outro mundo, como aparece na *Divina Comédia*, em suas subdivisões, contém o misticismo dos pensadores cristãos: S. Bernardo, S. Francisco, S. Boaventura, São Tomás e do Fra Jacopone.

Uma amostra de sua religiosidade cristã é a terceira estância, do canto VII, do Inferno, na *Divina Comédia*, quando o poeta declara que é Deus quem rege as coisas e castiga as faltas dos homens:

Ahi giustizia di Dio! tante chi stipa
nove travaglie e pene, quant'io viddi?
E perchè nostra colpa si ne scipa?¹²

Dante casou-se com Gemma Donati e teve com ela três filhos. Embora casado, passou por uma transformação emocional entregando-se às farras, à vida dissoluta e à bebida, “à vida alegre”, depois da morte da jovem Beatriz, a quem nutria um amor platônico desde a infância. Ela, ainda muito jovem, faleceu em 09 de junho de 1290, mas era casada com Simone de`Bardi, de rica família de banqueiros. No canto 30 do Purgatório, na estância 32, há alusão à mudança de comportamento desregrado de Dante, quando o personagem Dante pergunta a Beatriz ideal por que estava irada com ele, e ela, da estância 39 a 48, censura-lhe, explicando-lhe que na juventude ele tinha sido bem dotado e virtuoso, mas fugiu do caminho da verdade.

adormecidos,/ És cruel, se a tua alma não magoa/ O prenúncio da dor, que me aguardava:/ Se não choras, que pena há que te doa?/ Despertaram; e a hora já chegava/ Em que alimento escasso nos traziam;/O sonho a cada qual nos aterrava.”

¹¹ Inferno. Canto XXXVIII, estrofe 3.

¹² “Ah! Justiça de Deus! que lei tremenda,/ Dores, penas, quais vi tanto amontoa?/ Por que da culpa nos obceca a venda?”

Non pur per ovra de la rote Magne,
che drizzan ciascun seme ad alcun fine
secondo che le stelle son compagne¹³

Essa perdição do ser humano, na *Divina Comédia* é vista pela alma dantesca se esforçando para sair do ambiente de perdição, mas só poderá alcançar seu objetivo com a ajuda de alguém, dentro da filosofia mística. Esse auxílio virá de Virgílio, o poeta romano, que aparece e convida Dante para visitar os reinos eternos e será o seu guia até a entrada do Paraíso. Sob sua proteção os perigos serão evitados na passagem pelo Inferno e pelo Purgatório até chegar ao encontro com Beatriz, a virtude perfeita, que o conduzirá para a contemplação da Divina Luz. Mas ela ficará sentada num trono e um velho, São Bernardo, é quem vai levá-lo a ver a Virgem, rodeada de anjos e Santos.

Exaltando a beleza de Beatriz, personagem na obra que impulsiona a criatura para o caminho da perfeição, para uma aproximação com Deus, a mulher ideal, a beleza suprema, o poeta afirmará que só Deus pode compreender uma tal beleza. (Canto XXX do Paraíso, estâncias 6- 4)

Se quanto infimo a qui di lei si dice
fosse conchiuso tutto in una loda,
poco sarebbe a fornir questa vice.

La bellezza ch'io vidi si trasmoda
non pur là da noi, ma certo io credo
che solo il suo fattor tutta la goda.
[...]
Dal primo giorno ch'ì vidi il suo viso
in questa vita, infino a questa vista,
non m'è il seguire al mio cantar preciso;

¹³ “Por fraguras fugiu da estrada vera,/ Em fingidas imagens enlevado,/ De que jamais se alcança o que se espera”.

[...]

Luce intellettuale, piena d'amore;¹⁴

O poeta apresenta uma redenção universal, guiada pela Razão, a da Humanidade e a do Império. A felicidade natural, que está no “Paraíso Terrestre”, encontra-se no reino da justiça e da paz. Nas estrofes finais do CANTO I, do Inferno, o poeta afirma que o Onipotente impera por toda parte, mas tem no “Empíreo” sua sede augusta, e é feliz o eleito para chegar a esta glória.

A obra *Vita Nuova*, Dante dedica a seu amigo Guido Cavalcante, a quem deve a volta à sua vida correta e a estimulá-lo a escrever sobre Beatriz. Em verso e prosa, o poeta expõe a doutrina do amor, própria de sua época, o estilo do “*Dolce stil Nuovo*”, fundado por Guido Guinizelli da Bolonha, tendência poética trovadoresca, para cantar o amor a Beatriz, desde o dia em que a viu até a sua morte, ocorrida em 1290, com 25 anos.

Em *Vita Nuova*, o poeta declara o amor por Beatriz, numa narrativa alegórica de um amor ideal, dentro das leis estéticas provençais, e de um amor universal.

Com a imagem de uma mulher real e uma ideal (realidade e ficção) Dante apresenta um amor, como espelho da perfeição, em uma narrativa que ilustra com poemas e dá a eles explicações do seu conteúdo e forma, Na alegoria de *Vita Nuova* ora o Amado encontra-se com a Amada, ora se separam

Demonstrando toda a cortesia que exige do homem para com o objeto inatingível de sua adoração, exaltando a virtude e beleza, o

¹⁴ “Num só louvor eu, resumir querendo/ Dela o que vezes mil tenho cantado,/ Frustrara o intento, o esforço meu perdendo./ Pelo humano ideal imaginado/ Não seria o primor, que vi, mas, creio,/ Gozá-lo todo só a Deus é dado./ [...] / Dês que vi do seu gesto o paraíso/ / a terra até me alçar a visão pura/ Me canto renovar não foi preciso./ [...] / Luz intelectual, de amor ardente,/ Amor do sumo bem que, enche a alegria,/ Alegria em dulçores transcendente”

poeta apresenta em *Vita Nuova*, as três visões que teve de Beatriz: a primeira, o encontro com Beatriz, a profética de Amor e Morte; a segunda, o desespero de Dante e os lamentos pela morte de Beatriz, e a terceira, o aniversário de morte de Beatriz, a recordação, numa milagrosa visão da Amada.

Como a obra é narrativa e o eu se torna presente, poder-se-ia dizer que é autoficção. Contudo, os poemas que ilustram a narrativa e as explicações que o eu narrador dá a eles oferecem à obra poética uma característica ensaística.

O amor, no conceito trovadoresco, vai além da união dos corpos. Ele abre caminho para a contemplação serena da mulher que é um ser dotado de beleza e moral. Mas o amor¹⁵ em *Vita Nuova* é mais espiritual e transfigurador, difere desse sentimento concebido na *Divina Comédia*, (Canto V, Inferno, estrofes 34-36.) um amor inflamado, amor pecado, amor paixão, demonstrado pelo casal *Francesca* e Paolo.

Amor, ch`al cor gentil ratto s`apprende,
prese, costui de la bella persona
che mi fu tolta: e `l modo ancor m`offende.

Amor, ch`a nullo amato amar perdona,
mi prese del costui piacer si forte
che, come vedi, ancor non m`abbandona.

Amor, condusse noi ad una morte:
Caina attende chi a vita ci spense. [...]¹⁶

¹⁵ Na época dantesca, a lírica provençal, apresentava uma nova concepção do amor entendido como sentimento espiritual e transfigurador. O amor neste conceito vai além da união dos corpos. Ele abre caminho para a contemplação serena. A mulher é um ser dotado de beleza e moral.

¹⁶ “Amor, que os corações súbito prende,/ Este inflamou por minha formosura,/ Que me roubaram: o modo inda me ofende,/ Amor, em paga exige igual

Dante Alighieri inicia *Vita Nuova* referindo-se a como conheceu a mulher de seus sonhos Beatriz, filha de Folco Portinari, nobre florentino. Estava com nove anos:

Nove fiata già appresso lo mio nascimento era tornato lo cielo de la luce quasi a uno medesimo punto, quanto a la sua propria girazione¹⁷, quando a li miei occhi apparve prima la gloriosa donna de la mia mente, la quale fu chiamata da molti Beatrice, li quali non sapeano che si chiamare.¹⁸

Ela era sua vizinha e tinha oito anos e quatro meses. Estava vestida com um vestido sanguíneo. Nesse momento, segundo Dante, o amor se apoderou de sua alma, pedindo-lhe que a procurasse.

D'allora innanzi dico che Amore segnoreggiò la mia anima, la quale fu sì tosto a lui disponsata, e cominciò a prendere sopra me tanta sicurtade e tanta signoria per la virtù che li dava la mia imaginazione, che me convenia fare tutti li suoi piaceri compiutamente. Elli mi comandava molte volte che io cercasse per vedere questa angiola giovanissima; onde io ne la mia puerizia molte volte l'andai cercando, e vedèala di sì nobili e laudabili portamenti, [...]¹⁹

ternura,/ Tomou por ele em tal prazer meu peito,/ Que, bem o vês, eterno me perdura,///Amor nos igualou da morte o efeito:/ A quem no-la causou, Caína, esperas.” [...]. Observação: As traduções do italiano de *Vita Nuova* para o português são de Paulo M. Oliveira e Blasio Demetrio.

¹⁷ Segundo Tolomeu o sol ocupava a quarta parte e dois movimentos lhe atribuíam: um, o dele mesmo, e o outro, proveniente do céu.

¹⁸ “Nove vezes já, depois do meu nascimento, tornara o céu da luz quase a um mesmo ponto, quanto à sua própria giração, quando aos meus olhos primeiro apareceu a gloriosa senhora da minha mente, à qual foi chamada por muitos Beatriz.”

¹⁹ “Doravante digo que Amor se apoderou de minha alma, a qual foi por ele tão depressa desposada, e começou a tomar sobre mim tanta segurança e tanta senhoria pela virtude que lhe dava a minha imaginação, que me convinha satisfazer completamente todos os seus prazeres. Ele mandava-me muitas ve-

Nunca a esqueceu. Muitas vezes a via e sempre extremamente bela: “Ella non parea figliuola d’uomo mortale, ma di Deo” (Não parecia filha de homem mortal, mas de Deus.). Nove anos depois dessa visão primeira, o poeta vê Beatriz vestida de branco, junto de duas belas mulheres, Ao passar por ele na rua, o cumprimentou, o que lhe provoca muita alegria e a produção de um soneto:

A ciascun’alma presa, e gentil core,
nel cui cospetto ven lo dir presente,
in ciò che mi rescrivan suo parvente,
salute in lor signor, cioè Amore.
Già eran quasi che atterzate l’ore
del tempo che onne stella n’è lucente,
quando m’apparve Amor subitamente,
cui essenza membrar mi dà orrore.
Allegro mi sembrava Amor tenendo
meo core in mano, e ne le braccia avea
madonna involta in un drappo dormendo.
Poi la svegliava, e d’esto core ardendo
lei paventosa umilmente pascea:
appresso gir lo ne vedea piangendo.

Depois desse encontro, o poeta sentiu a crueldade do amor. Mas um dia, na igreja, Beatriz estava sentada entre ele e uma mulher bonita e, esta pensou que seu olhar era para ela e as pessoas que os observavam acreditavam que era a mulher quem o olhava e criticaram-na. E para ocultar mais firmemente o seu secreto amor das pessoas, o eu personagem fez poemas para essa mulher bonita. O disfarce durou pouco, pois a falsa mulher amada mudou-se da cidade. Então, o dissimulado poeta amoroso procurou fazer um poema que mostrasse a sua dor, para que não fosse revelado o segredo

zes que procurasse ver esse anjo juveníssimo d modo que eu na minha meninice muitas vezes a andei procurando, e a vi com tão nobres e louváveis aparências [...]

a quem amava de verdade. Esses poemas ele não registrou na obra. Essa era uma técnica cavaleiresca de exaltar uma dama em palavras, com poemas, para que não fosse atingida a virtuosa e bela dama de seus sonhos. Ele explica que o soneto tem duas partes. Na primeira ele fala aos amorosos, solicitando-lhes que o ouçam, mas com as palavras de Jeremias em latim: “Ó vós todos que passais pelo caminho, vinde e vede se existe dor tão grande quanto a minha dor.”²⁰, Na segunda, narra o que o amor fez a ele.

O voi, che per la via d'Amor passate,
attendete e guardate
s'elli è dolore alcun, quanto 'l mio, grave;
e prego sol ch'audir mi sofferiate,
e poi immaginate
s'io son d'ogni tormento ostale e chiave.
Amor, non già per mia poca bontate,
ma per sua nobiltate,
mi pose in vita sì dolce e soave,
ch'io mi sentia dir dietro spesse fiate:
“Deo, per qual dignitate
così leggiadro questi lo core have?”
Or ho perduta tutta mia baldanza,
che si movea d'amoroso tesoro;
ond'io pover dimoro,
in guisa che di dir mi ven dottanza.
Sì che volendo far come coloro
che per vergogna celan lor mancanza,
di fuor mostro allegranza,
e dentro dallo core struggo e ploro.²¹

²⁰ “O vos omnes qui tansitis per viam, attendite et videte si est dolor sicut dolor meus”.

²¹ “Vós que a via de Amor vejo seguir,/Procurai distinguir/ Se há dor alguma, quanto a minha grave;/ E consenti apenas em me ouvir,/ Para então decidir/ Se não sou da desgraça abrigo e chave./ Amor, não pelo bem que em mim se vir, / Mas que nele existir,/ Pós-me em vida tão doce e tão suave/ Que escutei, muitas vezes, proferir:/ “Por que o vejo sempre ir, Contento, sem tristeza que o agrave?”// Agora já perdi minha ousadia,/ Que somente em amor tinha razão;/ Infe-

Depois da demonstração de frustração de amor, e após a procura de ocultá-lo dos outros, o poeta narra que uma jovem e bela mulher, que viu em companhia de Beatriz, morreu e ele escreve dois sonetos sobre esse tema. No primeiro, assinala o choro de todos pela morte de uma mulher bonita. No segundo, designa a vilania e impiedade da morte e a destruição que proporcionou. E o poeta vai narrando sucessivos acontecimentos de visões da mulher amada e desaparecimento dela e seus pensamentos de querer e desquerer a amada, de ela ser boa, ou não. Como um despetalar de um malmequer, era o seu combate do bem e do mal, até surgir-lhe a inspiração para a criação de um novo soneto sobre essa temática de ter pensamentos bons e maus.

Prosseguindo com essa forma de narrar e inserir poemas, de acordo com a situação ocorrida de presença da amada, o poeta resolve fazer um soneto de louvor à amada, na parte XXI, exaltando a força do olhar, e a virtude da mulher querida.

Negli occhi porta la mia donna Amore,
per che si fa gentil ciò ch'ella mira;
ov'ella passa, ogn'òm vèr lei si gira,
e cui saluta fa tremar lo core,
sì che, bassando il viso, tutto smore,
e d'ogni suo difetto allor sospira:
fugge dinanzi a lei superbia ed ira.
Aiutatemi, donne, farle onore.
Ogne dolcezza, ogne pensiero umile
nasce nel core a chi parlar la sente,
ond'è laudato chi prima la vide.
Quel ch'ella par quando un poco sorride,
non si pò dicer né tenere a mente,
sì è novo miracolo e gentile.²²

liz dizer quão/ Permaneço, difícil me seria.// Assim, por ser me esforço como o são/ Os que escondem a sua vilania:/ Sou por fora alegria/ E por dentro amargor.”

²² “Nos olhos leva minha amada Amor, /Porque se faz gentil o que ela mira;/ Toda a gente, ao passar, p’ ra a ver se vira, /E em quem saúda ao peito dá tre-

Outros acontecimentos merecerão destaque do poeta: a morte do pai de Beatriz e a dor lancinante da filha, uns dias de sua enfermidade, o pensamento pela morte da Amada e pelos eventos que poderiam suceder. E as narrativas vão caminhando junto com os poemas. Assim nasce um poema canção sob suas fantasias e os comentários que surgiram depois de seus delírios, outro com nova visão da amada, admirada por todos, mas recatada, e um outro ilustrando a virtude da mulher amada.

O poeta menciona a morte de Beatriz, a tristeza que o abateu, quando ela vai para o céu e narra que um ano após a morte da amada, continua a fazer versos sobre o amor e sobre os seus efeitos, e começa a apreciar outra mulher. Porém, tempos depois, rememorando o passado, relembra Beatriz com o vestido sanguíneo como o da primeira visão que teve, e volta a pensar nela e a procurar modificar a sua vida. Em seus pensamentos ele relembra as suas qualidades físicas e morais e a vê de uma forma admirável e confirma a eternidade de seu amor, pois, enquanto ele viver deseja dizer dela o que nunca foi dito de nenhuma outra e assim fará em *A Divina Comédia*. Termina a obra com a premunção de uma glória literária para a amada “Beatrice, la quale gloriosamente mira ne la faccia di colui `qui est per omnia secula benedictus`”. (ALIGHIERI 2021, p. 48)²³

Vita Nuova nos remete a três idéias relativas ao amor: memória, morte e segredo. Mas o amor inacessível por Beatriz torna-se para Dante não uma ilusão, mas um amor salvação, cristalino, di-

mor,/ Tal que, baixando o rosto, é só temor/ E todo seu defeito então suspira:
/Ante ela fogem a soberba e a ira. Mulheres, ajudai-me, em seu louvor./ Toda
doçura e pensamento humil/ Quem a escuta falar no peito sente,/ Sendo lou-
vado quem primeiro a viu,//

E o que parece, quando a alguém sorriu,/ Não se pode dizer nem ter em mente,
/ Tão estranho é o milagre e tão gentil.”

²³ Beatriz que gloriosamente contempla aquele quei est per omnia sacula benedictus”

vinal e, por isso, ele a exalta, tanto em *Divina Comédia*, como em *Vita Nuova*.

Escreve o poeta enamorado que não pode compará-la com outra mulher, pois ela é de “beatitude nobilíssima”, pureza incomparável e intocável mulher. E sendo o Amor, ainda, o respaldo para a impulsão de melhoria neste mundo, para falar de um escritor que tão bem expressa em seus textos poéticos suas insatisfações e fantasias, com todo o conhecimento de seu tempo e de sua vivência, e, em duas importantes obras suas destaca aquela que o leva a sentir essa emoção tão humana, demos aqui um destaque a Beatriz, a força poética de seu viver.

[...] Ell'ha perduta la sua beatrice;
e le parole ch'om di lei pò dire
hanno virtù di far piangere altrui. (ALIGHIERI
2021, p. 47)

Referências

- ALIGHIERI, Dante. *La Divina Commedia*. Bergamo: Bolis, [s/d]
- ALIGHIERI, Dante. *Divina Comédia*. Tradução J. P. Xavier Pinheiro. Rio de Janeiro: W. M. Jackson Inc. 2, v, 1949.
- ALIGHIERI, Dante. *Vida nova*. Tradução de Paulo M. Oliveira e Blasio Demetrio. Prefácio A. Piccarolo. 3ª. ed. São Paulo: Atena Editora: 1956. Biblioteca Clássica, vol. XX.
- ALIGHIERI, Dante. Acesso em: 18, jun. 2021, https://onemorelibrary.com/index.php/es/?option=com_djclassifieds&format=raw&view=download&task=download&fid=14201
- Bignami, Ernesto. *Lèsame di Itlaiano*. Parte prima Milano: Bignmai, 1956, p. 25-53
parte XLI

Deh! peregrini che pensosi andate,
forse di cosa che non v'è presente,
venite voi da sì lontana gente,
com' a la vista voi ne dimostrate,
he non piangete quando voi passate
per lo suo mezzo la città dolente,
come quelle persone che neente
par che 'ntendesser la sua gravitate.
Se voi restaste per volerlo audire,
certo lo cor de'sospiri mi dice
che lagrimando n'uscireste pui.

“ÀS URNAS CASTELENSIS! PARA TRÁS, SICÁRIOS”.
O PAPEL DO JORNAL *TRIBUNA DO SUL* DE CASTELO ES
NA CAMPANHA ELEITORAL DE JÚLIO PRESTES À
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA EM 1930

*Ademildo Gomes**

Resumo: O artigo analisa o papel do Jornal Tribuna do Sul de Castelo na campanha eleitoral de Júlio Prestes à presidência da República entre dezembro de 1929 e março de 1930. O Jornal Tribuna do Sul de Castelo foi criado em dezembro 1929 como “Órgão Oficial do Governo Municipal” tinha como diretor responsável o então prefeito-interventor Américo Viveiros Costa Lima, como redator-chefe o vereador e presidente da Câmara Arquilau Vivácqua, gerente Sizenando Silva e como redatores o vereador e vice-presidente da Câmara Carlos Lomba e o vereador Raymundo Nonato Rangel. Esse jornal, em sua curta existência, foi dedicado exclusivamente à campanha a favor da eleição de Júlio Prestes à Presidência da República, sendo um grande instrumento utilizado pelos políticos locais para convencer o povo Castelense que Júlio Prestes, na época, era a solução para todo Brasil. Por trás dessa mensagem estava o sistema coronelista que controlava os processos eleitorais municipais no cenário político da Primeira República, também chamada de República Oligárquica.

Palavras-chaves: Castelo. Tribuna do Sul. Júlio Prestes. Oligarquia.

Uma história local

A historiografia ocidental havia se constituído tradicionalmente em torno do campo político e econômico, preocupando-se em dei-

* Mestre em Teologia Moral pela Pontifícia Universidade Lateranense de Roma (Itália), Doutorando em História Social das Relações Políticas pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), integrante do Laboratório de Estudos do Movimento Migratório – LEMM(UFES) e do Laboratório de História, Poder e Linguagens (UFES). Associado do IHGES.

nar registrada a história dos grandes homens e eventos. No entanto, a partir da terceira década do século XIX, com a *Escola dos Annales*¹, surge e se consolida um novo tipo de história, uma história problematizada, que pretende ser uma alternativa diante da perspectiva institucional, factual ou meramente descritiva da historiografia.

Giovanni Levi dá uma definição que nos parece resumir bem essa nova proposta historiográfica. Segundo o autor, “a história é a ciência das perguntas gerais, mas das respostas locais” (LEVI, 2014, p. 1). Esse olhar da história social voltado para as singularidades de cada local tem alterado significativamente o cenário historiográfico, fazendo com que esse tenha em consideração diversos elementos que até então ficavam marginalizados, por serem vistos apenas como um detalhe indiferente dentro contexto macrossocial (PRADO, 2018, p. 80).

Conforme Arlette Farge (2015, p. 81), é preciso espreitar o acontecimento lá onde menos se espera, pois a história se passa lá onde tudo passa como se não houvesse história alguma. Isso significa que cada um ou cada grupo com seus problemas e suas escolhas, enfim com sua política da vida cotidiana, participa da organização e formação da história geral (LEVI, 2000, p. 45).

Vamos constatar esse fato ao analisarmos o papel do Jornal *Tribuna do Sul* em Castelo entre dezembro de 1929 e março de 1930. Para isso, faremos memória do cenário político do Brasil e do Espí-

¹ “Em 15 de janeiro de 1929 aparecia o primeiro número da revista *Annales d'histoire économique et sociale*, criada por Lucien Febvre e Marc Bloch. Essa revista veio a se tornar a referência básica para o que se convencionou chamar de Escola dos Annales no domínio da historiografia francesa. A revista passou por diferentes nomes, mas permaneceu influente até hoje não apenas como uma revista de história, mas também no domínio mais amplo das ciências sociais, como aliás foi a sua proposta desde o início” (SOARES, Geraldo. “História da vida cotidiana: o programa da escola francesa dos Annales”. In: *Interface*. Ano II. n. 5. p. 47- 59, setembro de 1999, p. 47)

rito Santo na década de 1930. O Jornal *Tribuna do Sul* foi um meio da oligarquia local castelense participar do contexto sociopolítico que marcou o fim da Primeira República (1889-1930), chamada classicamente de “República velha” ou “República Oligárquica” do Brasil (SILVA; SIMONATO; QUINTÃO, p. 325).

A imprensa tem um papel singular na história política. Como afirma Bastos (2018, p. 89), as folhas impressas são instrumentos fundamentais para os estudos sobre sociabilidades, cotidiano e investigações sobre a vida pública de cada localidade. Contudo, “a imprensa não surge num vazio cultural” (MOREL, 2005, p. 206; Apud BASTOS, 2018, p. 88). Para entendermos a intenção e os objetivos de uma publicação devemos sempre levar em consideração o contexto sociopolítico de sua produção submetendo tudo ao crivo das críticas externas e internas.

A crítica externa implica analisar o discurso a partir de suas relações com aquilo que o cerca (tempo, espaço, sociedade, cultura etc) e das relações de poder e de saber nas quais o autor está envolvido. A crítica interna implica tomar um discurso não apenas como algo que remete a um acontecimento, mas como sendo em si mesmo um acontecimento, e que enquanto tal, deve ser interrogado (PINSKY; LUCA, 2017, p. 236-237). Será nessa ótica que faremos nossa abordagem sobre o papel do jornal *Tribuna do Sul* na história sociopolítica de Castelo.

O Contexto Sociopolítico Brasileiro no Fim da Primeira República

De acordo com Silva, Simonato e Quintão (2018, p. 325-329), a Primeira República foi marcada por intensas lutas políticas que revelavam um quadro institucional-político de instabilidade e de-

sestabilização. Tendo em vista a questão eleitoral, a República manteve o mesmo padrão político eleitoral do Império, caracterizado por uma política elitista com reduzida presença popular, na qual os coronéis eram peças-chaves do poder oligárquico, exercendo forte influência sobre o eleitorado local, sendo o primeiro degrau das disputas políticas republicanas.

Faoro faz as mesmas considerações em relação à política da Primeira República (FAORO, 2012, 541-542). Conforme esse autor, a República Velha continuou o movimento restritivo da participação popular, paradoxalmente consanguíneo do liberalismo federal irrompido no fim do Império. A política era ocupação dos esclarecidos para o comando das maiorias analfabetas, sem voz nas urnas. Dentro desse esquema se afirmava o coronelismo com sua aliança com as oligarquias estaduais. O coronel constituía o primeiro degrau da estrutura política, projetada de baixo para cima. O vínculo que lhe outorgava poderes públicos vinha, essencialmente, do aliciamento e do preparo das eleições.

Enquanto o comando do Brasil no campo nacional, era movimentado pelos principais estados, que elegiam presidentes a partir das alianças oligárquicas, no âmbito local quem detinha o poder eram os coronéis (CAMPOREZ, 2015, p. 79). O compromisso coronelista consistia no seguinte esquema, garante Leal (1997, p. 50), em relação aos chefes locais: dar incondicional apoio aos candidatos oficiais na época das eleições estaduais e federais. No que diz respeito à situação estadual, garantir carta-branca ao chefe local governista em todos os assuntos relativos ao município.

Mas as camadas sociais urbanas e rurais denunciavam o desvirtuamento das instituições republicanas e dos valores liberais, tais como o clientelismo, nepotismo, compra de votos, violência e arranjos políticos. Havia, portanto, um clima de insatisfação social e política manifestado pelas revoltas sociais, políticas e militares en-

volvendo oligarquias dissidentes(SILVA; SIMONATO; QUINTÃO, 2018, 333-334).

A situação se tornou mais alarmante na época da sucessão presidencial de Washington Luís, em 1930. Esse período foi marcado pelo rompimento do acordo oligárquico firmado entre os estados de São Paulo e de Minas Gerais que formavam a chamada “política do café com leite”.

Quanto mais São Paulo distanciava-se dos mineiros na gestão federal, mais os gaúchos apresentavam-se como parceiros preferenciais do Catete, ao lado dos fluminenses, baianos e pernambucanos. Ao tentar afastar Minas da interferência sobre os rumos do país, Washington Luiz não se isolava. Ao contrário, aproximava-se de novos parceiros, apoiando-se neles, para eximir-se da contribuição mineira. Nesse clima de abalos econômicos e de mudanças na correlação de forças políticas majoritárias, foram iniciadas as discussões acerca da sucessão presidencial (VISCARDI, 2001, p. 305).

Washington Luís indicava para a sua sucessão Júlio Prestes, membro da oligarquia paulista. Os setores oligárquicos divergentes se articularam na Aliança Liberal (Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Paraíba e outros estados) em torno do Candidato Getúlio Vargas. Júlio Prestes venceu o pleito eleitoral, marcado pela fraude e pela violência de ambos os lados. Entretanto, diante da pressão das forças revolucionárias provenientes do sul do país, em novembro de 1930, Getúlio foi empossado no cargo de presidente da República marcando o início da Era Vargas e de uma nova fase da história política da República brasileira(SILVA; SIMONATO; QUINTÃO, 2018, p. 336).

A Política no Espírito Santo na Década de 1930

No que diz respeito à política no Espírito Santo na década de 1930, Fernando Achiamé é uma referência fundamental². Conforme esse autor, a política espirito-santense desse período guarda semelhanças com os fatos sucedidos em outras unidades federadas. No entanto, devemos conhecer as particularidades relativas à implantação, ao desenvolvimento e ao término da Segunda República em terras capixabas para avançarmos no conhecimento da história nacional (ACHIAMÉ, 2010, p. 19).

De acordo com Achiamé (2010, p. 90-91), nos primeiros 40 anos do regime republicano brasileiro, o sistema político vigente era oligárquico. No período eleitoral e na formação governamental que se seguia, quem não era amigo era considerado inimigo. Nesse sistema de poder oligárquico, o estado do Espírito Santo não era exceção. A participação efetiva na política capixaba era limitada às pessoas que tinham estreitas ligações com as oligarquias locais que formavam uma fechada rede de troca de favores políticos.

Em Cachoeiro de Itapemirim, região sul capixaba, Santos (2009, p. 131) afirma que, no início da República, desenvolveu-se uma espécie geografia do poder centrada nas duas importantes regiões produtoras de café: Castelo e Muqui. Em 1892, por exemplo, três governadores eram de Castelo (Carlos Pinheiro de Souza, Francisco Antonio de Moraes e Francisco Vieira de Almeida Ramos) e um era Muqui, Silvino Luiz da Fraga. Araripe (1963, p. 147) ressalta a importância do entrelaçamento das famílias Vieira, com os Almeida Ramos, Silva Pinheiro, Vivácqua, Vargas Corrêa e Davel na formação da oligarquia política castelense.

² ACHIAMÉ, Fernando. A. M. *O Espírito Santo na era Vargas (1930-1937)*. Elites políticas e reformismo autoritário. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

No que corresponde ao jogo de poder e às disputas oligárquicas em períodos eleitorais, no Espírito Santo havia feridas ainda abertas desde as eleições para o governo Estadual, nos anos de 1916, com a “Revolução de Xandoca” e de 1920, com a dissidência política da oligarquia dos monteiros polarizada pelos irmãos Monteiro Jerônimo e Bernardino em torno da candidatura de Nestor Gomes (SILVA; SIMONATO; QUINTÃO, 2018, p. 338)

Apesar da dissidência política, a eleição de Nestor Gomes não conseguiu enfraquecer a oligarquia dos Monteiro. Exemplo disso foi que a sucessão de Nestor Gomes seguiu o mesmo esquema da oligarquia política, sendo colocado no cargo da presidência do Estado, Florentino Avidos, cunhado dos irmãos Monteiro (SILVA; SIMONATO ; QUINTÃO, 2018, p. 339).

Em 1928, Florentino Avidos indicou para a sua sucessão o secretário de Instrução do seu governo, Aristeu Borges de Aguiar. Aristeu embora não tivesse carreira política, nem ocupado cargo eletivo, era membro de duas famílias importantes da região de Vitória, Serra e Vila Velha, com um parente poderoso em Colatina, Xenócrates Calmon de Aguiar, presidente do Congresso Legislativo. Aristeu já havia ocupado cargos públicos importantes: promotor de justiça, professor de história e diretor do Ginásio do Espírito Santo (Colégio Estadual) e secretário do governo de Florentino (SALETTTO, 2018, p. 92-93).

Visto como um homem culto e competente, pois fazia parte do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo e da Academia Espírito-Santense de Letras, Aristeu gozava de credibilidade popular, por isso, sua candidatura despertou boas expectativas perante a sociedade capixaba (SALETTTO, 2018, p. 93). De acordo com Warnik (2008, apud SILVA; SIMONATO; QUINTÃO, 2018, p. 359), Aristeu, inicialmente possuía um amplo apoio popular que poderia falar de uma “unanimidade positiva”.

A aprovação popular de Aristeu logo foi corroída pela crítica de nepotismo quando foi anunciado o secretariado do governo e foram colocados no poder seus diversos parentes e amigos próximos: um irmão para o departamento de Saúde, outro para o Serviço de Defesa do Café, e outro para a Secretaria de Agricultura, Terras e Obras, um sobrinho para a chefia do gabinete e um concunhado para a Secretaria do Interior. Além desses parentes, Atilio Vivácqua, amigo pessoal de Aristeu, membro de família de grandes fazendeiros e exportadores de café, recebeu a Secretaria de Instrução (SALETTTO, 2018, p. 93).

Aristeu também era duramente criticado por seu fraco desempenho na política econômica e na condução dos negócios públicos, uma vez que no biênio de seu governo, nada fez para alterar a estrutura econômica do estado, que se mantinha totalmente dependente do cultivo e da exportação do café. Além disso, os gastos públicos eram enormes, com dívidas que superavam as receitas (SILVA; SIMONATO; QUINTÃO, 2018, p. 342).

Em 1929 seu governo foi profundamente abalado pela eleição à presidência da República marcada pela oposição entre as oligarquias de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba (Aliança Liberal) que apresentava a candidatura do gaúcho Getúlio Vargas e a oligarquia paulista representada pelo presidente Washington Luís, que indicava o candidato Júlio Prestes para a sua sucessão (SALETTTO, 2018, p. 96-97).

Conforme Saletto (2018, p. 98), Aristeu desde o início de seu governo, mantinha relações políticas estreitas com São Paulo enviando secretários de estado para conhecerem a organização dos serviços públicos, recebendo e contratando técnicos paulistas para a implantação de mudanças administrativas no estado. Em virtude da sua aproximação política e de seus interesses econômicos, Aristeu apoiou a oligarquia paulista apesar das críticas dos apoiadores

capixabas ao movimento aliancista, inclusive da imprensa local, o Jornal *A Gazeta*.

Na análise de Silva, Simonato e Quintão (2018, p. 361), Aristeu Aguiar como um representante clássico da primeira república com suas práticas políticas oligárquicas não via sentido em romper com um sistema político que o havia colocado no poder. Sendo assim, optou pelo patriotismo e pela manutenção da ordem vigente, num momento em que importantes forças políticas e militares do país lutavam justamente para derrubar essa ordem.

A situação do governo de Aristeu tornou-se ainda mais delicada após comício político da Aliança Liberal no Espírito Santo de 13 de fevereiro de 1930. Era previsível a afluência de um público numeroso para esse comício, mas as autoridades não permitiram sua realização no espaço amplo e aberto da Praça Costa Pereira, por isso, o evento ocorreu na pequena e fechada Praça do Carmo cercada pela cavalaria da polícia fortemente armada (SALETTTO, 2018, p. 101).

Estavam presentes no evento a elite da cidade, numerosas famílias e crianças. Em um momento mais inflamado do discurso do Senador Piauiense Pires Rebello contra o presidente Washington Luís, apagaram-se as luzes e ouviram-se tiros. Houve pânico, correria, feridos e mortos. Esse fato, garante Saletto (2018, p. 102), provocou uma grande revolta contra o governo. Os tiros e os gritos no largo do Carmo, em Vitória, na noite de 13 de fevereiro de 1930 marcaram o início do fim da Primeira República no Espírito Santo (ACHIAMÉ, 2010, p.104).

Outro fato importante foi o assassinato de João Pessoa, em julho de 1930. Mesmo sem relação direta com a política nacional, esse assassinato foi muito bem trabalhado pelos aliancistas como estímulo para a revolta, principalmente no cortejo fúnebre, repetido em várias capitais, até chegar ao Rio de Janeiro, sendo Vitória

também contemplada pelo trajeto do cadáver(SILVA; SIMONATO;QUINTÃO, 2018, p. 348).

Da Paraíba ao Rio de Janeiro, João Pessoa morto torna-se ator de um grande espetáculo, para o qual foi compulsoriamente convidado para representar o papel de “redentor do Brasil”. Sua morte transformou-se numa bandeira para a revolução, a oportunidade que faltava para se justificar a tomada de poder (BEZERRA, 2008, p. 30-31). Assim, em 3 de outubro estourava o movimento no Rio Grande do Sul e em Minas Gerais, seguido imediatamente pela Paraíba e outros estados.

Após o levante nacional, o Espírito Santo foi invadido por colunas de “revolucionários”, vindos de Minas Gerais, tendo como rotas principais de acesso os eixos ferroviários. A primeira coluna, entrou no Espírito Santo em 14 de outubro de 1930 tomando o caminho do Vale do Rio Doce pela Estrada de Ferro Vitória a Minas e ocupou a região do Baixo Guandu, divisa entre os dois Estados (ACHIAMÉ, 2010,112).

A segunda coluna revolucionária partiu de Carangola, Minas Gerias e seguiu a Ferrovia Leopoldina, entrou no Espírito Santo no dia 15 de outubro e ocupou Guacuí (Veado), Alegre, Castelo, Cachoeiro de Itapemirim, Muqui e Mimoso. Mais do que desempenhar um papel militar de ocupação de território, as colunas revolucionárias tinham um caráter marcadamente político. Eram como caravanas eleitorais que onde passavam deixavam figuras-chaves do movimento como interventores dos locais (ACHIAMÉ, 2010, p. 113-116).

No dia 16 de outubro de 1930 Aristeu Borges de Aguiar, pressionado, abandonou o palácio e embarcou com a família num navio italiano com destino ao Rio de Janeiro, alegando ir ao encontro de Washington Luís em busca de apoio. Sua atitude, considerada historicamente como fuga, uma vez que coincide com as invasões

dos revolucionários no estado, provocou a destruição de sua reputação política (SALETTTO, 2018, p. 106).

Apesar da credibilidade corroída de Aristeu por causa do nepotismo, da crise financeira e da fuga no período das invasões revolucionárias no estado, um fato nos chama a atenção no seu governo. Aristeu parece ter estabelecido importantes alianças políticas atendendo aos anseios das oligarquias regionais. Nesses anseios, certamente, estavam incluídos a emancipação de alguns distritos e o apoio do governo à política local. Esses apelos envolviam acordos e promessas de apoio ao governo estadual, sobretudo em tempos de campanha eleitoral.

Por isso, a oligarquia castelense se empenhou com todos os instrumentos, inclusive lançando mão da imprensa, em favor da ordem vigente, apoiando a candidatura de Júlio Prestes para a sucessão de Washington Luís em detrimento de Getúlio Vargas, candidato da Aliança Liberal, porque Prestes era o candidato apoiado por Aristeu, que havia atendido ao apelo da oligarquia castelense de emancipar o distrito da Estação do Castelo de Cachoeiro de Itapemirim, criando um novo município em dezembro de 1928.

A oligarquia castelense, portanto, tinha uma dívida política para com Aristeu e a campanha eleitoral de Júlio Prestes era o momento mais propício para retribuir o favor e saldar essa dívida.

O *Jornal Tribuna do Sul* teve uma grande contribuição nesse movimento. Seus idealizadores investiram em propagandas e apologias em favor de seus candidatos e duras críticas à oposição, expostas incisivamente nas páginas desse periódico local como estratégias de manipulação, inculcando na mentalidade dos castelenses que a vitória no pleito eleitoral de Júlio Prestes traria benefícios para todos, inclusive para o recém criado município de Castelo, mesmo estando distante do poder central.

Na verdade, dentro do contexto do coronelismo e da política oligárquica, era justamente, esse distanciamento era o que favorecia

a dominação política, o controle e o aliciamento no preparo das eleições (FAORO, 2012, 542). Como podemos perceber, tudo girava em torno de um jogo político de acordos, interesses e alianças, característicos da política oligárquica e coronelista que reinava na Primeira República.

A Criação do Município de Castelo

Rangel Afirma que em 1920, quando o Coronel Nestor Gomes era Presidente do Estado, no Distrito da “Estação do Castello” houve um movimento visando transformar esse próspero distrito em município, emancipando-o de Cachoeiro de Itapemirim. Tal movimento foi liderado por Therencio Rosa, Aguilar Freitas, Sylvio Rangel e Carlos Lomba (RANGEL 1932; Apud, VIEIRA, 2004, p. 35).

Na ocasião, Sylvio Rangel proferiu um discurso no qual dizia o seguinte:

Meus conterrâneos e meus senhores. A pessoa que neste momento vos contempla num transporte de satisfação, nasceu aqui, neste soberbo Castelo, que hoje concretizando as antigas aspirações dos seus habitantes, está pedindo ao Exmo. Sr. Presidente do Estado a sua autonomia (RANGEL, 1932; Apud, VIEIRA, 2004, p. 36).

Outro discurso foi proferido por Carlos Lomba com a seguinte mensagem:

Se em 1898, com uma contribuição de cerca de 15 contos, uma população de 6 mil almas, sem as 48 casas comerciais que têm reunidas Castelo, Conceição, Pedreiras, e Sto. André, sem o telégrafo Nacional, cuja renda quadruplica o seu custeio, coletorias federal e estadual e outras

provas de argumento econômico e de melhoramentos dessa zona, podíamos ser Município, com maiores véras o podemos ser hoje, com o estabelecimento dessas repartições e dessas casas de negócios (LOMBA, 1920; Apud, VIEIRA, 2004, p. 40).

Uma comissão foi escolhida para levar ao Governo Estadual o pedido para a emancipação do Distrito. Essa comissão era formada por Egydio Vivacqua, José Alves Rangel, Francisco Antônio Moraes, Hygino Augusto Azevedo, Joaquim Amâncio Fernandes, tendo como líder Carlos Lomba (VIEIRA, 2004, p. 41).

Em 1928, vários signatários dos distritos de Conceição de Castelo e Castelo conduziram até o Exmo Sr. Presidente do Estado Aristeu Borges de Aguiar solicitações pela criação do Município de Castelo. Nessa época, os dois distritos possuíam juntos uma população de 14.000 habitantes, o que correspondia a 30% da população de Cachoeiro de Itapemirim (VIEIRA, 2004, p. 44- 45).

O projeto pela criação do novo município do sul do Estado passou por 4 sessões ordinárias dentro do Congresso Legislativo Estadual no ano de 1928: foi apresentado na 43ª sessão ordinária de 13/12/1928, passou pela 49ª sessão ordinária de 18/12/1928, foi aprovado na 50ª sessão de 19/12/1928 e, por fim, foi comunicado e arquivado na 51ª sessão de 20/12/1928 (VIEIRA, 2004, p. 45-46).

Enfim, a Lei Estadual nº 1687 que oficializou a criação do município de Castelo foi assinada pelo presidente Sr. Aristeu Borges de Aguiar e pelo secretário de Interior Mirabeau Pimentel no dia 25 de dezembro de 1928. O novo município passou a ser constituído por três distritos: Castelo (sede), Conceição de Castelo e Santo André (atualmente Aracuí) (VIEIRA, 2004, p. 46).

O primeiro indicado para dirigir os destinos do recém criado município foi o advogado Sr. Américo Viveiros Costa Lima. Amé-

rico Viveiros foi interventor do município de 7 janeiro de 1929 a 12 de outubro de 1929, quando então foi eleito prefeito, ficando no governo até 18 de outubro de 1930. A primeira Câmara eleita era constituída por Arquilau Vivácqua (Presidente), Carlos Lomba (Vice-presidente), Cyro Vieira da Cunha, César Ferreira dos Santos e Raymundo Nonato Rangel (VIEIRA, 2004, p. 51).

Os primeiros atos administrativos de Américo Viveiros foram a criação de cargos administrativos e as nomeações de seus respectivos administradores: administrador do Cemitério Público e Lançador da Prefeitura (Aristides Pinheiro de Souza), administrador da Limpeza Pública (João Munhoz), fiscal Geral dos Serviços de Fiscalização da Prefeitura do Município (Cupertino Rodrigues Pimenta), auxiliar do Administrador da Limpeza Pública (Emygdio de Oliveira), auxiliar administrativo do Cemitério Público (Sr. Martiniano Alves (VIEIRA, 2004, p. 53).

Se os primeiros atos de Viveiros se concentravam na dimensão administrativa de seu governo, uma de suas criações com interesse marcadamente político, foi sem dúvida, a criação do Jornal *Tribuna do Sul* em dezembro de 1929, juntamente com os vereadores Arquilau Vivácqua e Carlos Lomba, políticos que possuíam notoriedade em Castelo.

O *Tribuna do Sul*, mesmo com suas poucas edições, marcou a história política do recém criado município de Castelo. Esse periódico foi o grande instrumento utilizado pelo interventor Américo Viveiros e seus companheiros políticos para incutir na mentalidade do povo Castelense que o candidato da oligarquia paulista à presidência da República, na sucessão de Washington Luis, Júlio Prestes, era a solução para o Brasil e que a sua vitória significaria a vitória do povo.

O *Tribuna do Sul* e a Campanha de Júlio Prestes à Presidência da República em 1930

O Jornal de Castelo *Tribuna do Sul* teve seu primeiro volume publicado no dia 5 de dezembro de 1929 como “Órgão Oficial do Governo Municipal”. Tinha como diretor responsável o então prefeito-interventor Américo Viveiros Costa Lima, como redator-chefe o vereador e presidente da Câmara Arquilau Vivácqua, gerente Sizenando Silva e como redatores o vereador e vice-presidente da Câmara Carlos Lomba e o vereador Raymundo Nonato Rangel.

O próprios redatores apresentaram os objetivos da criação do Jornal:

Mais um jornal em Castelo. Um jornal quer dizer, mais uma válvula pela qual se escapem nossos anseios, nossos ideais, nossa finalidade de povo instruído e organizado. Mas não é o bastante que apareça um jornal; preciso se faz, e já é praxe, que se diga porque e para que apareceu. Propriedade da Sociedade Anônima *Tribuna do Sul*, na qual a prefeitura Municipal de Castello tem maioria das ações, sua orientação será norteada, completamente, pelos mentores de nossa política municipal [...] A *Tribuna do Sul* se propõe a defender os interesses políticos do Partido Republicano do Espírito Santo, neste Município [...] Um único ideal nos preocupa: Trabalhar sempre, decidida e incansável e destemidamente pelo progresso do nosso Município, pela grandeza do nosso Estado, pelo futuro do Brasil (TRIBUNA DO SUL, 5 de dezembro de 1929, nº1, Ano I, p. 1).

Logo na primeira edição os diretores já apresentam a proposta de fazer do *Tribuna do Sul* um instrumento de propaganda política partidária em favor de Júlio Prestes. No rodapé da primeira página,

de forma destacada, os redatores colocam que votar em Júlio Prestes e Vital Soares “é votar pela paz, ordem, grandeza e prosperidade do Brasil”.



Figura 1: Tribuna do Sul, 1ª edição, nº 1 - Campanha para Júlio Prestes.

Fonte: TRIBUNA DO SUL. S/A "Tribuna do Sul". Órgão Oficial do Governo Municipal. Villa de Castelo (ES). Ano I. 5 de dezembro de 1929, n. 1. Disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em 03 de abril de 2021.

Na página seguinte, ainda na primeira edição do Jornal *Tribuna do Sul*, com um texto intitulado “Os liberais de Castello”, os redatores atacam os liberais classificando-os como “perdidos e isolados do convívio diário dos cidadãos” e “mentirosos”. E outra vez no fundo da página a propaganda “VOTAI EM JULIO PRESTES VITAL SOARES” (*TRIBUNA DO SUL*, 5 de dezembro de 1929, nº1, Ano I, p. 2).

Um outro ataque aos liberais aparece no texto intitulado: “O angu das cozinheiras”. Aqui os redatores dizem:

Se é verdade que a Aliança Liberal, pela trombeta dos seus arautos, quer salvar o Brasil, estigmatizando com mil injúrias o chefe da nação, porque não lhe compete a responsabilidade do “comando único”, como espírito orientador e coordenador, direito que lhe negam com os imperativos da democracia e com as leis da republica, é querer, constitucional e absurdamente provar a inverdade da verdade comprovada[...] Porque até mesmo entre a cozinheiras — ó leitor amigo

e complacente! — na panela do angu, não se admite que todos mexam [...] “Somos, já se vê, pela grande força da sua própria e possante unidade de força, e também brasileiro e também republicano, sem o ser, porém à moda dos liberais” (*TRIBUNA DO SUL*, 5 de dezembro de 1929, nº1, Ano I, p. 3).

Outro ataque dos redatores à propaganda liberal foi a maneira como classificaram o comício realizado em Castelo por um candidato liberal a deputado. Os redatores chamam o evento de “monstruoso comício, um verdadeiro “circo” (*TRIBUNA DO SUL*, 5 de dezembro de 1929, nº1, Ano I, p. 4).

Na terceira edição do Jornal, novamente os redatores atacam os liberais com dois textos. Um intitulado “Derradeira Esperança”, pelo qual dizem que “a decadência da ‘Aliança Liberal’ se faz sentir cada dia, patenteada, sintomaticamente, em sucessivas demonstrações de fraqueza”. E outro intitulado “Falsos Patriotas”, no qual os redatores chamam os liberais de falsos patriotas, que vivem pregando revoluções, traíndo a pátria com princípios oriundos da Rússia Soviética, conspirando pela introdução do comunismo, desmoralizando o Brasil e implantando o ódio entre os brasileiros. O texto é concluído com a seguinte mensagem: “É com paz que se governa, que se edifica e que se levanta uma nacionalidade! Para Trás, revoltosos!” (*TRIBUNA DO SUL*, 19 de dezembro de 1929, nº3, Ano I, p. 1).

Mais uma vez, de forma destacada, no fundo da página, os redatores inseriram um ataque aos liberais e aos apoiadores de Getúlio Vargas (paraibanos, mineiros e gaúchos) e uma propaganda calorosa a favor de Júlio Prestes, praticamente divinizando o candidato.

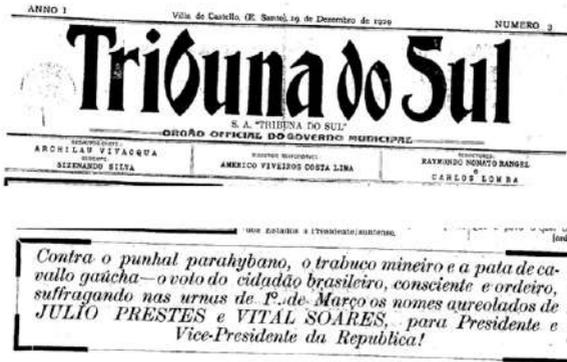


Figura 2: Ataque aos apoiadores de Getúlio Vargas e campanha a favor de Júlio Prestes e Vital Soares.

Fonte: *TRIBUNA DO SUL*, 19 de dezembro de 1929, nº1, Ano I, p. 1. Disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em 03 de abril de 2021.

Na quinta edição do Jornal, os redatores apresentaram o mesmo procedimento. De um lado, ataque aos liberais, de outro, apoio à campanha de Júlio Prestes. Em um texto intitulado “Liberalismo sanguinário” os redatores relatam um caso de assassinato de um deputado, segundo eles, cometido por um mentor do movimento “Aliança Liberal”. Os políticos aproveitam desse fato para dizer:

Não exageramos quando mostrávamos aos brasileiros os meios de propaganda de que se dispunham os liberais para a suas doutrinas: o punhal, o trabuco e a pata de cavalo [...] E, se os liberais em minoria são capazes de tais façanhas, imaginemos a desgraça do país e a situação a que seríamos levados, no regime do crê ou morre, se chegassem um dia a poder dominá-lo, apossando-se do governo! (*TRIBUNA DO SUL*, 2 de janeiro de 1930, nº5, Ano I, p. 1).

No rodapé da quinta edição do Jornal, os redatores mencionados mostram mais uma vez o quanto seria benéfico e até mesmo salvífico para povo votar em Júlio Prestes: “Votar em JULIO PRES-

TES – VITAL SOARES porque assim repeliereis a política aviltante do trucidamento e do furo do sanguinário” (*TRIBUNA DO SUL*, 2 de janeiro de 1930, nº 5, Ano I, p. 1).

Ainda na quinta edição o Jornal *Tribuna do Sul* traz outra crítica a “Aliança Liberal” e uma apologia a política de Julio Prestes em um texto com o título “A revolução, nunca!”. Os redatores concluem o texto dizendo: “Levantemos o Brasil, com trabalho honesto, com a sã política, padrão de glória de uma nacionalidade” (*TRIBUNA DO SUL*, 2 de janeiro de 1930, nº5, Ano I, p. 1).

Na décima terceira edição, devido à proximidade das eleições, o Jornal, de forma ainda mais incisiva se dedicou à candidatura de Júlio Prestes à Presidência da República e aos seus aliados candidatos: para presidente da República Dr. Júlio Prestes de Albuquerque, para vice-presidente da República Dr. Vital Henrique Baptista Soares, para senador Federal Dr. Bernardino de Souza Monteiro e para deputados federais: Dr. Abner Carlos Mourão, Dr. José Gomes Pinheiro Júnior, Dr. Xenocrates João Calmon de Aguiar, Dr José Pedro Fernandes Aboudib.

A propaganda a favor de Júlio Prestes dizia o seguinte:

Às urnas, Castelenses! Para traz, Sicários! E assim pugnareis pela tranquilidade da vida nacional, garantireis a cruzada santificadora do trabalho bendito, fortalecendo a Paz e a Ordem pelo progresso da Pátria que, ambiciosos e aventureiros, manchando-a de sangue, bradam pela subversão e gritam pela anarquia pregando alucinadamente a Revolução que cobria de luta a FAMÍLIA BRASILEIRA! (*TRIBUNA DO SUL*, 1 de março de 1930, nº 13, Ano I, p.).

Os redatores classificam os aliancistas de “sicários”³, numa clara tentativa de desqualificá-los, fazendo alusão ao assassinato de

³ Assassinos, sanguinários, facínoras.

João Pessoa ocorrido no dia 26 de julho de 1930. Na outra página, ainda da décima terceira edição, os redatores apresentam um texto intitulado “Fé e Esperança” na qual classificam a política da “Aliança Liberal” como “selvagem e intolerante” e concluem o texto dizendo:

Cumprindo o nosso mais salutar dever de patriotismo, aconselhamos o nosso eleitorado a, no dia 1º de março sufragar os nomes dos distintos brasileiros: Júlio Prestes de Albuquerque e Vital Henrique Baptista Soares. A única salvação do país (*TRIBUNA DO SUL*, 2 de janeiro de 1930, nº 13, Ano I, p. 2).

Na terceira página dessa mesma edição do *Tribuna do Sul*, os redatores demonstram, mais uma vez, todo empenho na eleição de Júlio Prestes exortando o povo castelense: “Às urnas, pois correli-gionários, com os nomes aureolados de Júlio Prestes de Albuquerque e Vital Henrique Baptista Soares” (*TRIBUNA DO SUL*, 2 de janeiro de 1930, nº13, Ano I, p. 3).

Na décima quarta edição, os redatores expressam a satisfação pelo resultado da propaganda que realizaram a favor de seu candidato à presidência da República. Na capa dessa edição existe um texto com o título “Brilhante demonstração de civismo” no qual os autores dizem que o município de Castelo, por maioria esmagadora, elegeu os candidatos representados pelo Partido Republicano do Estado do Espírito Santo. Tendo em vista os resultados das seções eleitorais de Castelo, a campanha realizada pelos políticos locais através do *Jornal Tribuna do Sul* parece ter sido bem sucedida ou seja, o sistema coronelista funcionou.

Na primeira seção (Sede) Júlio Prestes recebeu 126 votos contra 11 de Getúlio Vargas, na segunda seção (Sede) Júlio Prestes obteve 167 votos contra 3 de Getúlio Vargas; na 3ª seção (Sede) Júlio Pres-

tes teve 195 votos contra 8 de Getúlio Vargas; na 4ª seção (Conceição do Castelo) Júlio Prestes recebeu 91 votos contra 16 de Getúlio Vargas; na 5ª seção (Conceição do Castelo) Júlio Prestes obteve 90 votos contra 16 de Getúlio Vargas (*TRIBUNA DO SUL*, 6 de março de 1930, nº14, Ano I, p. 1).

O resultado total de votos do município foi o seguinte: Dr. Júlio Prestes de Albuquerque 669 votos contra 54 de Getúlio Vargas; Vice-presidente Dr. Vital Henrique Baptista Soares 669 votos contra Dr. João Pessoa C. Albuquerque 54 votos; Senador Federal Dr. Bernardino de Souza Monteiro 696 votos contra 26 de Dr. Affonso Corrêa Lyrio; Deputados Federais Dr. José Gomes Pinheiro Junior 616 votos contra 493 de Dr. Abner Mourão.

Satisfeitos com os resultados das urnas, os redatores do Jornal *Tribuna do Sul* afirmavam que o povo castelense havia dado uma grande prova de civismo mostrando que a criação do município foi uma decisão acertada do presidente do Estado Aristeu Borges de Aguiar. A recompensa veio nas eleições.

Numa vibração uníssona de civismo, o povo castelense congratula-se com o S. Ex. pela vitória brilhante do candidato nacional, Dr. Julio Prestes de Albuquerque, vitória que o país inteiro celebra, entra tranquilo, esperançoso e confiante. Ave Brasil redimido (*TRIBUNA DO SUL*, 6 de março de 1930, nº14, Ano I, p. 2).

O fato da grande maioria dos eleitores castelenses ter votado no paulista Júlio Prestes e não no gaúcho Getúlio Vargas pode não ser adequadamente classificado como uma *verdadeira demonstração de civismo*, como afirmaram os redatores do Jornal *Tribuna do Sul*, porém mostra o quanto um jornal com suas estratégias de manipulação e controle, críticas, difamação e apologias pode ser um importante instrumento oligárquico num pleito eleitoral.

Como nos dizem Silva, Simonato e Quintão (2018, p. 328-329), os coronéis eram peças-chaves do poder oligárquico na Primeira República, membros da elite municipal, que exerciam forte influência sobre os eleitores locais, a partir de relações de dominação de caráter pessoal, constituindo o primeiro degrau das disputas políticas republicanas.

E, uma vez, que eram os coronéis que controlavam o processo eleitoral e por ele se interessavam para manter seus domínios locais e expandir seus poderes, por isso pagavam todos os gastos do eleitor, é perfeitamente compreensível que o eleitor da roça obedecesse à orientação de quem tudo lhe pagava, e com insistência, lhe cobrava a prática de um ato que lhe era completamente indiferente (LEAL, 1997, p. 56-57).

O jornal castelense *Tribuna do Sul*, portanto, foi uma das estratégias coronelistas para controlar o sistema eleitoral municipal castelense favorecendo os interesses de uma oligarquia local que visava manter a ordem vigente que lhes garantia poder demonstrando fidelidade aos governos estadual e federal.

A Política de Castelo na Revolução de 1930

Após a revolução ter sido estourada, nos estados seriam nomeados interventores para os respectivos governos. No Espírito Santo ganhava força o nome de João Punaro Bley. João Bley era visto com “um homem novo para um momento novo da história da política do país e do estado” (SILVA; SIMONATO; QUINTÃO, 2018, p. 357).

João Bley governou o Espírito Santo, inicialmente como interventor de 1930 a 1935, depois como governador constitucional e novamente como interventor de 1937-1943. De fato, afirma Mendonça (2010, p. 183), de todas as interventorias o Espírito Santo

foi o único estado que manteve um interventor militar por mais de uma década. Esse fato demonstra que Bley foi um dos que mais se aproximou do “modelo ideal de interventor”: “era militar e não tinha vínculo direto com as forças políticas locais”.

Em 19 de outubro de 1930, o sargento Antônio Alves de Abreu, em nome das forças revolucionárias no Brasil apresentou o Sr. João Esperidião de Moura para organizar o governo revolucionário do município. João Esperidião escolheu 5 membros do Centro Liberal da localidade para compor a Junta Governativa Revolucionária, composta pelos Srs. Manoel Pires Martins (prefeito provisório), Antônio Magalhaes, Caio Machado Martins, Francisco Vieira e João Esperidião Moura (VIEIRA, 2004, p. 69).

Em 1º de dezembro de 1930 João Punaro Bley, encaminhou uma correspondência ao Sr. Prefeito provisório de Castelo Manoel Pires Martins com as orientações para o cumprimento do “programa revolucionário”. Na primeira orientação o interventor ordenava que fosse dada a todos os cidadãos, indistintamente, plena liberdade de credo político, desde que não se ofendesse o regime republicano, e direito de crítica aos atos públicos; devia ser feita completa devassa da atividade funcional de todos os homens ligados à administração passada, coligindo-se provas dos desmandos porventura existentes; para o aproveitamento ou afastamento dos funcionários, se devia ter em conta a honestidade funcional e a sua atuação nas últimas eleições e no decorrer do movimento revolucionário; a prova escrita ou pública de ataques grosseiros aos princípios da aliança implicaria em imediata demissão (VIEIRA, 2004, p. 67-68).

No dia 3 de dezembro de 1930, Mário Tavares foi nomeado para o cargo Interventor do Município de Castelo pelo interventor do Estado capitão João Punaro Bley (VIEIRA, 2004, p. 69-70). De acordo com Achiamé (2010, 112-113), Mário Tavares fazia parte da poderosa coluna revolucionária mineira (coluna Amaral) comandada pelo

Coronel Otávio de Campos Amaral, a primeira coluna que havia entrado no Espírito Santo pelo caminho do Vale do Rio doce.

Considerações Finais

Três pontos nos parecem conclusivos após a abordagem que realizamos:

Primeiro: Numa análise histórica nunca podemos tratar como irrelevantes os micro-eventos por sua redução geográfica ou temporal. Na construção social, o micro e o macro se entrelaçam e se interpelam. A história local influencia e é influenciada pela história geral.

Segundo: Os jornais, independente de seus formatos, estruturas tecnológicas de sua produção, suas situações geográficas e o público que atingem através de sua capacidade de influenciar e formar opiniões, possuem sempre ligações estreitas com o poder, tanto para legitimá-lo como para criticá-lo ou destituí-lo. As páginas de um jornal podem ser fortes instrumentos de poder. Os idealizadores do *Tribuna do Sul* souberam muito bem utilizar esse instrumento de acordo com o seus objetivos partidários.

Terceiro: Júlio Prestes foi impedido de tomar posse e foi exilado devido a revolução que estourou no Brasil a partir de 3 de outubro de 1930. Contudo, a campanha eleitoral conduzida pelo prefeito Américo Viveiros Costa Lima e os vereadores Arquilau Vivácqua, Carlos Lomba e Raimundo Nonato Rangel, em aliança com o governador do Estado Aristeu Borges de Aguiar, utilizando as páginas do Jornal *Tribuna do Sul* foi, indubitavelmente, um marco significativo na história política do município de Castelo, além de ser uma demonstração do poder oligárquico local e da eficiência do sistema coronelista num pleito eleitoral, características que marcavam a política brasileira na Primeira República.

Referências

Fonte

TRIBUNA DO SUL. S/A “*Tribuna do Sul*”. Órgão Oficial do Governo Municipal. Villa de Castelo (ES). Ano I. 5 de dezembro de 1929 a 6 de março de 1930, nº 1 a nº14. Disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em 03 de abril de 2021.

Obras de apoio

ACHIAMÉ, Fernando. A. M. *O Espírito Santo na era Vargas (1930-1937)*. Elites políticas e reformismo autoritário. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

ARARIPE, Tristão de Alencar. A colonização do município de Castelo — Ligeiras notas. *Revista Brasileira dos Municípios*. N: 63/64 – Ano XVI – Julho/Dezembro – 1963.

BASTOS, Fabíola Martins. *A política da Antessala do Parlamento: imprensa e sociabilidades na formação da esfera pública de opinião em Vitória/ES, no anos 1840-1889*. (Tese de Doutorado em História). Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), 2018.

BEZERRA, Dinarte Varela. *1930, a Paraíba e o inconsciente político da revolução: a narrativa como ato socialmente simbólico*. (Tese de Doutorado em Ciências Sociais). Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2008.

CAMPOREZ, Marcela. *Fotografia e História: Uma análise da intervenção de João Punaro Bley no Espírito Santo através das imagens publicadas na revista Vida Capichaba nos anos 1930, 1935, 1937 e 1942*. (Dissertação de Mestrado em História). Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), 2015.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder*. Porto Alegre: Editora Globo, 1975.

FARGE, Arlette. *Lugares para a história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, exanda e voto: o município representativo no Brasil*. 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

- LEVI, Giovanni. *A herança imaterial*. Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2000.
- _____. “O trabalho do historiador: pesquisar, resumir, comunicar”. In: *Revista Tempo*, 2014, V. 20, p. 1-20, 2014.
- MENDONÇA, Carlos Vinícius Costa de. “Segurança nacional e intervenção no Espírito Santo na Era Vargas/Bley (1930-1940)” In: *Dimensões*, vol. 25, 2010, p. 182-195.
- MOREL, Marcos. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820-1840)*. São Paulo: Hucitec, 2005.
- PRADO, SOLANGE. *O poder e a luta da terra no vale do rio Iconha/Piúma: o caso Thomas Dutton Junior (1870-1906)*. (Tese de Doutorado em História). Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), 2018.
- PINKY, Carla Bassanezzi; DELUCA, Tania Regina. *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2012.
- SANTOS, Adilson Silva. *Um republicano histórico no Espírito Santo da Primeira República: a carreira de Bernardo Horta de Araújo (1887-1913)*. (Dissertação de Mestrado em História). Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), 2018.
- SILVA, Igor Vitorino; SIMONATO, Juliana Sabino; QUINTÃO, Leandro do Carmo. “A Revolução de 30 e o Espírito Santo”. In: SILVA, Igor Vitorino da; QUINTÃO, Leandro do Carmo. *O Espírito Santo da Primeira República*. 2ª ed. Serra: Milfontes, 2018, p.325-365.
- SOARES, Geraldo. “História da vida cotidiana: o programa da escola francesa dos Annales”. In: *Interface*. Ano II. n. 5. p. 47-59, setembro de 1999.
- VIEIRA, Eugênio. “Castelo”. Origem, emancipação e desenvolvimento. 1702-2004. Vitória: Traço certo, 2004.
- VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *O teatro das Oligarquias: uma revisão da política café com leite*. Belo Horizonte: C/Arte, 2001.
- WARNICK, Flávio Calmon. *Aristeu Borges de Aguiar, um presidente atropelado pela história*. Vitória: Flor&Cultura, 2008.

O BANDES NOS ANOS 1990: UM BANCO “PARA FORA” (PARTE 1)

*Anaximandro Amorim**

Resumo: O presente artigo, de uma série, tem por objetivo apontar as principais ações do Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (Bandes) na década de 1990. Este é o primeiro de uma série.

Palavras-chave: Bandes. Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo. Anos 1990. Série.

1. Desenvolvimento

1.1. REESTRUTURAÇÃO DA CASA

Até a segunda metade dos anos 1990, a estrutura do BANDES era composta pelos órgãos colegiados próprios de uma sociedade de capital aberto (isto é, Assembleia Geral dos Acionistas, Conselho de Administração e Conselho Fiscal), seguidos da Presidência, com cinco assessorias, e de uma diretoria, com três órgãos: Diretoria de Administração, Diretoria Financeira e Diretoria de Operações. Além disso, o BANDES contava com treze gerências, das quais apenas cinco eram operacionais, numa estrutura bastante verticalizada, que distanciava a cúpula da base.

Observava-se, também, na estrutura da instituição, uma duplicidade de função, verificada, por exemplo, na criação da Gerên-

* Advogado, professor e escritor. Membro da Academia Espírito-santense de Letras (AEL), do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo (IHGES). Funcionário de carreira do Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (Bandes).

cia Extraordinária de Negociação de Crédito, que tinha as mesmas atividades da Gerência de Recuperação de Crédito. Redundância maior acontecia, haja vista a função de recuperação e negociação de crédito ter sido terceirizada antes da criação da nova gerência.

Ademais, o BANDES apresentava uma cultura corporativa considerada *forte*, pelos seguintes fatores: estabilidade dos membros do grupo; pequenos grupos formando as gerências operacionais; muitos valores individuais; continuidade de liderança no segundo escalão e concentração geográfica. Essa cultura não vinha garantindo bom desempenho por ignorar a concorrência e as preferências dos clientes e por um comportamento metódico e contrário ao risco. Reflexo dela poderia ser observado em todos os funcionários, inclusive gerentes que não estavam sintonizados com a visão sistêmica da instituição.

1.1.1. A Recapitalização¹

O Bades, assim como outros bancos de fomento, entra em uma crise financeira, causada pelos prejuízos de alguns grandes projetos, ou seja, pela inadimplência elevada. Muitos bancos se salvaram pelo Programa de Recuperação do Sistema Financeiro, o Proer, lançado pelo Governo Federal, mas o Bades inicia um processo próprio de estudos para solucionar o problema, anos antes. Assim, diversas formulações foram estudadas, entre elas a capitalização com recursos do Funres e do Fundap.

Em 1992, a capitalização do Bades com recursos do Funres se dá por meio de quatro parcelas, sendo a primeira em 30/09/1992, no valor de Cr\$ 34.393.227.122,20. No total, algo em torno de US\$ 7,2 milhões da época.

¹ AMORIM, Anaximandro. *História Econômica do Bades por décadas: À guisa de uma Historiografia Institucional*. Bades. Vitória, 8 de outubro de 2012.

No ano seguinte, foi aprovada em 18 de janeiro a Lei 4.761 que instituiu que 5% do valor dos financiamentos liberados para empresas fundapeanas seriam retidos para capitalização posterior do Bandes.

Isso se dava periodicamente por ocasião dos balanços. Essa lei começou a vigorar em fevereiro de 1993 e permitiu a capitalização do Bandes. As empresas passaram a adquirir ações do banco e foram crescendo.

Com essa capitalização das empresas do Fundap, o Bandes pode se soerguer e recuperar eventuais perdas. O que não conseguiu recuperar, ao menos absorveu em prejuízos sustentáveis, o que permitiu o fortalecimento da instituição, criando bases para que o banco atingisse o seu objetivo macro que é o fomento do desenvolvimento do Espírito Santo.

As empresas fundapeanas chegaram a deter de 44 a 46% do capital do Bandes, até que, em julho de 1997, foi preciso aprovar a Lei 5.245 que fez com que as empresas parassem de capitalizar o Bandes, caso contrário elas passariam a ser detentoras da maioria do capital do banco o que, evidentemente, não era permitido.

1.1.2. As Mudanças²

As primeiras tentativas de se mudar a estrutura do banco, nos anos 1990, deram-se no ano de 1994. Em nome de uma “moderna política de reestruturação e racionalização organizacional”, houve, naquele ano, uma diminuição de níveis hierárquicos, de cinco para dois, uma redução de cargos de chefia de 35 para 15 e de diretores, de cinco para quatro. Contando com 236 empregados, dos quais 97

² AMORIM, Anaximandro. *O Processo Operacional Integrado de Atendimento (Popi): Por uma Reestruturação do Bandes*. Bandes. Vitória, 2003.

de nível superior (economistas, engenheiros, advogados, contabilistas, administradores e outros), a instituição manteve uma política de treinamento dos recursos humanos e investimento na informatização (Sisbandes, em conjunto com a Unisys).

Esse rearranjo começou a dar sinais positivos, pois, até outubro de 1994, a instituição liberou aproximadamente US\$ 101 milhões para vários projetos empresariais. Vale destacar que as fontes estaduais responsáveis por 81% do total liberado e nestas o FUNDAP, com US\$ 60 milhões liberados entre financiamento da atividade de comércio exterior e aplicações em projetos. Só para comparar, no ano anterior, essas liberações totais foram de US\$ 83 milhões e o FUNDAP, US\$ 38 milhões. A inadimplência, que chegou a 21,1% em março, cairia para 8,93% em setembro. O Patrimônio Líquido saltou de US\$ 12,7 milhões para US\$ 28 milhões em função do movimento do FUNDAP e de projeto de lei em tramitação na Assembleia. Tal estado de coisas, no entanto, ainda mostrava um insipiente quadro de mudanças, que deveria ser alavancado para garantir a manutenção do banco.

Porém, a despeito das mudanças engendradas pelo Bandes em 1994, os anos seguintes foram de vertiginosa queda. Após a implantação do Plano Real, o BANDES vinha apresentando reiterados prejuízos. Houve uma drástica diminuição no resultado da área financeira, em 1995, com R\$ 4.745 milhões de prejuízo, agravado em R\$ 14.145, no ano seguinte. Concomitantemente, houve um aumento drástico na inadimplência, que alcançou 15,8% em 1995 e 18,4% em 1996. Ante um quadro assim, uma mudança mais profunda se fazia necessária.

Além disso, a criação da Agência de Desenvolvimento em Rede do Espírito Santo (ADERES), criada pela lei 5.303 de 13/12/96 do Governo do Estado, e as orientações do Banco Central sugerindo a transformação desses bancos em agências de fomento foram fatores

que levaram a instituição a adotar uma nova postura, para continuar de portas abertas.

Começou-se, assim, a traçar, em outubro de 1996, um Manual Operacional e um Manual de Organização, com entrevistas com os gerentes da então Dirop (Diretoria de Operações). Para auxiliar na confecção do último, ainda em outubro de 1996, estive no Bandes o suporte técnico da ABDE, Sebastião Medeiros, para uma reunião de andamento dos projetos. Ele tomou conhecimento da situação e destacou o acerto da decisão do Bandes, principalmente por ter como proposta uma manualização contemporânea, que substituíse o trilho antes oferecido pelas áreas de O e M por trilhas constituídas em parceria com o conjunto da organização.

Em 14 de novembro de 1996, um grupo de pesquisadores do Futura Instituto de Pesquisa foi até o Bandes. Contratado pela Ascom³ (Assessoria de Comunicação), o grupo tinha como objetivo principal descobrir o perfil interno e externo do banco para levantar os pontos fortes e fracos de sua atuação. Com esses dados, a intenção da Assessoria era de traçar estratégias para a atuação da Comunicação em 1997.

A pesquisa foi dividida em duas fases. Na primeira, foi entrevistado o público externo, composto basicamente por empresários, jornalistas e políticos, totalizando 780 pessoas. Como público interno, estariam todas as pessoas do quadro funcional do banco.

Como resultado, a pesquisa forneceria subsídios para a gerência de Planejamento e de Recursos Humanos, para recrutamento de treinamento. Para finalizar, seria realizado, em meados de dezembro, um workshop para discussão dos principais problemas levantados pela pesquisa e as possíveis soluções.

³ Futura faz pesquisa no Bandes. Bandes, *Boletim Informativo* 634. Vitória, ano IX, 14 de novembro de 1996.

O trabalho foi de grande importância para, pela primeira vez na história do banco, institucionalizar uma panorâmica da então atual conjuntura da instituição, levando a algumas conclusões. Assim, com relação ao futuro do Bandes, a pesquisa descreve:

...é inegável também que o BANDES não vem cumprindo efetivamente esse papel que lhe é reservado. Muitos problemas foram apontados, das mais diversas naturezas, desde o envelhecimento da equipe de profissionais até a falta de iniciativa em gerar novas ideias, em acompanhar as mudanças importantes que estão ocorrendo na economia, em promover parcerias com empresários e com outros órgãos da administração pública, enfim, a ideia que fica é que o BANDES está apático, passivo, inerte.

Nessas considerações, o BANDES era apresentado como uma instituição cuja gestão não estava dessincronizada com os efeitos da globalização. A quantidade de gerências de atividade-meio trazia reflexos negativos na atividade-fim, que apresentava problemas quanto ao prazo de liberação dos recursos de financiamento e outras funções inerentes à sua função de fomento. Os prazos de liberação quase sempre exorbitavam a capacidade de espera do tomador.

Findo o trabalho da Futura e tiradas as conclusões necessárias, providências foram tomadas para começar uma mudança mais sensível na estrutura do banco. O processo de “Reorganização do Bandes”, como foi chamado, foi realizado pelo Gepla (antiga Gerência de Planejamento) e pela Consultoria Herkenhoff & Prates. Para tanto, foi dada sequência aos dois manuais, um Operacional e outro de Organização. Em novembro de 1996, após ter entrevistado todos os responsáveis pelas unidades organizacionais e dele ter recebido críticas, o processo de Reorganização do Bandes entraria em nova

etapa, qual seja, elaborar uma nova versão do Manual Operacional que não a inicial, nas versões 0 e 1.⁴

Por seu turno, em dezembro daquele ano, o Manual de Organização foi concluído e foi levado, naquela data, à apreciação da Diretoria do Banco. O Manual Operacional, no entanto, estava com 50% dos seus trabalhos realizados. Sua elaboração contou com a participação das unidades organizacionais envolvidas no processo e dos executores de tarefas nas diversas fases operacionais. Entre elas, concluiu a versão 0 das seguintes fases: atendimento ao cliente; cadastro de clientes; abertura de processo e solicitação de apoio financeiro; cadastramento e renovação de registro de clientes junto ao Fundap; alterações das condições operacionais de registros e clientes junto ao Fundap; análise de pequenas operações — comércio e serviços; análise de grandes projetos — rural; análise de grandes projetos — industrial. Esse material foi todo encaminhado aos colaboradores, juntamente com cópia do organograma e do macrofluxo do processo operacional.

Apesar dos esforços, os anos que se seguiram também foram de grande prejuízo para o banco, que se tornou mais agudo em 1997 (ano do Proer), quando o prejuízo foi de R\$ 16.699 milhões e a inadimplência bateu o recorde de incríveis 40,4%. A situação no ano seguinte foi de ligeira melhora que, mesmo assim, não conseguiu fazer com que o banco saísse do vermelho, pois o prejuízo foi de R\$ 6.732 milhões e a inadimplência, de 34,1%. Tudo isso abriu as portas para o programa “Novo Bandes”, que visava promover uma mudança ainda mais sensível nos quadros institucionais, além de sanear as finanças do banco.

Os resultados obtidos no ano de 1999 e o programa para 2000 foram apresentados à imprensa capixaba pelo então presidente do

⁴ Reorganização do Bandes entra em nova fase. Bandes, *Boletim Informativo* 634. Vitória, ano IX, 14 de novembro de 1996.

BANDES, João Luiz Tovar, no dia 23 de fevereiro de 2000. A entrevista coletiva, que foi acompanhada de um café da manhã, contou com a presença do Secretário Estadual de Comunicação da época, Edmar Lucas do Amaral, e vários jornalistas. Na abertura, Tovar fez um breve resumo de sua administração, ressaltando os aspectos positivos que o banco obteve em 1999, tais como a reversão do quadro de prejuízos para um lucro de mais de R\$ 9 milhões e a redução da inadimplência.

O lucro registrado no ano de 1999 tinha sido o melhor acontecimento do Banco até então. A mudança foi o retrato da reestruturação da casa, com o programa “Novo BANDES”, que começou a implementar um plano de negócios com um rígido combate à inadimplência, além de um novo organograma, do crescimento no número e no valor das operações de crédito, do aumento do patrimônio líquido, entre outras.

Segundo *Boletim Informativo* do período⁵, a Diretoria decidiu, no dia 13/05, institucionalizar a estrutura organizacional homologada pelo Conselho de Administração e definiu os ocupantes dos cargos comissionados e funções gratificadas, que passaram a ser os seguintes:

PRESI:

Astrid Maria Câmara Gomes (Gabinete da Presidência – Gabin)

Herbert Almeida Cavalcanti (Assessoria de Planejamento – Aspla)

DIRAD:

Maria das Graças Ferreira e Silva (Gerência de Organização e Sistemas – Georg)

Regina Lucia Senna (Gerência de Recursos Humanos e de Serviços – Gerha)

⁵ Bandes tem nova estrutura organizacional. Bandes, *Boletim Informativo* 844. Vitória, ano XII, 21 de maio de 1999.

DIRFI

José Sathler Neto (Gerência de Controladoria – Gecon)

Rafael Andreão (Núcleo de Recuperação de Crédito – Nerec)

DIROP

Paulo Sérgio Dias Frederice (Gerência de Crédito Rural e Industrial - Gerin)

Antonio Augusto Rodrigues Machado (Gerência de Crédito Comercial e de Serviços – Geroe)

A Portaria Presi nº 018 de 13/05/99 definiu ainda que respondem em caráter de interinidade, pelas suas funções e/ou atividades, continuando a receber, em caráter pessoal, os valores das respectivas comissões, enquanto perdurar a interinidade:

Mauro de Sá Fonseca (Auditoria Interna – Audit)

Ricardo Coelho Vello (Assessoria Jurídica – Asjur)

Heloísa Péterle Figueiredo (Secretária – Gabin)

Designou para as funções comissionadas e/ou gratificadas de “Secretárias do Pool” da Presidência:

Jorgina Iglésias Loss e Maria da Consolação F. Varandas (Secretárias – Gabin)

Conforme o item nº 05 da portaria, manteve as funções comissionadas e/ou gratificadas:

Dignaldo Grasseli (Subsecretário de Estado de Planejamento)

Míriam Barbosa (Secretária do Geres)

Sidália Mauro Borges (Secretária do Geres)

Tânia Maria Cabas Biccas (Assistente do Presi)

O programa “Novo BANDES” seguiria no ano 2000. Seriam esperadas as seguintes metas: Pareceria com outros agentes financeiros; Ampliar o limite operacional; Reduzir a inadimplência; Capitalização; Implantar o novo modelo operacional (automação dos processos); Garantir maior agilidade no atendimento/ resposta ao cliente; Implantar sistemas de gestão de crédito e risco; Objetividade nas análises; Acompanhamento dos projetos com efetividade

e qualidade; Mudança para o CIVIT II⁶; e consolidar o modelo de gestão orientado para resultados.

Tal estado de coisas conseguiu garantir ao BANDES um resultado positivo com números, no geral, melhores que os do ano anterior. Os investimentos aprovados pelo BANDES no ano 2000 totalizaram R\$ 292,8 milhões, um crescimento de 163,2% em relação ao ano de 1999. O total de operações aprovadas foi de 608, com a geração de 2.486 empregos diretos em todo o Estado. O índice de inadimplência caiu de 15 para 7,8%. Como esse resultado e com a redução das despesas administrativas, o BANDES apresentou, em 2000, um lucro de R\$ 9,2 milhões.

Apesar dos esforços, o programa “Novo Bandes” malogrou. A conjuntura da época aliada à ausência de transparência (documentos e números) faz com que o Bandes, mais uma vez, fique na iminência de fechar suas portas, coisa que só não acontece por conta do chamado Popi (Processo Integrado Operacional de Atendimento), programa que, praticamente, “refunda” o banco a partir de 2003. Mesmo assim, vale ressaltar o esforço institucional para uma verdadeira mudança de paradigma, ocorrida na década seguinte. Ademais, tais esforços marcam o início do estreitamento do relacionamento entre o Bandes e a sociedade, com a adoção de posturas e a instituição de alguns programas de financiamento que serão analisados ao longo deste *paper*.

1.1.3. O Plano de Cargos

A reestruturação do Bandes levou, também, à do Plano de Cargos e Salários. Defasado desde 1989, o plano era uma antiga exigência dos empregados. Assim, conforme estabelecido no Acordo

⁶ Mudança jamais implementada por conta da Resolução 394 de 1976 que, em seu artigo 1º.

Coletivo de 1995/1996, foram tomadas as primeiras providências em prol de um plano que acompanhasse as mudanças por que o banco passava naquele momento.⁷

Para tanto, foi contratado um consultor, o professor Beverly Zimpeck⁸ que, no início de março de 1996, reuniu-se com o então Diretor Administrativo e Financeiro Sebastião Balarini e com técnicos da Gerência de Recursos Humanos, para iniciar a coleta de informações que iriam subsidiar a confecção do plano. Os prazos previstos no acordo seriam de 90 dias para elaboração e mais 30 dias para sua implementação.

Em 24 de maio de 1996, Sérgio Borges, presidente, à época, do Bandes, abriu duas reuniões com os empregados para anunciar a elaboração do plano de cargos. O consultor de recursos humanos Beverly Zimpeck, que já vinha realizando seus estudos sobre o quadro do Bandes, realizou uma pesquisa de salários, que serviria para auferir valores, adicionais e benefícios oferecidos por outras instituições. Os resultados seriam cotejados com os dados do Bandes e serviriam como base para a construção de uma futura escala de salários. Das organizações participantes, 15 localizavam-se no Espírito Santo e dez em outros Estados.

Em fins de 1996, gerentes e componentes dos grupos de suporte reuniram-se no auditório do Bandes. Na ocasião, os gerentes receberam o Guia do Avaliador, os dois modelos de formulários para avaliação de competências e os formulários destinados à autoavaliação. Em 19 de dezembro, foram sorteados os funcionários que avaliariam colegas e chefias. A etapa seguinte seria a avaliação de cada funcionário por seus colegas e clientes.

⁷ Plano de carreira. Bandes, *Boletim Informativo* 602. Vitória, ano IX, 24 de maio de 1995.

⁸ Plano de cargos e salários. Bandes, *Boletim Informativo* 583. Vitória, ano IX, 12 de março de 1996.

De acordo com o cronograma aventado, o Plano de Carreiras do Bandes, reformulado pelo consultor Beverly Zimpeck e sua equipe de apoio, foi entregue à Diretoria da instituição em 16 de junho de 1997.⁹

1.2. AUMENTO NO NÚMERO DE APROVAÇÕES

É um tanto complicado falar em números, no que tange à década de 1990, no Bandes, seja pela escassez de documentos ou por sua inexistência. A turbulência do período reflete-se não apenas no número de operações aprovadas, mas na quantidade e, também, na qualidade dos dados disponíveis, o que dificulta uma análise mais apurada.

Apesar da conjuntura econômica no final da década de 1980, o Lucro Líquido do Bandes, em 1990, segundo boletins da época, foi de Cr\$ 119,7 milhões. Esse total representava um crescimento de 37,5% no saldo das operações de crédito, medido em BTN, e de 8,5% no patrimônio líquido. Esses resultados foram considerados satisfatórios para a época, sobretudo se se considerar uma vertiginosa queda no número de operações.

Segundo o mesmo boletim, esse resultado financeiro foi obtido a partir de financiamentos feitos pelo Bandes em programas específicos sobretudo nos segmentos de informática, confecção, mármore e granito, metalomecânica, cultura e turismo. E ele relaciona:

Em 1990, 11 operações de crédito do Pró-Seda (sericultura) foram realizadas, programa concebido e em negociação, desde o ano anterior, para implantar, num prazo de cinco anos, 5.000 hectares de amoreiras, distribuídos por 1.000 agri-

⁹ Informe do PC. Bandes, *Boletim Informativo* 619. Vitória, ano IX, 06 de agosto de 1996.

cultores. Trata-se de um programa com grande potencial socioeconômico, que levará os agricultores a uma renda adicional constante.

Também nesse exercício foram iniciados os estudos de viabilidade técnica e econômica para o cultivo e industrialização de citrus no ES.

Durante 1990, 78 eventos contaram com a participação, promoção e colaboração técnica e financeira para viabilização de estudos ou trabalho. Desses eventos, 28 foram relativos a ações ligadas ao meio ambiente, com destaque para o controle de poluição, implantação de hortos florestais e recuperação de recursos hídricos.

Ainda nessa linha, registra-se como evento especial a criação da Empresa Parque Tecnológico (EPT), marco considerado histórico no processo de desenvolvimento científico do Estado, e que contou com a cooperação/participação dos segmentos empresariais e científicos da sociedade capixaba.

No plano cultural, o Bandes firmou convênio no valor de R\$ 41 milhões (atualizados para dezembro de 1990) basicamente para restauração de monumentos históricos, como o Convento da Penha e a Igreja do Rosário, dentre outros.

Tão difícil quanto encontrar os dados do período é também relacioná-los. Isso porque os relatórios da época não obedecem um critério de enunciação, ora mostrando o número de operações por região, ora por programa, ora por tamanho de empresa. Os números também oscilam, de relatório para relatório. No entanto, pode-se afirmar que, em 1990, o Bandes fechou o ano com um total de 453 operações, face a 329 do ano anterior. Por isso o resultado “satisfatório” falado acima, sobretudo se se levar em conta as 636 operações de 1988 e as 1.761 de 1987.

O número do total de operações oscilaria nos anos seguintes, apresentando, porém, um cenário de aumento. Em 1993, por exem-

plo, o número total de operações seria de 521, havendo queda, no ano seguinte, para 280 (com dados auferidos entre janeiro e outubro), mas com retomada em 1995, com 459. Deve-se lembrar que, neste ano, o Banes fecharia, pela primeira vez, na década, com prejuízo acumulado.

O balanço do ano de 1996, por seu turno, foi festejado pelo boletim da época. O Banes fecharia aquele ano com 1.200 operações, ou seja, 260% a mais que as deferidas em 1995¹⁰. Enquanto o valor médio das operações do ano anterior foi de R\$ 92 mil, o de operações de 1996 girou em torno de R\$ 38 mil, levando em consideração o prejuízo acumulado e o grau de inadimplência daquele ano face ao anterior (R\$ 14.145 milhões e 18,4% e R\$ 4.745 milhões e 15,8%, respectivamente).

Esse número de operações seria superado, já no primeiro semestre do ano seguinte, quando, segundo informações da época, o Banes fecharia um resultado parcial de 1.146 operações, envolvendo micro, pequenas e médias empresas. Os valores, curiosamente expressos em dólar¹¹, davam conta que o volume de crédito destinado pelo banco a essas empresas foi de US\$ 14,43 milhões, os quais viabilizaram investimentos totais de ordem de US\$ 55,91 milhões, sendo US\$ 28,40 milhões realizados por micro e pequenas empresas e US\$ 27,51 milhões por médias e grandes empresas.

O número de operações efetivado neste ano superou em 182,96% o realizado em igual período de 1996, quando o Banes

¹⁰ Levando-se em consideração que o mesmo boletim afirma terem sido realizadas 333 operações em 1995.

¹¹ Tal fato não é novidade nos relatórios do Banes, visto que, muitos dos documentos produzidos nos anos 1980 e começo da década seguinte, por conta da hiperinflação do período, são apresentados assim. Porém, deve-se levar em conta que, desde 1994, com o advento do Plano Real, o Brasil já gozava de estabilidade econômica.

concretizou 405 operações. O banco financiou, no ano passado, com um montante de recursos de US\$ 23,32 milhões, investimentos totais de US\$ 71,72 milhões, sendo US\$ 23,04 milhões efetuados por micro e pequenas empresas e US\$ 48,68 milhões por médias e grandes empresas.

De janeiro a junho daquele ano, comparativamente ao mesmo período do ano anterior, o valor médio dos financiamentos caiu de US\$ 54 mil para US\$ 13 mil, e o do investimento médio, de US\$ 177 mil para US\$ 49 mil, em função da postura adotada pelo Bandes de priorizar o apoio a micro e pequenos negócios. Deve-se lembrar que foi em 1997 que o Bandes amargou o seu pior prejuízo, totalizando R\$ 16.699 milhões negativos e uma taxa de inadimplência recorde de 40,4%.

Segundo relatórios da época, foram efetuadas 1.378 operações no ano de 1998, com uma taxa de inadimplência ainda alta, de 34,1%. No ano seguinte, foram realizadas 1.055 operações, lembrando que 1999 é o ano do programa “Novo Bandes”¹², outra tentativa de reestruturação e reforma da casa. Houve um enxugamento da folha de pagamentos, que alcançou seu auge em 1998, com um montante de R\$ 5.409.000,00 em maio, caindo para R\$ 1.268.000,00 em novembro daquele ano e para R\$ 713.000,00 no mesmo período de 1999. O número de empregados caiu de 206 para 135, contando com os Planos de Demissão Incentivada (PDV). A melhor notícia do ano foi o lucro do Bandes, após quatro anos de prejuízos consecutivos, que foi de R\$ 9.020 milhões, com uma taxa de inadimplência de 15,1%, pouco menor que a meta estipulada (17%).

¹² AMORIM, Anaximandro. *O Processo Operacional Integrado...* – idem.

Referências

AMORIM, Anaximandro. *História Econômica do Bandes por décadas: À guisa de uma Historiografia Institucional*. Bandes. Vitória, 8 de outubro de 2012.

AMORIM, Anaximandro. *O Processo Operacional Integrado De Atendimento (Popi): Por uma Reestruturação do Bandes*. Bandes. Vitória, 2003.

Bandes tem nova estrutura organizacional. Bandes, *Boletim Informativo* 844. Vitória, ano XII, 21 de maio de 1999.

Futura faz pesquisa no Bandes. Bandes, *Boletim Informativo* 634. Vitória, ano IX, 14 de novembro de 1996.

Informe do PC. Bandes, *Boletim Informativo* 619. Vitória, ano IX, 06 de agosto de 1996.

Plano de cargos e salários. Bandes, *Boletim Informativo* 583. Vitória, ano IX, 12 de março de 1996.

Plano de carreira. Bandes, *Boletim Informativo* 602. Vitória, ano IX, 24 de maio de 1995.

Reorganização do Bandes entra em nova fase. Bandes, *Boletim Informativo* 634. Vitória, ano IX, 14 de novembro de 1996.

OS BAIRROS DO MUNICÍPIO DE VITÓRIA

*Ricardo Brunow Costa**

Resumo: apresentamos neste trabalho um quadro conciso da localização da maioria dos bairros da cidade de Vitória, tanto dos situados nas áreas planas como nos dos sopés dos morros e das suas encostas. Procuramos, também, saber a origem dos topônimos dos bairros, bem como dos denominados sub-bairros. Além dos mais, indicamos vários aterros ocorridos em diversas épocas na cidade.

Palavras-chave: Vitória, bairros, nomenclaturas, gênese de bairros, aterramentos.

I – Palavras Iniciais

Desejamos, inicialmente, fazer uma digressão, antes de dar início ao que nos propomos neste trabalho.

Todos sabemos que sem os devidos conhecimentos advindos dos levantamentos estatísticos um país, seja qualquer um, poderá ter o quadro real de suas referências sócio-econômicas, como de suas prementes necessidades de reformas ou de mudanças nos setores ou áreas de educação, desenvolvimento científico, de saúde pública, dos transportes em todos os seus modais, e, daquele setor que modernamente vem passando por uma vertiginosa evolução que é o da comunicação, entre tantas e tantas realidades que o mundo vem assistindo, mas de modo desigual entre os povos, pois que, muitos não estão em condições de participar de modo efetivo desse progresso, pois que, infelizmente, a pobreza e a miséria estão campeando por toda parte, inclusive em nosso próprio país.

* Geógrafo, pós-graduado em fotointerpretação aérea, pesquisador, sócio efetivo do IHGES.

Bem, veio a nossa mente realizar esse desvio do assunto a ser aqui tratado, pelo fato lamentável que estamos sabendo de que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de indiscutível valor para todos os planejamentos governamentais, em todas as esferas públicas (federais, estaduais e municipais, além de entidades particulares e a de todos os inúmeros pesquisadores, entre os quais nos incluímos) não poderá realizar o imprescindível Censo do Brasil que deveria ter sido viabilizado em 2020 e que ainda não tem data para ser efetivado.

O primeiro motivo apontado para a não realização dessa tarefa de tamanha envergadura é não haver verba necessária para tanto; o segundo impedimento seria devido ao aparecimento da pandemia provocada pelo Corona Vírus que afetaria, enormemente o trabalho dos servidores (mais de 200 mil seriam convocados) para visitações às residências e demais locais para efetivação das enquetes. Sem o Censo do Brasil atualizado como programar as ações de interesse nacional, regional, estadual ou mesmo local? Como então obterá radiografia do país? Eis a questão que se põe a todos nós.

II – Os Bairros de Vitória e os Aterramentos Realizados na Capital

Antes de mais delongas, tratemos da matéria a que nos propomos, que se traduz em apresentar algumas considerações e observações gerais sobre os bairros do município da Capital Capixaba, a cidade de Vitória.

O município de Vitória compreende dois distritos, o distrito de Vitória, o qual se localiza em parte insular, e o outro, denominado distrito de Goiabeiras, que corresponde à parte continental do município.

Os bairros da área insular rodeiam o que é conhecido como Maciço Central da Ilha. Um outro número expressivo dos bairros foram se desenvolvendo nas bordas desse maciço, enquanto outros foram sendo gestados nas áreas planas da ilha.

Na área continental a realidade é distinta pela simples razão da gênese geológica dessa área, cuja topografia é na maior parte plana, constituindo o que denominamos como restinga. Esta “não é mais que o resultado de um processo de transporte e deposição, de duração de milhares de anos, de areias marinhas vindas em ondas sucessivas, no seu trabalho diuturno e construtivo, mais para o interior da orla marítima atual (portanto, mais a oeste) estão, naturalmente, os sedimentos continentais e fluviais”¹

Nessa área da cidade de Vitória havia espaço físico para ela estender-se e, então, pode acolher numerosos bairros, tanto antigos como novos.

É notório que na parte antiga de Vitória houve, no século passado, grandes áreas tomadas do mar, o que permitiu à pequena porção territorial plana do século XVI a possibilidade de ganhar maior espaço físico.

Para exemplificar o que declaramos acima, podemos citar a ocorrência de alguns dos muitos aterramentos realizados. Lembremos que os aterros realizados podem ser classificados em dois tipos: os situados no ambiente interno da cidade e os localizados na periferia insular.²

Oficialmente, pensou-se em realizar uma obra de aterramento em Vitória, no ano de 1890, visando a consecução de um melhor aproveitamento da área do então conhecido como Campinho, atu-

¹ Maiores detalhes em “Expansão urbana da área norte de Vitória” de nossa autoria.

² Ver mais detalhes no nosso trabalho “A ilha de Vitória: uma abordagem acerca do seu crescimento físico natural e artificial”, in *Revista do IHGES*, n.º 50

al Parque Moscoso. Entretanto, o contrato para dita operação não vingou.

Em 1892, a Companhia Torrens, do mesmo contrato anterior, obteve concessão do Governo Estadual para efetuar obras no cais de atracação de navios. Todavia, o contrato foi declarado em caducidade, no ano de 1897.

No governo Jerônimo Monteiro (1908-1912), houve finalmente, a conclusão da urbanização da área do Campinho (Parque Moscoso).

Relativamente aos acréscimos da linha da periferia insular, estes foram de real importância para a ampliação da área territorial da cidade. Há que se levar em conta neste ítem as obras de construção da primeira seção do cais do porto da cidade, cuja finalização deu-se em 1939, porém a inauguração de fato em 1940. As obras tiveram início em 1911, no governo Jerônimo Monteiro.

Dois anos após a inauguração da primeira seção do cais, com 630 metros de comprimento, tiveram início as obras da segunda seção da referida obra que acrescentou mais 300 metros no comprimento do cais.

Avançando um pouco mais no tempo, em 1951, foi construído um grande enrocamento de 4.274 metros de extensão, que partia das proximidades do Suá até as imediações do porto de Vitória. A finalidade da obra foi conseguir aterrar os inúmeros mangues que existiam entre o forte de São João e o bairro Bento Ferreira atual. O material para esse aterramento foi obtido com o desmonte de alguns dos morros que ali existiam. A área aterrada atingiu a cifra de um milhão e seiscentos mil metros quadrados, o que resultou na melhoria do plano de urbanização de nossa cidade.

Ainda na década de 50 do século passado, o governo estadual propôs um importante aterramento de aproximadamente noventa e seis mil metros quadrados de área, no espaço que hoje conhecemos como Esplanada da Capixaba. Tal obra de grande interesse para os

citadinos vitorenses teve seu espaço destinado em parte para abertura de ruas como também para a construção de vários edifícios comerciais e residências.

Prosseguindo nesta exposição, chegamos à década de setenta. Novamente, em 1970, a cidade ganha novos espaços para ampliação de seu território, acumulando mais uma investida contra o mar, por conta de um aterramento de aproximadamente um milhão e trezentos mil metros quadrados.

Quanto aos objetivos para tal empreendimento há que se frisar, entre outros, a construção de uma avenida litorânea, de vital importância para o fluxo de veículos de todos os tipos: automóveis, caminhões, ônibus e mesmo de pessoas, permitindo a comunicação entre o centro da cidade com os bairros e vice-versa. Essa construção levou também a feitura de um molhe paralelamente ao canal marítimo que dá acesso ao porto de Vitória, para, dessa maneira, evitar o assoreamento do referido canal. Outro objetivo do empreendimento foi dar condições para que fosse possível a criação de áreas residências e, finalmente, dar oportunidade a que se pudesse desenvolver atividades comerciais e mesmo a de prestação de serviços na região, uma vez que, mesmo naquela época, já era perceptível o congestionamento do centro da capital.

Acreditamos que esses objetivos acima expostos foram atingidos no contexto da época.

Outro dos grandes aterros concretizados foi aquele que possibilitou a ligação entre a ex-ilha do Príncipe e a ilha de Vitória. Essa conexão permitiu a realização de um antigo anseio que seria um local mais adequado para a construção de uma rodoviária da cidade, pois que, até então, a que havia não era senão um ponto inadequado de ônibus junto a residências particulares, onde também estava colocado o antigo quartel da Polícia Militar, bem do outro lado da praça.

A obra teve início em 1959 tendo seu término em 1961 após, naturalmente, o final do aterro hidráulico ter sido concluído.

Também não podemos deixar de mencionar, como sendo parte dos grandes aterros da cidade, aqueles que ocorreram onde estão os bairros Grande São Pedro, Nova Palestina, Resistência, Redenção, Santo André, Grande Vitória, Santo Antônio e Estrelinha. Nessas áreas o total de aterros atingiu a soma de um milhão, quatrocentos e oitenta e quatro mil metros quadrados.

Não podemos esquecer que a Praia do Canto, no passado, também praticou o seu avanço contra o mar, tendo acrescido em mais de cento e sessenta e sete mil metros quadrados.

Mais aterramentos foram tencionados e efetivados, como aquele realizado ao lado do Canal da Passagem, o qual sofreu um decréscimo em largura e conseqüente melhoria para os atuais bairros de Andorinhas, Joana d'Arc e Santa Luiza. A ampliação da área alcançou a cifra de trezentos e quarenta e oito mil, cento e dez metros quadrados.

Acrescentando mais alguns pormenores sobre o que já aludimos linhas atrás, sobre aterramentos antigos: no caso do Parque Moscoso e da Praça Costa Pereira, é interessante afirmar que a área aterrada deste último logradouro atingiu um espaço mais amplo, indo até aquela que é, hoje, Escadaria São Diogo, junto a atual Rua Graciano Neves. A obra teve início na década de 1920.

A área do então Campinho, hoje Parque Moscoso, só em 1911 teve seu aterramento de cem mil metros quadrados, concluído no governo de Jerônimo Monteiro, conforme já frisamos.

Concluindo estas considerações sobre os aterros na ilha de Vitória, tencionamos, agora, adentrar na matéria pertinente aos terrenos de marinha e os acréscimos de marinha, os quais comparecem em abundâncias nesta capital.

Queremos pontuar que as áreas denominadas de acrescidos de marinha cobrem uma extensão sobremodo elevada, atingindo,

aproximadamente, cinco milhões, oitocentos mil, cento e dez metros quadrados.

Há edificações entre os bairros Praia do Canto e o de Santa Lúcia que são obrigados ao pagamento de foro do Serviço do Patrimônio da União porque estão localizados nos referidos acrescidos de marinha, pois que, no passado, havia uma porção de corpo d'água ou corpos d'aguas naquelas áreas.

Aproveitando a oportunidade deste trabalho, transcrevo, a seguir, o conceito do que significa o terreno de marinha, de acordo com a legislação: São terrenos de marinha em uma profundidade de 33 metros, medidos para a parte da terra, do ponto em que se passava a linha da preamar médio de 1831.³

Quanto aos terrenos acrescidos de marinha: “são os que se tiverem formados natural ou artificialmente, para o lado do mar ou dos rios e lagoas, em seguimento nos terrenos de marinha”.

Muito importante também é a Lei Federal n.º 13.465, de 2017, que estabeleceu boa oportunidade para os que podem usufruir do benefício deste diploma legal. Explicando melhor: os proprietários com e=renda de até 5 salários-mínimos que possuem um único imóvel e nele residem, localizados em terreno de marinha, em áreas de interesse social, terão a posse plena de seus imóveis, perdendo o vínculo com a União. Em nossa cidade a área decorrente dessa Lei atinge a cifra de três milhões, trezentos e quarenta mil metros quadrados.

Para dar finalização a este item deste trabalho, lembremos que houve, ademais, conexões interinsulares assim como Vitória e a ilha do Príncipe e a ilha do Boi, além dos aterros hidráulicos da Praia de Camburi, a implantação de alguns bairros onde antes existiam alagados e mangues, tanto ao norte como ao sul, a leste e a oeste na ilha-capital.

³ Decreto-lei n.º 3.438, de 17.06.1941, artigo 1.º e 2.º.

III – As Regiões Administrativas e seus Bairros

Os dois distritos do município da Capital, como já apontamos no item II (Vitória e Goiabeiras), possuem cada um suas próprias regiões administrativas e estas, por sua vez, seus bairros. Seguindo, apresentamos esses dados.

Na Região Administrativa I, denominada Zona Sul, encontram-se os bairros da área central da capital capixaba, englobando os seguintes bairros: Centro, Moscoso, Fonte Grande, Ilha do Príncipe, Piedade, Santa Clara e Vila Rubim (todos bairros antigos).

Na Região Administrativa II, Santo Antônio, estão localizados os bairros: Ariovaldo Favalessa, Bela Vista, Caratoíra, Cabral, Quadro, Estrelinha, Grande Vitória, Inhanguetá, Mário Cypreste, Santo Antônio, Santa Teresa e Universitário.

Quando à Região Administrativa III, Jucutuquara, os bairros seguintes que a compõe são: Bento Ferreira, Consolação, Cruzamento, Lourdes, Forte São João, Fradinhos, Gurigica, Horto, Ilha de Santa Maria, Jesus de Nazareth, Jucutuquara, Monte Belo, Nazareth e Romão.

Em relação à Região Administrativa IV, Maruípe, são os bairros seguintes: Andorinhas, Bonfim, Itararé, Joana d'Arc, Maruípe, Penha, Santa Cecília, Santa Martha, Santos Dumont, São Benedito São Cristóvão e Tabuazeiro.

Os bairros integrantes da Região Administrativa V, denominada Zona Leste (Praia do Canto) são: Barro Vermelho, Enseada do Suá, Ilha do Boi, Ilha do Frade, Praia do Canto, Praia do Suá, Santa Helena, Santa Lúcia e Santa Luiza.

Vejamos, em seguida, os bairros componentes da Região Administrativa VI Zona Oeste (São Pedro): Condusa, Conquista, Ilha das Caieiras, Nova Palestina, Redenção, Resistência, Santo André, Santos Reis, São José e São Pedro.

Vamos, em seguida, apresentar as regiões administrativas com os bairros localizados com suas respectivas nomenclaturas, situados no distrito de Goiabeiras, portanto instalados na parte continental do município de Vitória.

Temos aí, então, a Região Administrativa VII, Zona Norte (Goiabeiras) com os bairros: Aeroporto, Antônio Honório, Goiabeiras, Jabour, Maria Ortiz, Segurança do Lar e Solon Borges.

Passando para a Região Administrativa VIII, Jardim Camburi, encontramos os bairros Jardim Camburi e Parque Industrial.

Finalmente, temos a Região Administrativa IX, Jardim da Penha, onde vamos encontrar os bairros: Boa Vista, Jardim da Penha, Mata da Praia, Morada de Camburi, Pontal de Camburi e República.

Encerrando este item III, apenas queremos acrescentar esses três dados importantes no contexto deste trabalho:

- Área do município de Vitória: 97,123 km² (estimativa 2020)
- População total da cidade: 365.855 hab. (estimativa 2020)
- Densidade populacional da cidade: 3.711,2 hab/km² (estimativa 2020).

IV – Origens de Alguns Nomes de Bairros de Vitória

A toponímia de muitos bairros vitorenses tem origem na língua tupi, outros tantos de nomes de santos da Igreja Católica, outros de figuras políticas do passado. Apresentamos, em seguida, vários exemplos:

Barro Vermelho – O nome procede devido ao solo, naquele local, ser de coloração avermelhada, que a edafologia⁴ ensina como sendo devido a existência de minério de ferro na sua composição.

⁴ Ciência que estuda os solos.

Bonfim – O nome provém da sugestão de um morador, migrante da Bahia, como homenagem a Nosso Senhor do Bonfim, que tem grande aceitação naquele estado.

Caratoira – Da língua tupi, significando “montes altos”.

Caieiras – Fábrica de cal. Forno onde a cal é calcinada.

Conquista – Em homenagem a Francisco Alberto Conquista.

Cruzamento – Há muito conhecemos que a interseção da Avenida Vitória com a Rua Paulino Muller é denominada como Cruzamento. Suponho que o epíteto tenha sido expandido para uma área maior próxima, como a do Morro do Cruzamento.

Enseada do Suá – A mesma origem que apresentamos para Praia do Suá.

Fradinhos – Talvez devido a uma promessa religiosa atendida de determinada criança, que, então, passou a vestir-se como um frade. Na área desse local, em tempo pretérito, teria havido a presença de frades naquela comunidade.

Guiriciga – O mesmo que vareteiro, espécie de árvore nativa ocorrente na América Central e encontrada até no Brasil (pau-branco, pau-bravo).

Goiabeiras – Embora o bairro seja famoso pela atividade das conhecidas “paneleiras”, o nome do bairro, como aliás é comum acontecer no nosso país, deve provavelmente ter-se originado do fato de que em certa época, a área em questão constituía-se como uma grande fazenda na qual haveria volumosa quantidade de goiabeiras.

Ilha do Boi – Hoje, o que era uma milham está conectado à ilha de Vitória, pois que houve um aterramento ligando os dois acidentes geográficos. No passado longínquo a ilha recebia navios carregados de bovinos que, depois de serem tratados convenientemente, eram enviados para Vitória e cercanias.

Ilha do Frade – No século XVII a ilha era habitada por frades beneditinos, daí o nome.

Ilha do Príncipe – Seu nome advém de homenagem a D. Pedro II. Inhanguetá – Vem do tupi “pedra do diabo”.

Itararé – significa no tupi “pedra oca” (em consequência do desgaste provocado pelos rios).

Jardim Camburi – Termo tupi significando “rio do robalo (peixe)”.

Jardim da Penha – Área de restinga, como é a quase totalidade da área norte de Vitória, de onde pode ser avistado o Convento da Penha.

Mário Cypreste – Político, vereador em Vitória

Maruípe – Vem do nome do mosquito Maruí (caminho dos mosquitos).

Mata da Praia – Não só na área do bairro, mas em toda a área de Camburi (restinga) havia vegetação expressiva de mata de restinga.⁵

Morada de Camburi – Termo indígena tupi, significando “rio do robalo (peixe)”.

Praia do Suá – Existe uma hipótese, razoável ou não, de que o termo teria sido proveniente do cumprimento em francês “bon soir”, que era sempre pronunciado por um certo cidadão francês que frequentava assiduamente as peixarias, à tardinha, na área referida.

Portal de Camburi – Palavra como já vimos, de origem tupi, com o significado de “rio do robalo (peixe)”.

Parque Moscoso – Nome do antigo presidente da então província, do que é hoje o estado do Espírito Santo, Henrique Moscoso.

Resistência – Sua origem foi devida a uma ocupação promovida por centenas de pessoas não possuidoras de habitação, que passaram a montar barracos no local, e que resistiram às autoridades para obtenção da posse do lugarejo.

⁵ Ver nosso trabalho sobre o bairro na *RIHGES* nº 74.

Romão – Faz parte de uma grande chácara que havia antes da década de 50 do século XX e tinha como caseiro um cidadão de nome Romão.

Vila Rubim – Em homenagem a Francisco Alberto Rubim, governador da província do Espírito Santo de 1812 a 1819.

Acrescento a esta lista mais os seguintes bairros:

Fonte Grande – Não posso afirmar categoricamente, mas tivemos a oportunidade de conhecer no passado uma excelente e abundante fonte de água, no bairro aludido, onde era possível obter água para beber de ótima qualidade. Talvez tenha sido esta a origem do nome do bairro.

Jabour – Nome advindo de um proprietário de empresa exportadora de café com escritório em Vitória e Rio de Janeiro.

São João (Forte) – Em 1592 foi construído o Forte de São João, destinado à defesa da cidade de Vitória. No século XVIII houve a restauração desta fortaleza para uma melhor defesa da cidade. Sobre as ruínas do forte foi construído, no século XX, o clube Saldanha da Gama. Hoje é propriedade do estado do Espírito Santo.

Solon Borges – Político. Entre outras atividades, foi prefeito de Vitória.

Tabuazeiro – Local onde há várias árvores frutíferas entre as quais a de cajá-mirim ou tabuazeiro.

Deixamos o bairro Jucutuquara para o final da relação, porque nos estendemos um pouco mais na tentativa de encontrar uma melhor definição do significado do topônimo em tela.

Sabe-se que o córrego Jucutuquara tem sua cabeceira, sua origem, na encosta do Maciço Central da ilha de Vitória. Dito córrego, em tempos recuados possuía certamente um volume d'água bem mais expressivo, devido ao fato de que as matas do Maciço Central eram, então, intocadas pelos habitantes e não havia o adensamento populacional como presenciamos atualmente.

Hoje, embora não esteja visível, em grande par pela capa asfáltica, o córrego Jucutuquara corre abaixo dessa cobertura. A obra foi encetada pela administração municipal para atender aos reclamos dos moradores da região, devido o mal cheiro exalado pelo lixo putrefato proveniente do referido curso d'água. Além disso, em consequência da obra realizada, foi cumprida a finalidade buscada de melhorias do visual da Avenida Paulino Muller, além de que esse empreendimento permitiu o alargamento da pista de rolamento daquela avenida.

Bem, voltando à significação do termo tupi “jucu”, segundo diz Houaiss (2001), corresponde ao substantivo árvore, a qual fornece uma variedade de canela. Recorrendo ao lexicógrafo Aurélio (2010) encontramos de modo semelhante: árvore cuja casca fornece a canela.

Quanto à terminação “quara”, de origem tupi, encontramos o significado de terreno, fosso, buraco (Houaiss, 2001). Quanto ao termo “quará” (acentuado) o mesmo autor observa que o termo se refere à espécie denominada “piragica”, conhecida na ictiografia capixaba. Consultando Aurélio (2010), este declara que “quara” é o mesmo que “piragica, peixe encontrado desde Cuba até as águas do Rio de Janeiro. Então, concluímos que há uma parte do termo Jucutuquara que não está traduzida, que é o “tu”.

Outra versão do termo Jucutuquara é aquela em que o autor do livro “Topônimos e epônimos capixabas” apresenta como sendo “buraco da ponta” ou “buraco de coruja”.

Finalmente, encontramos outra versão lançada em “No mapa capixaba, uma herança dos primeiros habitantes”, em que o termo Jucutuquara é grafado “jucuacoara”, sendo que “coara” significa buraco e “jucutu” quer dizer “cutuca por golpe de uma pedra”. Então, teríamos o significado condensado como sendo “buraco da ponta” ou “buraco da cotuja”. “Cutuca” quer me parecer significar um ob-

jeto pontiagudo de alta dureza, podendo ser uma lasca de rocha ou de metal.

Prosseguindo nosso estudo, sabemos que não muito distante do canal fluvial do córrego Jucutuquara encontra-se o morro granítico que é conhecido pelo povo da cidade com o sugestivo nome de “Pedra dos dois olhos”, fato este decorrente da ação prolongada da erosão diferencial que formou duas grandes escavações na encosta do morro, propiciando, então, que os habitantes das adjacentes áreas e, hoje, de toa a cidade, batizassem o aludido morro com esse interessante nome.

A cota altimétrica da Pedra dos dois olhos é de 296 metros, segundo consta em cartas geográficas. Não é o ponto mais alto do município, mas coloca-se como o segundo mais alto. O mais proeminente acidente geográfico é o encontrado no chamado Morro da TV, que atinge 308 metros de altitude, no Maciço Central da ilha de Vitória.

A palavra da língua tupi referente à Pedra dos dois olhos é “jucu-ita-quera”, que, traduzido, seria “pássaro do buraco da pedra”.

Nessa tentativa de saber se o nome do bairro Jucutuquara poderia ou não ser advindo do córrego Jucutuquara, concluímos que, de fato, isso não ocorreu.

V – A Localização dos Bairros na sua Topografia

Quanto à localização dos bairros insulares podemos observar que existe um segmento deles junto às margens norte, oeste e leste da ilha de Vitória, nas áreas planas insulares. Porém, isso não quer dizer que os habitantes da ilha também não estejam presentes nos sopés ou nas encostas dos morros. Queremos apenas pontuar é que houve oportunidade para a implantação de muitos bairros graças

aos aterramentos realizados ao longo dos anos. Como exemplo disso podemos apontar os seguintes bairros:

Grande São Pedro, Ilha das Caieiras, Resistência, Conquista, Redenção, São José, Condusa, Grande Vitória, Universitário, Bela Vista, Santo Antônio, Santa Teresa, Ariovaldo Favalessa, Vila Rubim, Centro da Cidade, Ilha de Santa Maria, Bento Ferreira, Enseada do Suá, Santa Helena, Praia do Canto e Ilha do Boi.

Os bairros insulares que, ou pouco ou nada dependeram de aterramentos seriam aqueles que estão nos morros ou, pelo menos, se encontram nos sopés destas elevações isoladas ou nas encostas de maior ou menor altitude do Maciço Central da ilha de Vitória.

Fora da área insular, na porção continental do município vitorriense, encontram-se os bairros situados nas áreas planas, formadas pela restinga, a qual cobre todo o nordeste da Capital. Entre esses bairros estão: Jardim da Penha, Jardim Camburi, Mata da Praia, República, Maria Ortiz, Pontal de Camburi, Morada de Camburi, Solon Borges, Antônio Honório, como toda a área do aeroporto principal do estado do Espírito Santo, o Aeroporto Eurico de Aguiar Sales.

VI – Os Sub-Bairros ou Comunidades da Cidade

Os habitantes de qualquer bairro, principalmente daqueles que ocupam grandes áreas sub urbanizadas e mesmo em bairros de média urbanização e média densidade populacional tem necessidade de nomear alguns pontos específicos dentro dos limites de seus bairros. Tal atitude é certamente compreensível, vez que tais pontos específicos servem para indicar o local mais facilmente para que o cidadão possa resolver em que direção ir, seja a pé ou pelo transporte público ou particular e, assim, ter acesso aos serviços necessários:

locais de comércio varejista ou de atacado, feiras, bancos, assistência médica, atividades culturais, restaurantes, bares e até mesmo a localização de endereços residenciais de interesse pessoal.

Assim, com o passar do tempo, determinados pontos, de modo natural, recebem ditos jocosos ou são reconhecidos, por exemplo um shopping, um cinema, um teatro, um parque, uma praça, etc.

Muitas vezes um simples bar torna-se famoso ao longo do tempo por servir um café de qualidade que agrada às pessoas e torna-se um ponto de referência para uma grande área de um bairro. Por vezes, há epítetos que são conhecidos até mesmo em áreas que cobrem um espaço razoável do território de uma metrópole.

Isso ocorre em todos os lugares, seja na nossa cidade de Vitória, como nas grandes metrópoles nacionais do Brasil e do Exterior, como também em cidades de médio e, por vezes, de pequeno porte.

Fizemos esse desvio de rumo nesta exposição para mostrar alguns exemplos de nomenclaturas adotadas pelo povo, na cidade de Vitória, que não são oficialmente considerados como bairros mas, apenas, como comunidades ou sub-bairros pela Prefeitura Municipal de Vitória.

Os fatos que pontuamos linhas atrás em relação às nomeações de certos locais no interior dos bairros ou de cidades amiúde são observados não só para pontos comerciais, mas, até mesmo, para um bairro *in totum*. É o que podemos exemplificar mais adiante para diversos chamados sub-bairros ou comunidades da nossa cidade.

Os sub-bairros São José e Alto Santa Helena na realidade fazem parte do bairro Praia do Suá;

Os sub-bairros Engenharia e Alto Itararé pertencem ao bairro Itararé;

As comunidades ou sub-bairros de Volta de Caratoíra e Morro do Pinto são partes integrantes do bairro Caratoíra;

Os sub-bairros de Constantino, Morro da Floresta e Jaburu são integrantes do bairro Gurigica;

Eucalipto e Alto Bonfim pertencem ao bairro Bonfim;

Morro dos Alagoanos pertence ao bairro Ariovaldo Favalessa;

O sub-bairro Nossa Senhora Aparecida encontra-se na área do bairro Bela Vista;

Mangue Seco pertence ao bairro Joana d'Arc;

Vila Maria faz parte do bairro Maruípe;

A comunidade de Alto Tabuazeiro (Morro do Macaco) e parte do bairro Tabuazeiro;

Chapada não constitui um bairro mas é pertencente ao bairro Morro do Quadro;

Atlântica Ville pertence ao bairro Jardim Camburi;

Rio Branco é um sub-bairro de Jucutuquara, que é um bairro;

Alto Consolação não é nada mais que parte do bairro Consolação.

VII – Conclusão

Tencionamos apresentar neste trabalho a distribuição geral do posicionamento espacial e topográfico dos bairros de Vitória, bem como da origem toponímica, tanto dos bairros como sub-bairros. Além do mais, procuramos demonstrar a importância e as inúmeras obras de aterramentos realizados ao longo de muitos anos na Capital. Não tivemos pretensão de realizar um estudo mais aprofundado. É apenas um “flash” de parte da realidade geográfica de nossa querida e abençoada Vitória do Espírito Santo.

Referências

CARVALHO, J.W. Emery de. *Topônimos e epônimos Capixabas*. Cadernos de História. IHGES, 1989.

Coleção Elmo Elton. *Relatos sobre a história dos bairros da cidade* (diversos volumes).

COSTA, R.Brunow. A ilha de Vitória, uma abordagem a cerca de seu crescimento físico natural e artificial. *RIHGES* n° 50.

COSTA, R.Brunow. *Expansão urbana da área norte de Vitória*. Cadernos de História. IHGES, 1989.

COSTA, R.Brunow. Um bairro de Vitória: Mata da Praia, uma visão histórico-geográfica. *RIHGES*, n° 74.

Dicionário Aurélio, 5ª Edição, 2010.

Dicionário Houaiss, 1ª Edição, 2001.

MapasBlog - <https://mapasblog.blogspot.com/search?q=vitória>

Vitória (Espírito Santo) [https://pt.wikipedia.org/wiki/Vitória_\(Espírito_Santo\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Vitória_(Espírito_Santo))

Wikipédia, a enciclopédia livre – consultas em 27.03.2021.

GRANDE GOIABEIRAS, SEUS VÁRIOS BAIRROS E SUAS TRADIÇÕES

*Aldo José Barroca**

A região entre Carapina e Vitória teve sua ocupação como área de periferia urbana há mais de 80 anos e era constituído de baixadas cobertas de manguezais. Espessa vegetação caracterizava o local.

No período colonial foi construída por pessoas escravizadas a “Pinguela da Passagem”, feita de madeira-de-lei e sustentada por cavaletes, ligando Vitória ao Continente (Goiabeiras, na época pertencente à Serra). Em 1927 foi substituída pela (primeira) Ponte da Passagem, de concreto armado.

A Ponte da Passagem. Foi a 1º ponte da Ilha de Vitória, com várias melhorias no decorrer dos anos: Inicialmente, era a Pinguela da Passagem, feita de madeira-de-lei. Em 1930 foi substituída pela (primeira) Ponte da Passagem, de concreto armado. Em 1950 foi necessário o aumento da ponte. Em 1970, uma área foi desapropriada para a construção da “terceira” Ponte da Passagem, com espaço para pedestre e duas faixas. Seu nome oficial era Ponte Armando Soares de Aguiar. No final dos anos 1990, era novamente um gargalo em relação à mobilidade. Em 2009, a última renovação. A nova Ponte, denominada Ponte Carlos Lindenberg, possui três faixas no sentido Centro-Jardim da Penha e quatro no sentido contrário. Liga Goiabeiras à Av. Nossa Senhora da Penha (conhecida como Reta da Penha), à Av. Leitão da Silva e à Av. Maruípe. Todas levam ao Centro. É a única ponte na cidade que passou por tantas renovações urbanas que alteraram substancialmente suas características. Sempre foi conhecida como Ponte da Passagem.

* Escritor e jornalista articulista. Membro do IHGES, da AEI – Associação Espírito-Santense de Imprensa, e da ACLAPT – Academia Capixaba de Letras e Artes.

A ponte antiga passou a ser utilizada por ciclista e pedestres, denominada Passarela Maurício de Oliveira, conhecida como Passarela da Passagem.

Em 1943, grande parte da população do chamado Continente vivia da pesca na (hoje) Praia de Camburi e no mangue. Um pouco também da extração de lenha das matas e o leite. Para comercialização, as mercadorias eram levadas a Vitória em carroças e no lombo de cavalos e burros à Praia do Canto ou a Jucutuquara, onde já existia o transporte por meio de bondes. Para abastecer outros centros de consumo, eram desembarcadas no Porto da Pedra, localizado no Canal da Passagem.

Nesta área foi criado o bairro de Goiabeiras, em território de antigas fazendas.

Na década de 1950 começou a circular o primeiro ônibus urbano passando pelo bairro, fazendo a ligação entre Vitória e o Planalto de Carapina.

A ocupação de Goiabeiras foi intensificada a partir da década de 1960, com crescimento desordenado, na incorporação de terras rurais para a construção de conjuntos habitacionais atendendo à população de baixa renda. O traçado do bairro é, ainda hoje, bastante irregular, com ruas estreitas e, em alguns pontos, desprovidos de calçadas, situação típica de regiões que cresceram sem nenhum planejamento urbano ou de ocupação do solo.

A capital capixaba é constituída de dois distritos: Vitória e Goiabeiras, considerando estar o bairro localizado na parte continental da cidade, ou seja, fora da Ilha. Na verdade, a anexação a Vitória foi por lei: à capital interessava os tributos gerados pela CST – Companhia Siderúrgica de Tubarão, atual Arcelor Mittal (adquiriu a siderúrgica quando da privatização promovida pelo Governo Federal), e havia o Aeroporto de Vitória, conhecido como Aeroporto de Goiabeiras, com a incorporação Aeroporto de Vitória

(seu nome atual é Aeroporto Eurico de Aguiar Salles), bem como a UFES – Universidade Federal do Espírito Santo. A Grande Goiabeiras constitui a Região Administrativa 6.

Com muitas áreas adjacentes desocupadas, surgiram bairros ao redor:

Jabour. As primeiras treze casas foram inauguradas em 1963. Pouco depois o loteamento Jabour Exp. e Imp. de Vitória possibilitou a construção de muitas outras moradias. O nome do bairro foi escolhido em homenagem ao dono do terreno, pois com a venda dos lotes proporcionou a ocupação de toda a área, com casas para famílias que pagavam aluguel. Um vereador quis mudar o nome para Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, porém os moradores não permitiram. Sem apoio do Prefeito, tiveram que comprar material para que a Prefeitura asfaltasse as ruas e instalasse água encanada. As residências, aos poucos, foram aumentadas e algumas tiveram diversos tipos de comércio anexados. Outras, são apenas lojas.

Solon Borges, inaugurado em 1967, com casas pequenas e iguais e 38 ruas e vias, para atender famílias carentes, construído pela COHAB-ES – Cooperativa Habitacional do Espírito Santo, extinta em 1998, passando seu ativo (dívidas dos mutuários, para a CEF – Caixa Econômica Federal). Muitas casas foram vendidas e ampliadas. Outras, transformadas em comércio.

Morada de Camburi, No início do sec. XX era área rural, ocupada por gados, e pela Mata Atlântica, tendo córrego e restinga. A região compreendia as proximidades da Avenida Adalberto Simão Nader até o Canal de Camburi e da praia até a UFES. Com projeto aprovado pela prefeitura em 1952, toda a região entre a Avenida Adalberto Simão Nader e o Canal de Camburi seria convertida em largas avenidas. Surgiu de um loteamento e em 1967 começaram a construção das casas. Pertence à Grande Goiabeiras o trecho paralelo ao Bairro República.

Bairro República, inaugurado em 1969, também, construído pela COHAB-ES – Cooperativa Habitacional do Espírito Santo. Empreendimento mais caro, atendendo à classe média. É separado da Goiabeiras antiga pela Avenida Fernando Ferrari. Muitas moradias foram vendidas e ampliadas. Várias anexaram ou foram transformadas em casas comerciais. Priorizada no Orçamento Participativo, as obras de macrodrenagem beneficiou o bairro, que sofria com alagamentos e agora conta com o novo sistema de escoamento das águas. Com chuva, pessoas e veículos ficavam impossibilitados de transitar no bairro. Tem esse nome por ter sido criado para ter apenas nomes de ex-presidentes em suas ruas, mas com o tempo varias ruas mudaram de nome.

Boa Vista, é o bairro mais alto, situado em um morro próximo ao bairro República, portanto também separado de Goiabeiras Velha pela Avenida Fernando Ferrari. Conta com vinte e cinco ruas e vias. Somente em março 2017 conseguiram transporte coletivo, com um ônibus passando pelo bairro, beneficiando principalmente, seus moradores idosos, que são muitos.

Segurança do Lar é o menor da região, com apenas 14 ruas. Fica entre Antônio Honório e Solon Borges. No bairro está instalado o Supermercado Extrabom, que abastece toda a Grande Goiabeiras. Tem uma agência do Banco do Brasil.

Antônio Honório foi inaugurado em 1971, construído pelo IPAJM – Instituto de Previdência e Assistência Jerônimo Monteiro, para atender funcionários públicos civis e militares, que pagavam aluguel. O nome original era Conjunto Antônio Honório. Posteriormente, a Prefeitura alterou o nome para Bairro Antônio Honório. Na inauguração, as ruas eram identificadas por letras, depois foram colocados nomes de funcionários públicos civis e militares falecidos.

Maria Ortiz surgiu de aterro no mangue: lixo era colocado no local, famílias humildes vindo dos morros de Vitória e do interior

do Estado começaram a aterrar em 1969. As primeiras moradias foram em palafitas, até construírem pequenas residências. Fizeram protestos, audiência com representantes do governo, reclamaram com a imprensa e em 1970 foram instalados serviços de água e de energia elétrica, porém o calçamento só veio em 1985. No início, a água potável era fornecida por moradores de Antônio Honório.

Com a invasão sobre o mangue, a Prefeitura adotou medidas proibindo em definitivo novas ocorrências, pois preservar o manguezal é de extrema importância para o equilíbrio ecológico. Tanto que um grupo de crianças de 4 a 5 anos, do CMEI – Centro Municipal de Educação Infantil Jacyntha Ferreira de Souza Simões, em Goiabeiras Velha, orientadas pela professora, realizaram um trabalho de educação ambiental, com frases, desenhos e fotos sobre os cuidados necessários com o manguezal. Contribuiu para a elaboração da Carta de Vitória, em 2012, durante a Rio+20, considerado o maior evento já realizado pelas Nações Unidas sobre a questão ambiental. Preservar o manguezal é de extrema importância para o equilíbrio ecológico.

Consta no Calendário Oficial de Datas e Eventos o “Dia Municipal do Manguezal”, a ser comemorado anualmente em 26 de julho.

Os moradores escolheram o nome em homenagem à heroína capixaba: Maria Ortiz, nascida em 1603 em Vitória e residia na ladeira do Pelourinho, atual Escadaria Maria Ortiz, via de comunicação entre as partes baixa e alta. Vindo de navio, holandeses tentaram invadir a cidade, atacando pela rampa da Ladeira do Pelourinho. Ao atingirem pouco mais da metade da empreitada, Maria Ortiz, jogou água fervendo, animou os vizinhos e aos gritos incitava ao prosseguimento da luta. Pôs fogo à peça de artilharia que estava próxima à sua casa, disparando contra os invasores. Os holandeses, pegos de surpresa e feridos, fugiram, desistindo da invasão. Maria Ortiz tinha vinte e um anos.

Parque Residencial Maria Ortiz II, criado para atender novas famílias carentes.

Goiabeiras I. Com tantos bairros periféricos, a Goiabeiras original foi denominada Goiabeiras I, porém é conhecida como Goiabeiras Velha

Em 1971 a Matriz da Igreja católica era um barraco. Com a participação efetiva dos fiéis, a construção foi lenta, porém hoje temos a Paróquia da Ressurreição, composta das Comunidades: Cristo Redentor (a bela Matriz) no Bairro República, Nossa Senhora Aparecida em Solon Borges, Nossa Senhora da Penha em Morada de Camburi Nossa Senhora de Fátima no Jabour, Nossa Senhora de Lourdes em Goiabeiras Velha, Sagrado Coração de Jesus em Boa Vista, Santo Antônio em Antônio Honório, São José Operário em Maria Ortiz, São Judas Tadeu no Parque Residencial Maria Ortiz II.

A Primeira Igreja Batista em Goiabeiras foi fundada em 14 de abril de 1976 e sua sede é na Rua Adalfredo Wanick, nº 20, Goiabeiras Velha, ao lado da Pracinha de Goiabeiras. Três Igrejas Maranata: Rua Otacílio Justiniano de Matos, Morada de Camburi. R. João Gomes Lorêto, Goiabeiras Velha. Av. Jerônimo Vervloet, Goiabeiras Velha. E a Quadrangular em Maria Ortiz.

Várias lojas de ramos diversos, restaurantes (autoatendimento, o chamado self service) e bares. Feira Livre: uma aos sábados na Avenida Prof. Fernando Duarte Rabelo, Antônio Honório, a outra às terças-feiras na Av. Presidente Castelo Branco, bairro República.

Segurança Pública:

Conselho Interativo de Segurança Pública de Goiabeiras: Avenida Professor Fernando Duarte Rabelo, 670 – Maria Ortiz. Os moradores conhecem como Polícia Interativa.

Delegacia de Polícia Civil: Rua Leopoldo Gomes de Sales, 76 – Goiabeiras Velha.

Praças:

Antônio Honório. Praça Cel. Francisco Pereira Nascimento, pelos moradores chamada Pracinha de Goiabeiras, Avenida Fernando Ferrari, com banca de revistas e, nos dias úteis, vendedora com café e lanches.

Maria Ortiz. Praça do Hi-Fi. Avenida Jerônimo Vervloet. Possui campo de futebol com alambrado, grama sintética, arquibancada e iluminação. É o Centro Esportivo da Grande Goiabeiras. Nos finais de semana tem barracas com diversos serviços. Melhor praça da região.

República. Praça Therezinha Grecchi. Avenida Presidente Costa e Silva. Tem jogo de bocha, área de exercícios e barraca com lanches. É uma praça grande.

Goiabeiras Velha. Praça 3 de maio. Tem exercício com professora, barracas com alimentos, quadra de esporte e coreto. Há também módulo da Polícia Militar.

Solon Borges. Praças Adriano Mathielo. Cacilda Caulit Schwab. Jayme de Assis Poltronieri. Odilon Grijó, Professor Collares Júnior e Solon Borges Conta com a Quadra de Esportes Antônio Tomé do Carmo. A COHAB-ES deve ter se preocupado com o lazer do bairro, daí a construção de cinco praças.

Segurança do Lar. Praça Segurança do Lar.

Jabour. Praça Leonardo Moreira da Silva.

UFES. Praça das Bandeiras.

Esporte. Três de Maio Futebol Clube, fundado em 1938, é o clube mais antigo e tradicional da Grande Goiabeiras. Esporte Clube Belenense fundado em 14 de fevereiro de 1981. A equipe do "Belê" disputa várias competições no amador, nas categorias aspirante, principal e veterano.

Transporte coletivo. De Vitória: Jardim Camburi Via Reta da Penha até bairro Mário Cipreste, Jardim Camburi via Maruípe até

bairro Mário Cipreste, Maria Ortiz via reta da Penha até Rodoviária, Maria Ortiz via Camburi até Santo Antônio, Maria Ortiz via Maruípe até Parque Moscoso, Goiabeiras via Shopping Vitória até Bento Ferreira, Jardim Camburi via Leitão da Silva até Rodoviária, Bairro República via Boa Vista e Reta da Penha até Bela Vista Intermunicipais: treze linhas do Transcol (vão aos terminais da Grande Vitória), recebendo passageiros das cidades da Grande Vitória. No dia 10 de maio de 2021 as linhas alimentadoras da capital passaram a linhas tranco do Transcol Foi a última cidade da Grande Vitória a ser incorporada.

Táxi. Aeroporto, Pracinha de Antônio Honório e Bairro República.

Unidades de Saúde. Maria Ortiz: Rua Professor Renato Ribeiro dos Santos, República: Av Rozendo Serapião de Souza Filho, Jabour: Rua Engenheiro César Dantas, atende também Antônio Honório e Goiabeiras Velha.

Escolas.

CMEI Jacyntha Ferreira de Souza Simões. R. José Alves, Goiabeiras Velha. CMEI Darcy Castello de Mendonça. R. Francisco de Araújo Machado, Antônio Honório. Marlene Orlande Simonetti. Praça Therezinha Grecchi, Bairro República (antes, o nome era Cinderela). CMEI Reinaldo Ridolfo. R. Prof. Renato Ribeiro dos Santos, Maria Ortiz.

EMEF Arthur da Costa E Silva. R. Pres. Rodrigues Alves, República. EMEF Adão Benezath. R. Professora Clara Lima, Antônio Honório. EMEF Experimental de Vitória – UFES: Av Fernando Ferrari. EMEF Marechal Mascarenhas de Moraes. Av Jerônimo Vervloet, Maria Ortiz. EMEF Juscelino Kubitschek de Oliveira. Av. Jerônimo Vervloet, Maria Ortiz.

Particulares. Escola Cristo Redentor. Av. Pres. Costa e Silva, República (Ensino fundamental). Escola Bem – Me – Quer. R. Zeli de Paula, República. (Ensino fundamental).

EEEFM Almirante Barroso. Rua do Almirante, Goiabeiras Velha. EEM Arnulpho Mattos. R. Pres. Nereu Ramos, República.

UFES – Universidade Federal do Espírito Santo, instituição federal de ensino superior Av. Fernando Ferrari, Goiabeiras, perto da Ponte da Passagem. Melhor universidade do Estado, em 2018 foi classificada entre as 100 melhores instituições de pesquisa ibero-americanas. Nos Campus Goiabeiras e Maruípe, em Vitória; Alegre, no sul e São Mateus, no norte, a UFES possui mais de 100 cursos de graduação, com 19 mil alunos de graduação presencial, 1.200 na graduação à distância e 3.000 na pós-graduação. O Hospital Universitário Cassiano Antônio Moraes, conhecido como Hucam, em Maruípe, é um dos mais completos e complexos centros hospitalares do Estado. O Planetário de Vitória da UFES promove a elaboração, a adaptação e o aperfeiçoamento de metodologias e atividades do ensino de Astronomia e Ciências. O CT – Centro Tecnológico da UFES é composto pelos departamentos de Engenharia Ambiental, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica, Engenharia Mecânica, Engenharia de Produção, Informática e Tecnologia Industrial.

Particular. Faculdade Multivix Vitória. Rua José Alves, Goiabeiras Velha. Possui campi em Vitória, Vila Velha, Serra, Cachoeiro de Itapemirim, Cariacica, Castelo, Nova Venécia e São Mateus, além de diversos polos de Ensino a Distância. Oferece diversos cursos nas quatro áreas do conhecimento: Agrárias, Humanas, Saúde e Exatas.

Benedeiras. Em Goiabeiras Velha. Atualmente, são poucas, pois as novas gerações não deram continuidade (a benzedura é passada de geração em geração). Benzer é fazer o sinal da cruz sobre pessoas ou coisas, seguindo uma liturgia, para consagrar ao culto divino ou pedir uma graça de Deus. Inclui o sinal da cruz e ritos, como: banhos, chás, simpatias, imposição das mãos, aspersão de água benta, utilização de materiais simbólicos como: ramas e ter-

ços. O conhecimento das benzedeadas ultrapassa a medicina, pois elas admitem a possibilidade de um sintoma ser reflexo de mal espiritual e vão ao íntimo das pessoas pela fé, curando a doença e tranquilizando. Afirmam ser a fé o remédio, elas apenas indicam a forma e a quantidade que deve ser tomada. Muito procuradas, alertam: o êxito está na fé. Não cobram, dizem não ter cabimento cobrar pela palavra de Deus, dada a elas como um dom. Agradecidas, as pessoas acabam dando um agrado.

Festa das Paneleiras. Normalmente em julho há mais de 20 anos, em Goiabeiras Velha. Oferece espetáculos com bandas de congo, musicais com artistas regionais. Atende confortavelmente e com segurança. Um dos primeiros patrimônios culturais imateriais do Brasil, já caiu no ENEM. É montado o Restaurante das Paneleiras, com os tradicionais pratos capixabas: moqueca capixaba e torta capixaba, bem como petiscos e bebidas. A Festa comemora a atividade das paneleiras, há anos reconhecida pelos órgãos governamentais e pela sociedade por sua importância para o turismo, portanto para a economia, incluindo a venda das painéis de barro, imprescindível à produção dos pratos capixabas, reconhecidos internacionalmente. A renda é revertida para a Associação das Paneleiras de Goiabeiras. Sendo o terreno da festa particular, e os donos estão usando a área, agora é na rua em frente ao Galpão das Paneleiras com menos atrações, pois a Prefeitura, patrocinadora, não mais contribui.

Congo. Gênero musical brasileiro, sua origem veio dos negros escravizados. Típico das regiões litorâneas do Espírito Santo. Instrumentos: casaca, tambor de congo, bumbo, caixa, cuíca, chocalho, triângulo. O apito é usado pelo mestre no início e no término das toadas. As toadas são em homenagem a São Benedito e Nossa Senhora da Penha (padroeira do estado). Também falam de temas como o mar e o amor. A casaca é esculpida na madeira, com sulcos.

A superfície simula o corpo de uma pessoa. No topo os congueiros esculpem a cabeça humana, sendo essa parte utilizada para segurar o instrumento. A banda de congo foi fundada, em 1938, com o nome de Banda de Congo de Goiabeiras. Na década de 1980, passou a ser Banda de Congo Panela de Barro. O congo é Patrimônio imaterial do Estado.

Panelleiras de Goiabeiras. As panelleiras de Goiabeiras Velha fabricam as panelas de barro, cultura dos indígenas e afrodescendentes que habitaram a região. É aliada à gastronomia local, nelas são preparadas a famosa moqueca capixaba, especialidade da gastronomia nacional. A técnica cerâmica utilizada pelos panelleiros possui origem indígena, caracterizada pela modelagem manual, queima a céu aberto e aplicação de tintura de tanino. O conhecimento técnico e habilidade das artesãs é resultado da tradição passada por várias gerações desde o período pré-colonial, procedente da cultura Tupi-guarani, índios que habitavam a região. As mulheres passaram a tradição de geração em geração até chegar às panelleiras de goiabeiras

A matéria-prima para a confecção das panelas de barro é a argila, extraída de uma jazida no Vale do Mulembá. Os responsáveis são chamados de tiradores de barro, que misturam com sedimentos encontrados na superfície, dando a liga necessária à produção das panelas. Os homens são responsáveis pela extração e beneficiamento do barro e as mulheres pelos moldes artesanais da panela.

Característica marcante das panelas é a coloração escura, obtida com a impregnação do tanino na peça. A casca é retirada do tronco por meio de golpes de um porrete de madeira, são picadas e colocadas de molho em água doce, para curtir, no máximo até três dias.

Indicação de Procedência é o registro de indicação geográfica, ferramenta coletiva de valorização de produtos tradicionais de de-

terminada região, adiciona valor ao produto e protege a região produtora. A Indicação de Procedência trouxe às panelleiras de Goiabeiras a garantia de origem e legitimidade para suas tradicionais panelas. Como ficaram famosas em todo o território nacional, eram copiadas e falsificadas.

O saber envolvido na fabricação artesanal de panelas de barro foi o primeiro bem cultural registrado, pelo Iphan, como Patrimônio Imaterial no Livro de Registro dos Saberes, em 2002. É Patrimônio Cultural Brasileiro. O registro do nome no INPI - Instituto Nacional da Propriedade Industrial protege o nome Goiabeiras, evitando que ele seja utilizado de forma indevida.

Ícone do artesanato capixaba, a panela de barro tem seu próprio dia, desde 1993. A Prefeitura de Vitória, por meio de Lei Municipal, presta homenagens às panelleiras: 7 de julho é o Dia da Panelleiras.

Para orgulho e alegria não só das panelleiras, mas também dos moradores da Grande Goiabeiras, o Projeto de Lei 82/2021 foi sancionado pelo Governador do Estado, modificando o nome da Reta do Aeroporto. A partir de 28 de junho de 2021 passou a denominar-se Rodovia das Panelleiras, ou Reta das Panelleiras. O local era uma rodovia federal da BR 101, porém foi estadualizada em fevereiro.

E assim as mulheres e os homens do tradicional bairro de Goiabeiras Velha, em Vitória, preservam sua origem ligada às raízes indígenas que já têm mais de 400 anos de história.

VOU-ME EMBORA, VOU VIAJAR...

*Regina Menezes Loureiro**

Este trabalho tem por objetivo discutir o papel da literatura na construção do conhecimento histórico. É uma breve reflexão sobre a Literatura e a História na construção de espaços culturais atraentes. Valorizar e ampliar a capacidade de atração turística de determinada localidade.

A História acompanha acontecimentos do passado, constrói conhecimento e leva o leitor a conhecer e valorizar suas origens.

A Literatura registra o agora num processo de construção ideológica e cultural muito importante para a divulgação e perpetuação de imagens.

É consciência de mundo!

A literatura registra o contemporâneo e a história se vale do trabalho literário para arquivar e preservar memórias.

O turismo usa o contemporâneo e o agora influenciado pelos textos literários / históricos: poemas, narrativas ou contos, ou histórias lidas ou ouvidas.

Em sala de aula, a literatura sempre foi explorada nas leituras e interpretações de textos. Usada em suas múltiplas vertentes é utilizada como leitura, teatro escolar...

Um texto literário, lido ou em forma de contação de histórias, teatro ou novelas, conquista de imediato o ouvinte/leitor.

A educadora e escritora capixaba, Maria José Menezes, já no início do século XX, ao som da cantiga de roda, Periquito Maracanã, divulgava a história do Espírito Santo.

* Advogada e escritora. Associada do Instituto Históricas e Geográfico do Espírito Santo.

1535, Coutinho aqui chegou,
com tiros de canhão, os índios, espantou.

Ele foi chegando, ele foi chegando
e a terra conquistou.

Igreja foi construída, por ordem do donatário
imagem foi trazida, importante relicário.

E preces foram feitas, e preces foram feitas
à Senhora do Rosário.¹

Assim, a literatura exerce seus objetivos, enquanto expõe novos caminhos para além da vã imaginação, socializa pessoas de diferentes meios e territórios; liga e conjuga o ontem com o hoje e projeta o cidadão a um outro lugar, assim como, a um outro tempo.

Bernadeth Lyra, escritora capixaba, em seu romance histórico de 2014, *A CAPITOA*, retrata a história de Luiza Grimaldi, uma das primeiras mulheres a comandar um Estado Brasileiro, no século XVI. Em tempos de invasores estrangeiros, em uma sesmaria selvagem, em meio a índios, fidalgos e degredados, Luiza Grimaldi enfrentou ataque de ingleses e de índios.

A leitura histórica é conhecimento e desperta no leitor o desejo de admirar e conhecer comportamentos de outras culturas e visitar novos lugares; é fonte de inspiração para escritores que desejam desvendar o mundo em transformação. É modelo de aprendizagem e desenvolve conhecimentos.

Em citação a Thomas Jefferson:

“Quando o mundo estiver unido na busca do conhecimento, e não mais lutando por dinheiro e poder, então nossa sociedade poderá enfim evoluir a um novo nível”.

¹ Menezes, Maria José. Trecho da obra *História do Espírito Santo em versos*.

Literatura é realidade, é leitura de mundo. É conceito amplo uma vez que é utilizada em diversos ramos do conhecimento: cinema, artes, educação, religião, turismo, dentre outros.

O sujeito sai da zona de conforto, se entrega, volta-se para o outro e retorna mais enriquecido e criativo, numa volta mais prazerosa!

É reflexão, é alimento da alma.

É despertamento!

Com um livro na mão, o leitor coloca-se em movimento; parte do hoje para o passado e constrói o presente com novas esperanças de um futuro melhor. Pode até chegar ao mar ou às montanhas de uma terra distante, apreciar a história e conhecer as origens de uma sociedade.

Quando o sujeito se apropria do conhecimento literário, ele se desenvolve socialmente, conhece a cultura de outros povos e é capaz de entender, com maior clareza, os direitos e os deveres do cidadão.

Faz História.

A Literatura cria responsabilidades, forma cidadãos.

O conhecimento histórico literário possibilita enfrentamentos seguros e responsáveis para possíveis soluções de problemas socio-culturais.

Cabe a nós, escritores, agentes de mudanças que somos, descobrir novas e diferentes abordagens didáticas para trabalhar a leitura em sala de aula. Uma atuação didática e significativa, considera os ouvintes como pessoas capazes de discernir de forma consciente o conhecimento partilhado.

Ler é movimento de puro lazer, é divertimento. É uma viagem, é um passeio em pouca velocidade, com muita comodidade. É visitar lugares, conhecer pessoas... os encantos da terra.

Até que ponto a literatura estaria ligada aos interesses turísticos?

O que é preciso para construir a conexão entre o discurso literário/histórico e o turismo?

O discurso literário e o discurso histórico são relevantes para a compreensão da imagem e a identidade de um povo.

Escritores e leitores com um livro na mão, conhecem pessoas, lugares belos e desconhecidos, localidades que têm história para contar. Este passeio divertido ficará para sempre registrado na memória e incorporado como aprendizagem.

Algumas das belezas que a literatura nos proporciona é a apresentação da tradição pesqueira da culinária do Espírito Santo, herdada da cultura indígena e negra. A expressão “moqueca é a capixaba, o resto é peixada” traduz o orgulho capixaba pelo prato mais típico do estado.

E as nossas praias? Têm belezas incomum!

Sob um céu sempre azul, brilham nossos montes.

Conheça Vitória! Não é um lugar comum:

as nossas matas protegem nossas fontes

e tudo é de uma perfeição tão absoluta!

Se você duvidar, venha comprovar

ver atletas nacionais e internacionais

na areia de Camburi, aplausos e medalhas

oferecidas!

Você sabia?

Venha conferir!

A relação literatura, cultura e turismo surge como indispensável para um turismo sustentável. O chamado turismo literário desperta o interesse para imagens interculturais apresentadas pela literatura e escrita por escritores profissionais que apresentam programas culturais atrativos. A valorização turístico-literária pode contribuir para o desenvolvimento econômico de um município.

Certos autores são capazes de criar espaços e paisagens que aguçam de forma expressiva a curiosidade do leitor.

Se você visitar o Parque Municipal Gruta da Onça conhecerá a reserva localizada no Maciço Central (Morro do Vigia) ponto turístico, na Ilha de Vitória. Recebeu este nome por causa de uma lenda. Conta-se que há muitos anos atrás, um índio tentou se abrigar numa grande gruta de onde brotava uma fonte de águas cristalinas. Ao se debruçar sobre o leito de água para saciar sua sede, viu refletir no espelho d'água a imagem de uma enorme onça pronta para atacar.

Apavorado ele fugiu correndo em direção ao mar, que beijava as praias junto ao Morro do Penedo. Desde então a onça passou a ser guardiã da gruta.

Para perpetuar esta lenda capixaba, construíram monumentos destes personagens no alto das pedras.

A típica vegetação da Mata Atlântica do local é preservada e logo na entrada do parque, encontra-se uma onça-pintada esculpida em concreto, protegendo uma fonte de água límpida. O Parque é repleto de nascentes e riachos pequenos cercados por vegetação em pleno núcleo urbano. O local é visitado por turistas e escolas locais.

Apropriando-se de obras históricas/ literárias o turismo se apropria deste conhecimento e se beneficia de uma legítima propaganda.

A relação entre o mercado do Turismo e o discurso literário ainda não foi muito estudada. Mas acreditamos que, assim como a história, a literatura deve ser considerada como importante instrumento na construção de imagens de mundo e por isto oferece valiosos subsídios para o fomento do turismo. O sujeito sai da zona de conforto, se entrega, volta-se para o outro e retorna mais enriquecido e criativo, numa volta mais prazerosa!

HOMERO MASSENA UM ARTISTA GENIAL

*Manoel Goes Neto**

Teve a sua arte exposta na galeria Rembrandt, em Paris no período de 1906 a 1909, e em 1930. Noticiava a imprensa em 1939:

Poucas vezes tivemos a oportunidade de nos deleitar num ambiente de pura arte como a que ora se apresenta. Homero Massena, nome consagrado na vida nacional, como uma de suas impressões de mais alto e honesto valor, pondo em seus quadros pedaços do Brasil que ele vai vendo e que sabe fazer ver como verdadeiro artista que é.

O genial e rebelde Homero Gabirobetz Massena (1886-1974) é o expoente máximo no cenário das artes da nossa Vila Velha do Espírito Santo. Nasceu em Barbacena, Minas Gerais, mas adotou Vila Velha como sua cidade preferida e com certeza foi reconhecido por amar tanto a nossa terra, tendo recebido o título de cidadão espírito-santense e muito carinho dos admiradores de sua produção artística. Sua arte explode nas pinceladas, que em um primeiro momento podem parecer despreocupadas com o primeiro plano, mas transmitem ao expectador várias imagens, dependendo do ângulo e distancia da obra.

A crítica da época era unanime em afirmar:

Massena surpreende, no que o termo valha na maior força e significação tanto aos leigos quanto aos entendidos em arte. Artista de processos simples, e por isso mesmo, legitimamente belo, as suas pinceladas são precisas, largas e limpas. Não existem distorções para reverenciar o inédi-

* Subsecretário Municipal de Cultura de Vila Velha.

to. Nem tão pouco se oferecem “chromos” para enternecer o vulgar.

Kleber Galveas, um dos idealizadores do Museu Atelier Residência Homero Massena, artista plástico capixaba e seu pupilo afirma:

A obra de Massena possui unidade, que é produto de uma sensibilidade que se mantém por mais de um século, que transcende ao dualismo vertical-horizontal da tela, e ganha profundidade no espírito do intelectual como no mais rude observador, não é apenas um patrimônio histórico da nossa cultura, é universal, é Arte.

Galveas luta para a manutenção do acervo e divulgação das obras de mestre Massena, hoje é um grande especialista na restauração dos muitos “Massenas” que recebe, necessitando de cuidados, em seu atelier, na cultural Barra do Jucu, terra dos tambores de Congo e imortalizada pela “Madalena do Jucu”, música de Martinho da Vila.

Os *Sertões* de Euclides da Cunha, é um livro que marcou época. Pré-modernista, inovador, rico em informações e que surpreendeu, quando da sua publicação em 1902. Seu autor continua desfrutando de enorme prestígio entre todos os intelectuais. Era muito popular, gozava da admiração e da estima do público leitor de jornais. Por ele ser jornalista toda a mídia da época o admirava e o apoiava incondicionalmente, em todas as situações. Homero Massena tinha um exemplar que guardava com grande afeto dentre muitas outras obras em sua biblioteca.

“Massena conservava o seu exemplar de *Os Sertões* por perto, e gostava de mostrar aos visitantes do seu “atelier”, não só pelas aquarelas e desenhos que fez em algumas das suas páginas, mas principalmente por trechos do livro que escolhia. Era grande a sua

admiração pelo autor. Euclides da Cunha era 19 anos mais velho do que o Massena. Eram todos da mesma geração. Euclides trabalhou como jornalista correspondente de *O Estado de São Paulo*, para cobrir a guerra de Canudos, tema central de *Os Sertões*.

O mestre Massena, ao ilustrar *Os Sertões* com seus desenhos e aquarelas, nos dá um belo exemplo de sensibilidade, elegância e ética. Soube separar o cognitivo do afetivo, ser imparcial e honesto. Ganhamos nós uma bela obra de arte: monumental na escrita e agora ricamente ilustrada, em edição especial, realizada pela Editora Milfontes” lembra o artista Kleber Galveas.

Os visitantes poderão contemplar pequenos detalhes da vida do Massena, quando a casa onde viveu, transformado em museu, reabrir à visitação pública, após a sua restauração total, com adequação à acessibilidade, realizada pela Prefeitura Municipal de Vila Velha, gestão do prefeito Arnaldinho Borgo. Lá estarão: os seus óculos, seus pincéis, inúmeras cartas, livros, diplomas, e as camas do casal separadas por causa da idade e da doença, onde ele e a sua Edy dormiam, separados mas tão juntos, dando a impressão que eles ainda habitam este lugar. As marcas do amor do casal estão espalhados por toda a casa, nos afrescos das paredes, nos diversos pássaros desenhados sobre finas rachaduras nas paredes, genialmente aproveitadas como galhos de imaginárias árvores. Simplesmente genial!

O IRMÃO PEROÁ E A ALMA PENADA CARAMURU

*Geraldo Magela da Silva Araujo**

A histórica disputa que no passado existiu em Vitória entre peroás e caramurus por cem anos, tema caro à historiografia da cidade, é revisitada nesta crônica que mistura fatos reais e imaginários tratando da disputa entre as antigas irmandades de São Benedito. Na diluição de fatos dentro da ficção histórica temos uma narrativa genuína com um final ao mesmo tempo jocoso e triunfante lembrando a figura de Antônio da Motta, preto forro celebrado pela Irmandade de São Benedito do Rosário, ainda hoje existente e ativa na capital do Espírito Santo.

No ano de 2014, conheci e travei amizade com um historiador que, mesmo sendo paranaense, por amor a este torrão capixaba, é apreciador de tudo o que trata da história de Vitória, onde reside, e do próprio estado do Espírito Santo. Nesta época ele soube através de um colega, que em pleno século XXI residia no Morro da Fonte Grande um sujeito que tinha em seu poder, antigo papel escrito pelo avô e que herdara do pai junto a outros pertences de família.

Num certo dia foi levado pelo colega à casa do Sr. Sebastião da Motta para uma visita, na intenção de verem o tal papel. O Sr. Sebastião da Motta já contava seus mais de setenta anos e, com a cordialidade de legítimo capixaba, abriu a porta da modesta residência para recebê-los.

Conversa vai, conversa vem, trouxe o Sr. Sebastião à vista do historiador pequena e antiga caixa, dessas de guardados e apetre-

* Bacharel em Direito; inscrito na OAB-ES; sócio efetivo do IHGES; membro da Sociedade Brasileira de Estudos do Oitocentos e ocupante da cadeira nº 16 da Academia Aracruzense de Letras.

chos de outros tempos, incluindo diploma de membro da Irmandade de São Benedito, além de fotografias antigas, fitas e até um manetele. Dali tirou um papel dobrado, já amarelado pelo tempo. O próprio Sr. Sebastião não conseguia ler a letra miúda, e garranchada do avô, e por isso, só entendia o contexto e não a história contada.

— Papai contou que isso foi escrito pelo meu avô, que também morou aqui nesta casa. Ele conta aí sobre o avô dele, que foi membro das antigas Irmandades. Tem a ver com o grande São Benedito e com o Convento de São Francisco que fica aqui perto, hoje muito decadente. Mas não dá para entender, a letrinha do vovô não ajuda! — Falou Sebastião, estendendo a mão e entregando o papel ao amigo historiador para que pudesse ler.

Este, na medida em que desdobrava o papel e vislumbrava seu conteúdo mudava o semblante fazendo cara de grata surpresa, com os fatos ali narrados. No texto, o avô de Sebastião contava uma história que ouvira ainda no século XIX de seu próprio avô. Era esse o conteúdo do aparentemente insignificante papelzinho:

Sobre o nosso Glorioso São Benedito e as Irmandades dos Caramurus e dos Peroás. No tempo em que era guardião do Convento de São Francisco da Vitória o Frei Manuel de Santa Úrsula, o meu avô, Antônio da Motta, pertencia à Irmandade de São Benedito do Convento. No fim do ano de 1832 houve umas desarmonias dos irmãos com o frei guardião que, diziam, não tinha a mesma fé dos nossos no glorioso santo, pois, não deixou sair a procissão do dia 26 de dezembro, tradição de tantos anos na Vitória, por medo da chuva. Ora! Nosso apregoado São Benedito ia fazer parar a chuva. Era só começar a procissão! Resultado: a festa foi triste sem a procissão do santo e assim teve início as rusgas com Frei Manuel.

Devido a estas desavenças, dois dias depois os irmãos foram despejados do convento, tendo sido

no adro lançados os manteletes, bandeiras, livros e mais pertences da Irmandade. Tiveram que se alojar na capela da Senhora do Rosário dos Pretos que os acolheu. Os irmãos que adulavam Frei Manuel permaneciam frequentando o convento, mas vovô era do grupo que se indignou com a repulsa do frei e que se alojou no Rosário. Estes apelidaram aqueles de caramurus por serem fiéis ao Frei Manuel e até defenderam-no em sua rixa com os demais irmãos. Acontece que os caramurus, ao ouvirem serem assim nomeados, retrucaram chamando os nossos de peroás, espécie de peixe barato, pensando que a referência fosse ao peixe simplesmente.

Como os peroás não estavam frequentando o convento desde os arroubos de Frei Manuel naqueles dias, não estavam por dentro de todos os acontecimentos dali. No ano seguinte ocorreu que, sendo chamado à Corte, foi embora Frei Manuel, e chegou para substituí-lo Frei Antônio de São Joaquim. Vovô Antônio e os outros não participaram dos festejos da partida de um, e nem da chegada do outro, e naqueles primeiros dias ainda não haviam conversado com o novo guardião do convento.

Os irmãos alojados no Rosário desde a dolorosa festa sem o santo no ano anterior, queriam resgatá-lo da saleta em que se encontrava preso ao lado da sacristia da capela, obra de Frei Manuel. Vovô e seus amigos Domingos do Rosário e Elias de Abreu planejaram, junto com outros o rapto de São Benedito, que seria levado para o Rosário onde teria honra de altar e não prisão como tinha então no convento.

Assim, em uma determinada tarde na intenção de resgatar nosso santo da prisão, ele permaneceu escondido no confessionário sem ser notado, sendo trancado na capela. Do lado de fora,

seus amigos torciam pelo sucesso da empreitada e escondidos no mato do outeiro esperavam para apoiá-lo na fuga com o nosso santinho. Isso aconteceu cinco dias depois da chegada de Frei Antônio. Ao ser fechada a capela, passado o lusco-fusco e chegada a noite, vendo o movimento dos escravos que rezaram e saíram juntamente com Frei Antônio que já ia se recolhendo à sua cela, vovô, então, saiu do confessionário e se dirigiu para a sacristia, passando dali para a frente do presídio do recebimento, onde estava São Benedito. Já estava avaliando a fechadura da porta do mesmo, na instância de pôr as mãos no santo prisioneiro, quando foi tomado por vultoso e súbito susto vendo se aproximando, vindo pela sacristia, uma alma penada muito branca, sem sangue algum nas veias, em seu roupão alvo como a neve, que se arrastava fraquejada pela morte, carregando na mão direita uma sineta de toque estranho. Era de eriçar até preto como ele!

Vovô era um homem experiente, que vindo jovem da África num navio tumbeiro viveu anos cativo do finado Sr. João Moreira da Motta, antes de se tornar forro, mas ao ver aquela alma penada recém levantada de um túmulo qualquer do grande cemitério de São Francisco, balançando a sineta estranha — Estaria chamando os vivos para o seu reino? — Ele se assustou e não viu outro jeito que não fugir daquele espectro para o corredor. Continuando a sineta a tocar indicando os passos do fantasma, ele saiu, deu a volta e, não sem passar pelo cemitério, chegou onde podia pular o muro. Assim fez, encontrou os amigos surpresos e tristes por vê-lo sem o santo nas mãos. Descendo o outeiro, ainda tremendo, enquanto alcançavam o cruzeiro, contava os fatos aos companheiros ao mesmo tempo em que agradecia a São Benedito por não ter sido levado por aquela alma penada caramuru. Bem que diziam os antigos que no convento havia assom-

brações que rodeavam os antiquíssimos cemitérios ali existentes!

Persistiram eles no intento de, juntamente com outros irmãos, resgatarem São Benedito. Viram seus anseios facilitados quando Frei Antônio de São Joaquim colocou de volta em seu altar na capela, a milagrosa imagem do nosso glorioso protetor. Vovô deliberou que não voltaria ao convento de noite, pois não queria dar de cara novamente com o tal fantasma. Desta forma, na manhã do dia 23 de setembro daquele ano, ocorreu que vovô, Domingos e Elias resgataram São Benedito da capela do convento, levando-o para o Rosário debaixo de muitas festas.

Esta parte da história sempre foi conhecida por todos, virou folclore na cidade, pois no momento foi comemorada com foguetório, tambores e banda de música. Desse dia em diante, acirrou ainda mais as disputas, passando a existir duas irmandades, a dos caramurus, de São Benedito do Convento de São Francisco, e a nossa, com muito orgulho, peróas de São Benedito do Rosário.

O vovô e seus amigos até foram procurados pelo capitão Daemon para quem contaram a história para ser publicada naquele livro dele, mas na ocasião não contaram ao capitão daquela tentativa anterior, e do sobressalto daquela noite que apenas ele e os dois amigos sabiam. No recinto de casa já velhinho, ele contava e ria muito do desfecho da história por ser muito engraçado. Dias depois do acontecido ele descobriu que a alma penada caramuru era, na realidade, o próprio Frei Antônio de São Joaquim, que era velhinho, e naquela noite já vestido de camisolão de dormir, com a touca branca e segurando a trompa que usava para ouvir, juntamente com a pena de grandes chaves do convento, estava indo conferir pela última vez as portas do mesmo. Por

vergonha da chacota nunca contou essa parte, nem aos seus irmãos companheiros da aventura. Então, ele agradecia ao nosso santo por ser muito surdo Frei Antônio e graças a isso, não ter ouvido o barulho que fazia na correria em fuga pelo velho convento.

Imaginem os leitores a surpresa de Sebastião da Motta e do meu amigo historiador, ao tomarem conhecimento de tão importante e pândega parte da história do Espírito Santo, até então inédita, guardada numa caixinha numa casa humilde do alto do Morro da Fonte Grande!

CENTENÁRIO DA AEL

DOIS TEXTOS SOBRE A ACADEMIA

*Getúlio Marcos Pereira Neves**

1) No Centenário da Academia Espírito-santense de Letras

2021 marca o centenário de fundação da Academia Espírito-santense de Letras, que por este motivo quer dar-se a conhecer mais de perto aos capixabas.

De início, põe-se a questão da data de fundação: iniciadas reuniões preparatórias a 31/07/1921, a 04/09 eram aprovados os estatutos. A instalação se deu a 28/09/1923, sob a presidência de D. Benedito Paulo Alves de Souza, 3.º bispo do Espírito Santo. A multiplicidade de datas gerou dúvidas sobre qual considerar como marco inicial. Só em 1975 foi-se a fundo na questão, definindo-se 04/09 como sendo a fundação. Desde então esta é a data magna da nossa casa de letras.

Dos registros vê-se uma trajetória acidentada: anos (1928/1937) sem reuniões, por falecimentos e mudança de acadêmicos para outras cidades; localização só em 1942 em sede própria, cedida pelo governo do estado no prédio do Banco de Crédito Agrícola; desocupação do espaço, em 1963, para demolição do imóvel e construção da atual sede do BANESTES; peregrinação por outros espaços até a aquisição da sede definitiva, em 1975.

Constam dos quadros personalidades de relevo nas suas áreas de atuação, destacando-se em número juristas, professores e jornalistas. E políticos (governadores, deputados, senadores, prefeitos), militares, religiosos, servidores públicos, empresários e profissionais liberais, irmanados no interesse pela cultura em geral e a Literatura em particular.

* Magistrado e escritor. Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo. Cadeira 33 da Academia Espírito-santense de Letras.

A Academia teve benfeitores: o Acadêmico Álvaro Henrique Moreira de Souza (Saul de Navarro), escritor festejado, que em 1947, pouco antes de falecer, doou precioso conjunto de livros, hoje integrados à biblioteca que leva seu nome; o Acadêmico Kosciuszko Barbosa Leão, jurista e professor, o doador do imóvel na Cidade Alta onde fica a sede da instituição.

Teve também historiadores: o Acadêmico Elpídio Pimentel, jornalista e professor, que colecionou atas e notícias sobre as reuniões iniciais; o Acadêmico Eurípidés Queiroz do Valle, jurista e historiador, presidente de 1941 a 1963, autor de *A Academia Espírito-santense de Letras: resenha histórica* (1945); o Acadêmico Elmo Elton Santos Zamprogno, poeta e historiador, autor de *Academia Espírito-santense de Letras: patronos e acadêmicos* (1987), atualizada ao longo dos anos em várias reedições.

Diferente da Academia Brasileira, criada à volta da *Revista Brasileira* e que em 1910 organizou seu periódico, nossa Academia não reuniu sua produção inicial, que por isso ficou esparsa. A primeira publicação de cunho oficial é de 1962: a coletânea *Torta Capixaba*, parceria com o livreiro Nestor Cinelli, gerente da Livraria Âncora. Um segundo número da coletânea sairia em 1989.

Quanto à *Revista*, só em 1975 se viria a ocupar dela: em reunião naquele ano, o presidente Nelson Abel de Almeida nomeou comissão de acadêmicos para cuidar da publicação. Inobstante isto, o primeiro número sairia em 1991, na presidência de José Moysés. Publicado o segundo em 1998, pelo presidente Rômulo Salles de Sá, só a partir de 1999, na presidência de Francisco Aurélio Ribeiro, passaria a ter periodicidade anual, mantida até hoje. São 25 números publicados, reunindo textos de gêneros diversos, de autoria de acadêmicos e convidados.

Atualmente a Academia Espírito-santense de Letras reúne-se mensalmente na sua sede, promove palestras em escolas e organiza

séries editoriais em parceria com a Prefeitura Municipal de Vitória (a Escritos de Vitória e as coleções José Costa e Roberto Almada). Como parte da programação do centenário, reviveu prática adotada no passado e instituiu concursos literários abertos ao público, reforçando o incentivo à leitura e à escrita. E sobretudo mantém-se como um grupo heterogêneo de pessoas interessadas nas Letras, numa amostra significativa do que aqui se produz em termos literários.

(publicado em 17/04/2021 no Caderno Pensar do Portal Gaze-taonline)

2) A Sede da Academia: Legado do Acadêmico Kosciuszko Barbosa Leão

Decidida a fundação de uma entidade de caráter cultural, problema de monta a equacionar pelos entusiastas é o de local adequado para sediar a instituição. Deliberada sua fundação na reunião preparatória, realizada a 31 de julho de 1921 na sede do Clube dos Bohemios, que à altura abrigava o Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, a Academia Espírito-santense de Letras percorreu a partir daí diversos endereços, no intuito da realização das reuniões e atividades que se propôs realizar.

Vinte anos depois da fundação, e atacando de frente o problema, foi que logrou o presidente Eurípides Queiroz do Valle conseguir localização condigna para a Academia, alojada a partir de 1942 (data da inauguração do prédio, situado na Praça Oito de Setembro), na sala n.º 05 do Banco de Crédito Agrícola do Espírito Santo, cedida à instituição pelo Interventor Punaro Bley¹. Mais de vinte

¹ Ata da sessão de 9 de abril de 1942. *Livro de atas* n.º 02 (1939 -1943), pág. 80/81.

anos aí esteve sediada a Casa, que abrigou também no seu recinto as reuniões da Academia Capixaba dos Novos, durante toda a efêmera existência do sodalício.

Em novembro de 1963 foi realizada na sede do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo uma Assembleia Geral Extraordinária para atualização do Estatuto e eleição de nova diretoria, sendo o presidente Queiroz do Valle sucedido na presidência pelo acadêmico Ceciliano Abel de Almeida. Naquela assembleia o presidente Queiroz do Valle afirmou constituir “ponto de honra do final de sua gestão dotar, proximamente, a Casa de Saul de Navarro de nova sede, em face da construção do novo edifício do Banco de Crédito Agrícola do Espírito Santo, onde se situa a atual”². Ficava, assim, a Academia, privada da sua sede.³

Retornando, simbolicamente, às origens (isto é, à casa do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo), aí se realizaram algumas reuniões subsequentes. No entanto, por essa época o IHGES começava a ocupar-se da reformulação da sede, que resultaria na demolição do antigo prédio do Clube dos Bohemios e início da construção do Edifício Domingos Martins, na Avenida República. Reiniciou a Academia a sua peregrinação, passando a reunir-se na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Federal do Espírito Santo, na sede do Conselho Estadual de Educação

² Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada a 18 de novembro de 1963. *Livro de Atas* n.º 3 (1943 – 1976), pág. 15/17.

³ Cabe, aqui, um parêntese: entre os seus benfeitores conta a Academia Espírito-santense de letras como o primeiro deles o Acadêmico Álvaro Henrique Moreira de Souza (Saul de Navarro), escritor e palestrante festejado, que em 1947, pouco antes de seu falecimento, fez doação à casa de precioso conjunto de obras que constam do acervo da Biblioteca Saul de Navarro. As fotos relativas à inauguração da Biblioteca, a 04 de setembro de 1947, foram publicadas em NEVES, Getúlio M. P. (org.). *Documentos da Academia: Academia Espírito-santense de Letras*. Vitória: AEL, 2007.

(localizada no edifício Ruralbank, na Praça Oito de Setembro), no auditório da Companhia Vale do Rio Doce (localizado no edifício Fábio Ruschi) e até na sala de reuniões da Livraria Âncora.

Obviamente o problema da sede voltava a ocupar a Academia. Tornando-se mais agudo, providências vinham sendo tomadas a respeito. Assim é que, na reunião de 17 de setembro de 1975, foi lido ofício do Secretário Estadual de Educação e Cultura, Alberto Stange, comunicando a inclusão, na proposta orçamentária do Estado para o triênio 1976/1978, da importância de Cr\$ 1.200.000,00 (hum milhão e duzentos mil cruzeiros) “para aquisição da nossa sede, dependendo a sua aprovação da publicação do Orçamento”. Na mesma reunião foi designado o Acadêmico Paes Barreto Filho “para os necessários contactos, a fim de que a nossa Academia possa conseguir a sua sede no prédio do Instituto Histórico e Geográfico, cuja construção se está iniciando”. Prossegue o presidente, e “faz apelo a todos para que colaborem na consecução do nosso antigo sonho, — a sede própria”⁴. Na reunião seguinte, a 15 de outubro, o Acadêmico Ruy Cortes informou de entendimento mantido com o Secretário Estadual de Planejamento “visando à inclusão de Cr\$ 400.000,00 do total da verba de Cr\$ 1.200.000,00, no orçamento de 1976, destinados à aquisição da sede para a Academia”⁵. A intenção era, então, sediar a Academia no mesmo logradouro em que hoje está sediado o Instituto Histórico e Geográfico.

Nascido na Serra, em 1889, o Acadêmico Kosciuszko Barbosa Leão ocupava a cadeira 36, cujo patrono é José Joaquim Pessanha Póvoa. O velho acadêmico, veterano de lides educacionais e culturais na capital, não esteve presente às reuniões acima, tendo justi-

⁴ Ata da reunião mensal de 17 de setembro de 1975. *Livro de Atas* n.º 03 (1943 – 1976), pág. 85v./86v,

⁵ Ata da reunião mensal de 15 de outubro de 1975. *Livro de Atas* n.º 03 (1943-1976), pág. 87/88v.

ficado ausência. Mas foi graças a ele, e em meio a um tal estado de ânimo na Casa, que a 24 de dezembro de 1975 realizou-se a primeira reunião no imóvel que hoje abriga a Academia: sacramentava-se naquele ato a doação do imóvel-residência do casal Kosciuszko Barbosa Leão e dona Laura Madeira de Freitas Leão, gesto de generosidade que pôs fim, 54 anos depois da fundação, à busca por uma sede própria para a associação.

A propósito, a ata lavrada daquela reunião pelo secretário Aylton Rocha Bermudes registra: “na sala de visitas da residência do ilustre casal Prof. Dr. Kosciuszko Barbosa Leão e exma. Senhora, D.^a Laura Madeira de Freitas Leão, à Praça João Clímaco, nesta Capital, realizou a Academia Espírito-santense a 10.^a reunião do fluente ano”⁶. À memorável reunião estiveram presentes os acadêmicos Kosciuszko Barbosa Leão, Nelson Abel de Almeida, José Paulino Alves Jr., Guilherme Santos Neves, Adelpho Monjardim, José Vieira Coelho, Cristiano Fraga, Augusto Lins, Placidino Passos, Aylton Rocha Bermudes, Paes Barreto Filho, Ruy Côrtes e Ivo Amâncio Oliveira. Esclarecendo o significado especial da reunião, o presidente, Nelson Abel de Almeida,

disse que ia celebrar-se, naquele instante e local, um ato da mais alta e significativa importância para a Academia Espírito-santense de Letras, com reflexos na vida cultural do Estado — a assinatura da escritura de doação, feita pelo nosso eminente confrade Kosciuszko Barbosa Leão, com a outorga de sua exma. esposa, Sr.^a Laura Madeira de Freitas Leão, do imóvel de sua propriedade, sito à Praça João Clímaco, nesta Capital, à nossa Academia.

⁶ Ata da sessão extraordinária de 24 de dezembro de 1975. *Livro de Atas* n.º 03 (1943 – 1976), pág. 90/92.

Nos termos da escritura, a Academia investia-se desde logo do direito de uso dos dois pavimentos superiores do imóvel, “que são o segundo e o mirante”.⁷

O Acadêmico Kosciuszko Barbosa Leão, então com 86 anos de idade, sentia a passagem dos anos. Autor de, entre outros, *Meditações, JTM, Alma e Deus*, a fala do antigo Chefe de Polícia e ex-diretor da Faculdade de Direito esclarece o seu duplo propósito: homenagear a Academia, ao mesmo tempo que a dotava de uma sede condigna. Para tanto franqueava-lhe desde logo o seu local de contemplação, de trabalho intelectual.

Como homenagem ao benfeitor da Academia segue transcrito na íntegra sua comovida fala na ocasião, resgatando-a da poeira dos livros de atas:

Prezados confrades: eu não sei como poderia, se o tentasse, descrever minha cena interior nesta solenidade. É que me domina um permanente estado emocional, agravado, necessariamente, pelas circunstâncias do momento. É, de um lado, o ato cuja celebração constitui o fim que ora aqui nos reúne — a doação à nossa excelsa Academia de Letras, desta casa, objeto de grande estima, particularmente na parte que, durante muitos anos, foi o meu lar espiritual e meu santuário, onde tanto vivi em sentimento e pensamento, rezando as minhas comovidas orações de culto da beleza e das ideias. É, de outro lado, a situação psicológica inerente à minha idade e reanimada nesta celebração. A velhice é a última estação que a alma faz na peregrinação para o seu destino na terra, estação sem horizonte, porque

⁷ A escritura pública de doação do imóvel foi registrada em 22/12/1975, às fls. 133v/136 do Livro 294 do Cartório do 1.º Ofício de Notas de Vitória e foi publicada em NEVES, Getúlio M. P. (org). *Documentos da Academia: Academia Espírito-santense de Letras*. Vitória: AEL, 2009.

não há mais esperança, e sem esperança, porque não há mais futuro. E, por isso, ela vive apenas de passado, debruçada sobre o panorama dos dias idos, com as imagens das suas lutas e das suas dores, companheiras inseparáveis dos que não tiveram a companhia dos pais e, sem experiência, caminharam sozinhos e errantes por vias desconhecidas. Nesta doação, feita nos últimos dias de minha vida, eu sinto que há um pouco de despedida. Nela, todavia, existe, para mim, um contraste de sentimentos, a alegria de uma renascença. Parece que vou viver de novo, pelo convívio, que nunca tive, com os meus doutos confrades, convívio propiciado pela circunstância da vizinhança, que a doação estabelece. Dejo agora definir esta doação, como um símbolo material de uma doação moral. Decidi doar minha casa à nossa Academia de Letras, porque já lhe havia doado o coração. E devo assinalar que não é maior em mim do que na minha santa companheira, o entusiasmo com que é prestada essa homenagem. Quando meus problemas me fizeram, certa vez, adiar a celebração do ato, ela acorreu cuidadosa, para encarecer a sua prioridade. Cumpre também registrar o meu contentamento pela coincidência da doação com o exercício da presidência da nossa Academia pelo eminente confrade Dr. Nelson Abel de Almeida, meu amigo e meu parente, que, no seu devotamento à entidade, acolheu a dádiva com grande mostra de satisfação, como se fosse prestado a ele, pessoalmente, esse tributo de solidariedade. Mas, prezados confrades, há um coração maior que os de todos nós, a receber nesta casa, a Academia de Letras como sua dona: é o Coração de Jesus, exposto sobre o peito de sua imagem, que, em seu altar no pórtico desta sua nova morada, aí lhe estende os braços, abertos para estreitá-la com amor, abençoá-la com sua graça e lhe garantir com segurança toda felicidade”.

Como não poderia deixar de ser, tamanho gesto de generosidade e amor à instituição foi condignamente reconhecido pelos confrades. Na primeira reunião “na sua nova sede”, em 17 de março de 1976, propôs o Acadêmico Ruy Côrtes fosse imortalizado em bronze o busto do Acadêmico benfeitor, tendo o Acadêmico José Paulino sugerido “a aposição dos retratos do Prof. Kosciuszko e de sua exma. senhora, D.^a Laura Madeira de Freitas Leão, na sala de reuniões”⁸. Os retratos continuam ainda hoje a ornar a sala das reuniões acadêmicas.

O busto, obra do escultor Carlos Krepas, foi inaugurado um ano depois, na sessão solene de 02 de dezembro de 1976. Anotou o secretário Aylton Bermudes que aquela reunião se realizava “para a inauguração do busto, em bronze, do acadêmico Kosciuszko Barbosa Leão, homenagem a seus méritos de escritor e cidadão e reconhecimento pela doação de sua casa de residência à nossa Academia”. Com a presença de inúmeros acadêmicos e convidados, entre eles o reitor da Universidade Federal do Espírito Santo, o homenageado falou de improviso, tendo sido o discurso oficial de agradecimento lido por seu sobrinho, dr. Sólon Leão.⁹

De fato, levando para dentro da sua residência o convívio dos confrades, o professor Kosciuszko esteve presente em todas as subsequentes reuniões da Academia (à exceção das sessões solenes de posse de novos acadêmicos, ocorridas fora da sede) até o seu falecimento, a 20 de maio de 1979. Na reunião em que foi homenageado, em 20 de junho de 1979, homenageou-se também, coincidentemente, o outro acadêmico que a seu tempo dotara a Academia de sede própria: Eurípides Queiroz do Valle, falecido a 6 de junho do mesmo ano.¹⁰

⁸ Ata da reunião mensal de 17 de março de 1976. *Livro de Atas* n.º 03 (1943-1976), pág. 93/94.

⁹ Ata da sessão extraordinária do dia 2 de dezembro de 1976. *Livro de Atas* n.º 04 (1976 – 1984), pág. 6/7.

Creio ser de justiça, a esta altura, relemburar os benfeitores da nossa casa. Neste texto, dada a exiguidade de espaço, focou-se rapidamente a aquisição da sede, sem descuidar das ações de outros dois acadêmicos que se notabilizaram por favorecerem materialmente a instituição.

Desde a doação da sede, à Academia Espírito-santense de Letras dá-se a qualificação de “Casa de Kosciuszko Barbosa Leão”. Em 2020, véspera do seu centenário de fundação, a instituição conta 45 anos de ocupação da sede definitiva. Os volumes doados pelo Acadêmico Álvaro Henrique Moreira de Souza integram o acervo da Biblioteca Saul de Navarro. O Acadêmico Eurípedes Queiroz do Valle permanece nos anais da instituição como o que por mais tempo lhe dirigiu os destinos.

(publicado na edição de 2021 da *Revista da Academia Espírito-santense de Letras*)

¹⁰ Ata da sessão do dia 20 de junho de 1979. *Livro de Atas* n.º 04 (1976 – 1984), pág. 31/32.

ACADEMIA E ACADÊMICOS

*Paulo Stuck Moraes**

A reunião realizada em 04 de setembro de 1921, exatos 100 anos hoje, quando escrevo, sacramentou a criação da Academia Espírito-santense de Letras. Dois dias depois, a página 5 do *Diário da Manhã* expunha os estatutos da novel instituição cultural do estado. Oito foram os signatários de tal documento: **Benedito Paulo Alves de Souza**, então bispo do Espírito Santo, **Cassiano Cardoso Castello**, futuro presidente do IHGES, **Luiz Adolpho Thiers Veloso**, futuro fundador do jornal *A Gazeta*, **Aristeu Borges de Aguiar**, futuro presidente do estado, **Alarico de Freitas**, também futuro presidente do IHGES, **Elpídio Pimentel**, eminente professor, **Sezefredo Garcia de Rezende**, jornalista e **Archimimo Martins de Mattos**, presidente do IHGES e principal incentivador de sua criação.

A princípio eram vinte cadeiras, e passou por dois aumentos para se adequar ao padrão internacional das academias de letras, atingindo, assim, o número de quarenta cadeiras.

Ao longo deste século de existência, 177 intelectuais tiveram seus nomes efetivamente ligados a Academia. Desses 177 intelectuais, 40 ocupam posição destacada, posto que são os patronos das diversas cadeiras (3 deles haviam sido acadêmicos, antes de se tornarem patronos). Entre esses 40 patronos destaco a presença da escritora **Maria Antonieta Tatagiba**, única patrona da Academia.

* Historiador, genealogista e pesquisador. Vice-presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo. Titular da Cadeira n.º 24 do Colégio Brasileiro de Genealogia, diretor do Colégio Espírito-santense de Genealogia e Heráldica. Editor de GENEALOGIA – Revista Capixaba de Genealogia e Correio Genealógico.

Dos restantes 137 membros, 13 deles são mulheres, cabendo a primazia de assumir uma cadeira a **Judith Leão Castello Ribeiro**, que tomou posse como terceira ocupante da Cadeira n.º 12 no dia 10 de setembro de 1981. Dessas 13, temos 8 em plena atividade, ocupando suas cadeiras.

Desses 177 intelectuais, apenas um não é brasileiro. Trata-se de **São José de Anchieta**, patrono da Cadeira n.º 10. Temos 13 estados representados na Academia, A grande maioria é composta por capixabas (127), seguido por mineiros (16), fluminenses (11), pernambucanos (7) e baianos (3). Com 2 intelectuais, temos gaúchos, goianos, maranhenses e paulistas. Com 1 representante temos cearense, paraense, paranaense e sergipano.

Dentre os capixabas, vitorienses são a grande maioria (51), seguidos de cachoeirenses (16), serranos (7) e calçadenses (4). Com 3 representantes, temos alegrenses, os hoje aracruzenses, ibiraçuenses, leopoldinenses, mateenses, muquienses, teresenses e vianenses. Com 2 representantes temos alfredenses, barrenses, iconhenses, itapemirinsenses e vilavelhenses. Outras 15 cidades tem um representante na Academia: Anchieta, Atilio Vivacqua, Baixo Guandu, Bom Jesus do Norte, Cariacica, Castelo, Guarapari, Ibitirama, Irupi, Itaguaçu, Linhares, Marataízes, Mimoso do Sul, Pancas e Rio Novo do Sul.

Quando foi empossado em 11 de maio de 1949, como segundo ocupante da Cadeira n.º 33, **Renato José Costa Pacheco** contava 20 anos e 146 dias de idade, tornando-se o mais novo acadêmico a assumir uma cadeira na Academia, ele que nasceu em 16 de dezembro de 1928.

Na outra ponta, ao tomar posse como a quinta ocupante da Cadeira n.º 15, em 10 de junho de 1986, **Virgínia Gasparini Tamani** tornou-se a mais idosa a assumir um lugar nesta Academia. Contava, na ocasião, 89 anos e 126 dias de vida, nascida que era em 04 de fevereiro de 1897.

A ocupação por menor tempo de uma cadeira, ocorreu exatamente com a primeira mulher a pertencer a Academia. Judith Leão Castello Ribeiro esteve nos seus quadros por apenas 194 dias, entre a sua posse e o seu falecimento. Ela tomou posse em 10 de setembro de 1981 e faleceu em 23 de março de 1982.

No outro extremo, manteve a cadeira pelo maior tempo o acadêmico titular da Cadeira n.º 18, **Manoel Teixeira Leite**, que completou 62 anos e 28 dias de Academia, ao falecer em 26 de outubro de 1985. Nascido em 06 de fevereiro de 1891, foi o último dos fundadores a falecer, tendo assumido sua cadeira em 28 de setembro de 1923.

Entre os atuais acadêmicos, o decano, por “tempo de casa”, é o emérito jurista João Baptista Herkenhoff, segundo ocupante da Cadeira n.º 8 desde 06 de junho de 1977, contando, até o Dia do Centenário, com 44 anos e 90 dias de atuação.

O mais novo acadêmico será o quarto ocupante da Cadeira n.º 4, o escritor **Francisco Amálio Grijó**, eleito no dia 18 de outubro de 2021. Será empossado em breve.

Em termos de idade, o decano da Academia é o conceituado jurista **Rômulo Salles de Sá**, terceiro ocupante da Cadeira n.º 35 desde 14 de maio de 1982. Ele nasceu em 30 de novembro de 1923, contando, no Dia do Centenário, com 98 anos e 278 dias de vida.

Terceiro ocupante da Cadeira n.º 40, **Anaximandro Oliveira Santos Amorim** é o mais jovem dos atuais acadêmicos, contando 42 anos e 264 dias de vida até o Dia do Centenário.

O acadêmico mais idoso, ao falecer, foi o terceiro ocupante da Cadeira n.º 9, **Américo Barbosa de Menezes Júnior**, com a avançada idade de 101 anos e 320 dias. Já o acadêmico a falecer mais jovem foi o primeiro ocupante da Cadeira n.º 21, **Alvimar Silva**, com apenas 31 anos e 352 dias de curta existência.

A Academia, hoje, tem 38 membros ativos, dado o falecimento recente de dois de seus membros, poucos meses antes de seu cen-

tenário: o terceiro ocupante da Cadeira n.º 4, **Aylton Rocha Bermudes** e a terceira ocupante da Cadeira n.º 10, **Anna Bernardes da Silveira Rocha**.

A sucessão de presidentes da Academia Espírito-santense de Letras por vezes encontra algumas pequenas lacunas, ocorridas em pequenos períodos de inatividade. Dos seus 137 membros, apenas 15 exerceram a presidência. Dada a entrada tardia de mulheres em seus quadros (1981), apenas duas exerceram esse cargo: **Maria Helena Teixeira de Siqueira**, segunda ocupante da Cadeira n.º 40 e **Ester Abreu Vieira de Oliveira**, quarta ocupante da Cadeira n.º 27, atual presidente da agora centenária instituição.

De forma ininterrupta, o primeiro ocupante da Cadeira n.º 27, **Eurípedes Queiróz do Valle**, exerceu a presidência por um período de 22 anos, sendo o mais longevo dos que presidiram a Academia, em seus 100 anos.

Augusto Emílio Estellita Lins, segundo ocupante da Cadeira n.º 13, exerceu a presidência, em segundo mandato, por poucas semanas em 1941, abdicando do cargo em função de uma gama de outros afazeres de sua vida profissional, sendo este o menor período exercido por um presidente.

Abaixo, o quadro de sucessão de presidentes da Academia:

Presidentes da Academia		
10	Benedito Paulo Alves de Souza	1921-1933
6	Archimimo Martins de Mattos	1937-1938
13	Augusto Emílio Estellita Lins	1938-1939
28	João Dias Collares Júnior	1939-1941
13	Augusto Emílio Estellita Lins	1941
27	Eurípedes Queiroz do Valle	1941-1963
15	Ceciliano Abel de Almeida	1964-1965
38	José Antônio Ruy Cortes	1967-1973
34	Nelson Abel de Almeida	1973-1984

36	José Moisés	1984-1992
29	Christiano Dias Lopes Filho	1993-1995
35	Rômulo Salles de Sá	1996-1998
6	Francisco Aurélio Ribeiro	1999-2001
40	Maria Helena Teixeira de Siqueira	2002-2004
6	Francisco Aurélio Ribeiro	2005-2010
12	Gabriel Augusto de Mello Bittencourt	2010-2013
6	Francisco Aurélio Ribeiro	2013-2019
27	Ester Abreu Vieira de Oliveira	2019-2022

Segue, no anexo, a composição de todas as cadeiras da Academia Espírito-santense de Letras, contendo, sempre que possível, datas e locais de nascimento e falecimento além das datas de posse nas respectivas cadeiras.

Dos 137 ocupantes das cadeiras acadêmicas, apenas 25 não pertenceram às lides do **Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo**, dos quais 5 ainda estão entre nós, assim sendo é possível reduzir esse número de não membros de nosso Instituto.

O primeiro século está completo. As glórias do passado fortalecem as atitudes do presente, e embasam os planos para os anos vindouros. A intelectualidade capixaba está presente na Academia, e, dos seus escritos, das suas ações e atuações, vem o legado para as gerações vindouras.

Que os ocupantes do presente, mirando os ocupantes do passado, gerem esse legado aos ocupantes vindouros, deixando marcas indeléveis no seio da comunidade capixaba, como um todo.

Semper ascendere!!!

Vitória (ES), 20.X.2021

Primeiros dias do segundo século da AEL.

1	.00	Marcelino Pinto Ribeiro Duarte				
	N	Serra	ES	16	6	1788
	F	Niterói	RJ	27	6	1860
1	.01	Afonso Cláudio de Freitas Rosa				
	N	Santa Leopoldina	ES	2	8	1859
	P			29	11	1924
	F	Rio de Janeiro	RJ	16	6	1934
1	.02	Carlos Xavier Paes Barreto				
	N	Rio Formoso	PE	11	11	1881
	P			26	9	1937
	F	Rio de Janeiro	RJ	11	7	1969
1	.03	Carlos Teixeira de Campos				
	N	Bom Jesus do Itabapoana	RJ	6	3	1908
	P			4	7	1976
	F	Vitória	ES	26	11	1996
1	.04	Ferdinand Berredo de Menezes				
	N	Caxias	MA	30	4	1929
	P			7	4	1999
	F	Vitória	ES	4	9	2015
1	.05	Maria Bernadette Cunha de Lyra				
	N	Conceição da Barra	ES	21	10	1938
	P			28	4	2016

2	.00	Graciano dos Santos Neves Júnior				
	N	São Mateus	ES	12	6	1868
	F	Rio de Janeiro	RJ	12	4	1922
2	.01	Afonso Correia Lyrio				
	N	Vitória	ES	11	9	1877
	P			28	9	1923
	F	Vitória	ES	23	2	1949
2	.02	Alonso Fernandes de Oliveira				
	N	Vitória	ES	26	3	1893
	P					1949
	F	Vitória	ES	22	10	1952
2	.03	Hilário Sigismundo Soneghet				
	N	Ibiraçu	ES	23	3	1904
	P					1953
	F	Vitória	ES	3	2	1969
2	.04	Athayr Cagni				
	N	Cachoeiro de Itapemirim	ES	20	11	1918
	P			27	4	1977
	F	Cachoeiro de Itapemirim	ES	24	9	2012
2	.05	Jorge Elias Neto				
	N	Vitória	ES	15	4	1964
	P			17	10	2013

3	.00	João Clímaco de Alvarenga Rangel				
	N	Vitória	ES	30	3	1799
	F	Rio de Janeiro	RJ	23	7	1866
3	.01	Alarico de Freitas				
	N	Vitória	ES	18	1	1886
	P			28	9	1923
	F	Rio de Janeiro	RJ	4	11	1975
3	.02	Waldemar Mendes de Andrade				
	N	Natividade de Carangola	MG	22	4	1912
	P			19	4	1978
	F	Vitória	ES	1	1	2003
3	.03	Oswaldo Ovídio dos Santos				
	N	Bela Vista de Goiás	GO	20	5	1943
	P					2003

4	.00	Ulisses Teixeira da Silva Sarmento				
	N	Vitória	ES	30	6	1875
	F	Rio de Janeiro	RJ	16	6	1923
4	.01	Álvaro Henrique Moreira de Souza				
	N	Santa Leopoldina	ES	9	11	1890
	P			24	6	1925
	F	Rio de Janeiro	RJ	27	11	1945
4	.02	Geraldo Costa Alves				
	N	Muriaé	MG	3	10	1919
	P			4	8	1951
	F	Brasília	DF	31	1	1973
4	.03	Aylton Rocha Bermudes				
	N	Ibiraçu	ES	24	7	1922
	P			4	9	1974
	F	Vitória	ES	10	3	2021
4	.04	Francisco Amálio Grijó				
	N	Vitória	ES	13	4	1962
	P					2021

5	.00	Amâncio Pinto Pereira				
	N	Vitória	ES	8	4	1862
	F	Vitória	ES	13	8	1918
5	.01	Heráclito Amâncio Pereira				
	N	Vitória	ES	8	10	1894
	P			28	9	1923
	F	Vitória	ES	28	1	1956
5	.02	Heribaldo Lopes Balestrero				
	N	Viana	ES	28	4	1899
	P			22	3	1973
	F	Vitória	ES	14	9	1985
5	.03	Levy Cúrcio da Rocha				
	N	Muqui	ES	14	3	1916
	P					1986
	F	Vila Velha	ES	16	7	2004
5	.04	Samuel Machado Duarte				
	N	Atílio Vivacqua	ES	6	5	1934
	P					2005

6	.00	Bernardo Horta de Araújo				
	N	Itapemirim	ES	20	2	1862
	F	Rio de Janeiro	RJ	20	2	1913
6	.01	Archimimo Martins de Mattos				
	N	Cachoeiro de Itapemirim	ES	4	2	1880
	P			28	9	1923
	F	Vitória	ES	5	7	1941
6	.02	Alberto Stange Júnior				
	N	Santa Leopoldina	ES	3	10	1910
	P			8	8	1942
	F	Vitória	ES	22	8	1992
6	.03	Francisco Aurélio Ribeiro				
	N	Ibitirama	ES	22	8	1955
	P			13	12	1993

7	.00	José Fernandes da Costa Pereira Júnior				
	N	Campos dos Goytacazes	RJ	20	1	1833
	F	Rio de Janeiro	RJ	10	12	1899
7	.01	Aristeu Borges de Aguiar				
	N	Serra	ES	23	5	1892
	P			28	9	1923
	F	Rio de Janeiro	RJ	1	9	1951
7	.02	Placidino Passos				
	N	Vitória	ES	9	1	1892
	P			22	10	1970
	F	Vitória	ES	1	12	1983
7	.03	Homero Mafra				
	N	Itanhandu	MG	22	5	1923
	P			17	10	1984
	F	Vitória	ES	21	12	1984
7	.04	Waldir Vitral				
	N	Alegre	ES	28	6	1925
	P			4	9	1986
	F	Vila Velha	ES	27	12	2012
7	.05	Jeane Figueiredo Bilich				
	N	Rio de Janeiro	RJ	12	10	1948
	P			16	9	2013

8	.00	Fernando de Souza Monteiro				
	N	Cachoeiro de Itapemirim	ES	22	9	1866
	F	Rio de Janeiro	RJ	23	3	1916
8	.01	Aristóbulo Barbosa Leão				
	N	Serra	ES	6	6	1887
	P			28	9	1923
	F	Vitória	ES	28	4	1974
8	.02	João Baptista Herkenhoff				
	N	Cachoeiro de Itapemirim	ES	19	6	1936
	P			6	6	1977

9	.00	Aristides Braziliano de Barcellos Freire				
	N	Vitória	ES	18	12	1849
	F	Vitória	ES	25	7	1922
9	.01	Aurino Quintais				
	N	Vitória	ES	6	9	1892
	P			14	4	1925
	F	Vitória	ES	4	6	1953
9	.02	José Vieira Coelho				
	N	Cachoeiro de Itapemirim	ES	21	8	1912
	P			30	6	1972
	F	Vitória	ES	26	1	1991
9	.03	Américo Barbosa de Menezes Júnior				
	N	Itaguaçu	ES	20	2	1917
	P					1991
	F	Vitória	ES	6	1	2019
9	.04	Sérgio Luiz Blank				
	N	Cariacica	ES	7	4	1964
	P			12	8	2019
	F	Cariacica	ES	22	7	2020
9	.05	Rômulo Felipe				
	N	Cachoeiro de Itapemirim	ES	27	4	1974
	P			26	10	2021

10	.00	José de Anchieta				
	N	Laguna, Tenerife	ESP	19	3	1534
	F	Anchieta	ES	9	6	1597
10	.01	Benedito Paulo Alves de Souza				
	N	São Paulo	SP	25	1	1873
	P			28	9	1923
	F	Rio de Janeiro	RJ	3	4	1946
10	.02	Guilherme Santos Neves				
	N	Baixo Guandu	ES	14	9	1906
	P			2	12	1953
	F	Vitória	ES	21	11	1989
10	.03	Anna Bernardes da Silveira Rocha				
	N	Vila Velha	ES	27	7	1927
	P					1990
	F	Vila Velha	ES	2	6	2021
10	.04	VAGA				

11	.00	Deocleciano Nunes de Oliveira				
	N	Vitória	ES	18	3	1870
	F	Vitória	ES	14	3	1919
11	.01	Cassiano Cardoso Castello				
	N	Serra	ES	22	3	1882
	P			28	9	1923
	F	Serra	ES	24	1	1933
11	.02	Abner Nunes Mourão				
	N	São José do Calçado	ES	20	8	1890
	P			26	9	1937
	F	São Paulo	SP	27	11	1957
11	.03	Luiz Serafim Derenzi				
	N	Vitória	ES	20	3	1898
	P			19	4	1972
	F	Rio de Janeiro	RJ	29	4	1977
11	.04	Evandro Moreira				
	N	Cachoeiro de Itapemirim	ES	27	12	1939
	P			4	9	1978

12	.00	Gonçalo Soares da França				
	N	Salvador	BA			1677
	F	Salvador	BA			1730
12	.01	Elpídio Pimentel				
	N	Serra	ES	14	9	1894
	P			28	9	1923
	F	Rio de Janeiro	RJ	19	10	1971
12	.02	Clóvis Rabello				
	N	Vitória	ES	25	8	1914
	P			21	6	1974
	F	Vitória	ES	11	12	1980
12	.03	Judith Leão Castello Ribeiro				
	N	Serra	ES	31	8	1898
	P			10	9	1981
	F	Rio de Janeiro	RJ	23	3	1982
12	.04	Gabriel Augusto de Mello Bittencourt				
	N	Cachoeiro de Itapemirim	ES	21	12	1942
	P			8	6	1983

13	.00	José Marcelino Pereira de Vasconcellos				
	N	Vitória	ES	1	10	1821
	F	Rio de Janeiro	RJ	26	11	1874
13	.01	Antônio Ferreira Coelho				
	N	Recife	PE	21	9	1860
	P					
	F	Rio de Janeiro	RJ	14	6	1933
13	.02	Augusto Emílio Estellita Lins				
	N	Recife	PE	13	5	1892
	P			26	9	1937
	F	Vitória	ES	30	12	1982
13	.03	Elviro Athayde de Freitas				
	N	Vitória	ES	21	3	1914
	P			29	10	1983
	F	Cachoeiro de Itapemirim	ES	20	10	1996
13	.04	Ivan Anacleto Lorenzoni Borgo				
	N	Castelo	ES	21	2	1929
	P			30	6	1999
	F	Vitória	ES	6	8	2017
13	.05	Adilson Vilaça de Freitas				
	N	Conselheiro Pena	MG	1	8	1956
	P			15	10	2018

14	.00	Domingos José Martins				
	N	Itapemirim	ES	9	5	1781
	F	Salvador	BA	12	6	1817
14	.01	José de Barros Wanderley				
	N	Palmares	PE	27	4	1891
	P			28	9	1923
	F	Rio de Janeiro	RJ	1	3	1976
14	.02	Crystallino de Abreu Castro				
	N	Abre Campo	MG	26	11	1913
	P			5	12	1979
	F	Vitória	ES	25	7	2008
14	.03	Álvaro José Santos Silva				
	N	Vitória	ES	18	4	1950
	P			28	10	2009

15	.00	José Colatino do Couto Barroso				
	N	Vitória	ES	18	11	1873
	F	Rio de Janeiro	RJ	16	9	1931
15	.01	José Madeira de Freitas				
	N	Alfredo Chaves	ES	3	4	1893
	P			28	9	1923
	F	Rio de Janeiro	RJ	27	2	1944
15	.02	Adolpho Fernandes Ribeiro de Oliveira				
	N	Vitória	ES	16	12	1867
	P			11	5	1944
	F	Vitória	ES	19	4	1950
15	.03	Ceciliano Abel de Almeida				
	N	São Mateus	ES	25	11	1878
	P					1950
	F	Vitória	ES	2	6	1965
15	.04	Cícero Moraes				
	N	São José do Calçado	ES	10	9	1898
	P			30	10	1973
	F	Vitória	ES	31	7	1985
15	.05	Virgínia Gasparini Tamanini				
	N	Santa Teresa	ES	4	2	1897
	P					1986
	F	Vitória	ES	18	10	1990
15	.06	José Hygino de Oliveira				
	N	Vitória	ES	12	1	1913
	P			17	12	1992
	F	Vitória	ES	8	1	2011
15	.07	Marcos Tavares				
	N	Vitória	ES	16	1	1957
	P			27	10	2011

16	.00	Francisco Antunes de Sequeira				
	N	Vitória	ES	3	2	1832
	F	Vila Velha	ES	29	11	1897
16	.01	Luiz Adolpho Thiers Velloso				
	N	Santo Amaro	BA	14	6	1872
	P			28	9	1923
	F	Vitória	ES	27	8	1930
16	.02	José Coelho de Almeida Cousin				
	N	Sacramento	MG	15	12	1897
	P			26	9	1937
	F	Rio de Janeiro	RJ	11	3	1991
16	.03	Luiz Carlos Verzoni Nejar				
	N	Porto Alegre	RS	11	1	1939
	P					1991

17	.00	José de Mello Carvalho Moniz Freire				
	N	Vitória	ES	13	7	1861
	F	Rio de Janeiro	RJ	3	4	1918
17	.01	Manoel Lopes Pimenta				
	N	Santa Cruz, Aracruz	ES	10	12	1890
	P			28	9	1923
	F	Rio de Janeiro	RJ	14	7	1971
17	.02	Wilson Lopes de Rezende				
	N	Vitória	ES	10	7	1918
	P			25	8	1976
	F	Cachoeiro de Itapemirim	ES	15	10	2014
17	.03	Fernando Antônio de Moraes Achiamé				
	N	Vitória	ES	22	2	1950
	P			22	9	2015

18	.00	Eurípedes Calmon Nogueira da Gama Pedrinha				
	N	Riacho, Aracruz	ES	17	7	1864
	F	Rio de Janeiro	RJ	11	2	1919
18	.01	Manoel Teixeira Leite				
	N	Prado	BA	6	2	1891
	P			28	9	1923
	F	Rio de Janeiro	RJ	26	10	1985
18	.02	Eugênio Lindenberg Sette				
	N	Vitória	ES	1	1	1918
	P					1986
	F	Vitória	ES	15	5	1990
18	.03	Miguel Arcanjo Marvilla de Oliveira				
	N	Marataizes	ES	29	9	1959
	P					1990
	F	Cariacica	ES	10	10	2009
18	.04	José Carlos Mattedi				
	N	Vitória	ES	22	6	1961
	P			9	11	2010

19	.00	João Motta				
	N	Cachoeiro de Itapemirim	ES	4	5	1881
	F	Cachoeiro de Itapemirim	ES	14	2	1914
19	.01	Sezefredo Garcia de Rezende				
	N	Lage do Muriaé	RJ	7	4	1897
	P			12	1	1924
	F	Valença	RJ	6	10	1978
19	.02	Lourival de Paula Serrão				
	N	Iconha	ES	8	1	1906
	P					1979
	F	Cachoeiro de Itapemirim	ES	30	12	1983
19	.03	Neida Lúcia Moraes				
	N	Vitória	ES	12	6	1929
	P					1984

20	.00	Antero Pinto de Almeida				
	N	Cachoeiro de Itapemirim	ES	11	10	1869
	F	Vitória	ES	16	8	1921
20	.01	Jair Tovar				
	N	Vitória	ES	5	5	1896
	P			15	3	1924
	F	Rio de Janeiro	RJ	19	1	1984
20	.02	José Luiz Holzmeister				
	N	Vitória	ES	25	8	1914
	P					1986
	F	Vitória	ES	6	3	1995
20	.03	Humberto Del Maestro				
	N	Vitória	ES	27	3	1938
	P			6	5	1996

21	.00	Manoel da Silva Borges				
	N	Viana	ES	29	5	1851
	F	Serra	ES	30	12	1896
21	.01	Alvimar Silva				
	N	Viana	ES	9	4	1911
	P			19	12	1938
	F	Vitória	ES	27	3	1943
21	.02	Christiano Ferreira Fraga				
	N	Campos dos Goytacazes	RJ	7	8	1892
	P			18	10	1943
	F	Vitória	ES	6	1	1984
21	.03	Waldemar Washington de Oliveira				
	N	Palma	MG	12	5	1898
	P			6	7	1984
	F	Vitória	ES	7	11	1987
21	.04	Oscar de Almeida Gama Filho				
	N	Alegre	ES	31	3	1958
	P					1988

22	.00	Misael Ferreira Penna				
	N		MG	23	3	1848
	F	Rio de Janeiro	RJ	19	10	1881
22	.01	Carlos Nicoletti Madeira				
	N	Vitória	ES	22	4	1908
	P			1	4	1939
	F	Vitória	ES	20	12	1969
22	.02	Adelpho Poli Monjardim				
	N	Vitória	ES	1	9	1903
	P			28	6	1973
	F	Vitória	ES	6	6	2003
22	.03	Leonardo Passos Monjardim				
	N	Vitória	ES	11	6	1973
	P					2004

23	.00	Raymundo José Guterres Valle				
	N	São Luiz	MA	30	5	1891
	F	Vitória	ES	22	10	1939
23	.01	Beresford Martins Moreira				
	N	Regência, Linhares	ES	6	6	1912
	P			2	9	1938
	F	Vitória	ES	16	8	1984
23	.02	Hermógenes Lima Fonseca				
	N	Conceição da Barra	ES	12	12	1916
	P					1985
	F	Vitória	ES	15	5	1996
23	.03	Maria das Graças Silva Neves				
	N	Pancas	ES	2	8	1949
	P			28	10	1999

24	.00	Moacyr de Moraes				
	N	Alegre	ES	15	2	1882
	F	Belém	PA	15	7	1915
24	.01	Antônio Pinheiro				
	N	Guarapari	ES	15	1	1911
	P			19	12	1938
	F	Rio de Janeiro	RJ	23	11	1986
24	.02	Luiz Busatto				
	N	Ibiraçu	ES	18	10	1937
	P					1987

25	.00	Antônio Vieira Motta				
	N	Cachoeiro de Itapemirim	ES	4	8	1906
	F	Cachoeiro de Itapemirim	ES	27	3	1934
25	.01	Ciro Vieira da Cunha				
	N	São Paulo	SP	1	6	1897
	P			26	9	1937
	F	Rio de Janeiro	RJ	26	6	1976
25	.02	Augusto Ruschi				
	N	Santa Teresa	ES	12	12	1915
	P			21	6	1978
	F	Vitória	ES	3	6	1986
25	.03	Jayme Santos Neves				
	N	Vitória	ES	24	8	1909
	P					1987
	F	Vitória	ES	6	11	1998
25	.04	Maria Beatriz Figueiredo Abaurre				
	N	Londrina	PR	31	8	1937
	P			14	12	2000
	F	Vitória	ES	14	6	2013
25	.05	Pedro José Nunes				
	N	São José do Calçado	ES	8	1	1962
	P			22	5	2014

26	.00	Christiano Vieira de Andrade				
	N	Rio Branco	MG	31	7	1860
	F	Vitória	ES	27	5	1938
26	.01	Ernesto da Silva Guimarães				
	N	Niterói	RJ	2	3	1897
	P			13	9	1938
	F	Vitória	ES	3	9	1960
26	.02	Norbertino dos Santos Bahiense				
	N	Vitória	ES	20	4	1899
	P					1961
	F	São Paulo	SP		8	1988
26	.03	Marien Calixte				
	N	Rio de Janeiro	RJ	20	10	1935
	P			16	5	1991
	F	Vitória	ES	25	12	2013
26	.04	José Roberto Santos Neves				
	N	Vitória	ES	5	11	1971
	P			18	8	2014

27	.00	Afonso Cláudio de Freitas Rosa				
	N	Santa Leopoldina	ES	2	8	1859
	F	Rio de Janeiro	RJ	16	6	1934
27	.01	Eurípedes Queiroz do Valle				
	N	Anchieta	ES	28	1	1897
	P			2	9	1938
	F	Vitória	ES	7	6	1979
27	.02	Elmo Elton Santos Zamprogno				
	N	Vitória	ES	15	2	1925
	P			29	10	1983
	F	Vitória	ES	24	1	1988
27	.03	Roberto Almada				
	N	Juiz de Fora	MG	22	6	1935
	P					1988
	F	Vitória	ES	22	3	1994
27	.04	Ester Abreu Vieira de Oliveira				
	N	Muqui	ES	31	1	1933
	P			30	5	1996

28	.00	Luiz Adolpho Thiers Velloso				
	N	Santo Amaro	BA	14	6	1872
	F	Vitória	ES	27	8	1930
28	.01	João Dias Collares Júnior				
	N	Palmares	PE	16	1	1894
	P			10	9	1938
	F	Vitória	ES	9	3	1970
28	.02	Ivo Amâncio de Oliveira				
	N	Muriaé	MG	1	9	1908
	P			20	11	1973
	F	Vitória	ES	20	11	1996
28	.03	Sérgio Bizzoto Pessoa de Mendonça				
	N	Belo Horizonte	MG	30	6	1946
	P			22	11	1997

29	.00	Virgílio Rodrigues da Costa Vidigal				
	N	Cachoeiro de Itapemirim	ES	4	9	1866
	F	Manaus	AM	26	12	1907
29	.01	Abílio Chrisóstomo de Carvalho				
	N	Vitória	ES	22	2	1916
	P			19	12	1938
	F	Rio de Janeiro	RJ	8	10	1977
29	.02	Christiano Dias Lopes Filho				
	N	Bom Jesus do Norte	ES	26	12	1927
	P			23	8	1978
	F	Vitória	ES	9	9	2007
29	.03	João Gualberto Moreira Vasconcelos				
	N	Cachoeiro de Itapemirim	ES	24	10	1951
	P			28	5	2008

30	.00	Jonas Meira Bezerra Montenegro				
	N	Belém	PA	1	10	1891
	F	Vitória	ES	5	5	1923
30	.01	Serynes Pereira Franco				
	N	Vitória	ES	21	3	1911
	P			28	8	1941
	F	Vitória	ES	22	11	1981
30	.02	Antônio Coelho Sampaio				
	N	Sobral	CE	2	3	1920
	P			6	10	1982
	F	Vitória	ES	13	9	2010
30	.03	Wanda Maria Bernardi Capistrano Alckmin				
	N	Belo Horizonte	MG	2	1	1952
	P			6	12	2011

31	.00	Orlando da Silva Rosa Bomfim				
	N	Serra	ES	20	1	1880
	F	Vitória	ES	30	9	1940
31	.01	Celso Elpídio Rosa Bomfim				
	N	Santa Teresa	ES	2	9	1917
	P			22	3	1941
	F	Belo Horizonte	MG	14	12	1981
31	.02	Ormando de Moraes				
	N	Vitória	ES	4	10	1915
	P					1982
	F	Vitória	ES	10	9	2003
31	.03	Ítalo Francisco Campos				
	N	Uruaçu	GO	2	7	1949
	P			2	7	2004

32	.00	Maria Antonieta Tatagiba				
	N	São Pedro do Itabapoana, Mimoso do Sul	ES	17	9	1895
	F	São Pedro do Itabapoana, Mimoso do Sul	ES	13	3	1928
32	.01	José Paulino Alves Júnior				
	N	Porciúncula	MG	23	8	1895
	P			8	3	1941
	F	Vitória	ES	14	12	1990
32	.02	Antônio José Miguel Feu Rosa				
	N	Vitória	ES	25	2	1934
	P			11	5	1992
	F	Vitória	ES	10	11	2007
32	.03	Josina Nunes Drumond				
	N	Coromandel	MG	8	2	1951
	P			22	8	2008

33	.00	José Horácio Costa				
	N	Recife	PE	16	12	1859
	F	Rio de Janeiro	RJ	6	6	1922
33	.01	Fernando Abreu				
	N	Abre Campo	MG	5	12	1884
	P			26	11	1941
	F	Cachoeiro de Itapemirim	ES	8	9	1948
33	.02	Renato José Costa Pacheco				
	N	Vitória	ES	16	12	1928
	P			11	5	1949
	F	Vitória	ES	18	3	2004
33	.03	Getúlio Marcos Pereira Neves				
	N	Rio de Janeiro	RJ	21	8	1964
	P			19	9	2005

34	.00	Antônio Gomes Aguirre				
	N	São Mateus	ES	23	8	1859
	F	Vitória	ES	10	6	1928
34	.01	Nelson Abel de Almeida				
	N	Rio de Janeiro	RJ	15	6	1905
	P			4	9	1951
	F	Vitória	ES	27	8	1991
34	.02	Miguel Depes Tallon				
	N	Cachoeiro de Itapemirim	ES	17	7	1948
	P					1992
	F	Vitória	ES	18	8	1999
34	.03	Matusalém Dias de Moura				
	N	Irupi	ES	5	6	1959
	P			29	11	2000

35	.00	Jerônimo de Sousa Monteiro				
	N	Cachoeiro de Itapemirim	ES	4	6	1870
	F	Rio de Janeiro	RJ	22	10	1933
35	.01	Carlos Gomes de Sá				
	N	Estância	SE	14	5	1888
	P			6	8	1941
	F	Rio de Janeiro	RJ	26	10	1941
35	.02	Almir dos Santos Gonçalves				
	N	Cachoeiro de Itapemirim	ES	18	8	1893
	P			15	7	1943
	F	Rio de Janeiro	RJ	17	7	1981
35	.03	Rômulo Salles de Sá				
	N	Muqui	ES	30	11	1923
	P			14	5	1982

36	.00	José Joaquim Peçanha Póvoa				
	N	São João da Barra	RJ	15	4	1836
	F	Vitória	ES	17	9	1904
36	.01	Kosciusko Barbosa Leão				
	N	Santa Cruz, Aracruz	ES	12	9	1889
	P			5	2	1942
	F	Vitória	ES	20	5	1979
36	.02	José Moysés				
	N	Iconha	ES	4	4	1916
	P			18	9	1980
	F	Vitória	ES	31	10	2000
36	.03	Douglas Puppim				
	N	Alfredo Chaves	ES	31	3	1938
	P			24	9	2001

37	.00	Antônio Cláudio Soído				
	N	Vitória	ES	24	4	1822
	F	Cuiabá	MT	23	7	1886
37	.01	José Francisco Monjardim Filho				
	N	Vitória	ES	15	12	1907
	P			24	5	1941
	F					1988
37	.02	José Carlos da Fonseca				
	N	São José do Calçado	ES	21	7	1931
	P			7	12	1990
	F	Brasília	DF	26	10	2007
37	.03	José Carlos Monjardim Cavalcante				
	N	Vitória	ES	30	9	1929
	P			13	9	2008

38	.00	Manoel Jorge Rodrigues				
	N	Vitória	ES	29	5	1863
	F	Vitória	ES	16	8	1886
38	.01	José Antônio Ruy Cortes				
	N	Barra Mansa	RJ	26	2	1898
	P			12	9	1941
	F	Vitória	ES	21	7	1992
38	.02	Magda Regina Lugon Arantes				
	N	Vila Velha	ES	13	6	1944
	P			25	9	1996

39	.00	Cândido Vieira Costa				
	N	Vitória	ES	24	9	1855
	F	Belém	PA	12	2	1931
39	.01	Paulo Athayde de Freitas				
	N	Rio Novo do Sul	ES	28	1	1902
	P			7	6	1941
	F	Vitória	ES	30	6	1989
39	.02	José Ignácio Ferreira				
	N	Vitória	ES	18	5	1939
	P					1990

40	.00	Antônio Ferreira Coelho				
	N	Recife	PE	21	9	1860
	F	Rio de Janeiro	RJ	14	6	1933
40	.01	Manoel Xavier Paes Barreto Filho				
	N	Petrolina	PE	8	10	1906
	P			13	11	1941
	F	Vitória	ES	10	10	1991
40	.02	Maria Helena Teixeira de Siqueira				
	N	Porto Alegre	RS	20	4	1927
	P			21	6	1996
	F	Vitória	ES	15	1	2010
40	.03	Anaximandro Oliveira Santos Amorim				
	N	Vitória	ES	14	12	1978
	P			16	9	2010

N – Nascimento

P – Posse

F – Falecimento

CENTENÁRIO DE COLATINA

CANÇÃO DE EXÍLIO

Rita de Cássia Maia e Silva Costa*

Escrevi certa vez sobre o sentimento de exílio nascido e criado entre viagens e despedidas ao longo de 30 anos vividos em Colatina: de 1954 a 1984. Sempre quis transcrever para papéis avulsos, despreziosamente, páginas dessa existência que, naqueles anos, fizeram sulcos na minha desatinada, inesgotável memória. E sempre que trago peculiaridades dessa existência intensa e fugidia, que me fizeram assim nostálgica, recorro à bela imagem de Bachelard construída em seu ensaio — *a poética do espaço* — para evocar as mais caras lembranças do que vi e vivi nesta cidade que, em meus tenros dois anos de idade, me acolheu. Ela completa, neste ano que deixará marcas, 100 anos. Sua rica história, aprendida não apenas nas escolas, se escreve a cada dia na prosa afável de amigos colatinenses quando se reencontram. Num desses recentes encontros *on-line* promovidos pela Prefeitura de Colatina, por meio da Secretaria Municipal de Cultura, ouvi, emocionada, das vozes do jurista e escritor Getúlio Marcos Pereira Neves e do historiador Fernando Achiamé as muitas faces da história e da vida econômica e política de Colatina, a justificar seu admirável desenvolvimento e importância no cenário da própria história do Espírito Santo.

Numa tentativa de articular fatos e acontecimentos com o imemorial e a lembrança, cito uma curta passagem do meu próprio texto proferido no Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo — IHGES — há cerca de dois ou três anos,

para salvaguardar em mim imagens caras da minha infância cigana e peregrina, lembranças dos sonhos e infintas viagens entre a cidade natal e a

* Membro do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo – IHGES.

terra prometida, imagens esvanecidas de encontros e despedidas, com as quais construí pouco a pouco, num misto de memória e imaginação, o sentimento de exílio.

Ora entre linhas ora nos trilhos da memória, escrevo um sonho antigo de justificar e fazer por merecer o belo gesto e a coragem de meus pais, eles próprios imigrantes e desbravadores em terra até então desconhecida: 1954, interior do Espírito Santo, a que se chegava por estrada de ferro ou por estrada de chão, por estradas tortuosas de poeira e lama, cheias de buracos e desvios, a ligar longas distâncias, incompreensíveis ao olhar de uma criança. Plantada no vale do Rio Doce, emoldurada por seus morros e seu belo pôr do sol, me abraça Colatina, minha segunda terra natal. Hoje, com a imagem do vaporzinho que por tantos anos, encalhado às margens do Rio Doce, coloriu poeticamente minha provinciana cidadezinha do interior e me acolheu a cada volta pra casa, uma vez mais lembro Bachelard: "... a imaginação trabalha. Ela ceifa e lava" (*Os Pensadores*, 1978:205).

É, pois, pelo traço da imaginação que trago à baila a trajetória de quem, tendo crescido e vivido desde seus primeiros anos de vida numa cidade repartida, vem narrar, com a perplexidade do seu olhar de então, a importância na vida e nos costumes de todos quantos ali viviam da passagem do trem de ferro que cortava a cidade ao meio, obrigando-a a parar completamente e esperar, dividindo-a entre dois lados daqueles longos trilhos da Estrada de Ferro Vitória – Minas, a fim de assegurar que passasse a riqueza transportada pela já então poderosa Companhia Vale do Rio Doce. Era o preço do desenvolvimento, dizia-se. Quantas histórias vividas ou fantasiadas nasceram ao longo das margens da linha do trem!

Avistava-se, já na chegada de Colatina, à esquerda, o enorme bairro conhecido como Colatina Velha, onde se localizava o cemi-

tério, em torno do qual havia lendas que alimentavam a fantasia infantil. À direita, o Rio Doce se descortinava, caudaloso, abrindo caminho no então verde vale. Que haverá de mais belo que um caminho? De um lado da cidade ficavam morros e colinas, algumas com suas escarpas, por onde se expandiam a construção de casas e a formação de bairros, a urbanização de ladeiras, dentre as quais se destacavam duas, que levavam a acolhedores bairros residenciais: um deles, Santa Cecília, o saudoso bairro cujas casas tinham varandas e quintais, era conhecido como bairro das vinte e tantas meninas brejeiras, que ganhavam serenatas e engalanavam, junto com tantas outras, as festas de Colatina; a outra ladeira levava à subida para o prestigiado Ginásio Divino Rei, com sua imponência institucional e seus belos jardins. No início da Avenida Getúlio Vargas, a Igreja Batista de Colatina se estabelecera junto à comunidade como referência religiosa. Ao longo da avenida firmaram-se importantes lojas e estabelecimentos do crescente comércio local.

Majestosa, a Igreja Matriz, com seus belos vitrais, situava-se em frente à pracinha, alinhada junto à rua Santa Maria, paralela à avenida em uma de suas extremidades. A própria expansão urbana segue seu rumo em direção a inúmeros outros novos bairros afastados do centro da cidade e do perímetro da Avenida Getúlio Vargas, desde a Esplanada, próxima à estação ferroviária, passando por Vila Nova, em contraposição a Colatina Velha, no outro extremo da cidade, atravessando o bairro Maria Ismênia até chegar a Vila Lenira, cujos limites davam acesso ao caminho que nos levava a Santa Teresa. Nesse trajeto, alguns bairros se ramificam, e, atravessando-se uma antiga e pequena ponte de ferro, chega-se ao bairro em que se localiza o histórico e imponente Colégio Marista, que empresta seu nome ao bairro. Nele se formaram gerações e gerações de colatinenses bem como de muitos estudantes que nele estudaram em sistema de internato. Seu grandioso e elegante edifício abrigou por muitos

anos duas de suas principais faculdades: a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Colatina e a Faculdade de Direito. Nele dei início à minha vida profissional. Lecionei durante muitos anos no ensino fundamental e médio do Colégio Marista, de onde guardo valiosas lembranças.

Do outro lado dos trilhos da linha férrea, outra metade do forte comércio se expandia ao longo da avenida. Bem no centro, no entanto, sempre esteve ali, bucólica, ampla, acolhedora e lindamente ornamentada com seus chafarizes iluminados, a praça municipal de Colatina. Como esquecê-la? Em frente a ela se erguiam o prédio da Prefeitura Municipal e o Colégio Estadual “Aristides Freire”. Instituições de ensino, comerciais e bancárias se espalhavam, além de casas, hospitais, e bairros inteiros que se espriavam até as margens do rio. Antes, porém, de alcançar sua margem, é indispensável recordar os dois cinemas: Cine Alhambra e Cine Idelmar. Quanto de sonho, mistério e magia frente àquelas telas se engendraram?! A alguns passos dali os sonhos eram outros. Respeitado, construído à beira do rio e marcado pela história, o Colégio Estadual “Conde de Linhares” sedimentou os fundamentos da formação de milhares de crianças e jovens que, como eu, guardam-no vividamente na lembrança como preciosa relíquia, por tudo que ele representou de formação, de experiência e descoberta para a vida. Inesquecíveis são seus mestres, e, como ícone e baluarte do grau de excelência de seus pares, menciono a saudosa D. Zita, conhecida e respeitada professora de literatura e língua portuguesa. Inesquecíveis são suas salas de aula, sua biblioteca, seu pátio imenso com mangueiras e um pé de jenipapo sob cuja sombra se cultivavam as amizades, muitas delas preservadas por uma vida inteira. Mas, de todos os emblemas do colégio e da cidade, a Banda Marcial é o que mais revela a alma de quantos como eu lhe seguiram os acordes e a marcha impecável, desde seus ensaios até sua apresentação final em frente à praça

municipal nos gloriosos desfiles de 22 de agosto em homenagem ao aniversário de Colatina.

Há que se falar do vale, do rio, da ponte. Mas é preciso antes lembrar os dois memoráveis clubes da cidade, cada um deles de um dos lados da linha do trem. O Clube Recreativo Colatinense, localizado próximo à Igreja Matriz, ali, vizinho e em total harmonia com ela, onde se realizavam os bailes de carnaval, as *matinéés*, bailes com orquestra, que ensejaram muitos olhares e encontros, namoros ao som de boleros e sambas-canções, sonhos dos jovens de então. Passado o tempo das orquestras, vieram as bandas locais, as domingueiras, que traziam para a juventude a alegria das belas tardes de domingo embalada pela música dos Beatles e da Jovem Guarda. Anos mais tarde, com sua arquitetura inovadora, surge, muito bem localizado, quase às margens do Rio Doce, o Iate Clube de Colatina, palco das mais requintadas noites de baile da sociedade colatinense sob a batuta de maestros como Sílvio Mazzuca e de grandes nomes da música brasileira. Nessas noites de música e esplendor muitos casais se formaram. Entremeavam-se a essas grandes festas, especialmente na data magna da cidade, as serenatas, que, nas amenas madrugadas, espalhavam encanto e ternura. Espectadora, pergunto-me, ainda hoje, que foi feito dessas referências de amor à música, à dança, aos encontros ao som dos menestréis na então pacata Princesa do Norte.

Voltemos à cidade repartida, dividida agora entre montanhas e o outro lado do rio, semeada e crescida no vale. Eis o Rio Doce, a banhar com sua exuberância a cidade, margeando-a em toda sua extensão. Nada substituí em minha mente o paradoxo da aparente placidez de suas águas, avermelhadas pelo pôr do sol, deslizando em sua imensidão voluptuosa e profunda em direção ao mar. Com sua ancestralidade, em suas margens se fez história de lutas, de trabalho e de sobrevivência. Embora maltratado, ele ainda alimenta,

mata a sede e faz parte da história de Colatina e do Espírito Santo. Sinuoso, com seus 853 km de extensão, o Rio Doce continua sendo o doce rio da minha aldeia.

Navegável nos idos anos do século XX, por onde eram transportadas riquezas importantes para a região, o Rio Doce sempre foi vetor e polo de desenvolvimento. Seria preciso atravessá-lo. Inaugurada em 1928 a ponte Florentino Avidos, com cerca de 800m de extensão, abriram-se caminhos para que a cidade mais se expandisse e alcançasse novas possibilidades econômicas que a ligassem ao norte do estado do Espírito Santo. Feita a travessia da ponte, o desenvolvimento urbano se expande em ruas e bairros, que, em sua assimetria, fazem eclodir o crescimento de casas, lojas, instituições, empresas, escolas. Bifurcando-se, na cabeça da ponte, com o nascente bairro Maria das Graças, o bairro São Silvano, já existente, se amplia e traz progresso com inúmeros empreendimentos e construções de vulto, abrindo passagem para a criação de estradas para o norte do estado. É ali, na cabeça da ponte, como se dizia então, onde tempos mais tarde viria a se instalar e ser seu vizinho o famoso Drink, descortinando horizontes e voltando-se para o norte, que se constrói a Moto Capichaba. Capichaba com “ch”, tal como o registro feito em cartório. Mais que um empreendimento ousado que englobava o posto de gasolina com a bandeira da Texaco, uma grande loja de autopeças representando grandes marcas, quatro oficinas, tudo construído em uma área de 4.000 metros quadrados, além da representação de venda de carros, inicialmente da Vemag, depois da Chrysler, a Moto Capichaba é um símbolo. Símbolo de ousadia e coragem, quando Colatina principiava ser a Princesinha do Norte, a terra da promessa. Localizada bem defronte à ponte, com duas amplas frentes, a Moto Capichaba emblematicamente conta uma história de família, que, assim como tantas outras que para Colatina migraram em busca de oportunidade, separou-se dos seus para

criar novos vínculos, fazendo do trabalho e da esperança um constante refazer-se em labuta e expectativa de futuro para seus filhos. Com espírito empreendedor, meu pai, Álvaro Francisco da Silva, fez-se acompanhar inicialmente, em sociedade, da leal amizade de José Carlos Borges, e tempos depois de Álvaro Ricardo Pasolini, que se tornaria, além de sócio, seu genro. Não havia nada fácil; tudo estava por ser construído. E foi.

Nesta terra fizemos valiosas amizades. Aprendemos o sentido de acolhimento e pertencimento. Em Colatina estudei e me formei e trabalhei, tendo aprendido algumas das melhores lições que levaria comigo para toda a vida. Em Colatina me casei e tive meus dois filhos. Cada um dos recantos dessa cidade foi um abrigo daquele sonho. Seus valores se enraizaram na memória. O sonho, uma vez vivido, permanece em nós e poeticamente fixa as lembranças mais distantes. Por meio delas mantemos a poesia do passado, que, no presente, instrui nossos filhos para um novo futuro.

Referência

BACHELARD, Gaston. *A filosofia do não; O novo espírito científico; A poética do espaço*. 1.ed. São Paulo: Abril Cultural,1978. 354p. (Os pensadores).

A HISTÓRIA DA POLÍCIA MILITAR DO ESPÍRITO SANTO NO MUNICÍPIO DE COLATINA

*Gelson Loiola**

Resumo: O presente artigo tem por objetivo abordar a relação histórica da Polícia Militar do Espírito Santo, com o município de Colatina, situado na região noroeste do Estado, e que completa 100 anos de emancipação política neste ano de 2021, desde a inserção de Destacamentos Policiais Militares, posteriormente, as Companhias de Polícia e de Bombeiros Militares da PMES, e finalmente, a implantação do 8º Batalhão de Polícia Militar de PMES no centenário município do Estado do Espírito Santo.

Palavras-chave: Polícia Militar – Espírito Santo. Colatina. Destacamentos. Companhias. Batalhão. Memória.

Introdução

O município de Colatina, situado na Região Noroeste do Estado do Espírito Santo, possui uma história riquíssima, que segundo vários autores, emerge a partir da ocupação de seu território pelos primeiros habitantes, os índios Botocudos.

A primeira tentativa de colonização na região, segundo dados do site do IBGE, ocorreu 1857, quando Nicolau Rodrigues dos Santos França Leite se instalou com 48 colonos na margem esquerda do Rio Doce entre os rios São João e Pancas na colônia de Francilvânia.

Após três anos, segundo reportagem constante do site: www.ijsn.es.gov.br, publicada em 1990, em devido aos constantes ataques dos botocudos e a morte do chefe da expedição, Avelino dos Santos

* Coronel da reserva da PMES, escritor, bacharel e professor de direito, especialista em história militar e docência superior, pesquisador militar, associado efetivo e membro da diretoria do IHGES.

França leite pelos índios, interrompeu a colonização, e as notícias dos ataques desestimularam outros imigrantes de se estabelecerem na região.

O povoamento da área territorial de Colatina, somente passou a se efetivar com a chegada de imigrantes italianos, alemães, suíços e poloneses que juntamente com brasileiros em 1876, foram se instalando e formando propriedades agrícolas, que compunham o Núcleo Colonial “Senador Antonio Prado”, o qual, posteriormente, deu origem ao povoado de Mutum, atual distrito de Boapaba do município de colatinense.

A segunda povoação, conforme os autores Teixeira (1974) e Maduro (1988), foi a povoação de Barracão de Baunilha e por volta de 1888, deu-se início a formação da vila que deu origem a cidade sede do município, quando o vapor “Adria” desembarcou os primeiros colonos provenientes da Itália, que se instalaram na área denominada de Arraial de Santa Maria, (atual bairro de Colatina Velha), onde em 1890, foi construído o Barracão do Rio Santa Maria destinado para o governo, a partir daí, a região cresceu e, em 9 de dezembro de 1899, recebeu o nome de Vila de Colatina, em homenagem a senhora Colatina de Azevedo Freire, esposa de José de Mello Carvalho Moniz Freire, que governou o Estado do Espírito Santo nos períodos de 1892-96 e 1900-04.

Em 1907, se tornou sede do município em substituição a sede que era no município de Linhares, porém, continuou como vila, até a Revolta do Xandoca em 1916, quando o coronel Alexandre Calmon vulgo “Xandoca”, transferiu a capital do Estado do Espírito Santo de Vitória para Colatina por 33 dias.

A emancipação política definitiva do município de Colatina, ocorreu no dia 30 de dezembro de 1921, através da Lei Estadual n.º 1.307, quando Linhares perde a categoria de município, passando a ser uma vila pertencente ao novo município de Colatina, situação

em que permaneceu até 31 de dezembro de 1943, quando Linhares voltou a categoria de município.

Apesar de ter sido elevada a categoria de município em 30 de dezembro de 1921, o município de Colatina comemora o aniversário de sua emancipação na data de instalação do município de Linhares (ES), ocorrida em 21 de agosto de 1833, e que havia sido criado pelo decreto de 26 de agosto de 1818.

A Primeira Tropa Militar da Região Noroeste da Capitania ES

A história da instalação de um sistema de segurança militarizada na Capitania do Espírito Santo, e conseqüentemente, na Região Noroeste, onde situa-se o centenário município de Colatina, teve início a partir da assunção do governo da capitania capixaba pelo capitão de Fragata, Antônio Pires da Silva Pontes, natural de Mariana – MG, 29 de março de 1800, acumulado com o posto de coronel comandante Regimento de Milícias da Capitania do Espírito Santo, (Ape, es, cx.06, doc.09).

Com base na Carta Régia, de 12 de março de 1798, de D. Rodrigo de Souza Coutinho, (Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos), com na qual autoriza a criação do Corpo de Pedestres destinado ao patrulhamento nas Capitanias Hereditárias, que o Governador Silva Pontes, criou, em 4 de abril de 1800, o Corpo de Pedestres, com 300 soldados, em Porto do Souza, distrito de Rio Doce, para fiscalizar e combater roubos e ataques indígenas ao longo das vias fluviais da Capitania, única via de transporte da época, pois, ainda não haviam estradas.

Segundo Rubim (1840, p. 18-23), foram instalados na Capitania capixaba ao longo das vias fluviais vários quartéis, e na Região No-

roeste, os seguintes postos: Quartel do Porto do Souza instalado na parte sul do Rio Doce, com 1 inferior (sargento) e 11 soldados (Sd) do Corpo de Pedestres (CP), o Quartel de Lorena, na margens do Rio Guandu, com 1 alferes, 1 cabo e 10 soldados de linha, o Quartel de Regência Augusta, na margem sul do Rio Doce, com 1 inferior e 4 Sd do CP, o Quartel de Anadia, na margem sul do Rio Pancas, com 1 inferior e 7 Sd do CP, o 1º Quartel Linhares, em Povoação, com 1 inferior e 18 Sd do CP, o 2º Quartel Linhares, na lagoa Juparanã, com 1 inferior e 11 Sd do CP, o Quartel do Aguiar, em Povoação Linhares, com 1 sargento mor e 16 Sd índios, o Quartel do Riacho, a quatro léguas de Povoação, com 1 inferior e 4 Sd do CP, o Quartel de Comboios com 1 inferior e 2 soldados (Sd) do Corpo de Pedestres (CP).

Com a instalação dos quartéis ao longo da malha fluvial da capitania, que estabeleceu a segurança nos principais pontos de escoamento da produção e transporte de passageiros, bem como em torno de suas áreas, e a proximidade com a água, começaram a surgir os vilarejos, inclusive onde passaram a residir os integrantes do efetivo do Corpo de Pedestres, os quais, além de fiscalizar e combater roubos e ataques indígenas passaram a efetuar o policiamento ostensivo em suas vilas, o primeiro passo para qualificá-lo como o “embrião” da Polícia Militar do Espírito Santo.

O Governador Pontes, somente em carta datada de 5 de novembro de 1800, informa ao ministro e secretário de Estado dos Negócios da Marinha, D. Rodrigo de Souza Coutinho (Conde de Linhares), a criação do Corpo de Pedestres, e esclarece que o citado Corpo é “composto por homens de raça cruzada, ou mestiço de preto, branco ou índio” (APE, ES, cx. 06, doc. 24A-38A).

Assim, mesmo antes do surgimento do primeiro povoado na área territorial do município de Colatina em 1876, o já mencionado, povoado de Mutum (atual distrito de Boapaba), a região contou com a segurança militar realizada pelo Corpo de Pedestres até 1824,

quando foi incorporado as Companhias de Infantaria para criação, por D. Pedro I, do 12º Batalhão de Caçadores do Exército Brasileiro, o qual passa a ser o responsável pela execução do policiamento em toda a província capixaba, até o ano de 1831.

A Autorização Para a Criação das Polícias Militares Brasileiras

O instrumento legal que autorizou a criação de um novo modelo de Forças Policiais nas províncias brasileiras, foi a Carta de Lei de 10 de outubro de 1831, sancionada pela Regência Trina, autorizando aos Conselhos de Governo, instituídos pelo imperador D. Pedro I em 1823 para exercerem as funções legislativas provinciais, a criarem Guardas, Companhias ou Corpos de Guardas Permanentes, o primeiro modelo de Forças Policiais Provinciais do Brasil, as atuais Polícias Militares Estaduais brasileiras.

CARTA DE LEI DE 10 DE OUTUBRO.

A Regência, em nome do Imperador, o Senhor D. Pedro II, faz saber a todos os súditos do Império que a Assembléa Geral e Ordinária decretou e ella sancionou a Lei seguinte:

Art. 1º. O Governo fica autorizado para crear nesta Cidade um Corpo de Guardas Municipaes voluntárias a pé e a cavallo, para manter a tranquillidade publica e auxiliar a Justiça, com vencimentos estipulados, não excedendo' o número de 640 pessoas, e a despeza annual a 180:000\$ rs.

Art. 2º. Ficão igualmente autorisados os Presidentes em Concelho para crearem iguaes Corpos, quando assim, julguem necessário, marcando o número de praças proporcionado.

Art, 3º. A organização do Corpo, pagamento de cada indivíduo, a nomeação e despedida dos

Commandantes, as instruções necessárias para a boa disciplina, serão feitas provisoriamente pelo Governo, que dará na conta futura sessão para aprovação da Assembléa Geral.

Art. 4º. Ficão revogadas todas as Leis em contrário.

Manda, portanto, etc. Dada no Palácio do Rio de Janeiro, aos 10 de outubro de 1831, 10º da Independência e do Império. – Francisco de Lima e Silva, – José da Costa Carvalho. – João Bráulio Moniz. – Diogo Antonio Feijó. – *Com os registos competentes.*

O Conselho do Governo da Província do Espírito Santo, composto pelo presidente provincial, Antônio Pinto Chichorro da Gama, e membros, José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, Manoel de Moraes Coitinho, Manoel dos Passos Ferreira, Padre Domingos Leal, João Antônio de Moraes e Francisco Martins de Castro, reuniu-se, e conforme a ata do conselho de 12.12.1831, que diz: “nesta sessão tratou-se da criação da Guarda paga de conformidade com a Lei de 10 de outubro”. (Fundos de Governadoria – FG/134, p.119-21).

As autoridades da Província capixaba foram comunicadas a partir do dia seguinte, sobre a criação da Companhia de Guardas de Permanentes com 100 soldados, o 1º modelo de polícia provincial, e que o Alferes do Exército Brasileiro, Antônio Ferreira Rufino era o seu comandante, o qual permaneceu no cargo de 1831 a 1839 sem interrupção.

Outras provas incontestáveis são: “Comunicação da criação ao Juiz de Paz” em 13.12.1831. “Comunicação da criação ao Comandante Interino das Armas” em 14.12.1831. “Tabella de vencimentos da Companhia de Guarda de Permanentes”, em 2.04.1832. “Nomeação do cirurgião-mor para a Companhia de Permanentes”, em 19.07.1832. “Relatório presidencial”, em 1º.12.1833, além das incor-

porações na Companhia de Permanentes das 71 praças no período de 1831 a 1833. (FG/APE-ES).

O Primeiro Destacamento da PMES do Norte do Estado

Os primeiros Destacamentos Policiais Militares (DPM) registrados em atividades no interior da Província do Espírito Santo, constam do Mapa de Efetivo anexo nº 3, ao relatório do presidente da Província capixaba, João Lopes da Silva Coito, apresentado em 4 de setembro de 1838, onde constam destacados 1 cabo e 5 soldados na Vila de São Mateus e também, o mesmo efetivo na Vila da Barra de São Mateus, constituindo-se assim, nos precursores da implantação dos DPM, na região norte da província capixaba.

A primeira manifestação referente ao estabelecimento da segurança pública com a fixação de postos de policiamento nos diversos distritos do interior do Estado do Espírito Santo, advém do relatório apresentado a Assembleia Legislativa em 24 de setembro de 1908, quando o presidente Jerônimo de Souza Monteiro expõe aos deputados que:

Certamente não passarão despercebidas á vossa atenção a necessidade de reformar a lei n. 3, de 11 de janeiro de 1893, que deu organização ao Corpo Policial e também a grande conveniência de se crearem postos de concentração de força nos districtos ou nas circumscripções em que fôr dividido o Estudo, com o fim de facilitar o policiamento no interior e diminuir os grandes dispêndios com a movimentação das praças, (p. 11, grifo nosso).

No relatório apresentado ao Congresso Legislativo do Espírito Santo, pelo presidente Jerônimo de Souza Monteiro, em 3 de outubro de 1911, ele expõe que:

Com o fim de remover alguns dos obstáculos apontados nesse relatório, já foram dadas providências, taes como a de que trata o dec. n. 812, de 6 de março último, para o qual espero a aprovação desse illustrado congresso; os contractos para á construção de cadeias nas sedes das comarcas de São Pedro, de Santa Leopoldina, de Colatina e de Afonso Cláudio, [...]; a manutenção de delegados militares em vários municípios do interior, (p. 34, grifo nosso).

Destacando assim, a necessidade da construção de cadeias e manutenção dos cargos de delegados, militarizados, nas cidades do interior do ES.

Colatina e a Revolta do Xandoca em 1916

No mesmo mês de abril de 1916, a situação política capixaba é conturbada, com diversas manifestações por parte de duas forças políticas que disputavam o poder, e no relatório do tenente-coronel, Pedro Bruzzi, comandante do Corpo Militar de Polícia do Estado do Espírito Santo, datado de 1º de setembro de 1916 (APE-ES), ele afirma que, no episódio denominado de “Revolta do Xandoca” ocorrido em 1916, dentre os fatos que envolveram a Corporação, consta dentre os mais graves, o ocorrido no dia 21 de abril de 1916, em Colatina-ES (norte do Estado), aonde, segundo o relatório, “tombou assassinado, pela ordem de bandidos assalariados pelo agitador Coronel Alexandre Calmon, o praça Thomaz de Aquino, quando ali destacado para manutenção da ordem alterada em todo aquelle município” (p.5), o qual se torna o primeiro PM da Corporação Policial Militar capixaba morto em serviço na história de Colatina-ES.

No mesmo episódio ocorrido em Colatina-ES, consta ainda que foram feridos o 2º tenente José de Mattos Barreto e o soldado Antonio Carneiro de Britto, que foram conduzidos para Vitória-ES, e internados na Santa Casa de Misericórdia.

No mês de maio, em virtude do descontentamento com o resultado das eleições, conforme publicado no jornal “Diário da Manhã”, ocorrem diversos ataques no interior e na capital, atingindo por disparos de arma de fogo, os prédios do Palácio do Governo, Congresso Legislativo e Quartel do Corpo Militar de Polícia onde, conforme o relatório do comandante Pedro Bruzzi, fora ferido o soldado Custódio Vieira da Silva.

Os fatos anteriormente relatados foram abordados no dia 22 de maio de 1916, pelo presidente Marcondes de Souza em seu relatório apresentado na Assembleia Legislativa, onde aborda as ocorrências havidas após a realização do último pleito eleitoral, nas quais os derrotados tentaram ocupar as câmaras municipais no norte e sul do Estado, e além dos fatos mais graves ocorridos nos municípios de Cachoeiro de Itapemirim e Alegre-ES, e confirma o fato ocorrido em Colatina, quando o tenente e quatro praças embarcavam no trem para a capital foram atacados o que ocasionou a morte de um dos soldados e ferimentos nos outros integrantes do Corpo Militar de Polícia, ali destacados.

O presidente eleito, Bernardino de Souza Monteiro, no dia 12 de outubro de 1916, faz o seu primeiro pronunciamento no Congresso Legislativo do Espírito Santo, e elogia o trabalho desenvolvido pelo Corpo Militar de Polícia em prol da ordem pública apesar do efetivo insuficiente, e solicita a ampliação do mesmo para 450 integrantes em 1917.

Em 23 de maio de 1924, o presidente Nestor Gomes, em seu relatório apresentado ao Congresso Legislativo informa sobre o município de Colatina que foi “1º – levantamento do território for-

mado pelos rios Doce, Mutum e Resplendor” no conflito de limites com Minas Gerais, e “23º – Construção do edifício para a Cadeia” (p.88-9).

A Primeira Subunidade da PMES Instalada no Município de Colatina

As primeiras manifestações de descontentamento basicamente se iniciam quando é publicada na imprensa nacional, principalmente no jornal *Folha da Manhã* do Estado de São Paulo, a manchete “Foi assassinado, em Recife, o Sr. João Pessoa”. A situação se agrava nos meses subsequentes, o que leva ao presidente do Brasil, Washington Luiz P. de Souza através do Decreto nº. 19.350, de 5 de outubro de 1930 a impor o Estado de Sítio em todo território nacional, que duraria até o dia 31 de dezembro do citado ano.

A partir deste ato, tem início as movimentações em São Paulo que precedem a revolução de 1930, e pelo Boletim nº 241, de 11 de outubro daquele ano, o Secretário do Interior e Justiça do Espírito Santo, Mirabeau Pimentel, em cumprimento a ordem do Ministério da Guerra, define que o Regimento Policial Militar capixaba fará parte do Destacamento que irá operar no Estado, sob o comando do coronel José Armando Ribeiro de Paula, contra os revoltosos, e logo em seguida, por ordem do coronel comandante das Forças de Operações no ES passam a denominar-se “Batalhão Collatina” e “Batalhão Victória”, as Unidades que atuariam no conflito.

Como reflexo das necessidades geradas pelo deslocamento de tropas para a região norte e sul do Estado, pelo Decreto nº. 181, de 5 de dezembro de 1930, o governo cria dois destacamentos, sendo um na zona Norte e outro na zona Sul do Estado, ficando os Destacamentos do Interior subordinados aos seus respectivos comandos.

No ano de 1933, o Decreto nº. 3.139, de 6 de janeiro, emitido por Fernando Duarte Rabelo, secretário de Interior do governo capixaba, extingue os Destacamentos das zonas norte e sul criados em 1930, passando os Destacamentos do Interior a serem subordinados diretamente ao Comando Geral do Regimento Policial Militar, enquanto que pelo Decreto nº. 3.144, de 9 de janeiro, fixa o efetivo do Regimento em 734 integrantes, passando a sua organização a contar com 4 Companhias de Infantaria (duas delas destacadas nas zonas norte e sul do Estado).

Pelo art. 4º, do mesmo Decreto, dispõe que: “A 1ª Companhia Isolada terá sede em Cachoeiro de Itapemirim, e, a 2ª, a cidade de Colatina”, e assim, além de surgirem às primeiras subunidades isoladas da história da PMES, para atender aos municípios do Sul e do Norte do Estado, surgem também, os “embriões” dos atuais 9º BPM (Cachoeiro) e 8º BPM (Colatina).

Para a 2ª Companhia Isolada com sede em Colatina, visando atender a todos os municípios do norte do Estado do Espírito Santo foram relacionados os seguintes PM:

SEGUNDA COMPANHIA ISOLADA [COLATINA].

Cmt: Capitão Domingos de Almeida Costa, 2º Tenentes José Alves Macedo e João Alves Gomes; 2º Sargentos Emilio Ferreira da Silva e Pedro leão; Cabos Emilio Francisco dos Santos, Antonio Silva, Alvino Francisco, Hermelino Gomes, Benedito Teixeira, Francino Távora do Nascimento, Rômulo Xavier Finamore, Antônio França Filho, João Batista de Carvalho, João Siqueira de Souza, Aristides José Francisco e José Lourenço (1º); Aspencadas Antonio Batista, Miguel Arcanjo, Benedito reis Alves, Celso Gama da Silva, Manoel da Costa Sobrinho, Walter Ribeiro da Silva, José Lino dos Santos, Carlos Manoel de Jesus, Cyro de Almeida e Josias

de Souza Menea; **Soldados** Eduardo Rocha da Conceição, Joviano Ferreira Lima, José Ramos, Manoel Albino dos Santos, Braz Gonçalves, José Garcia da Rocha, João Pinto da Vitória, Francisco Antonio de Souza, Joaquim Nascimento, Antonio Thomaz da Cunha, Jovelino de Almeida, Francisco Custodio Damásio, José Ramos de Almeida, Otavio Firmo da Silva, Quintino Vieira dos Santos, Geraldo Benevides, José Roza Pereira, José Soares, José Aurelino de Oliveira, Manoel Corrêa da Mota, Antonio Pereira Lima, Antonio Nobre Filho, José Peregrino, José Avelino Xavier, José Carvalho, Ricardo Webster, João Florêncio da Silva, João Jesuíno dos Santos, Sebastião Gomes da Silva (1º), Firmino Marques da Silva, Herculano Alves dos Santos, José Pereira da Silva, Aurino Pereira Rangel, Lino Vieira, Benedito Francisco, Raymundo Soares, Manoel Brandão, Lino Alves dos Santos, Antonio Alves dos Santos (1º), Benedito Aurélio da Silva, Paulo Thompson Pimentel, José Theodulo França, José Rodrigues da Silva, Sebastião Diniz Lopes, Sinval Paiva, Manoel Duarte Ramos, Antonio Alves Cabral, Antonio Gomes da Silva, Gabriel Conceição Boamorte, Josias José Sant'Ana, Domicio José do Espírito Santo, Antonio Jacinto da Silva, Francisco Izidro Gomes, Manoel Carlos dos Santos, Antonio Pedro da Silva, Vitalino de Santana, Antonio Inocêncio da Silva, Anezio Leopoldino Lelis, Manoel Rodrigues da Rocha (2º), Augusto Rodrigues da Rocha, Ornelio Elias da Silva, Andreolino Silva, Virgílio Pereira, Antonio Alves, Joaquim Donato Gomes, José Pires Brandão, Aquilino de Castro, Fenelon José da Cunha, Pedro Antonio Costa, Sansão Reis, Ranulfo Luiz de Figueredo, Manoel Elias de Souza, Antonio Francisco, Afonso Previsto de Souza, Benedito Lino Pinto, Manoel Luiz Figueredo, Luiz de Oliveira, José Lima Filho, João dos Santos Souza, João Gomes da Silva, Manoel Ferreira de Lyra, Abílio Anjo de Almeida, Raymundo Francisco

Pindoba, Inácio Peixoto, Bento Batista de Souza, Alcebiades Avelino de Souza, Luiz Soares Ferreira, Benedito Ferreira, Jayme Borges, Sebastião Vieira (2º), José Batista Sant'Ana, Antonio Leonel de Barros, Antonio Moura, Jorge Felix da Silva, José Ribeiro, Severino Gomes de Araújo, Cícero Dias de Oliveira, Aniceto Roberto de Oliveira e Alcides Miranda. (*Bol.* nº 25, de 30.01.1934).

Estes Policiais Militares se perpetuam na história da PMES, como integrantes das primeiras Companhias que abriram espaços para a expansão, se tornando autênticos “embriões” de Unidades e Subunidades independentes do interior do Estado capixaba.

Através do Decreto nº. 9.112, de 12 de fevereiro de 1938, o interventor Bley cria dois Destacamentos de Capturas na Polícia Militar, sendo um na Zona Norte, com sede em Colatina, abrangendo também, os municípios de Afonso Cláudio, Baixo Guandu, Santa Leopoldina, Cariacica, Conceição da Barra, Santa Tereza, Fundão, Itaguaçu, Pau Gigante, Santa Cruz, Serra e São Mateus. E outro na Zona Sul, com sede em Cachoeiro do Itapemirim, abrangendo os municípios de Itapemirim, Iconha, João Pessoa, Muniz Freire, Rio Pardo, Rio Novo, São José do Calçado, São João de Muqui e Siqueira Campos., sendo fixado que cada destacamento contaria com um Oficial Subalterno comandante, com função de Delegado de Capturas, e com efetivo mínimo, de um sargento, um cabo e seis soldados, com atribuições para cumprir mandados de prisão e capturar criminosos foragidos, reprimir o furto de animais, os jogos proibidos, à vadiagem e fiscalizar e apreender armas ilegais, subordinados aos regulamentos da Polícia Militar, mas, no que concernia às ordens policiais, subordinados ao Chefe de Polícia, sendo pela resolução nº. 56, de 16 de fevereiro de 1938, nomeado o 1º Tenente Djalma Borges, no cargo de delegado de Capturas e comando dos Destacamentos das zonas Norte e Sul.

O Decreto nº. 9.499, de 7 de junho de 1938, ao reorganizar a PMES, o governo extingue as 1ª e 2ª Companhias Isoladas sediadas em Colatina e Cachoeiro do Itapemirim, encerrando assim, a história da primeira subunidade, a 2ª Companhia de Polícia de Colatina-ES, que volta a contar com um Destacamento Policial Militar.

Pelo Decreto nº. 10.496, de 24 de maio de 1939, é instituído na Polícia Militar, o cargo de Inspetor de Destacamentos, “embrião” dos Comando de Polícia Ostensiva do Interior do ES, sendo nomeado para o cargo, o major Anízio Pereira de Souza, (Resolução nº. 193, de 26.05.1939).

A PMES perde mais um de seus integrantes, o soldado Fenelon José da Cunha, assassinado a tiros em serviço no distrito de Alto do Rio Novo, município de Colatina-ES, no dia 24 de setembro de 1948 (BD 224) e, em 9 de novembro é baleado em serviço no mesmo município, o soldado Hildefonso Araújo, que vem a falecer no dia 14 de novembro de 1948 (BD 263), e no dia 23 de novembro de 1950 (BD 74/53), foi assassinado em serviço no município de Colatina-ES, o soldado Deosedino Pereira.

E as perdas de policiais militares em serviço continua, desta vez, foi assassinado por desordeiros quando em serviço na localidade de 51, município de Colatina-ES, o soldado Antônio Valeriano Silva, no dia 23 de março de 1953 (BD 65), e no dia 6 de outubro de 1955 (BD 227), quando foi assassinado em serviço no distrito de Graça Aranha, município de Colatina-ES, o soldado Augusto Jose Bezerra, e no dia 17 de maio de 1959 (BD 113), o soldado Darcy da Silva Rangel é assassinado a tiros em serviço pelos criminosos D.N.S e J.R. em Vila Verde, no município de Colatina-ES.

A reinserção de uma segunda subunidade de Polícia Militar no município de Colatina-ES só ocorreria depois de quase 16 anos, quando foi instalada em 1954, sob o comando do capitão Argeu Furtado de Almeida, a Companhia de Polícia Militar.

Segundo este autor, (Loiola, 2010), no dia 2 de janeiro de 1967, pelo Aditamento nº. 1 ao Boletim Diário nº. 1 da PMES o Corpo de Bombeiros foi reorganizado e em sua estrutura organizacional e constituiu com a instalação da Seção de Prevenção e Extinção de Incêndios em Colatina, para atender a Região Norte do Estado do Espírito Santo.

A Seção de Prevenção e Extinção de Incêndios, a primeira da história do Corpo de Bombeiros da PMES foi instalada em Colatina -ES com os seguintes praças: 2º Sargento Pedro Rodrigues Santos; 3º Sargento José Binaim Storck; Cabos: Norcilio Machado, Urbano Tosta Ferreira de Souza, João R. Soares e José Gomes Loreto; Soldados – 1ª classe: Paulistino Antônio Rosa e Vital Rocha, e de 3ª classe: Germano Pereira de Souza, Alaerte Batista França, Wilson José de Brito, Osmério Zioto, Aníbal José da Silva, José Marcelino Vidal e Paulo José Ferreira.

Nasce o 2º Batalhão da PMES no Norte do ES

Segundo este autor (2009, p. 37), a Lei Estadual nº 2.579 datada do dia 2 de março de 1971 e sancionada pelo governador Cristiano Dias Lopes Filho, eleito na forma indireta (“biônico”¹/1967-71), dispondo sobre a Organização Básica da PMES, (Lei Orgânica) a reorganiza da seguinte maneira: “Art. 40 – A Polícia Militar se constitui de: III Órgãos de Execução a) Unidades e Subunidades de Polícia”, e a partir da nova legislação nas disposições transitórias e finais do art. 64 estabelecem que, “as Unidades e Subunidades de Polícia e Especiais passam a ser as seguintes: a) – 1º Batalhão de Polícia (1º BP) Sede em Vitória; b) – 2º Batalhão de Polícia (2º BP) Sede em

¹ Expressão popular usada para identificar governadores e senadores escolhidos de forma indireta, (sem o voto popular), indicados para o Senado e Governos dos Estados da Federação, a partir de uma lista tríplice.

Nova Venécia; e c) – 3º Batalhão de Polícia (3º BP) Sede em Alegre”, destes, coube ao 2º BPM a missão histórica de ser conhecido como “o Batalhão Pioneiro”, por ter sido o primeiro a instalar-se em um município do interior do Estado capixaba.

A inauguração do 2º BPM na sede do município de Nova Venécia-ES, foi no dia 09 de março de 1971, presentes o governador do Estado ES, Cristiano Dias Lopes Filho, o secretário Segurança Pública, Ary Queiroz Silva, o comandante-geral da PMES, coronel PM (comissão), Hilton do Vale, o prefeito de Nova Venécia/ES Antônio Moreira, autoridades civis, militares, eclesiásticas e comunidades, sendo nomeado em 12 de março de 1971, (BD 042), o primeiro comandante, o tenente-coronel PM Rubens de Souza Papi.

A 2ª Unidade da Polícia Militar do Estado do Espírito Santo com a denominação de SEGUNDO BATALHÃO DE POLÍCIA - 2º BPM passa a ter a seguinte organização: Comando e Estado Maior: Companhia de Comando e Serviços: 1ª Companhia de Polícia: 2ª Companhia de Polícia: 3ª Companhia de Polícia: (BD nº 046/1971).

Mais um integrante da PMES é assassinado em serviço, o cabo PM João Batista do Amaral, em 24 de junho de 1972 (BD 116/149), em troca de tiros no distrito de Marilândia, município de Colatina -ES com o civil J.B.A., que atingido, vem a falecer.

O major Orelly Lyrio, comandante do 2º BPM, inicia os contatos com os gestores colatinenses visando à instalação de uma Companhia da Unidade PM naquele município, fato que leva o vereador e presidente da Câmara Municipal de Colatina a propor uma Moção de Aplauso nos seguintes termos:

O vereador infra-assinado, requer a V. Exª, na forma regimental, depois de ouvida a decisão de seus pares, seja encaminhado ao Sr. Major Comandante Chefe do Comando da Polícia Militar Orelly Lyrio em Nova Venécia, neste Estado, cópia da presente Moção, com as expressões de

aplausos pelas providências com a instalação de uma Companhia de Polícia Militar nesta cidade. A presente Moção aplaude a Iniciativa do admirável militar que, patrocinando uma das mais justas causas, propiciará a que Colatina possa contar com um dos mais modernos e salutaros policiamentos e que dará uma tranquilidade a toda à população desta cidade, que, pelo seu progresso vertiginoso, prescinde atualmente de melhor policiamento.

Sala de Sessões. Em 6 de outubro de 1975.

Ass. Antônio Wady Jarjura. Autor.

No dia 12 de novembro de 1975 (BD 182), o 2º BPM perde mais um de seus integrantes em serviço, na localidade de Barbados, município de Colatina-ES, quando em troca de tiros, morre o cabo PM Jairo Estevão.

No dia 24 de fevereiro de 1976 (BD 038), o 2º tenente PM Newton Roberson Maia, foi designado pelo major PM Orelly Lyrio, Cmt do 2º BPM para responder pelo comando da 1ª Companhia do 2º BPM (1ª Cia/2º BPM) sediada em Colatina, cargo que em 15 de março, assumiu oficialmente (BD 047), e no dia 5 de abril (BD 061), o aspirante oficial PM Eloir Moreira Bastos, assume a função de subcomandante da SU colatinense.

No dia 28 de abril de 1976 (BD 76), o Serviço de Radiocomunicação que funcionava na Delegacia Municipal de Polícia de Colatina, no bairro Colatina Velha, passa a funcionar da sede da 1ª Cia/2º BPM, situada à Rua Benjamin Costa, nº. 110, bairro Marista, próximo ao Tiro de Guerra 007 de Colatina-ES, e a subunidade passa a ter como subcomandante em 5 de janeiro de 1977 (BD 003), o aspirante oficial PM Ailton Romais.

No dia 31 de maio de 1978 (BD 097), o capitão Paulo Domingos Deorce assume o comando da 1ª Cia/2º BPM e o 2º tenente PM Roberson o subcomando SU colatinense.

Na cidade de Colatina, o soldado PM Eli Pereira acabou baleado ao tentar prender um homicida em flagrante no dia 11 de junho de 1978 (BD 105), sendo transferido para o Hospital São José, em Vitória-ES, aonde faleceu em 25 de junho de 1978 (BD 113).

O ano de 1979 foi muito importante para este autor, pois, passei a fazer parte de história do 2º BPM e de Colatina, porém, a minha inserção em suas histórias não foi tão simples assim, uma vez que, este autor servia da Companhia de Polícia de Rádio Patrulha (CPRP) sediada em Maruípe, Vitória-ES, e entrara em gozo de férias no dia 10 de janeiro de 1979.

No dia 16 de janeiro de 1979, Fui convocado a comparecer ao QCG para apresentar-se ao comando geral, imediatamente compareci ao gabinete do coronel PM em comissão, Jayme Henrique Antunes Lameira, e após responder uma série de perguntas, ele me comunicou que me transferira: “A partir de 16 Jan 79: – Do QCG para a 1ª/2º BPM, o 2º Ten QOPM GELSON LOIOLA, por necessidade do serviço, devendo apresentar-se naquela SU após conclusão de férias” (BD 011), e explicou que minha transferência para a companhia sediada na cidade de Colatina-ES, fora, não só pela minha experiência na atividade mais operacional da Corporação, a CPRP, mas também, pelas ótimas referências do então, 1º tenente PM Paulo José Soares Serpa, Cmt da CPRP, principalmente pelo relacionamento com as praças, e que, o objetivo era de unificar as divergências existentes na tropa colatinense, aonde este autor ia ser muito útil.

Cientificado da missão, informei ao comandante-geral que, tão logo encerrassem minhas férias, me apresentaria no 2º BPM, porém, lembro-me muito bem, que o ele disse: “tenente, após terminar suas férias você se apresentará direto na sede da Companhia de Colatina”, e me dispensou, então, percebi que algo não estava conforme a prática.

No final de janeiro um volume de chuvas inesperado caiu sobre os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, principalmente na região do vale do Rio Doce, então diante da situação, antes de concluir as férias, apresentei-me ao comando, e no dia 29 de janeiro de 1979, segui para cidade Colatina, e após três baldeações devido à queda de barreiras, cheguei na sede da 1º Cia/2º BPM, fui a um pequeno alojamento, fardei-me e me apresentei ao capitão PM Paulo Domingos Deorce, comandante da subunidade, que atendia as autoridades locais, o qual me deu as boas-vindas, apresentou-me as pessoas das instituições filantrópicas e da Prefeitura Municipal, ali presentes.

No dia 1º de fevereiro as águas subiram rapidamente, e o quartel da Subunidade começou a ficar ilhado, então, o capitão Deorce determinou a mudança do Comando das Operações com o serviço de radiocomunicação para o escritório de administração do Estádio Municipal Justiniano de Melo e Silva anexo a área da piscina do estádio.

Com todo o centro da cidade alagado, os comerciantes haviam transportado seus estoques para os andares superiores, e logo surgiram as primeiras ameaças de saques, e quando anoitecia, sob o comando 1º tenente PM Celso Luiz do Carmo e um bote a motor de sua propriedade, munidos de lanternas, circulávamos pelas ruas e avenidas desde o escurecer até clarear do dia, e assim, evitamos muitas ocorrências de saques em prédios na área comercial alagada da cidade.

As águas atingiram o seu nível máximo, o maior da história do município, no dia 3 de fevereiro de 1979, e começaram a surgir casos de desvio de caminhões de mantimentos e, em Colatina, a distribuição de alimentos estava sem controle favorecendo os oportunistas, então, o capitão PM Deorce, tomou conhecimento dos fatos e determinou que este autor juntamente com o 2º sargento

PM Gumercino Bernardo de Oliveira, assumissem os depósitos no armazém do Instituto Brasileiro do Café (IBC), o que foi feito, e a partir daí tudo passou a ser mais controlado. Foram dias e noites intermináveis.

O capitão Deorce informou-me que havia determinação do comando do 2º BPM para que este autor e o aspirante a oficial PM João Aildo Dal'Col, também transferido do QCG direto para a 1ª Cia/2º BPM, se apresentasse na sede da Unidade, pois, o 2º tenente PM Cleber Vieira Mendes, também transferido, estava com dispensa médica, então, no dia 6 de fevereiro de 1979 nos apresentamos na sede do 2º BPM, em Nova Venécia-ES, apresentados ao Cmt da Unidade, major PM Leônidas da Cunha, ficou claro que ele não ficara satisfeito com a nossa transferência direta para a 1ª Cia/2º BPM de Colatina-ES.

Permaneci na Unidade e alguns oficiais do 2º BPM já me falavam que o comandante não nos retornaria para Colatina, o que eu já imaginara, porém, veio a notícia de que o comandante-geral ligara para o 2º BPM determinando o nosso retorno.

No dia 13 de fevereiro de 1979, o major PM Cunha, chamou-me em seu gabinete e me disse que não era nada pessoal, e inclusive, admirava muito do meu pai (tenente PM RR Olinto Loiola) um excelente profissional, que sempre auxiliara os novos oficiais, porém, só estava me enviando de volta para a 1ª Cia /2º BPM para cumprir ordens do comando geral, e no mesmo dia (BD 031), este autor, (2º Ten PM Gelson), e o aspirante of PM Dal'Col, retornamos a Colatina e, em seguida publicou: "Assumam as funções [...]: De SubCmt da 1ª Cia., o 2º Ten PM GELSON LOIOLA" (BD 059).

No dia 25 de junho de 1979, o coronel PM em comissão Jayme Henrique Antunes Lameira foi exonerado do comando geral da PMES, assumindo o coronel em comissão Wilber Antonio Colmerauer dos Santos, e não havia mais o obstáculo a nossa permanência em Colati-

na, então, nos preparamos para sermos transferidos, porém, no dia 16 de julho de 1979 (BD 126), para minha surpresa, foram transferidos da 1ª Cia/2º BPM para a sede do 2º BPM, apenas o 2º tenente PM Cleber Vieira Mendes e o aspirante oficial PM João Ailto Dal'Col.

Estranhei não ter sido transferido, porém, o próprio comandante do 2º BPM, major PM Cunha, disse que iria me transferir, porém, o capitão PM Deorce estivera no Batalhão, elogiara a minha conduta e o meu trabalho na SU, e pedira a minha permanência em Colatina, então, permaneci no subcomando da SU, sob o comando do capitão PM Paulo Domingos Deorce, encerrando assim, o conflito de comandos que houvera.

O ano de 1980 na história da 1ª Cia/2º BPM se encerra com em fato lamentável, a ocorrência no dia 8 de dezembro, com o assassinato em serviço do soldado PM José Ângelo Gumiero e do Policial Civil e ex-PM Antelirio Calixto de Barros, quando ambos, a disposição da Delegacia local, no bairro de São Silvano em Colatina-ES, efetuaram a prisão de dois civis, filhos de um ex-PM, o qual, com outro civil foi até o local onde os policiais mantinham os detidos, e armado, atirou nos policiais que vieram a óbito no local.

No mês de maio de 1981, sob a supervisão do capitão PM Paulo Domingos Deorce são iniciadas as obras de recuperação da antiga Delegacia de Polícia situada à Rua Pedro Epchim, bairro Colatina Velha, na cidade de Colatina, para abrigar futuramente, a sede da 1ª Cia/2º BPM e uma guarnição do Corpo de Bombeiros da PMES.

A 1ª Cia/2º BPM de Colatina passa a partir do dia 28 de janeiro de 1982 (BD 019), a ser comandada pelo capitão PM Ronaldo Moreira Machado em substituição ao capitão Deorce, e este autor, (2º Ten PM Gelson Loiola), permaneceu na função de 1º tenente, subcomandante da SU, auxiliado pelo 2º tenente PM Nilton Siqueira do Nascimento.

Conclusas as obras de reforma e construção, foi inaugurada no dia 24 de abril de 1982 pela parte da manhã, a nova sede da 1ª Com-

panhia do 2º BPM (1ª Cia/2º BPM), e do Grupamento de Combate a Incêndio do Corpo de Bombeiros da PMES (CGI/CBOM).



Foto 17 – Inauguração do Quartel da 1ª/2º BPM e do CGI/CBOM, em Colatina-ES, 1982.

Foi em 24 de abril de 1982, que ocorreu no município de Colatina, norte do Estado do ES, a inauguração da nova sede da 1ª Companhia do 2º BPM e do Grupamento de Combate a Incêndio do Corpo de Bombeiros da PMES, em solenidade que contou com a presença do governador do ES, Eurico Vieira de Rezende, prefeito de Colatina, Devacir Mário Zaché, comandante Geral da PMES, coronel Walter Ribeiro, comandante do Corpo de Bombeiros, coronel Orelly Lyrio, comandante do 2º BPM, tenente-coronel Willis Junquilha, o comandante da 1ª Cia/2º BPM, capitão Paulo Domingos Deorce, sendo comandante da guarda de honra que recepcionou as autoridades, este autor, (1º Ten PM Gelson Loiola), subcomandante da subunidade.

As obras de reforma e construção na DP de Colatina para abrigar a sede da 1ª Cia/2º BPM e do CGI/CBOM foram administraram pelos os capitães PM Paulo Domingos Deorce e Ronaldo Moreira Machado, os 2º tenentes PM Gelson Loiola e Nilton Siqueira do Nascimento, (BD 074) e executadas pelos seguintes profissionais do 2º BPM, elogiados pelo comandante do 2º BPM:

[...]. Cabo PM José Natali, Gésio Alves de Lima, soldados PM Astrogildo Aves dos santos, Nilton Lopes de Almeida, Jorge José Azeredo, Amílcar Dias de Barros, Reinaldo leite Telles, Alexandre

José Betero, Jonas Luiz Alves, Juvenal Alberto Lessa, Vitório Ernesto Vago, Paulo Roberto Marcellino de Mello e Luiz Carlos Teixeira (1ª Cia). [...]. (BD nº. 075, de 30 de abril de 1982).

Ao final do elogio o tenente-coronel PM Junquillo afirmou que: “O trabalho executado por estes militares, será sempre lembrado enquanto estiverem de pé as paredes das obras citadas” (BD 075), e com esta publicação, eles jamais serão esquecidos.

Foi no ano de 1982, que devido aos trabalhos nas enchentes de 1979, e a bem menor em 1982, e pelo empenho na reforma da Delegacia para a sede da 1ª Cia/2º BPM de Colatina-ES, fui laureado com o “Diploma de Cidadão Colatinense”, pela Câmara Municipal de Colatina, propositura do saudoso vereador, Reginaldo Rocha.

Em 28 de julho de 1983 (BI 137). O major PM Paulo Domingos Deorce, Sub Cmt do 2º BPM assumiu o cargo de delegado Municipal de Polícia de Colatina-ES.

O dia 11 de março de 1985 (BI 016), marca a história deste autor, (1º tenente PM Gelson Loiola), com a minha transferência da 1ª Cia/2º BPM para a sede do 2º BPM, modéstia à parte, na época, o oficial a permanecer por mais tempo em uma mesma subunidade (16.01.79 a 13.03.86), exatamente 7 (sete) anos 1 (um) mês e 28 (vinte e oito) dias, cerca de 25% de minha carreira na PMES.

Ao obter este marco histórico, não poderia deixar de citar o nome de todos os policiais militares PM e BM que integravam a 1ª Cia / 2º BPM, e o Grupamento de Combate a Incêndios do Corpo de Bombeiros da PMES na época de minha saída.

2º tenente PM Jefferson Nereu Luppe, subtenente PM Valdir José Dias, 1º sargentos PM/BM Adjair Nunes Coelho, Teodoro Loureiro Nunes, Sebastião Brozeguini e José Calazans da Silva. 2º sargentos PM/BM Sebastião, de Souza, Maurino Bastos Pereira, Charles Motta Possatti,

Milton Lourenço Gomes, Manoel Nelson Mendes, Gervásio de Araújo, Lenito Evangelista Dias, Argemiro Salazar Garcia e Antonio Lúcio. **3º sargentos PM/BM** Antonio Simoura Rafalski, Ademar José Sanches Brandão, Luiz Fernando Avelar Rodrigues, Itamar Gomes Lourenço, Natalino Fernandes Botelho, Edson dos Santos Silva, Jonas Geraldo Ardison, José Fernandes Lima, José de Jesus Pereira e Silvério Faria. **Cabos PM/BM** José Natali, José Vilela Filho, Valdir batista de Alfredo, Airton de Assis, José Maria Gonçalves, José Freire Guimarães, Nilton Lopes de Almeida, Gésio Alves de Lima, Nilton Menezes, Paulo Schimidt, Ananias Moreira Lima, Veraci de Souza Cirino, Geraldo Sérgio de Jesus, Daniel Potim e Edmar Cordeiro. **Soldados PM/BM** Abedir Batista, Arlindo Luiz Colli, Amílcar Dias de Barros, Adilson Ribeiro, Alberto Neves de Carvalho, Jouberto Ribeiro, Luiz Carlos França, Valter Silva, Juracy Prudêncio, Valdir Eggert, Gerci Gonçalves de Farias, Zeferino Pinaffo, Valmir Francisco Chagas, Sebastião Gomes Garcia, Valdoécio Pena de Oliveira, José Antonio Braidó, Herly Félix, Tobias José Siqueira, Osvaldino Roque de Medeiros, Deusdeth Mendes dos Santos, Sebastião Izidoro de Carvalho, Ademar Correa dos Santos, Antônio Sérgio Ribeiro, Miguel Batista, Jonas de Oliveira, João Carlos Schilfler Campana, Levi Jacinto Gomes, Antônio de Oliveira, Luiz Gonçalo Lima, Reinaldo Leite Telles, José Luiz Marino, Valdecir Zotelli, José Carlos da Silva Maciel, Astrogildo Alves Maciel, Alci Neves da Rocha, Valmir Gonzaga Rogério, Edson Ferreira dos Santos, Leonídio Dalapícola, Odismar Carlos Prata, Primo Roberto Caliarí, Sebastião Barboza da Costa, Elmo Carlos Luppe, Adalgir Antonio Corsino, Carlos Henrique, Valentim Braz Chiste, Sebastião de Almeida Barros, Olimpio Guerra da Silva, Edgar de Morais Rossoni, Luiz Carlos de Araújo, José Costa, Sebastião Luiz Alves, João Sebastião da Silva, Jonas Luiz Alves, Vanilton Silva, Mario David

Barcelos, Mauro Bereta, Alcides Gonçalves Dias, Jorge Tadeu de Souza, Vitório Ernesto Vago, Carlos Roberto de Oliveira, João Batista Feitosa, Gutemberg da Costa Lemos, Benício Tavares, Elizeu da Costa Lemos, Carlos Alberico Pereira Martineli, Ivo de Oliveira, Izac Luiz Alves, Jussalém Salles, Waldisney da Silva Costa, Vilmar Dias do Valle, Jonildo Onório da Cunha, Jadir Pereira Barcelos, Valdir Cabral Bitencourt, Edmar Dias do Valle, Carlos Alberto Nascimento, Edmilson Pereira Filho, Jeosmar Domingos da Vitória, Mauro Hugo Depiante, Ronaldo da Silva, Roberto Valentim Lírio, José Santana da Rocha, Edmar José Sarmento, Azevedo Sarmento, Eliemar dos Santos Alves, Renato Célio Braga, Wagner Muniz de Andrade, Adeuir Francisco Rosa, Natal Alfredo Valiate, Albertino Pinaffo, Itamar de Oliveira, Antonio Novaes Pinaffo, Natanael Rodrigues de Oliveira, Adão Pereira Luz, Arthur Falcão, Valdeciro Moser Brum, José Daniel Lopes, Adilson Antonio Binda, Adalto Soares Falcão, Clério Coimbra Garcia, Antônio do Nascimento, Arnaldo Curitiba, Florisvaldo Matos, José Maria Dias, Luiz Carlos Teixeira, Domingos Martins Pavani, Joselito Luiz Lessa, Anildo Eulálio dos Santos, Antonio Miliotti Neto, Adelson Ramos da Silva, Wallace Reid Santana, Bruno Eloir Zucoloto, Elias José Roncato, Cláudio Francisco Alves, Paulo Gonçalves, Jesus Nazareno Jacques de Souza, José Arnaldo Felício dos Santos, Djalma Dias de Paula, Messias Moreira da Penha, João Roberto da Silva Almeida, Francisco de Oliveira, Eliomar Dias do Valle, Luiz Carlos de Oliveira, Wanderly Silva, João Pecinalli, Francisco Fantoni Filho, Clemar Gomes Coelho, Zaquiel Vieira Gonçalves, Euler Mendes de Oliveira, Waldemar Pereira Filho, José Carlos da Silva, Hélio Gomes, Avelino Braz dos Santos, Walter Wesphal, Lourenço Presilius, José Eustáquio da Silva, Adonias Mendes Salles, José Vaz de Araújo, Hélio de Oliveira, Aristóteles Jaques de Souza, Edson Schreider Sal-

les, Getulio Alves Ribeiro, Marinho Rocha, José Esmar Pertel, Joel Francisco de Freitas, Agostinho Ferreira de Paiva, Sérgio Roberto Pascoal, Elio Barcelos Pereira, Renato Célio Braga, Gecimar Lopes de Lima, Altamiro Paulino Sodré, Esmênio Freitas Netto, Juarez Gomes da Silva, Jospé Cláudio Cosme, Antonio Carlos Cosme, Josias Gomes da Vitória, Dirceu Rodrigues de Miranda, Antônio Lourenço Guimarães, Namir José Bazilio, Arnaldo Alberto Neves de Mendonça, Oziel Alves Batista, Joaquim de Paula, José Custódio de Paula, Arizeni Dionízio dos Anjos, José Carlos Soares, Neucidio de Souza, Moacir de Paula Souza, Carlos Augusto Azevedo da Silva, Vilson de Jesus Garcia de Souza, Nicanor Ramos Filho, Charles Lopes do Carmo, Marcos Eugênio dos Santos, Mário Almir Foratini, Valdecir José Cunha, Valdir Thomas do Nascimento, Adenilson Florentino Wotekosky, Ailmer Cordeiro, Lázaro Francisco Alves, Nivaldecir Vieira Machado. (P/1-1ª Cia/ 2º BPM, 1986).

Na mesma data de 13 de março de 1986 (BI 017), o capitão PM Lídio Felix Dematté assume o comando da 1ª Cia/ 2º BPM de Colatina-ES, permanecendo até 29 de janeiro de 1988 (BI 08), quando foi substituído pelo capitão PM Ailton Romais.

Mais um PM morre em Colatina-ES, o soldado PM Antônio Nascimento, conforme ocorrência de trânsito nº. 347, de 4 de julho de 1986 (BI 050), ficando apurado que se encontrava em serviço, conforme BI nº 057, de 5 de agosto de 1986.

Foi em 1989, que ocorreu uma reorganização na estrutura do 2º BPM, renomeando as suas subunidades, quando então, a 1ª Companhia de Polícia do 2º BPM de Colatina-ES, passa a ser a subunidade com sede no município de Nova Venécia-ES, a Companhia de Polícia do 2º BPM sediada em Nova Venécia-ES, passa a ser a subunidade com sede em Colatina-ES.

Nasce o 8º Batalhão de Polícia Militar da PMES

Uma nova reorganização da PMES altera a área de circunscrição do 2º BPM, quando através do Decreto nº. 3.326-N, de 12 de março de 1992, é criado o Oitavo Batalhão de Polícia Militar da PMES (8º BPM), instalado em Colatina no dia 27 de março de 1992, na mesma sede da antiga Companhia do 2º BPM da cidade, à Rua Pedro Epichim, nº. 68, bairro de Colatina Velha, o qual passa a ter circunscrição nos municípios de Águia Branca, Água Doce do Norte, Alto Rio Novo. Baixo Guandú, Barra de São Francisco, Colatina (sede), Mantenópolis, Marilândia, Pancas e São Domingos do Norte.

A partir daí a Companhia do 2º BPM sediada no município de Colatina-ES desde 1975, deixa de fazer parte da história do 2º Batalhão de Polícia Militar – 2º BPM, e entra definitivamente para a história do 8º Batalhão de Polícia Militar – 8º BPM.

O primeiro comandante do 8º BPM, o tenente-coronel PM Sebastião Duarte Wanzeller, assumiu o comando da nova Unidade PM, em 12 de março de 1992, aonde permaneceu até 3 de junho de 1993, sendo substituído pelo tenente-coronel PM Paulo Domingos Deorce, que permaneceu no comando do 8º BPM de Colatina-ES até o dia 2 de março de 1994, quando respondeu pelo comando o major PM, Lídio Félix Dematté, até a nomeação do tenente-coronel PM, Nascif dos Santos Alcure, que assumiu o comando da referida Unidade PM, em 28 de abril de 1994.

O tenente-coronel PM Nascif comandou o 8º BPM, até o dia 16 de fevereiro de 1995, quando assumiu o tenente-coronel PM Lídio Félix Dematté, que o comandou até o dia 19 de novembro de 1996, quando assumiu o tenente-coronel PM Jakson de Souza Pimenta.

Em 8 de abril de 1998, o governador Vítor Buaiz, cria a 4ª Companhia Independente da Polícia Militar, com circunscrição nos mu-

nicípios de Barra de São Francisco (sede), Ecoporanga, Água Doce do Norte, Águia Branca, Alto Rio Novo e Mantenópolis, e o 8º BPM passa a ter circunscrição nos municípios de Colatina (sede), Baixo Guandú, Marilândia, Pancas e São Domingos do Norte.

No dia 16 de abril de 1999, em substituição ao tenente-coronel PM Pimenta, assumiu o comando do 8º BPM, o tenente-coronel PM Newton Roberson Maia, o qual a comandou a até 18 de fevereiro de 2000, ocasião em que foi substituído pelo tenente-coronel PM Luís Carlos Giuberti, o qual permanece no comando do 8º BPM até o dia 13 de janeiro de 2001, quando assumiu o cargo, o tenente-coronel PM Jader de Araújo Palmeira, permanecendo até o dia 5 de dezembro de 2001, sendo substituído pelo tenente-coronel PM Nilton Siqueira do Nascimento, (Portaria nº 99-S).

A mudança no comando do 8º BPM, ocorreu em 10 de janeiro de 2003, quando o tenente-coronel PM Siqueira foi substituído pelo tenente-coronel PM Francisco Poncio, (Portaria nº 004-S), que permaneceu no cargo até 6 de novembro de 2003, (Portaria nº 113-S), quando assumiu o tenente-coronel PM Carlos Alberto Liberato, que comandou o 8º BPM até 3 de março de 2005, (Portaria nº 015-S), quando então, foi substituído pelo tenente-coronel PM Carlos Rogério Gonçalves de Oliveira, que permaneceu no comando até o dia 27 de abril de 2006, (Portaria nº 036-S), sendo na ocasião substituído pelo tenente-coronel PM Rubens Ricardo Miranda Barcellos.

Em 7 de abril de 2008, o tenente-coronel PM Ricardo deixou o comando do 8º BPM, ao ser substituído pelo tenente-coronel PM Carlos Augusto Ribeiro, que permaneceu no cargo até 21 de julho de 2011, (Portaria nº 128-S), quando assumiu o tenente-coronel PM Welington da Costa Ribeiro, que permaneceu no cargo até o dia 31 de dezembro de 2012, (Portaria nº 001-S), sendo substituído no comando do 8º BPM, em pelo tenente-coronel PM Irineu Firmino dos Santos, que permaneceu no cargo até o dia 26 de agosto de

2015, (Portaria nº 409-S), sendo substituído pelo tenente-coronel PM Romulo de Souza Dias.

Em 1º de março de 2017, o governador Paulo Hartung, pelo Decreto nº 4070-R, reorganiza a PMES, e institui pelo art. 14, IV, o Comando de Polícia Ostensiva Noroeste, com sede no município de Colatina-ES, abrangendo o 2º BPM (Nova Venécia), o 8º BPM (Colatina), e o 11º BPM (Barra de São Francisco), sendo que o 8º Batalhão de Polícia Militar, passa a ter circunscrição nos municípios de Alto Rio Novo, Baixo Guandú, Colatina (sede), Governador Lindenberg, Marilândia, Pancas e São Domingos do Norte-ES. (Art. 19, II).

O tenente-coronel PM Romulo de Souza Dias comandou o 8º BPM até 27 de fevereiro de 2019, (Portaria nº 158-S), e deixou o cargo ao ser substituído pelo tenente-coronel PM Gabriel Amâncio de Souza Porto, comandante da referida Unidade PM colatinense, quando conclui esta obra em 25 de agosto de 2021.

A Organização Administrativa e Operacional do 8º BPM/PMES

A organização básica do 8º Batalhão de Polícia Militar em 2021 está estruturada com: Comandante; Subcomandante; Seção de Polícia Administrativa e Judiciária Militar (SPAJM), Comando de Policiamento da Unidade (CPU); Seção de pessoal (P/1); Seção de Inteligência (P/2); Seção de Planejamento (P/3); Seção de Logística (P/4), (Subseção de Transporte, Subseção de Almojarifado e Subseção Armamento e Munição); Seção de Comunicação Social e Relações Públicas (P/5); Pelotão de Comando e Serviço (PCS); Subseção de Trânsito (SsTran), 1ª Companhia (1ª Cia); 2ª Companhia (2ª Cia); 3ª Companhia (3ª Cia) e a 4ª Companhia de Força Tática (4ª Cia FT), e os Destacamentos Policiais Militares – DPM, distribuídos em sua área de circunscrição.

Os Comandantes do 8º Batalhão da PMES

Oitavo Batalhão de Polícia Militar – 8º BPM, da Polícia Militar do espírito santo, sediado na cidade e município de Colatina-ES. Ao longo de sua existência 18 oficiais que a comandaram, sendo que, apenas o tenente-coronel PM Lídio Félix Dematté foi seu gestor por duas vezes, respondendo como major PM por mais de 56 dias em 1994, e por 8 meses e 22 dias entre 1994 e 1995.

Relação do Comandantes do 8ºBPM – Colatina – 1992-2021	
Ten-Cel PM Sebastião Duarte Wanzeller	27.03.1992 – 03.06.1993
Ten-Cel PM Paulo Domingos Deorce	03.06.1993 – 02.03.1994
Ten-Cel PM Lídio Félix Dematté	02.03.1994 – 28.04.1994
Ten-Cel PM Nascif dos Santos Alcure	28.04.1994 – 16.02.1995
Ten-Cel PM Lídio Félix Dematté	16.02.1995 – 07.11.1996
Ten-Cel PM Jakson de Souza Pimenta	07.11.1996 – 16.04.1999
Ten-Cel PM Newton Roberson Maia	16.04.1999 – 18.02.2000
Ten-Cel PM Luís Carlos Giuberti	18.02.2000 – 13.01.2001
Ten-Cel PM Jader Araújo Palmeira	13.01.2001 – 05.12.2001
Ten-Cel PM Nilton Siqueira do Nascimento	05.12.2001 – 10.01.2003
Ten-Cel PM Francisco Poncio	10.01.2003 – 06.11.2003
Ten-Cel PM Carlos Alberto Liberato	06.11.2003 – 03.03.2005
Ten-Cel PM Carlos Rogério Gonçalves de Oliveira	03.03.2005 – 27.04.2006
Ten-Cel PM Rubens Ricardo Miranda Barcellos	27.04.2006 – 07.04.2008
Ten-Cel PM Carlos Augusto Ribeiro	07.04.2008 – 21.07.2011
Ten-Cel PM Welington da Costa Ribeiro	21.07.2011 – 31.12.2012
Ten-Cel PM Irineu Firmino do Santo	31.12.2012 – 26.08.2015
Ten-Cel PM Romulo Souza Dias	26.08.2015 – 27.02.2019
Ten-Cel PM Gabriel Amâncio de Souza Porto	27.02.2019 – Atual 2021

Fonte: BCG e BGPM da PMES. 1992–2021.

Galeria de Comandantes do 8º BPM/PMES – Colatina-ES. 1992-2021



Comandantes do 8º BPM – Município de Colatina-ES. A partir da esquerda:

1ª Fileira: Ten-Cel PM Sebastião Duarte Wanzeller. Ten-Cel PM Paulo Domingos Deorce. Ten-Cel PM Nascif dos Santos Alcure. Ten-Cel PM Lídio Félix Dematté. Ten-Cel PM Jakson de Souza Pimenta.

2ª Fileira: Ten-Cel PM Newton Roberson Maia. Ten-Cel PM Luís Carlos Giuberti. Ten-Cel PM Jader Araújo Palmeira. Ten-Cel PM Nilton Siqueira do Nascimento. Ten-Cel PM Francisco Ponce. Ten-Cel PM Carlos Alberto Liberato. Ten-Cel PM Carlos Rogério Gonçalves de Oliveira.

3ª Fileira: Ten-Cel PM Rubens Ricardo Miranda Barcellos. Ten-Cel PM Carlos Augusto Ribeiro. Ten-Cel PM Wellington da Costa Ribeiro. Ten-Cel PM Irineu Firmino do Santo. Ten-Cel PM Romulo Souza Dias. Ten-Cel PM Gabriel Amâncio de Souza Porto.

Montagem do autor 2021.

A História Continuará

O Oitavo Batalhão de Polícia Militar do Estado do Espírito Santo (8º BPM), a partir de sua criação em 27 de março de 1992, iniciou a sua jornada de prestação de serviços à população dos municípios sob sua circunscrição, e se fixou definitivamente no município de Colatina-ES, substituindo a Companhia de Polícia ali destacada, ininterruptamente, desde 1975.

A todos os executores das atividades de administrativas e operacionais das subunidades PM e do 8º BPM que compuseram e compõem os seus quadros ao longo de sua existência, e a todos os seus familiares, o nosso reconhecimento de sua valorosa atividade na proteção da sociedade capixaba e, em especial, a toda a comunidade dos municípios sob sua responsabilidade, saliento que essa

obra que não só os imortaliza historicamente, mas também, revela aos leitores da história de nosso país, as suas identidades e os seus feitos merecedores destes registros.

Assim, com a alma impregnada pelo pensamento de Mario Lago, de que “as pessoas podem não se lembrar, exatamente o que você fez, ou até mesmo todas as palavras que você disse... Mas elas sempre lembrarão como você as fez sentir”, que encerro em 26 de agosto de 2021, este artigo sobre a história do “Oitavo Batalhão de Polícia Militar – 8º BPM” da PMES, sediado no município de Colatina-ES, como uma forma de homenagear e revelar das futuras gerações com respeito e admiração todos os seus integrantes do passado e do presente, que cumpriram e cumprem com muito sacrifício o seu papel constitucional na proteção de milhares de pessoas que residem e transitam em sua área de circunscrição, pois, como disse o saudoso coronel da PMES, Sidronílio Firmino: “Tudo é efêmero e de vida breve, só a memória é eterna”.

Referências

- BRASIL (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas). **Colatina**. In: *Enciclopédia dos municípios brasileiros*. Rio de Janeiro: IBGE, 1959. v. 22, p. 59-66. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295_22.pdf. Acesso em: jul. 2021.
- ESPIRITO SANTO. (Arquivo Público). *Coletânea de Leis, Decretos e documentos*. Vitória: APE. ES. 1831 -1889.
- _____. (Arquivo Público). *Mensagens e relatórios dos Presidentes da Província e Estado do Espírito Santo*. Vitória: APE. ES. 1833 -1930.
- _____. (Polícia Militar). *Boletins do Comando Geral (BCG)*. Centro de Documentação da PMES (CeDoc), Vitória: QCG, 1971-2011.
- _____. (Polícia Militar). *Boletins Geral da Polícia Militar (BCPM)*. Centro de Documentação da PMES (CeDoc), Vitória: QCG, 2012-2021.

_____. *Ordens do Dia e Boletins Diários*, 1912 – 1970. Vitória-ES: Arquivo Geral, Diretoria de Pessoal, Quartel do Comando Geral da PMES

LOIOLA, Gelson. *A evolução histórica do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Espírito Santo: 1912 – 2009*. Vitória, Canela Verde, 2010.

_____. *Manual de história da Polícia Militar do Espírito Santo*. Vitória: DEIP/PMES, atual. 2020.

_____. *O 2º Batalhão da Polícia Militar do Espírito Santo: O Leão do Norte*. Vitória: [aguardando publicação]. 2021.

MADURO, Luiz Carlos. *A história de Colatina contada por Ceciliano Abel*. Nossa Colatina, ano 18, n. 109, p. 10 - 11, dez. 2001.

_____. *Colatina Velha*. Nossa Colatina, ano 06, n. 37, p. 04-05, out. 1988.

TEIXEIRA, Fausto. *Colatina ontem e hoje*. Colatina: Prefeitura Municipal de Colatina e Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras, 1974.

BREVES APONTAMENTOS SOBRE OS PREFEITOS DE COLATINA

*Gilber Rubim Rangel**

AVIDOS, Sílvio Monteiro (1901-1945). Prefeito nomeado pelo interventor federal no Estado, Jones dos Santos Neves. Governou por cinco meses, no período de 01/03 a 31/08/1945, quando veio a óbito. Foi também deputado estadual. Médico. Nasceu em Cachoeiro de Itapemirim-ES e faleceu em Colatina-ES. Filho do ex-governador do Estado (1924-1928) Florentino Avidos e Henriqueta Sousa Monteiro. Sobrinho materno do ex-prefeito de Cachoeiro de Itapemirim e presidente do Estado (1916-1920) Bernardino de Souza Monteiro e do ex-deputado federal (1897-1899 e 1915-1918), senador (1918-1927) e ex-presidente estadual (1908-1912) Jerônimo de Souza Monteiro. Homenageado pelo governo do Estado que, em 1949, deu seu nome a um importante “hospital de referência em urgência e emergência em traumatologia”, na cidade de Colatina.

BALESTRASSI, João Guerino (*1959). Atual prefeito, eleito por três mandatos, sendo dois consecutivos. Primeiro, pelo PSB para o quadriênio de 01/01/2001 a 31/12/2004, com 18.939 votos (32,44%), na coligação “Tudo Pode Mudar Pra Melhor”, composta pelos partidos PT / PSB. Reeleito pelo mesmo partido para o período de 01/01/2005 a 31/12/2008, com 41.135 votos (65,87%), na coligação “Colatina Avança na Direção Certa”, composta pelos partidos PT / PPS / PSB / PV / PSDB. Teve como vice-prefeito Leonardo Deptulski. Eleito atualmente para mandato de 01/01/2021 a

* Advogado, contador, pesquisador e genealogista. Sócio efetivo do IHGES – Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo e membro do CEGH - Colégio Espírito-santense de Genealogia e Heráldica.
E-mail: grrangel@terra.com.br

31/12/2024, pelo PSC, com 20.072 votos (34,08%). Tem como vice-prefeito, Rogério da Silva Resende (Rogério Resende), do PDT. Foi também presidente da AMUNES por dois mandatos (2003-2007). Casado. Engenheiro Mecânico. Nasceu em Colatina-ES.

BARBOSA, Laurindo. Prefeito em dois municípios por três mandatos. (1) Em Colatina, como presidente da Câmara de vereadores. Eleito na gestão (1959-1962) de Moacyr Martins Brotas. Assumiu o cargo de prefeito na ausência do titular, que viajou aos Estados Unidos como representante da Associação Brasileira dos Municípios. Governou interinamente por alguns dias entre 01 e 12/11/1960. Época que colocou em dia os salários dos servidores que estavam atrasados há três meses; (2) Em Pancas, por dois mandatos. Primeiro, por nomeação do governador do Estado Francisco Lacerda de Aguiar. Governou no período de 31/01/1964 a 31/01/1966. Depois, eleito pela ARENA com 3.115 votos para o quadriênio de 31/01/1973 a 31/01/1977. Teve como vice-prefeito Wallace dos Santos Alcure. Foi também vice-prefeito de Pancas-ES na gestão (1971-1973) de Wilson Haese. Homenageado por este município e pelo Estado do Espírito Santo, que deram seu nome a: (a1) uma avenida no centro da cidade; (a2) uma escola de educação infantil e (b) ao trecho da rodovia ES-341 que liga Pancas à Mantenedópolis, conforme Lei nº 3.300, de 26/11/1979.

BINDA, Dilo (1937-2012). Prefeito por dois mandatos. Eleito pelo PFL para o quadriênio de 01/01/1989 a 31/12/1992. Teve como vice-prefeito Argemiro Balarini. Depois, eleito pelo PDT, com 54.278 votos (39,438%), para o mandato de 01/01/1997 a 31/12/2000. Teve como vice-prefeito Sérgio Luiz Tedoldi. Foi também deputado estadual. Médico. Nasceu em Colatina-ES e faleceu na mesma cidade em decorrência de falência múltipla de órgãos. Filho de e Madalena

Bicali Binda. Homenageado pela municipalidade, que deu seu nome ao hospital local, conforme Lei nº 5.888, de 28/09/2012.

BROTAS, Moacyr Martins (1907-1972). Prefeito por dois mandatos. Eleito para o quadriênio de 31/01/1959 a 31/01/1963. Depois, eleito pela ARENA para o período de 31/01/1967 a 31/01/1971. Teve como vice-prefeito José Zouain. No entanto, em 30/04/1969, teve o mandato cassado e os direitos políticos suspensos pelo prazo de dez anos, por ato do Presidente da República Arthur Costa e Silva, com base no art. 49, do AI nº. 5/1968, e no parecer do Conselho de Segurança Nacional (DOU de 30/04/1969, pág. 3662). Foi também Vereador por dois mandatos e Deputado Estadual. Industrial e comerciante. Nasceu em Neópolis-SE. Pai do vereador e deputado estadual Moacyr Martins Brotas Filho.

COUTINHO, Henrique Nunes (1904-1998). Prefeito eleito pelo PSD para o mandato de 01/01/1948 a 31/01/1951. Nasceu em Colatina. Filho de Artur Coutinho D'Alvarenga e Virgínia Nunes Coutinho.

CUNHA, Wilson Neves da (1910-?). Nomeado prefeito por duas vezes pelo interventor federal no Estado José Rodrigues Sette. Primeiro, governou no período de 31/10 a 26/11/1945. Depois, por quase dez meses, entre 24/03 a 28/12/1946. Foi também deputado estadual constituinte pelo PR (1947-1951) e deputado federal pelo PSD (1951-1955). Proprietário rural. Nasceu em São Mateus-ES. Filho de Adélia Nunes da Cunha e Vantuil Rodrigues da Cunha, ex-presidente municipal (1910-1913) e ex-prefeito (1917-1981).

DEPTULSKI, Leonardo (*1961). Prefeito por dois mandatos consecutivos. Eleito pelo PT para o quadriênio de 01/01/2009 a

31/12/2012, com 30.694 votos (47,82%), na coligação “Colatina no Rumo Certo”. Teve como vice-prefeito Cirilo de Tarso Batista, do PCdoB. Reeleito pelo mesmo partido para o período de 01/01/2013 a 31/12/2017, com 39.360 votos (63,81%), na coligação “Juntos Vamos Mais Longe”, composta pelos partidos PRB / PP / PT / PTB / PMDB / PSDC / PRTB / PTC / PRP / PSDB. Teve como vice-prefeito Alécio Sesana, do PMDB. Foi também vice-prefeito na gestão (2005-2008) de João Guerino Balestrassi. Engenheiro mecânico. Nasceu em Santa Teresa-ES.

FERNANDES, Virgínio Calmon Ferreira (1870-?). Governou o município por cinco mandatos. (a) Como presidente da Câmara, eleito na gestão (1920-1922) de Antônio Lino de Souza Matta. Assumiu o cargo de prefeito após a renúncia do titular, por prováveis problemas de saúde. Governou interinamente de 01/01 a 23/05/1922. (b) Como prefeito, eleito para três mandatos bienais seguidos. Governou no período de 23/05/1922 a 01/01/1929. Reeleito para o biênio de 01/01/1929 a 01/01/1931. Deposto em 20/11/1930 pelo regime militar do presidente Getúlio Vargas. Substituído pela Junta Governativa composta por Antônio Pinto e Arthur Oberlander Tibau. Foi também coronel da Guarda Nacional, deputado estadual (1925-1927, 1927-1929). Nasceu e faleceu em Linhares-ES. Filho de Paulino Ferreira Fernandes e Maria Josephina da Silva Calmon. Homenageado pela municipalidade, que deu seu nome a uma escola de ensino fundamental no bairro Vila Lenira.

FRAGA, Honório (1911-1968). Prefeito eleito para o mandato de 31/01/1963 a 31/01/1967. Teve como vice-prefeito Pergentino de Vasconcellos. Foi também deputado estadual constituinte (1946). Pecuarista. Nasceu em Muqui-ES e faleceu no Rio de Janeiro-RJ. Filho de João Vieira de Fraga e Ana Antônia da Fraga (Sinhana).

Irmão do ex-prefeito de Muqui (1959-1963) Genésio Vieira da Fraga. Tio dos ex-prefeitos de Muqui (1963-1967 e 1971-1973): Ary Caiado Fraga e João Monteiro Lobato Fraga.

GIUBERTI, Antônio Thadeu Tardin (*1943). Prefeito por dois mandatos. Eleito pelo PMDB com 10.249 votos para o quadriênio de 31/01/1983 a 31/12/1988. Teve como vice-prefeito Ivanildo Zanotelli. Uma década após início do primeiro mandato, elegeu-se pelo mesmo partido, com 31.567 votos, para o período de 01/01/1993 a 01/01/1996. Teve como vice-prefeito Adir Nicchio. Médico. Filho do ex-prefeito (1955-1959) Raul Gilberti e de Arlete Tardin Giuberti. Agraciado pela ALES com a “Medalha do Sesquicentenário” da instalação do Poder Legislativo no Estado do Espírito Santo, conforme Resolução legislativa nº 1.476/1985.

GIUBERTI, Raul (1914-1981). Prefeito eleito pela UDN para o mandato de 01/02/1955 e 31/01/1959. Foi também vereador (1950-1954), presidente da Câmara municipal, vice-governador do Estado na gestão (1959-1962) de Carlos Lindenberg, quando assumiu a governadoria por 45 dias (1959), e, Senador da República (1962-1971). Médico. Nasceu em Colatina-ES e faleceu no Rio de Janeiro -RJ, aos sessenta e sete anos. Filho de Ângelo Giuberti e Adélia Giuberti. Pai do ex-prefeito (1983-1988 e 1993-1996) Antônio Thadeu Tardin Giuberti.

MENEGUELLI, Sergio (*1956). Eleito pelo PMDB com 19.689 votos (30,240%) para o mandato de 01/01/2017 a 31/12/2020. Teve como vice-prefeito Pedro Guilherme Ribeiro, do PMDB. Foi também vereador (2005-2008, 2009-2012, 2013-2016). Nasceu em São Gabriel da Palha-ES.

MONTEIRO, Geraldo de Paiva. Prefeito de Colatina. Nomeado pelo interventor federal no Estado Otávio de Carvalho Lengruber. Governou no período de 27/11/1945 a 28/02/1946. Militar.

PESTANA, Talma Drumond. Vereador. Presidente da Câmara de Colatina. Eleito na gestão (1924-1927) de Virgínio Calmon Ferreira Fernandes. Assumiu o cargo de prefeito no afastamento legal do titular. Governou interinamente por alguns dias no ano de 1925. Foi também vereador (1947-1951) e vice-presidente (1947) da Câmara de Linhares. Dentista prático. Homenageado pelo município de Linhares e pelo governo do Estado do Espírito Santo, que deram seu nome, respectivamente a: (a) uma escola de ensino fundamental no bairro Palmital; e (b) um hospital no bairro Colina, conforme Lei nº 4.053, de 02/05/1988.

PINTO, Antônio Estevão. Esteve à frente do executivo municipal em dois momentos. Primeiro, como integrante da Junta Governativa, conjuntamente com Arthur Oberlaender Tibau. Substituiu o prefeito eleito (1929-1931) Virgílio Calmon Ferreira Fernandes, deposto pelo governo militar do presidente Getúlio Vargas. Governou no período de 20 a 26/11/1930. No segundo momento, por nomeação do interventor federal no Estado João Punaro Bley. Governou no período de 04/05/1935 a 23/12/1937. Foi também coronel da Guarda Nacional.

PRETTI, Guilherme (1908-1999). Prefeito nomeado pelo presidente do Estado Carlos Fernando Monteiro Lindenberg. Governou no período de 23/04 e 31/12/1947. Cafeicultor. Nasceu em Santa Teresa e faleceu em Vitória, vítima de sequelas de AVC. Filho de José e Judith. Filho de Giuseppe Pretti e Giuditta Dalmaschio.

SERAFINI, Ermelando. Prefeito nomeado pelo interventor federal no Estado João Punaro Bley, conforme Decreto nº 7.066/1935. Assumiu o cargo no período de licença do titular (1935-1937) Antônio Estevão Pinto, concedida pelo Decreto nº 7.065/1935. Governou o município interinamente por 30 dias, entre 05/12/1935 e 04/01/1936. Advogado e Diretor da Secretaria da Prefeitura. Filho de Marcelo Serafini.

SILVA NETO, Justiniano de Mello e (1899-1986). Prefeito por dois mandatos. Primeiro, nomeado pelo interventor federal no Estado João Punaro Bley, por indicação do amigo e seu antecessor, Ademar do Nascimento Fernandes Távora. Governou no período de 1934 a 01/05/1935. Depois, eleito para o quadriênio de 01/02/1951 a 31/01/1955, pelo PSP. Foi também prefeito de Ipanema-MG (1930) e vereador (1947) em Colatina. Médico. Nasceu e faleceu em Curitiba-PR. Filho de Wallace de Mello e Silva e Joana Tadeu.

SOUZA, Anísio Ferreira de. Prefeito nomeado pelo interventor federal no Estado, o capitão do exército, João Punaro Bley. Governou no período de 14/10/1942 a 12/07/1943. Foi também major da Guarda Nacional.

STEFENONI, Paulo (*1941). Prefeito de Colatina. Eleito pela ARENA II com 12.925 votos para o mandato de 31/01/1973 a 31/01/1977. Teve como vice-prefeito Gether Lopes de Faria. Foi também vereador (1967-1970). Admitido na “Ordem do Mérito Domingos Martins” no grau de Oficial, conforme Resolução ALES nº 1.788, de 03/08/1995.

TÁVORA, Ademar do Nascimento Fernandes (1895-1976). Prefeito nomeado pelo interventor federal no Estado João Punaro Bley, conforme Decreto nº 114, de 26/11/1930. Governou no perí-

odo de 26/11/1930 a 18/06/1934. Foi também deputado estadual constituinte do Ceará (1947) e desembargador (1959-1965), pelo quinto constitucional, do Tribunal de Justiça daquele Estado. Advogado. Nasceu em Jaguaribemirim, atual Jaguaribe-CE e faleceu em Fortaleza-CE. Filho do Capitão Joaquim Antônio Nascimento e Clara Fernandes Távora do Nascimento. Irmão do General Juarez do Nascimento Fernandes Távora e do Senador Manuel do Nascimento Fernandes Távora (Portal da História do Ceará e Deputados Estaduais do Ceará. 13ª Legislatura 1951-1954, pág. 48/51).

TEDOLDI NETTO, Syro (*1930). Prefeito por dois mandatos. Eleito pela ARENA com 10.097 votos para o biênio de 31/01/1971 a 31/01/1973, no denominado mandato tampão. Teve como vice-prefeito Antônio Eugênio Rosa. Depois, eleito pelo mesmo partido com 17.864 votos para o quadriênio de 31/01/1977 a 31/01/1981. Prorrogado até 31/01/1983 pela EC 14/1980. Teve como vice-prefeito Devacir Mário Zaché. Foi também deputado estadual (1975-1980). Sobrinho do prefeito de Muqui (1935-1936, 1937-1945, 1946-1947) Avides Vieira da Fraga. Pai do vice-prefeito de Colatina (1997-2000) Sérgio Luiz Tedoldi. Agraciado pela ALES com a “Medalha do Sesquicentenário” da instalação do Poder Legislativo no Estado do Espírito Santo, conforme Resolução legislativa nº 1.476/1985.

TIBAU, Arthur Oberlaender (1897-1978). Integrante da Junta Governativa de Colatina, conjuntamente com Antônio Pinto. Substituiu o prefeito eleito (1929-1931) Virgílio Calmon Ferreira Fernandes, deposto pelo governo militar do presidente Getúlio Vargas. Governou no período de 20 a 26/11/1930. Engenheiro agrônomo e comerciante. Faleceu no Rio de Janeiro-RJ. Filho de Arthur da Costa Tibau e Maria Izabel Oberlaender Tibau. Casado com Hellena Lengruher Tibau. Autor de vários livros técnicos.

TOULOIS, Orlando Trompowsky (1906-1989). Prefeito nomeado pelo interventor federal no Estado João Punaro Bley. Governou no período de 24/12/1937 a 13/10/1942. Nasceu no Estado de Santa Catarina e faleceu no Rio de Janeiro-RJ, de gangrena diabética. Cunhado do Interventor João Punaro Bley.

VASCONCELOS, Alcides Gomes de. Prefeito nomeado pelo interventor federal no Estado Moacir Ubirajara da Silva. Governou no período de 16/01 a 28/02/1947. Tenente da Polícia Militar. Foi também comandante Geral da PMES (1958). Casado com Helena de Mello Vasconcelos.

VASCONCELOS, Paulo Teixeira Leite de. Prefeito nomeado pelo interventor federal no Estado Jones dos Santos Neves. Governou no período de 23/07/1943 a 28/02/1945.

ZOUAIN, José (1923-1977). Vice-Prefeito eleito na gestão (1967-1971) de Moacyr Martins Brotas. Assumiu o cargo de prefeito após a cassação do mandato e dos direitos políticos do titular por dez anos, por ato do Presidente da República Arthur Costa e Silva, com base no art. 49, do AI 5/1968, e no parecer do Conselho de Segurança Nacional (DOU de 30/04/1969, pág. 3662). Governou no período de 29/04/1969 a 31/01/1971. Homenageado pela municipalidade, que deu seu nome a uma avenida no centro da cidade.

Relação dos Prefeitos em Ordem Alfabética

Prefeitos	Forma	Mandatos
Adhemar do Nascimento Fernandes Távora (1895-1976)	Nomeado	26/11/1930 A 18/06/1934
Alcides Gomes de Vasconcelos	Nomeado	16/01/1947 A 28/02/1947

Anísio Ferreira de Souza (Maj.)	Nomeado	14/10/1942 A 12/07/1943
Antônio Estevão Pinto	Junta Governativa	20/11/1930 A 26/11/1930
Antônio Thadeu Tardin Giuberti (*1943)	Eleito	31/01/1983 A 31/12/1988
	Eleito	01/01/1993 A 31/12/1996
Arthur Oberlaender Tibau (1897- 1978)	Junta Governativa	31/01/1983 A 31/12/1988
Dilo Binda (1937-2012)	Eleito	01/01/1989 A 31/12/1992
	Eleito	01/01/1997 A 31/12/2000
Ermelando Serafini	Nomeado	05/12/1935 A 04/01/1936
Geraldo de Paiva Monteiro	Nomeado	27/11/1945 A 28/02/1946
Guerino Balestrassi (*1959)	Eleito	01/01/2021 A 31/12/2024
Guilherme Pretti (1908-1999)	Nomeado	23/04/1947 A 31/12/1947
Henrique Nunes Coutinho (1904- 1998)	Eleito	01/01/1948 A 31/01/1951
Honório Fraga	Eleito	31/01/1963 A 31/01/1967
João Guerino Balestrassi (*1959)	Eleito	01/01/2001 A 31/12/2004
	Reeleito	01/01/2005 A 31/12/2008
José Zouain (1923-1977)	Vice-Prefeito	29/04/1969 A 31/01/1971
Justiniano de Mello e Silva Neto (1899-1986)	Nomeado	18/06/1934 A 01/05/1935
	Eleito	01/02/1951 A 31/01/1955
Laurindo Barbosa	Pres. Câmara	01/01/1960 A 12/11/1960
Leonardo Deptulsky (*1961)	Eleito	01/01/2009 A 31/12/2012
	Reeleito	01/01/2013 A 31/12/2016

Moacyr Martins Brotas (1907-1972)	Eleito	31/01/1959 A
	Eleito	31/01/1963 31/01/1967 A 29/04/1969
Orlando Trompowsky Toulous (1906-1989)	Nomeado	24/12/1937 A 13/10/1942
Paulo Stefenoni (*1941)	Eleito	31/01/1973 A 31/01/1977
Paulo Teixeira Leite de Vasconcelos	Nomeado	23/07/1943 A 28/02/1945
Raul Giuberti (1914-1981)	Eleito	01/02/1955 A 31/01/1959
Sérgio Meneguelli (*1956)	Eleito	01/01/2017 A 31/12/2020
Sílvio Monteiro Ávidos (1901-1945)	Nomeado	01/03/1945 A 31/08/1945
Syro Tedoldi Netto (*1930)	Eleito	31/01/1971 A 31/01/1973
	Eleito	31/01/1977 A 31/01/1983
Talma Drumond Pestana	Pres. Câmara	1925
Virgínio Calmon Ferreira Fernandes (1870-?)	Pres. Câmara	23/05/1922 A 01/01/1924
	Eleito	01/01/1924 A 01/01/1926
	Reeleito	01/01/1926 A 01/01/1928
	Reeleito	01/01/1929 A 20/11/1930
Wilson Neves da Cunha (1910-?)	Nomeado	31/10/1945 A 26/11/1945
	Eleito	24/03/1946 A 28/12/1946

COLATINA

Emancipação Política: Lei Est. nº. 1.307, de 30/12/1921

Instalado em 01/01/1922

Relação dos Prefeitos em Ordem Cronológica

Ord	Mandato	Nome ^{1 2}	Cargo	Partido
1º	01/01/1922 a 23/05/1922	Virgínio Calmon Ferreira Fernandes ³	Pres. Câmara	-
2º	23/05/1922 a 01/01/1924	Virgínio Calmon Ferreira Fernandes ⁴	Prefeito eleito	
3º	01/01/1924 a 01/01/1926	Virgínio Calmon Ferreira Fernandes ^{5 6}	Prefeito eleito	
4º	1925	Talma Drumond Pestana	Pres. Câmara	
5º	01/01/1926 a 01/01/1928	Virgínio Calmon Ferreira Fernandes ^{7 8}	Prefeito eleito	
6º	01/01/1929 a 20/11/1930	Virgínio Calmon Ferreira Fernandes ⁹	Prefeito eleito	
7º	20/11/1930 a 26/11/1930	Antônio Estevão Pinto ¹⁰ Arthur Oberlaender Tibau	Junta Gover- nativa	
8º	26/11/1930 a 18/06/1934	Adhemar do Nascimento Fernandes Távora ¹¹	Prefeito nomeado	-
9º	18/06/1934 a 01/05/1935	Justiniano de Mello e Silva Neto	Prefeito nomeado	-

¹ COLATINA. Prefeitura. On line. *Galeria de Ex-Prefeitos*. Colatina-ES

² TEIXEIRA, Fausto. *Colatina Ontem e Hoje*. Prefeitura de Colatina e Faculdade de Filosofia. Colatina. 1975.

³ Jornal *Diário da Manhã*, de 10/06/1923, ano XVI. nr. 237. Pág. 3. Victoria-ES.

⁴ Jornal *Diário da Manhã*, de 15/08/1923, ano XVII. nr. 291. Pág. 3. Victoria-ES.

⁵ Jornal *Diário da Manhã*, de 24/06/1924, ano XVIII. nr. 254. Pág. 2. Victoria-ES.

⁶ Jornal *Diário da Manhã*, de 07/02/1926, ano XX. nr. 146. Pág. 4. Victoria-ES.

⁷ Jornal *Diário da Manhã*, de 16/09/1926, ano XX. nr. 327. Pág. 1. Victoria-ES.

⁸ Jornal *Diário da Manhã*, de 09/08/1927, ano XX. nr. 597. Pág. 3. Victoria-ES.

⁹ Jornal *Diário da Manhã*, de 03/01/1929, ano XX. nr. 1022. Pág. 1. Victoria-ES.

¹⁰ Jornal *Diário da Manhã*, de 26/11/1930, ano XXIV. nr. 2468, pag. 2. Victoria-ES.

¹¹ CEARÁ. Assembleia Legislativa. *Deputados Estaduais. 13ª Legislatura 1951-1954*. Edições INESP. 1ª Reimpressão. 2009. Fortaleza-CE. Pág. 48/51.

Breves Apontamentos Sobre os Prefeitos de Colatina

10º	04/05/1935 a 23/12/1937	Antônio Estevão Pinto (Cel.)	Prefeito nomeado	-
11º	05/12/1935 a 04/01/1936	Ermelando Serafini	Prefeito nomeado	-
12º	24/12/1937 a 13/10/1942	Orlando Trompowsky Toulous	Prefeito nomeado	-
13º	14/10/1942 a 12/07/1943	Anísio Ferreira de Souza (Maj.)	Prefeito nomeado	
14º	23/07/1943 a 28/02/1945	Paulo Teixeira Leite de Vasconcelos	Prefeito nomeado	-
15º	01/03/1945 a 31/08/1945	Sílvio Monteiro Ávidos	Prefeito nomeado	-
16º	31/10/1945 a 26/11/1945	Wilson Neves da Cunha	Prefeito nomeado	-
17º	27/11/1945 a 28/02/1946	Geraldo de Paiva Monteiro	Prefeito nomeado	-
18º	24/03/1946 a 28/12/1946	Wilson Neves da Cunha	Prefeito eleito	
19º	16/01/1947 a 28/02/1947	Alcides Gomes de Vasconcelos	Prefeito nomeado	-
20º	23/04/1947 a 31/12/1947	Guilherme Pretti	Prefeito nomeado	-
21º	01/01/1948 a 31/01/1951	Henrique Nunes Coutinho	Prefeito eleito	PSD
22º	01/02/1951 a 31/01/1955	Justiniano de Mello e Silva Neto	Prefeito eleito	PSP
23º	01/02/1955 a 31/01/1959	Raul Giuberti	Prefeito eleito	PSP
24º	31/01/1959 a 31/01/1963	Moacyr Martins Brotas	Prefeito eleito	
25º	01/01/1960 a 12/11/1960	Laurindo Barbosa	Pres. Câmara	
26º	31/01/1963 a 31/01/1967	Honório Fraga	Prefeito eleito	
27º	31/01/1967 a 29/04/1969	Moacyr Martins Brotas	Prefeito eleito	ARENA
28º	29/04/1969 a 31/01/1971	José Zouain	Vice-Prefeito	ARENA

29°	31/01/1971 a 31/01/1973	Syro Tedoldi Netto	Prefeito eleito	ARENA
30°	31/01/1973 a 31/01/1977	Paulo Stefenoni	Prefeito eleito	ARENA
31°	31/01/1977 a 31/01/1983	Syro Tedoldi Netto	Prefeito eleito	ARENA
32°	31/01/1983 a 31/12/1988	Antônio Thadeu Tardin Giuberti	Prefeito eleito	PMDB
33°	01/01/1989 a 31/12/1992	Dilo Binda	Prefeito eleito	PFL
34°	01/01/1993 a 31/12/1996	Antônio Thadeu Tardin Giuberti	Prefeito eleito	PMDB
35°	01/01/1997 a 31/12/2000	Dilo Binda	Prefeito eleito	PSD
36°	01/01/2001 a 31/12/2004	João Guerino Balestrassi	Prefeito eleito	PSB
37°	01/01/2005 a 31/12/2008	João Guerino Balestrassi	Prefeito reeleito	PSB
38°	01/01/2009 a 31/12/2012	Leonardo Deptulsky	Prefeito eleito	PSC
39°	01/01/2013 a 31/12/2016	Leonardo Deptulsky	Prefeito eleito	PSC
40°	01/01/2017 a 31/12/2020	Sergio Meneguelli	Prefeito eleito	PMDB
41°	01/01/2021 a 31/12/2024	Guerino Balestrassi	Prefeito eleito	PSC

A COMPANHIA TERRITORIAL

*José Luiz Pizzol**

Embora Colatina tivesse sido fundada em 1889, como um porto para receber os imigrantes italianos, que chegados em Vitória, dali partiam para Regência e em outras embarcações seguiam para o seu destino final, via Rio Doce, quando não diretamente desde a capital, só no início do século XX, com a notícia da construção de uma estrada de ferro que a conectaria com Vitória, é que os tempos difíceis se tornaram alvissareiros. E em 20 de dezembro de 1906 era inaugurada a Estação Ferroviária, de frente para a avenida principal, com fundos para um amplo terreno dando no Doce, que viria depois a ser a Praça Municipal.

No ano seguinte, com as visíveis vantagens proporcionadas pela ferrovia, Colatina foi elevada ao status de vila e, ao mesmo tempo, de sede do município de Linhares, o mais extenso do Espírito Santo na época, com cerca de 10.500 km², abrangendo todo o trecho capixaba banhado pelo Rio Doce, ou seja, do Oceano Atlântico até a fronteira com Minas Gerais. Comandando político-administrativamente tão extensa área, muitas foram as atenções a ela voltadas, tanto governamentais quanto de particulares, tamanhas eram as riquezas de seu solo e de suas matas. Foi nesse contexto que um grupo empresarial vislumbrou possibilidades de enormes ganhos financeiros, no início dos anos 1920, comprando extensa área de terra no lado norte do Rio Doce, para loteá-la e vendê-la, uma vez que a cada dia mais gente ia chegando a Colatina, tanto que em pouco tempo a área em torno da Estação se tornou maior e

Médico, formado em 1976 e escritor. Primeiro trabalho: Colatina 1921-1971, 50 anos de progresso (1971). Livros publicados: *Botocudos de Colatina e Região* (2015) e *Colatina, sua história, sua gente* (2019). Membro do HIGES.

mais populosa do que “Colatina Velha”, primitivo local da urbe e a cerca de um quilômetro do novo núcleo, que passou a ser chamado de ‘Colatina Nova’. O projeto se tornou realidade e em 12 de setembro de 1923 estava fundada a Companhia Territorial, com sede na cidade e ocupando até a sua extinção, em 26-10-1933, o edifício na Praça Municipal, esquina com a Avenida Getúlio Vargas, demolido no início dos anos 1950 e cedendo espaço a outro prédio, concluído em 1954 e ainda existente. Essa Companhia, cujo principal acionista era o Banco do Espírito Santo, tinha como diretores o Dr. Attilio Vivacqua e Ildefonso Brito, com correspondentes no Rio (Irmãos Vivacqua & Co. – Rua da Quitanda, 187 sobreloja) e em Vitória (Banco do Espírito Santo).

Ela muito representou para a colonização do norte colatinense, vendendo cerca de quinze mil hectares da sua área à leste do Rio Pancas, que abrangia 70 km de frente para o Rio Doce e 20 km de fundos. Nos diversos lotes, todos submetidos a levantamento topográfico e cadastral, foram assentados até 31 de dezembro de 1932, 1.368 famílias, compreendendo 7.940 pessoas de diferentes nacionalidades — italianos, alemães, portugueses, espanhóis, sírios, russos e principalmente brasileiros, na maioria descendentes de italianos — que movimentavam 176 engenhos de farinha de mandioca, 101 de cana de açúcar, 96 de fubá, 27 de café e 5 de beneficiamento de arroz. Cafeeiros plantados havia 6.518.699. Fruteiras diversas, 98.642. Cacaueiros, 12.300. Coqueiros, 6.500 e mais 35.320 aves (principalmente galinhas), 9.851 suínos, 3.358 bovinos, 1.132 muares e equinos e 358 caprinos. Até que as margens do Doce fossem ligadas pela ponte, em 1928, a Companhia manteve canoas e uma balsa para atravessá-lo, a qual deslizava por um cabo de aço e oferecia maior segurança, já que a travessia por canoas era lenta, perigosa e difícil. Também a essa organização se deve a construção das estradas rumo à Terra Alta e Alto Liberdade (atual Marilândia),

inauguradas nos albores dos anos 1930 e ligando essas localidades a leste do Rio Pancas com Colatina.

Obs.: alguns trechos compilados do livro “Colatina Ontem e Hoje”, de Fausto Teixeira e do livreto sobre a Companhia Territorial, do acervo do autor.

**COMPANHIA TERRITORIAL – Compra e venda de
Terras e Colonização – Capital: 3.400.000\$000 –
Sede: Colatina – Espírito Santo.**

SEUS FINS

A Companhia Territorial, de que o Estado do Espírito Santo era o principal incorporador, tinha por objetivo a colonização do grandioso e fertilíssimo vale do Rio Doce, no município de Colatina, e de outros valiosos terrenos de sua propriedade nos municípios de Santa Cruz, Riacho, Alegre e Rio Pardo.

FORMA E CONDIÇÕES DE SEUS NEGÓCIOS

Seus negócios foram realizados com a maior simplicidade, mediante módicos pagamentos à vista e a longo prazo, concedendo-se vantagens e facilidades a todos que desejassem dedicarem-se à agricultura. Seus terrenos foram vendidos em lotes medidos e demarcados, de 25 hectares, e em áreas maiores para fazendas. O pretendente deveria entrar inicialmente com 20% ou 30% do preço, conforme a compra, correndo por conta do mesmo as despesas de escrituras e impostos. No caso de enfermidade na pessoa do lavrador que o impossibilitasse de trabalhar, ou no caso de dano de monta em suas

lavouras, poderia ser concedida uma prorrogação necessária para a solução dos compromissos provenientes de venda a prazo. A mesma concessão gozaria os herdeiros do comprador falecido que, em consequência da perda do chefe da família, não pudessem pagar suas prestações.

OS TERRENOS DO VALE DO RIO DOCE – SITUAÇÃO E VIAS DE COMUNICAÇÃO

Os terrenos situados na margem norte do Rio Doce, pertencentes à Companhia, com uma área primitiva de 191.089 hectares, começavam na foz do Patrão-Mór, abaixo da cidade de Colatina, indo até as divisas do Estado de Minas, com uma frente de mais de 60 quilômetros, banhados pelo Rio Doce. Ficavam situados nas proximidades da Estação de Baunilha, da Estrada de Ferro Vitória a Minas, e em frente às Estações de Barbados, Colatina, Santa Joana, Porto Belo, Lage (Itapina), Maylasky (Mascarenhas) e Baixo Guan-
du, distantes de Vitória, respectivamente 6 horas, 6 hs e 30 minutos, 7 hs, 7 hs e 20 minutos, 8 hs e 15 minutos, 8 hs e 40 minutos e 9 horas. Cortavam-lhes diversas estradas de rodagem, destinadas à colonização. Serviam-lhes numa extensão de mais de 40 quilômetros uma boa estrada de automóvel. Previa-se que os terrenos seriam atravessados pela linha férrea Rio Doce-São Mateus, empreendimento dos mais vultuosos e importantes que o Presidente Florentino Avidos tomou a iniciativa de executar, mas que, apesar de iniciado, não teve continuidade na administração seguinte, de Aristeu Borges de Aguiar. Percorria os terrenos da Companhia, na zona colonial do Mutum, uma pequena via férrea, que foi depois, um pouco prolongada. O serviço de travessia do Rio Doce era feito por meios de barcos de grande capacidade, instalados em diversos pontos, e a partir de 28 de junho de 1928, também pela ponte me-

tática, que foi naquela data inaugurada na cidade de Colatina. A navegação do Rio Doce era feita regularmente por meio de lanchas e pelos vapores Tupy e Tamoyo, desde 1923, de Maylasky (Mascarenhas) até a sua foz, em Regência, onde penetravam navios de grande calado, de algumas empresas marítimas. Eram embarcações que podiam comportar cerca de cem passageiros, tendo também compartimentos para armazenamento de cargas. Foram adquiridos no governo de Nestor Gomes (1920/1924) e antes serviam na navegação da Lagoa dos Patos (RS). A partir de 1927 entrou em operação o vapor Juparanã, o maior e o que mais tempo navegou no Doce (até 1955), entre Colatina e Regência, mas não atendendo aos terrenos da Companhia.

ÁGUAS, CLIMA E ALTITUDE

Os terrenos da Companhia eram banhados pelo Rio Doce e seus numerosos afluentes, sendo abundantemente servidos de aguadas com quedas para força motriz. A altitude dos terrenos começava, à margem do Rio Doce, com uma média de 40 metros e atingindo nas zonas coloniais dos rios Mutum, São João Grande, São Pedro, São João Pequeno, Liberdade e Patrão-Mor, a 700 metros. A salubridade do vale do Rio Doce era atestada pelo bom estado sanitário da cidade de Colatina e de todas as povoações situadas à margem do mesmo, assim como pelo bom estado sanitário das numerosas colônias de alemães, polacos, italianos e nacionais, localizados nos terrenos da Companhia.

A PREVILEGIADA RIQUEZA DAS TERRAS E FLORESTAS

Os terrenos da Companhia prestavam-se, com maravilhosas fertilidades, a todas as principais culturas, especialmente a de ce-

reais, algodão, cana, cacau e café, oferecendo também em muitos pontos, admiráveis condições para criação de animais, principalmente bovinos. Suas matas constituíam, talvez, a mais valiosa reserva de madeiras que o país possuía, nas proximidades da estrada de ferro e dos portos de exportação, como Vitória e Barra do Rio Doce (Regência), onde já existia organizado um bom serviço de navegação marítima, de grande tonelagem.

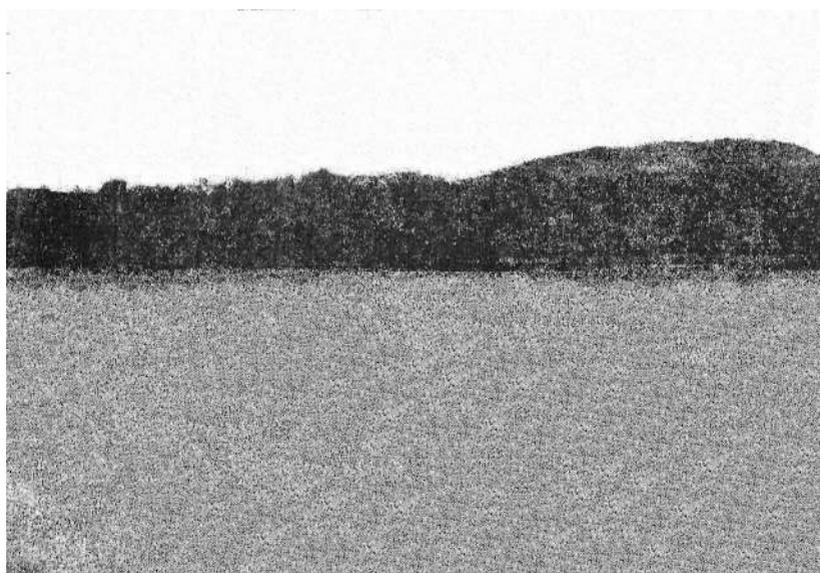
Obs.: o texto acima foi compilado e atualizado do livreto que a Companhia Territorial lançou por volta de 1925/1926, do acervo do autor, livreto em que foram reproduzidas as 18 fotos seguintes, incluindo um foto-postal.



Capa do livreto.



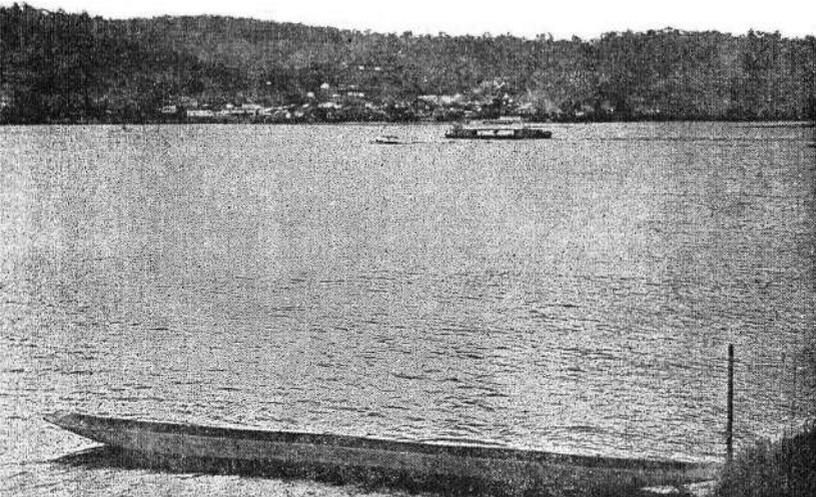
Cachoeira do Rio Mutum, a 1 km da Estação de Maylasky (Mascarenhas).



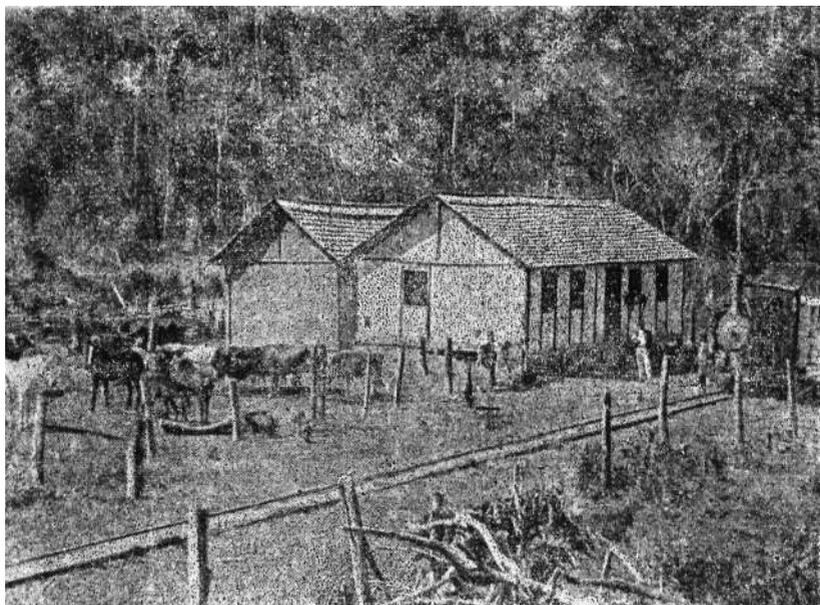
Zona colonial da Liberdade, situada abaixo da cidade de Colatina.



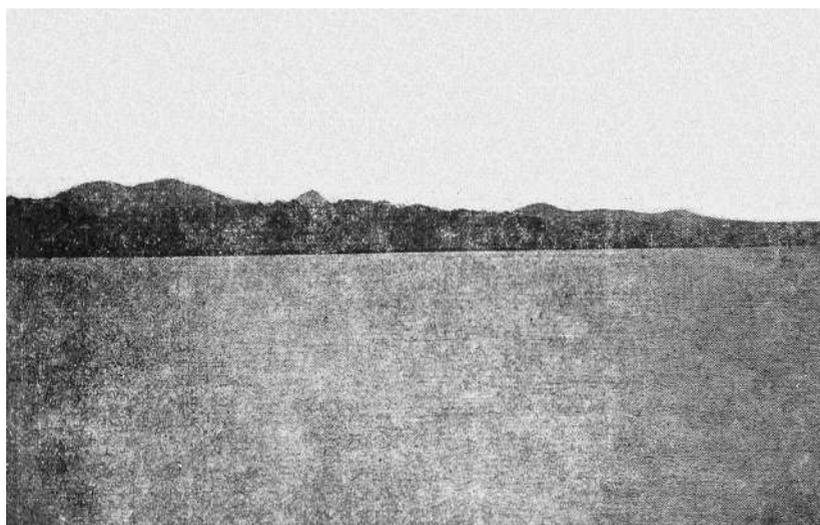
Cachoeiras do Rio Pancas, com suas grandiosas florestas.



Porto de Colatina, com a cidade ao fundo e um vapor navegando no Doce. Em 1º plano uma canoa que fazia a travessia do rio.



Casa de colono na zona colonial do Mutum, tipo adotado pela Cia. Territorial.



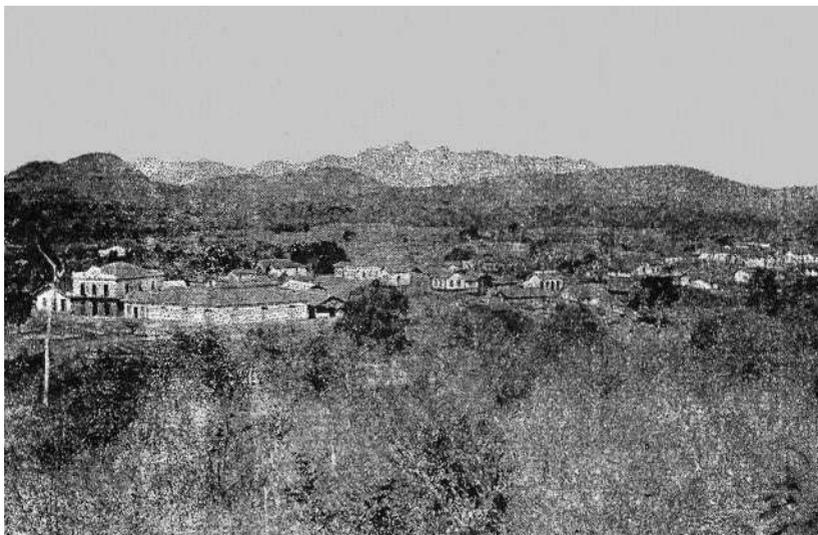
Zona colonial de Patrão-Mor.



Estação de Barbados, com a grande serraria da Companhia.



E. de Ferro da zona colonial de Mutum, de propriedade da Cia.



Estação de Baixo Guandu, aparecendo ao longe a Serra do Sousa, limite extremo dos terrenos da Cia. com os do E. de Minas.



Rio Doce no Município de Colatina e suas ricas florestas. Foto-postal incluso no livreto da Companhia Territorial.



Criação de bovinos pelos colonos da Cia.



Rodovia de 40 km em plena mata virgem do Pancas.



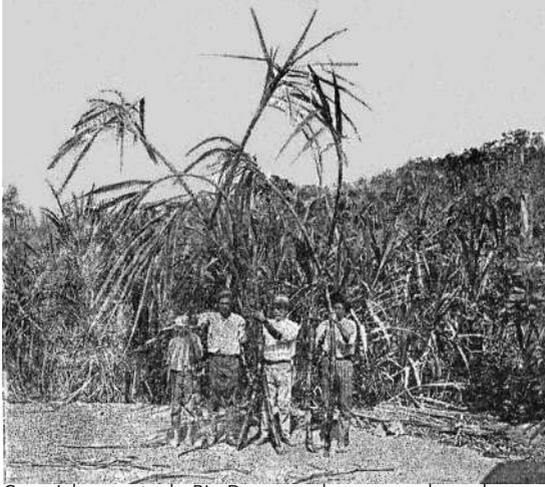
Abaixo, a cidade de Colatina.



Algodão, em ponto de colheita, plantado a margem do Doce



Um cafezal na zona de S. João Grande, norte do Rio Doce.



Canavial ao norte do Rio Doce, vendo-se exemplares de 5 metros de altura.



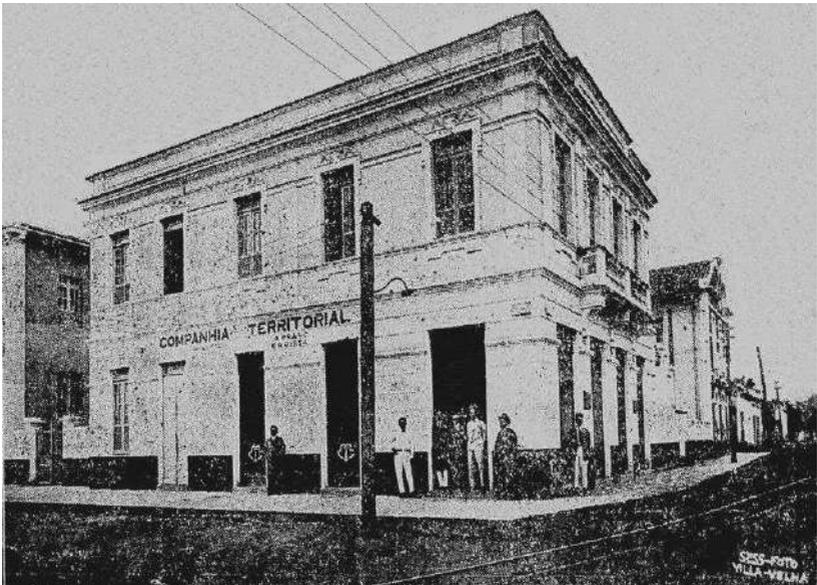
Lavoura de cacau na margem do Doce.

**A COMPANHIA TERRITORIAL DO
COLLATINA**
VICTORIA, 11 (A.) — Na cidade de Collatina, foi oficialmente inaugurada, hontem, a Companhia Territorial, recentemente constituída, tendo como director-gerente o dr. Argeu Mondardini e como director-secrario o sr. Mario Pundão.
Essa Companhia, de accordo com o que já foi dito, tem por objectivo medir, demarcar, lotear e vender a prazo e a prestações annuaes, os terrenos situados na extensa zona da margem do Rio Doce, inseremtar a colonização dessa região e promover o desenvolvimento e o progresso da pequena lavoura, auxiliando assim o plano economico traçado e assumido pelo actual governo do Estado.

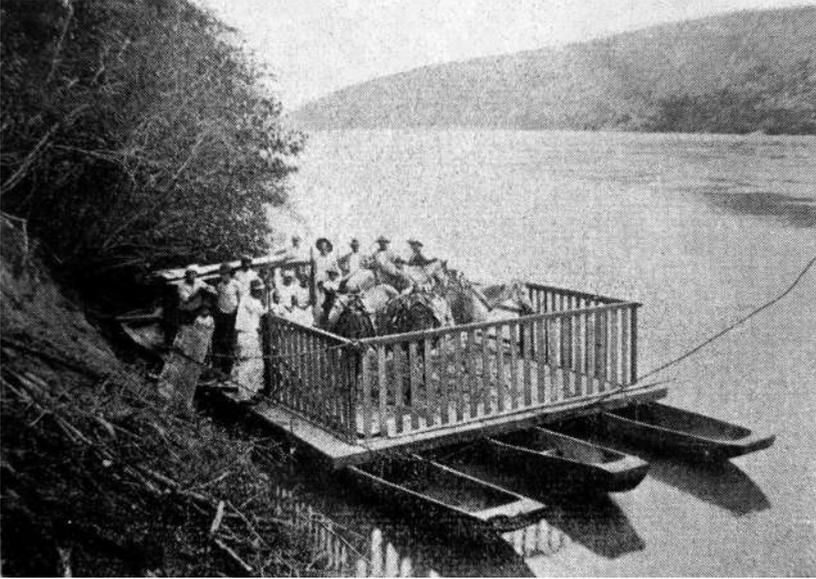
Instalação (O Jornal, de 12-10-1923).

COMPANHIA TERRITORIAL
Capital: 3.400:000\$000
Séde: COLLATINA -- E. E. SANTO
Proprietaria dos fertilissimos terrenos do valle do Rio Doce, dotados de maravilhosa riqueza de madeiras, servidos pela E. F. Victoria a Minas, a 6 horas da capital do Estado, e tambem dos valiosos terrenos do Caparaó, no municipio do Alegre. As vendas são feitas a dinheiro e a longo prazo, em lotes de 25 a 30 hectares e em areas para fazendas, medidas e demarcadas, em condições as mais vantajosas, tendo, principalmente, o objectivo da colonização.
Directores: Dr. Attilio Vivacqua e Ildefonso Brito
Informações: Em Victoria, com VIVACQUA, IRMÃOS & Cia.
ESTADO DO ESPIRITO SANTO

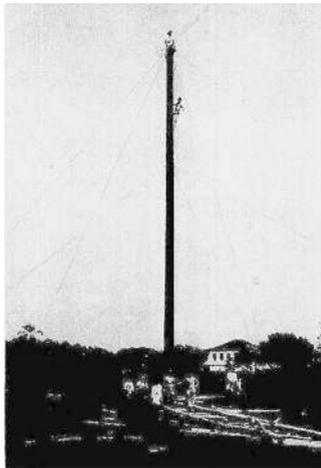
Anúncio da Cia. (Vida Capichaba, de 23-05-1925).



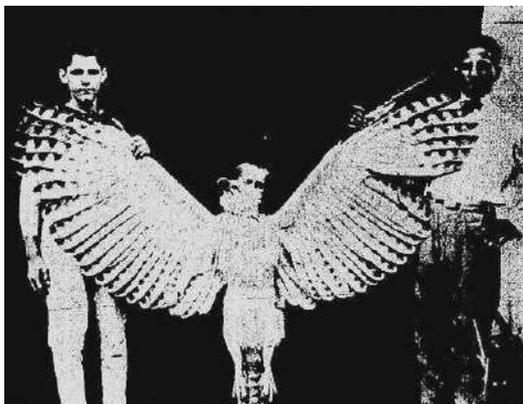
Prédio da Companhia Territorial em 1927, entre a Prefeitura e o sobrado do Dr. Orlando Trompowski. O Jornal de 09-07-1927.



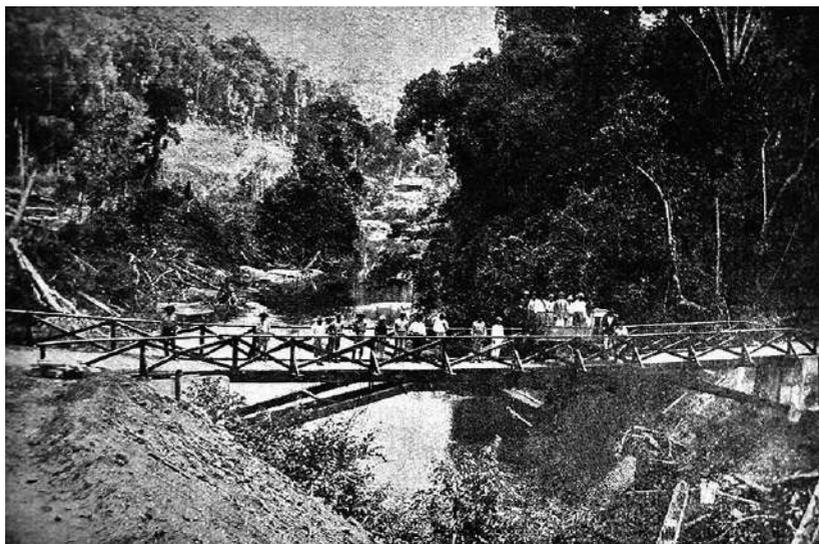
Balsa da Companhia Territorial, nas proximidades de Colatina. C. 1926. *Vida Capichaba*, livro de 1927.



Um dos mastros onde se prendiam os cabos da barca da Companhia Territorial para a travessia do Rio Doce. Entre as pessoas junto ao poste estão o Dr. Attilio Vivacqua e Dr Arthur Tibau, diretor e engenheiro da companhia. C. 1927.



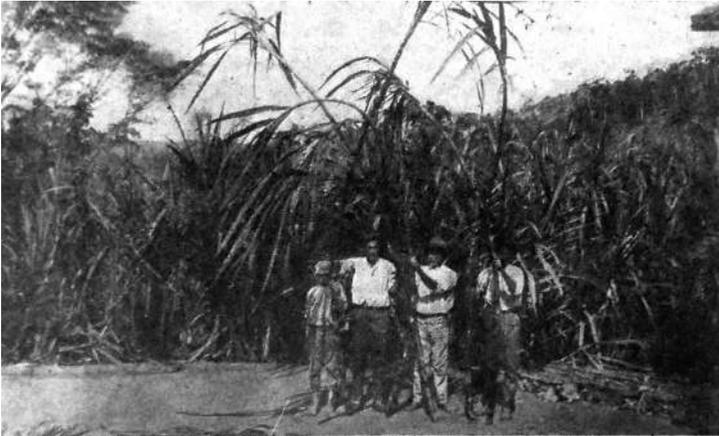
Ao lado, gavião-macaco, a águia do rio Doce. C. 1927. Revista "Eu sei tudo", de setembro de 1928.



Ponte de madeira construída pela Cia. sobre o Rio Pancas.



Funcionários da Cia. perto de Colatina. VC, livro de 1927.



Canavial em terras da Cia. (idem)



Praça Municipal em 22/08/1933, com o prédio da Companhia. Colatina Ontem e Hoje.



Praça Municipal em 1933, com os prédios da Prefeitura e da Companhia Territorial. Vida Capixaba, janeiro de 1934.

DISCURSOS
E
PRONUNCIAMENTOS

HOMENAGEM AOS ASSOCIADOS FALECIDOS NO PERÍODO 2019/2021

*Manoel Goes Neto**

Boa noite.

Antes de iniciarmos as homenagens aos associados falecidos nos anos de 2019, 2020 e 2021, tomo a emprestado uma parte do poema “*Saudade*”, de Pablo Neruda:

“Saudade é amar um passado que ainda não passou, é recusar um presente que nos machuca, é não ver o futuro que nos convida... Saudade é sentir que existe o que não existe mais...”

Cumprindo o estatuto do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo-IHGES, passamos a nominar e homenagear nossos associados falecidos:

Stella Leonardos da Silva Lima Cabassa

Nascida no Rio de Janeiro em 01/08/1923 e falecida no Rio de Janeiro em 11/06/2019 aos 95 anos. Correspondente nacional do IHGES desde 1999

Teatróloga, poetisa, e tradutora brasileira. Foi integrante da terceira geração do movimento modernista. Foi presidente da Academia Carioca de Letras.

Sua peça *Palmares* foi encenada em 1944 no Rio de Janeiro pelo grupo “Teatro do Estudante”, de Paschoal Carlos Magno, tendo a colaboração do recém fundado *Teatro Experimental do Negro* (TEN). Fundado e dirigido por Abdias Nascimento, o TEN recru-

* Discurso proferido pelo associado orador do IHGES na Sessão Solene de 09 de Junho de 2021.

tou, ensaiou e colocou em cena 200 pessoas e três atores em papéis de destaque, com Aguinaldo Camargo no papel de Zumbi dos Palmares.

Tem mais de 12 livros publicados, dentre romances, poesias e biografias.

Paulo Roberto da Costa Mattos

Nascido em Vitória, ES em 01/07/1940 em Minas Gerais, e falecido em Vitória em 28/03/2020 aos 79 anos.

Advogado, membro associado do IHGES desde 2005. Grande profissional, que dedicou sua vida ao Direito e se destacou como grande jurista e por sua oratória exemplar. Formado pela Ufes, ex-vereador de Cachoeiro de Itapemirim.

Setembrino Iwaldo Netto Pelissari

Nascido em Ipiraçu, ES em 18/09/1928, e falecido em Vitória em 02/04/2020 aos 91 anos

Ex-prefeito de Vitória, ES e ex-deputado estadual. Conselheiro seccional da Ordem dos Advogados do Brasil – seção Espírito Santo (OAB-ES). Comandou a capital Vitória por dois mandatos, entre 1967 e 1970 e entre 1975 e 1978. Reconhecido pelo equilíbrio e pelo legado no desenvolvimento do Espírito Santo. Membro associado do IHGES desde 2006.

Nara Saletto da Costa

Nascida no Rio de Janeiro em 23/06/1935, e falecida em Vitória em 07/04/2020 aos 84 anos.

Professora Doutora Nara Saletto da Costa, uma das fundadoras do Programa de Pós-Graduação em História da Ufes – Universidade Federal do Espírito Santo. Membro associada do IHGES desde 1965.

Da sua obra editada, destacamos *Donatários, colonos, índios e jesuítas*, lançado em 2016, no Arquivo Público Estadual, que aborda as relações entre jesuítas, índios e colonos no começo da colonização capixaba e ressalta a influência, na formação do Estado, de personagens marcantes na historiografia e memória social, como o donatário Vasco Coutinho, o jesuíta José de Anchieta, a imigrante espanhola Maria Ortiz e o índio Maracaja Guaçu. No livro é traçado o perfil biográfico destas e de outras personalidades, que tiveram participação relevante na história do Espírito Santo

Rui Miguel da Costa Pinto

Nascido em Portugal em 21/06/1962. Falecido em Portugal em 20/04/2020 aos 57 anos.

Historiador e associado correspondente internacional do IHGES desde 2010. Graduado em licenciatura de História pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Em 1994 atingiu o grau de mestre em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa, na mesma instituição, com a tese *sobre a presença dos portugueses na Costa Oriental Africana*. Em 2000 foi presidente da comissão científica na palestra *Portugal-Brasil 500 anos*, lançado pela Sociedade de Geografia de Lisboa.

Sergio Luiz Blank

Nascido em Cariacica, ES em 07/04/1964. Falecido em Cariacica em 22/07/2020 aos 55 anos, um dia depois de completar um ano da posse como imortal da Academia Espírito-santense de Letras (AEL). Relatou muito em participar de uma Academia de Letras, mas aceitou e estava feliz, com muitos planos.

Um poeta puro e implacável! Afirmam aqueles que conviveram com ele. Mesmo assim era tímido mas atencioso, de personalidade discreta e gentil, Sérgio cativou admiradores de sua obra e pessoa. Membro associado do IHGES desde 2017. Sua última obra, *Blue Sutil* foi lançada em fevereiro de 2019, encerrando um hiato de 23 anos sem obras inéditas.

O que dizer a respeito de Sérgio Blank, depois da sua partida precoce? Dizer que ele era um enorme e afetuoso poeta? Dizer da sua generosidade com a literatura, com os escritores e com a formação de leitores? Dizer da doçura, do talento e do quanto ganhamos quando ele voltou a publicar? Quase tudo soa como chover no molhado, repetir o que tantos colegas têm dito, repetidamente. Porque o Blank era mesmo enorme, afetuoso, generoso, e sou extremamente grata pela honra de ter convivido com ele e por ele ter publicado meu primeiro texto em um livro. (NAHAS, Ana Laura – escritora e jornalista.)

Máximo Borgo Filho

Nascido em Vitória, ES em 27/05/1936. Falecido em Vitória, ES em 23/09/2020 aos 84 anos.

Professor, exerceu o cargo de reitor da Universidade Federal do Espírito Santo – UFES, no período de 1971 a 1975 e também

recebeu do Conselho Universitário, em 1994, o título de Professor Emérito da Ufes. Membro associado do IHGES desde 1981.

Professor de Engenharia Civil, Máximo Borgo exerceu diferentes atividades acadêmicas e administrativas. Em 7 de abril de 1971, o Conselho Universitário promoveu a eleição da lista de nomes para a escolha do novo reitor, para suceder o professor Alaor de Queiroz Araújo. Borgo foi nomeado reitor da Ufes por decreto do então presidente da República Emílio Garrastazu Médici, em 18 de junho de 1971. Ele foi empossado pelo então ministro da Educação e Cultura Jarbas Passarinho, em 15 de julho de 1971.

Na sua gestão, foi definida a departamentalização e a instalação dos centros de Artes, Tecnológico, de Educação Física e Desportos, Biomédico, de Ciências Jurídicas e Econômicas, e Pedagógico. Promoveu a continuidade das obras do campus universitário de Goia-beiras, como a construção da praça de esportes e dos prédios para abrigar os centros de ensino. Máximo Borgo merece todas as nossas homenagens pelo proficiente trabalho que realizou ao longo de sua vida profissional e acadêmica, especialmente na UFES, deixando um legado memorável de dedicação à profissão e à academia.

Milton Monjardim Filho

Nascido em Vitória, ES, em 03/03/1932. Falecido em Vitória, ES, em 04/09/2020 aos 88 anos.

Militar, declarado Aspirante a Oficial em janeiro de 1958 e promovido a Oficial Superior no ano de 1978 após conclusão do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais – CAO.

Graduado em Ciências Econômica pela Universidade Federal do Espírito Santo, Bacharel em Direito. Atuou como Subchefe da Casa Militar, Assistente do Comandante Geral da PMES, Diretor

Geral – DETRAN, Diretor da Finanças da PMES, Diretor Geral da Penitenciária Agrícola do ES, Secretário de Estado de Segurança Pública e sendo transferido para reserva remunerada em 30/07/1986. Membro associado do IHGES desde 2007.

Manoel Ceciliano Salles de Almeida

Nascido em Vitória, ES, em 04/12/1931. Falecido em Vitória, ES em 13/09/2020 aos 88 anos.

Professor, conhecido carinhosamente pelos amigos como *Manoelito*, exerceu diversas funções acadêmicas e administrativas, foi o sexto reitor da Universidade (de 1975 a 1979) e atuou como docente no Centro de Educação — então Centro Pedagógico, onde foi diretor na década de 1970. Manoel Ceciliano cursou mestrado e doutorado nas áreas de Economia e Educação nos Estados Unidos, e também foi reitor da Universidade de Vila Velha (UVV) por 20 anos. Membro associado do IHGES desde 1965.

Na reitoria, sua gestão foi marcada pela criação do primeiro curso de pós-graduação da UFES: o mestrado em Educação. Manoel Ceciliano também realizou importantes obras de infraestrutura física no campus de Goiabeiras — em sua administração, foram iniciadas as obras do Restaurante Universitário, da Biblioteca Central e da Gráfica Universitária — e no Hospital Universitário Cassiano Antônio Moraes (Hucam), no campus de Maruípe. O ex-reitor foi professor da UFES de 1961 a 1985, ano em que se aposentou, continuando a exercer diversas atividades no Espírito Santo relacionadas à educação superior.

Durante a sua gestão, em plena ditadura militar (1964-1985), os três segmentos acadêmicos reconstruíram suas entidades representativas em 1978, como o Diretório Central dos Estudantes

(DCE), a Associação dos Docentes da Ufes (Adufes) e a Associação dos Servidores (Asufes, atual Sindicato dos Trabalhadores da Ufes – Sintufes), que estavam impedidas de funcionar pelo regime militar.

Jônice Siqueira Tristão

Nascido em Minas Gerais, em 01/02/1930. Falecido em Vitória, ES, em 09/01/2021 aos 90 anos.

Empresário, um dos maiores líderes do agronegócio café brasileiro. Fundador das empresas Tristão, empresário de raro valor e aguçada visão para os negócios. Foi o principal responsável por tornar a Tristão Comércio Exterior em uma das maiores exportadoras de café verde do mundo e pela criação da Realcafé Solúvel do Brasil, uma das principais indústrias de processamento de café do País com transações comerciais com vários mercados nos cinco continentes.

Por meio da criação da Realcafé Solúvel, Jônice Tristão promoveu um grande salto na agricultura capixaba, com reflexos diretos no desenvolvimento econômico e social do Espírito Santo, quando assegurou, na época da introdução do plantio de café conilon, que a sua empresa compraria toda a produção da nova planta. Foi um visionário, levou nosso café para todo o mundo e fortaleceu o mercado capixaba, inspirando gerações de empresários em nosso Estado.

Aylton Rocha Bermudes

Nascido em Fundão, ES em 24/07/1921. Falecido em Vitória, ES em 10/03/2021 aos 99 anos

Professor, e suas primeiras produções literárias em prosa e verso datam dos tempos de seminário, onde ingressou aos 12 anos de idade.

de e onde adquiriu sólida formação humanística. A partir de 1943, radicou-se em Cachoeiro de Itapemirim, dedicando-se ao magistério secundário como professor de Francês, Português, Latim e Filosofia. Conquistou a cátedra de Francês e Literatura Francesa do Colégio Estadual Muniz Freire, o Liceu, em Cachoeiro de Itapemirim. Foi diretor do Liceu, Colégio Estadual Muniz Freire. Tornou parte ativa na vida cultural de Cachoeiro, tendo fundado com os alunos do curso científico do Liceu a revista literária *Flama*. Exerceu, aí e em comarcas vizinhas, intensa atividade de advogado. Foi procurador judicial da Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim.

Em 1964, transferiu-se para Vitória a fim de exercer o cargo de secretário de Interior e Justiça. Lecionou Português e Literatura Portuguesa no Colégio Estadual do Espírito Santo. Publicou *Discurso de posse*, pela Editora Borsoi, do Rio, na Academia Espírito-santense de Letras, para a qual foi eleito em 1974. Escreveu artigos e crônicas para o jornal *A Gazeta* e proferiu palestras e estudos. Exerceu os cargos de procurador do Estado e consultor jurídico do Tribunal de Contas, em que se aposentou.

Membro da Academia Cachoeirense de Letras. Colaborou com textos em prosa e verso nos livros *Torta Capixaba (II)* e *Escritos entre dois séculos*. Participou da comissão de juristas que preparou o anteprojeto da Constituição Estadual de 1989. Em 1998, publicou o romance *Nos sulcos do tempo*, Vitória: Editora Grafer.

Membro associado do IHGES desde 1983, em cuja revista estampou diversos artigos seus.

Pedro Dadalto

Nascido em Castelo, ES em 14/12/1932. Falecido em Vila Velha, ES, em 01/04/2021 aos 88 anos.

Empresário, CEO do Grupo Dadalto, presidente da FEAD – Fundação Educacional Antônio Dadalto, entidade sem fim lucrativo e incentivo fiscal (fiscalizada pelo Ministério Público), constituída em 10 de Abril de 1993, que tem como objetivo levar ensino profissionalizante a jovens adultos e adolescentes principalmente em estado de risco social para que possam conseguir seu emprego ou até abrir seu próprio negócio. Na época, montou uma serralheria somente para confecção do mobiliário. Além disso, a FEAD possui uma escola teatro de 40 lugares que ministra curso de dramaturgia e apresentações periódicas em seu teatro.

“A humanidade deverá estar mais unida possível e menos egoísta. Assim poderemos tornar o mundo com paz, evolução e socialmente mais justo” acreditava.

Era membro associado do IHGES desde 1990.

130 ANOS DO TJES

*Getúlio Marcos Pereira Neves**

Eminente desembargador Ronaldo Gonçalves de Souza, presidente do Egrégio Tribunal de Justiça,
Senhor governador do Estado, José Renato Casagrande,
Eminentes desembargadores,
Autoridades presentes,
Senhoras e senhores:

Trata-se esta data de ocasião especial, que marca os 130 anos de instalação do Tribunal de Justiça do Espírito Santo. Agradeço ao eminente presidente, desembargador Ronaldo Gonçalves de Souza, a designação para proferir algumas palavras a respeito da efeméride. Serei breve.

Como sabemos todos, o Tribunal de Justiça é o coroamento de uma evolução histórica que teve ao longo dos séculos muitos funcionários investidos da função de exercer a jurisdição, em todos os sentidos, e não só naquele sentido que conhecemos hoje, que é o de propriamente distribuir justiça.

De fato, desde os tempos coloniais, os ouvidores e corregedores detinham funções de fiscalização, sendo-lhes de sua atribuição “limpar as pautas”, além de outras funções de natureza jurisdicional propriamente. Limpar as pautas quer dizer conhecer dos agravos e embargos às decisões dos juízes de vintena, dos juízes ordinários e dos juízes de fora, que grosso modo podemos considerar como

* Fala do consócio Getúlio Marcos Pereira Neves, presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, no dia 20/07/2021, no Plenário do Tribunal de Justiça do Espírito Santo, na solenidade dos 130 anos de instalação do Tribunal.

a primeira instância da época colonial. No Espírito Santo não foi diferente durante os primeiros duzentos anos de história.

No entanto desde 1715, quando a capitania foi adquirida pela Coroa portuguesa, essa função que chamaremos jurisdicional veio sendo aperfeiçoada. A recriação da Ouvidoria do Espírito Santo, em 1732, com o provimento do cargo de Ouvidor em 1741, constituiu um marco importante nessa evolução histórica, pois assim nos emancipávamos da Ouvidoria do Rio de Janeiro, para onde tínhamos sido remetidos anos antes. O primeiro Ouvidor nomeado nessas novas condições, Paschoal Ferreira de Veras, foi então o primeiro funcionário real responsável pela supervisão da administração da justiça em solo capixaba, tornando-se, depois da sua passagem por aqui, desembargador do Tribunal da Relação da Bahia.

Com a proclamação da República, e conseqüente reorganização da Administração Pública, a instalação do Tribunal de Justiça traria novos tempos à administração da justiça no Espírito Santo.

Convém detalhar mais um pouco o contexto da instalação da nossa Corte de Justiça, no que diz respeito à ordem constitucional e legal vigente em cada momento. Socorro-me neste passo do texto *O Jurista Afonso Cláudio de Freitas Roza*, que publiquei em 2009, de onde retirei os dados que passo a apresentar.

Naquele início dos novos tempos republicanos, a 11 de novembro de 1890, Constante Sodré outorgava a primeira Constituição do Espírito Santo, uma carta provisória. A 11 de maio de 1891, portanto na vigência daquela carta, Antônio Aguirre baixou o Decreto n.º 95, primeira Lei de Organização Judiciária e Códigos processuais civil, criminal e comercial, do Espírito Santo. Dos considerandos do diploma, a justificativa de que se constituiria numa aberração ao princípio federativo instalarem-se os poderes Executivo e Legislativo sem que o Judiciário estivesse estruturado e pronto a exercer suas funções, motivo que acabou levando à

primeira organização do Poder Judiciário por meio de Decreto do Poder Executivo.

A 20 de junho de 1891 o Congresso Constituinte, presidido pelo advogado cachoeirense José Feliciano Horta de Araújo, fazia publicar a segunda Constituição estadual, a primeira votada pelos representantes do povo espírito-santense. A 4 de julho era solenemente instalado o Tribunal de Justiça, presidido pelo mesmo José Feliciano Horta de Araújo. Republicano histórico, do verdadeiro centro republicano que era na época a cidade de Cachoeiro de Itapemirim, foi ele o primeiro presidente do nosso Tribunal de Justiça.

No entanto, seguindo os intrincados ventos da política nacional, em 10 de dezembro do mesmo ano uma Junta governativa integrada pelo Coronel Inácio Henrique de Gouvea, comandante do 32.º Batalhão de Caçadores, Galdino Loreto e Graciano Neves depôs o governador Antônio Aguirre, originalmente vice do Barão de Monjardim, a quem Monjardim havia passado o cargo em virtude de pressões políticas. A Junta adotou a mesma Constituição de 20 de junho, mas “reservando-se o direito de ir modificando-a conforme as exigências do bem público”. Com base nisso, a 24 de dezembro a Junta dissolvia o Tribunal de Justiça, tornando sem efeito as nomeações dos desembargadores, sob o argumento de que juízes de carreira tinham sido preteridos nas nomeações. Ou, nos termos em que redigido o Decreto:

Na última organização judiciária foram ofendidos graves interesses dignos de maior consideração pública, como sejam a integridade dos cidadãos que encaneceram no serviço da distribuição da justiça [...] dessa organização decorreu ficarem em disponibilidade diversos magistrados com manifesto prejuízo para os cofres da União.

Na mesma data, considerando ser “urgente prover a justiça de segunda instância”, a Junta fazia reinstalar o Tribunal de Justiça, nomeando imediatamente para sua composição os desembargadores Afonso Claudio de Freitas Roza, Luiz Manoel Mendes Veloso e Getúlio Augusto de Carvalho Serrano, que deveriam “compôr o tribunal até ulterior deliberação”. Por Decreto de 11 de janeiro de 1892 eram nomeados os desembargadores Estevam José de Siqueira e Manoel Jerônimo Gonçalves, compondo assim o quórum do Tribunal. Nesse mesmo ato era designado presidente da Corte o desembargador Afonso Cláudio de Freitas Rosa e Procurador de Justiça, Soberania e Fazenda o desembargador Manoel Mendes Veloso. O tribunal reiniciaria suas atividades em 15 de janeiro de 1892, agora definitivamente constituído.

Na forma do art. 55 da Constituição de 1891 o Tribunal de Justiça era integrado por cinco desembargadores, sendo pelo menos três dentre os juízes mais antigos, enquanto dois poderiam ser nomeados entre advogados com mais de seis anos de exercício profissional. Eis aí o embrião do quinto constitucional. Interessante notar que essa disposição não havia na ordem constitucional de 1890, quando então somente juízes de direito é que poderiam integrar a Corte.

Tendo a Junta Governativa convocado, a 1.º de fevereiro de 1892, eleições de representantes para o Congresso Constituinte do Estado, a terceira Constituição do Espírito Santo, que reorganizava o Estado sob as mesmas bases da de 1890, era promulgada a 2 de maio de 1892. Com a renovada ordem constitucional, em 28 de junho do mesmo ano era sancionada no governo de Muniz Freire a Lei n.º 7, a segunda Organização Judiciária do Espírito Santo. Em 1893, na presidência do desembargador Afonso Claudio, foi votado e editado o primeiro Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Espírito Santo, que teve vigência durante 42 anos.

Devo registrar, senhor presidente, eminentes desembargadores, que por ocasião dos 100 anos de instalação do Tribunal de Justiça, em 1991, foi republicada a Lei n.º 7, a Lei de Organização Judiciária promulgada pelo presidente Muniz Freire, que dá nome ao fórum cível da nossa capital, e uma edição especial da Revista do Tribunal de Justiça, que na época saía fisicamente, com organização da vice-presidência. Essas edições, com dados históricos do Tribunal e seus integrantes, podem ser consultadas na nossa Biblioteca.

Nos últimos anos o Conselho Nacional de Justiça vem cobrando mais intensamente do Poder Judiciário o cultivo da sua memória institucional. Para isso, determinou fossem instituídas no âmbito dos tribunais uma Comissão de Gestão Documental e uma Comissão de Memória. Da nossa Comissão de Memória está à frente o Des. José Paulo Calmon Nogueira da Gama, vice-presidente do Tribunal. Devo dizer que essa incumbência, de organizar a memória institucional do Tribunal de Justiça, vem sendo muito facilitada pelo interesse que pelos assuntos culturais, históricos em particular, tem o Des. Ronaldo Gonçalves de Souza, nosso presidente.

Um pouco da história do Tribunal de Justiça pode ser conhecida por visita ao Centro de Memória, situado logo na entrada do prédio. Esse memorial foi organizado na gestão do Des Sérgio Bizotto Pessoa de Mendonça e em tempos normais recebe visitas guiadas, exibindo ao público fatos e documentos de interesse para compreender a evolução histórica da justiça capixaba. Ou seja, se a história do Poder Judiciário do Espírito Santo é escrita no dia a dia, pela atuação de cada um de nós, integrantes do sistema de justiça, a memória das nossas realizações, como órgão e como servidores, vem sendo resgatada também ao longo dos últimos tempos. E isto com o concurso de vários atores, magistrados, servidores e o público em geral.

Essa especial sensibilidade dos últimos gestores do Poder Judiciário, sempre — e aqui sem exceção — abertos a essa necessidade

de preservação, agora institucionalizada pelo Conselho Nacional de Justiça, proporciona ao público, à sociedade em geral, tomar conhecimento de como a atividade de administrar a justiça se foi fazendo entre nós.

Retorno à figura do desembargador Afonso Cláudio, leopoldinense de Mangaraí, nascido em 1859, egresso da Faculdade de Direito do Recife, onde fez parte, por suas ideias e seus escritos, da segunda geração da chamada Escola do Recife. Literato, historiou a Insurreição de Queimado, ocorrida na Serra em 1849, e biografou o padre João Clímaco de Alvarenga Rangel, que advogou para os escravizados revoltosos. Desse processo judicial que julgou os revoltosos sabemos hoje graças aos traslados que dele fez o desembargador Afonso Cláudio. Seus estudos jurídicos, reunidos no seu *Consultas e Pareceres*, de 1918, revelam o pensamento jurídico do autor sobre questões então novas e que eram postas a debate por aqueles dias, em que a forma de atuação das instituições republicanas começava a ser moldada pela atuação diária dos órgãos e agentes públicos. Entre as questões enfrentadas, destacam-se o tema da inconstitucionalidade de atos do Executivo, a autonomia municipal e a justificativa das prerrogativas funcionais da magistratura. Como exemplo, sobre a vitaliciedade do funcionalismo em geral, lecionava ele:

A vitaliciedade é um estímulo ao serventuário, que assegurando-lhe os meios naturais de existência, incita-o a especializar-se com esmero, dedicação e inteligência no desempenho do mister em que foi provido.

Sobre a magistratura, acrescentava:

A independência dos atos, a imparcialidade e justiça nos julgamentos, a circunscrição na conduta social, seriam descabidas se a magistratura não tivesse o amparo da vitaliciedade.

Nem se pode compreender que incumbindo ao Poder Judiciário a atribuição de se pronunciar e decidir sobre a constitucionalidade ou inconstitucionalidade dos atos emanados dos poderes legislativo e executivo, declarando-os válidos ou não, pudesse exercê-la com independência, se livre fora aos governos destituir os magistrados de suas funções, sempre que as decisões não lhes agradassem.

De nada mais precisaríamos para a completa subversão no país do regime legal.

São palavras bastante atuais, que hoje podem parecer óbvias, mas não o eram na época. Cem anos depois de proferidas pelo autor, tenho a satisfação de poder fazê-las ecoar novamente nesta Corte de Justiça.

Por essa época um outro magistrado, o futuro desembargador Carlos Xavier Paes Barreto, pernambucano do Recife e egresso da Faculdade de Direito daquela cidade, já idealizara em 1914 a criação, em Vitória, de uma Faculdade de Direito, o que acabou não se concretizando na época por conta de outras atribuições recebidas por ele, Paes Barreto, que em seguida iniciaria sua carreira jurídica. Mas em 1916 fundou, com o concurso do desembargador Afonso Cláudio, o Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, reunindo nos seus quadros inúmeros magistrados, vários desembargadores — dentre eles, além de Carlos Xavier e de Afonso Cláudio de Freitas Roza, também o desembargador Eurípides Queiroz do Valle, um destacado historiador do Poder Judiciário do Espírito Santo, a cuja obra recorreremos sempre na busca de dados históricos sobre a justiça capixaba.

Seria de iniciativa de Carlos Xavier Paes Barreto dar corpo à ideia renascida no âmbito do chamado Clã dos Estudantes de Direito, um grupo de jovens que pleiteou a ele, de cujo entusiasmo pelo assunto tinham notícia, a criação de uma escola de Direito na capital, o que acabou se concretizando em 1930. A partir daí po-

de-se dizer que o Espírito Santo passou a produzir aqui mesmo os seus quadros jurídicos, o que a certa altura reverteria também no Tribunal de Justiça.

Presidente do Instituto Histórico e Geográfico fundado por Carlos Xavier Paes Barreto e professor de Direito Judiciário da Faculdade de Direito também iniciada por este, o desembargador Eurípides Queiroz do Valle presidiu o Tribunal de Justiça do Espírito Santo e foi um dos maiores pesquisadores da memória institucional desta Corte. Nascido em 1897 na atual Anchieta, então Benevente, daí tirou o pseudônimo com que publicava semanalmente apreciadas crônicas na imprensa da capital. Seu livro *Datas e dados da vida judiciária do Espírito Santo*, de 1963, juntamente com outros dois títulos que publicou, *Vida judiciária Espírito-santense*, de 1951, e *Velhas togas Espírito-santenses*, de 1964, atestam a sua devoção ao estudo da História do Poder Judiciário do Espírito Santo. Nos nossos tempos, em que a preservação da memória se tornou mais um dos encargos do Poder Judiciário, é justo que nos lembremos dos que, de maneira pioneira e sem qualquer obrigação, se dedicaram a essa tarefa que, hoje, em tanto facilita a nossa.

Já me encaminhado para o fim, devo dizer que parte substancial da História do Espírito Santo pode ser contada por meio dos registros processuais que mantemos nos nossos arquivos. Resultado do trabalho diário de servidores e magistrados para servir às partes e ao público em geral, os processos de guarda permanente constituem o acervo ao qual recorrem os pesquisadores para aclarar fatos, entender acontecimentos e resguardar direitos. Desde que o Poder Judiciário adotou as regras do Conselho Nacional de Arquivos, o CONARQ, e criou no seu âmbito interno o Programa Nacional de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário (Proname), todo o trabalho de conservação, catalogação e acesso a essa massa documental passou a se fazer em moldes científicos. Agora mesmo

temos demandas de pesquisadores por processos de interesse histórico sendo atendidas pela nossa Coordenadoria de Gestão Documental.

Nestes 130 anos o Tribunal de Justiça, inobstante percalços que acontecem na história das instituições, afinal integradas por mulheres e homens, por pessoas, vem se desincumbindo da sua função constitucional no desempenho da sua atividade-fim, que é o fazer justiça. O cultivo dessas datas significativas na trajetória das instituições serve também como uma pausa para pensarmos os caminhos a percorrer, extraindo do passado lições que ficam dos erros e acertos cometidos ao longo dos tempos. Neste sentido é que é digna de aplauso esta iniciativa do Tribunal de Justiça do Espírito Santo, capitaneado pela presidência.

Quero então me congratular com todos, o Egrégio Plenário, colegas magistrados de primeira instância, servidores e a sociedade capixaba em geral por esse marco importante na organização da conformação constitucional do nosso Estado, que foi a criação do Tribunal de Justiça do Espírito Santo. Mais uma vez agradeço ao eminente desembargador presidente ter-me designado para proferir essas palavras. Da mesma maneira agradeço aos senhores pela atenção.

Muito obrigado.

PALAVRAS DA PRESIDENTE DA AEL EM SETEMBRO/2021

*Ester Abreu Vieira de Oliveira**

Senhor Governador do ES, Renato Casa Grande,
Sr. Secretario de Cultura Fabrício Noronha,
Sr. Secretário de Educação Vitor de Ângelo,
Magnífico Reitor Paulo Vargas,
Sr. Rogério Borges de Oliveira Secretário de Cultura da Ufes,
Sr. Superintendente dos Correios Emilio Fonseca Gonçalves,
Senhora Primeira Dama Virgínia Casagrande,
demais autoridades estaduais e municipais, senhoras e senhores, acadêmicas e acadêmicos presentes, uma boa noite.

O ES é um dos pequenos Estados da Federação Brasileira em km², possui um nome místico, conta em sua variada geografia com interminável beleza: rios, florestas, produções agrícolas e pecuárias, pedras preciosas. Sua capital, entre serras e mar, possui uma beleza paisagística incomum e é dono de riqueza material e imaterial significativa. Sua história marcada por variadas culturas é rica na gastronomia, no folclore e, por que não, na literatura.

O Palácio Anchieta, situado na Cidade Alta, é a sede do Governo. Sua origem coincide com a fundação de Vitória e o ano de 1551, marca a sua inauguração, há 470 anos. Nele se encontra o túmulo de Anchieta, que é o patrono da cadeira 10 na AEL. Seu berço remonta à construção de um colégio e de uma igreja dedicada a São Tiago, edificados sob a orientação dos padres da Companhia de Jesus (os jesuítas) e inaugurada em 25 de julho de 1551, em homenagem ao

* Fala da consócia Ester Abreu Vieira de Oliveira, presidente da Academia Espírito-santense de Letras, no dia 20/09/2021, no Palácio Anchieta, na solenidade de centenário de instalação da Academia.

santo guerreiro, cuja festa é no dia 25 de julho. Assim, pode-se concluir que o impulso da construção do Palácio Anchieta se deve à cultura e à educação, melhor dizendo, ao ensino e a religião. Dois suportes que nortearão a história de nosso Estado.

O Palácio Anchieta é um símbolo de nossa história. Agradecemos ao Sr. Fabrício Noronha, Secretário de Cultura de nosso Estado, por ter proporcionado estabelecer contacto para que pudéssemos celebrar o centenário da AEL neste significativo lugar e ao Sr Renato Casagrande, Excelentíssimo Governador do nosso Estado por esta magnífica acolhida.

AEL tem a sua sede aproximada a este monumento do nosso Estado, e, a trajetória de alguns governadores se entrelaça à da nossa AEL, uma vez que alguns acadêmicos que nela deixaram a sua chancela presidiram o Governo do Estado e pertencem à história da AEL quatro titulares de cadeira e cinco patronos.

São patronos:

Jerônimo de Souza Monteiro, patrono da cadeira 35, em 1970, presidiu o governo do Estado, modernizou métodos educativos.

José Horácio Costa, Patrono da cadeira nº 33, magistrado, deixou textos em coleções de jornais, presidiu o governo do EES em 1890.

Antônio Gomes Aguirre, Patrono da Cadeira 34, foi vice-governador, 19889-. governador por um dia 1981

José de Mello Carvalho Moniz Freire, patrono da cadeira 17, escritor, advogado, político e jornalista, presidiu a presidência do EES de 1892 a 1896, reeleito para o período de 1900-1904.

Graciano dos Santos Neves, patrono da Cadeira nº 2 médico, escritor, presidiu o Governo do Estado em 1896.

Digo seis patronos seis titulares de cadeiras governadores porque **Afonso Claudio** de Freitas Rosa tem na AEL dupla função como patrono e titular. Foi o primeiro **titular da Cadeira** número 1, patrono Marcelino Pinto Ribeiro Duarte; mas pelos seus feitos

tornou-se patrono da **Cadeira 27**, que eu tenho a honra de ocupar, em 1939, quando a AEL era presidida pelo Sr. João Dias Collares Junior, passou a ter 40 Cadeiras. Afonso Cláudio deixou vários livros de direito, história e literatura, foi o primeiro governador do ES, ou melhor, o primeiro presidente do Espírito Santo, em 1889.

2- **Aristeu Borges de Aguiar**, jurista e escritor, 1º ocupante da Cadeira nº 7, Patrono **José Fernandes da Costa Pereira Junior**, eleito governador em 1928, empenhou-se, em seu governo na intensificação e aprimoramento do ensino escolar.

3- **Christiano Dias Lopes Filho**, escritor, político em 1967, presidiu o governo do Estado, 2º ocupante da Cadeira 29, patrono **Virgílio Rodrigues da Costa Vidigal**. e

4- **José Ignácio Ferreira**, escritor, advogado, político, 2º ocupante da Cadeira 39, patrono **Cândido Vieira Costa**, assumiu o governo do EES em 1999.

Esse edifício compõe um conjunto arquitetônico que orgulha o povo capixaba. No entanto em algumas ocasiões, infelizmente, essa construção foi modificada por gestores não muito afinados com a cultura histórica de nosso Estado.

Ao lado dessa beleza histórica e arquitetônica está situada a sede da centenária AEL, que ocupa a casa desde 1976, há 45 anos, graças a uma doação de um insigne e generoso acadêmico o Sr. **Korciuzkio Barbosa Leão**. A casa recebe o nome do doador, **Korciuzsko Barbosa Leão**. É a casa verde, cor da esperança, situada na colina da cidade de Vitória. Verde do sonho de todos nós cidadãos de uma afirmativa cultura em nosso Estado, com pretensão de se afirmar na história. Lugar que mantém a Academia de Letras que iniciou o seu percurso num mês de julho, como a Igreja de São Tiago, mas no dia 31, em decorrência de uma reunião de jovens intelectuais presidida pelo terceiro bispo diocesano do ES, **Dom Benedito Paulo Alves de Souza**, com o objetivo de criar uma Academia de Letras no ES.

O sonho se concretizou no dia 4 de setembro daquele ano e a academia se fez realidade, assentando entre seus objetivos promover cursos, seminários, reverenciar a cultura e a literatura capixabas, e educar cultivando a literatura e tudo a ela relacionado, divulgando livros e apoiando bibliotecas, guardadoras desse troféu de preservação da memória de um povo, porque o livro nasce da junção do autor com o leitor, por isso a literatura é uma sociedade dentro da sociedade. Viver é buscar a outra margem e ler é ver a outra margem. Com a literatura o pensamento alcança a beleza. Por meio da palavra a literatura atua desempenhando seu papel.

Recentemente, numa entrevista, um repórter perguntou a um acadêmico se a AEL chegaria aos duzentos anos. Sim, afirmo. Ultrapassará esse tempo e, como chegou até aqui, com dias plenos e dias desfavoráveis, mas acompanhando a História com monótona repetição, mas não do mesmo, mas de outro renovado. A supressão da memória é um perigo, pois a falta de memória induz à repetição de erros. Muitos regimes totalitários manifestaram essa ignorância, destruindo sistematicamente documentos e monumentos que confrontavam sua ideologia. Não indo além do tempo/espço, em épocas anteriores aos romanos, ou no oriente médio ou na Europa. Exemplificamos com dois fatos ocorridos aqui, na América, um no século XV, quando o imperador azteca Itzcoatl ordenou a destruição das placas de pedras com inscrição e de todos os livros existentes para poder recompor a tradição à sua maneira. Outro fato se deu no século XVI, quando representantes de um povo que se considerava civilizado comete uma barbárie contra aquele que consideravam selvagem. Para extinguir a memória, os conquistadores espanhóis se dedicaram a queimar todos os vestígios que testemunhavam a antiga grandeza dos vencidos.

Paramos por aqui em destruição para não apontarmos fatos ocorridos de apagamento do passado em nosso Estado e não che-

garmos às mais recentes destruições anunciadas por nossos meios de divulgação. Apesar da hostilidade à memória desses seguimentos oficiais, outras formas de memória perseveraram nas manifestações orais, que se podem encontrar em lendas, contos e na poesia, que utilizando frestas e ranhuras, resistem à sanha de alguns.

A memória é responsável por nossas convicções e por nossos sentimentos e por restabelecer o passado. Mas nesse afã a memória seleciona algumas facetas dos acontecimentos, já que, sabemos, o esquecimento faz parte da recordação e é impossível registrar todos os ângulos de todos os fatos. É o que fazemos os acadêmicos da Casa Korciuszko Barbosa Leão nas festividades deste ano: procuramos recuperar a memória, ou aspectos dela, dos que pela AEL passaram e dos que a formaram, mas com simplicidade memorística, buscando evidenciar o seu passado e o que de melhor tem a nos ensinar. Mas confirmando a seletividade dos registros, vemos que infelizmente não todos foram mencionados. Apropriando-me das palavras do dramaturgo espanhol, Fernando Arrabal, em sua afirmação no Manifesto Pânico termino: “A vida é memória e o homem, o acaso”

Obrigada pela presença de cada um.

Esta revista foi composta com a fonte Minion Pro corpo 11/16 no texto e 13/16 nos títulos. As legendas foram compostas na fonte ScalaSans corpo 9/11. A impressão do miolo foi feita sobre papel Offset 90g/m², e a impressão da capa sobre papel Cartão Triplex 250g/m².

Impresso na gráfica Grafitusa, Vitória-ES, em Dezembro de 2021.

Tiragem: 150 exemplares.